



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 050 - SEXTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 28-4-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 51ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE ABRIL DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 14, de 2005-CN (nº 457/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 442, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano – BR-116/SP-São Paulo-Divisa SP/PR (TC nº 009.409/2002-5). 12533

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer que, em igualdade de condições, como critério de desempate em licitações, será assegurada preferência a bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que divulguem, periodicamente, demonstrativo de suas atividades de natureza social e ambiental. 12533

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração penal. 12534

1.2.3 – Pareceres

Nº 432, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.093, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que reitera a solicitação feita através do Requerimento nº 258, de 2004, que requer do Ministro de Estado da Fazenda relação contendo todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal. 12539

Nº 433, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.280, de 2004 (nº 2.266/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comu-

nitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná. 12542

Nº 434, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2005 (nº 1.205/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás. 12547

Nº 435, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2005 (nº 1.292/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás. 12550

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.280, de 2004, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário, cujo parecer foi lido anteriormente, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 17, de 2005, da Comissão de Educação. 12553

1.2.5 – Ofícios

Nº 348/2005, de 26 do corrente, da 1ª Vice-Liderança do Bloco PL/PSL, na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista Especial, criada mediante o Ato Conjunto nº 2, de 2004, destinada a efetuar estudos visando o aperfeiçoamento do rito de tramitação de Medida Provisórias. Designação do Deputado Inaldo Leitão, como suplente, para integrar a referida Comissão. 12553

Nº 441/2005, de 26 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 248, de 2005. 12553

Nº 3/2005, de 27 do corrente, do Presidente da Comissão Mista destinada a propor a Rees-

truturação do Processo Orçamentário, solicitando a prorrogação do prazo destinado àquele Órgão Técnico. 12554

Nº 160-A/2005, de 27 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 248, de 2005.... 12554

Nº 101/2005, de 28 do corrente, da Liderança do PSDB do Senado, de substituição de membro na Comissão de Educação..... 12554

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 435, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada do Requerimento nº 52, de 2005, de sua autoria. **Deferido**..... 12554

Nº 436, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando voto de aplauso à EMBRAPA, pelo seu 32º aniversário.... 12555

Nº 437, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Jacea Abi-Ackel, esposa do Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel. .. 12555

Nº 438, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 12555

Nº 439, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 12556

Nº 440, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 12556

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ SARNEY – Transcrição, nos Anais da Casa, do discurso do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Marco Aurélio Mello, em homenagem ao jornalista Roberto Marinho, durante o lançamento, no Senado Federal, do livro “Doutor Roberto – 100 anos, no esporte, na educação, na cultura, no jornalismo”, na última terça-feira..... 12557

SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre os discursos do Presidente Lula e críticas às altas taxas de juros aplicadas pelo Governo. ... 12558

SENADORA HELOÍSA HELENA – Críticas à política econômica do Presidente Lula..... 12561

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Registra o Dia do Trabalhador Doméstico, comemorado em 27 de abril do corrente..... 12563

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Destaque para a importância de projeto-piloto do biodiesel denominado “Consórcio de Biodiesel da Borborema”, na Paraíba. 12565

SENADOR FRANCISCO PEREIRA – Elogio às atividades das Faculdades Integradas Espírito-Santenses (FAESA). Retrospectiva dos quatro meses de mandato exercidos como Senador, na vaga do Senador Magno Malta. 12566

SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Anúncio de medida provisória que reajusta o salário mínimo para trezentos reais. 12568

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Saúda a publicação do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, lançado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) na última terça-feira. 12569

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Críticas à decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), de anular a compra da Garoto pela Nestlé..... 12667

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Defesa da aprovação de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que institui o orçamento impositivo. Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “Ilusionismo fiscal”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de hoje, de autoria do ex-Secretário da Receita Federal, Evandro Maciel..... 12669

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Destaque para o aniversário de 80 anos da mãe-de-santo Stella de Oxossi, que serão comemorados na Bahia no próximo dia 2 de maio. Considerações sobre a história do Candomblé no Brasil, e sua origem na África Ocidental. 12671

SENADOR PAULO PAIM – Audiência de S. Exª com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti. Transcurso, ontem, do Dia do Trabalhador Doméstico..... 12673

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Lançamento, pela Fundação Getúlio Vargas, do Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3I). 12678

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Transcurso, hoje, do Dia Internacional em Memória às Vítimas dos Acidentes e Doenças do Trabalho..... 12679

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificação à retirada de requerimento de informações de sua autoria..... 12689

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Registro de artigo do jornal **Folha de Boa Vista**, de Roraima, publicado na edição de hoje, a respeito da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.. 12690

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – A política externa do Governo Lula. 12690

1.2.8 – Ofício

Nº S/15, de 2005, subscrito pelos Líderes do Senado Federal, de indicação do nome do Sr. Joaquim Falcão para compor o Conselho Nacional de Justiça. 12692

1.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, que denomina “Aeroporto de Londrina – Governador José Richa”, o aeroporto da cidade de Londrina, no Estado do Paraná. 12695

1.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 14, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que altera a Constituição Federal para dispor sobre os ex-Presidentes da República..... 12696

1.2.11 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis em relação aos veículos salvados, que altera redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo, ainda, os artigos 126-A e 126-B..... 12697

1.2.12 – Ofício

Nº 168/2005, de 26 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Amir Lando para integrar a Vice-Liderança da Maioria..... 12700

1.2.13 – Mensagens do Presidente da República

Nº 129, de 2005 (nº 214/2005, na origem), de 19 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola..... 12700

Nº 130, de 2005 (nº 224/2005, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia..... 12700

Nº 131, de 2005 (nº 225/2005, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas..... 12700

Nº 132, de 2005 (nº 226/2005, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o de

Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia..... 12700

1.2.14 – Aviso da Ministra de Estado de Minas e Energia

Nº 79/2005, de 11 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.479, de 2004, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura..... 12700

1.2.15 Ofício do Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Nº 336/2005, de 11 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.300, de 2004, do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores..... 12700

1.2.16 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 27/2005, de 19 do corrente, comunicando a aprovação, em reunião realizada em 29 de março último, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 309, 1.276, 1.282, 1.326, 1.327, 1.347, 1.372, 1.381, 1.392, 1.412, 1.428, 1.431, 1.480 e 1.486, de 2004, e 10, 29, 30, 45, 52 e 77, de 2005..... 12700

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 30 e 52, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário..... 12701

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004), que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude da falta de acordo entre as Lideranças partidárias.**..... 12701

Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, e o seu Conselho Gestor. **Apreciação sobrestada.**..... 12701

Item 3 (Votação nominal, se não houver emendas)

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. **Apreciação sobrestada.**..... 12701

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Apreciação sobrestada. 12701

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.**

12701

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. **Apreciação sobrestada.**

12702

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.**

12702

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.**

12702

Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. **Apreciação sobrestada.**

12702

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Problemática gerada pela demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.....

12703

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Preocupação com declaração do Presidente Lula sobre os juros altos praticados no país.

12707

SENADOR VALDIR RAUPP – Política desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek. Importância da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.....

12711

SENADORA IDELI SALVATTI – Realização da 6ª Semana Nacional em Defesa da Promoção da Educação Pública. Defesa das viagens do Presidente Lula.

12712

SENADOR JONAS PINHEIRO – Realização de audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para analisar a situação do agronegócio brasileiro e tratar do orçamento para o Ministério da Agricultura.

12720

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre o teor das notícias publicadas no dia-a-dia pela imprensa. Conflito de valores na humanidade. Iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de construir o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, que funcionará em Brasília.....

12723

SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Ministro da Saúde, Sr. Humberto Costa.....

12727

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FLÁVIO ARNS – Considerações sobre a educação pública brasileira.

12727

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários ao artigo “Mal na foto”, de autoria da economista Eliana Cardoso, publicado no jornal **Valor Econômico**, edição do dia 28 do corrente.....

12728

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre ações do Governo Lula.....

12730

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários ao artigo “Fórum defende redução de cargos de confiança”, de autoria de Letícia Lins, publicado no jornal **O Globo**, edição do dia 16 do corrente. .

12740

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários à matéria “Caos, sem discordância”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição do dia 16 do corrente.....

12742

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo “A turma da idéia única”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja**, edição do dia 20 do corrente.

12743

SENADOR VALMIR AMARAL – Transcurso do Dia da Educação.

12744

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Comemoração do Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha, em 2005.

12745

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Implicações do possível encerramento das atividades da Varig em Santarém/PA.....

12747

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDAS**

Nºs 1 a 29, apresentadas à Medida Provisória nº 248, de 2005.

12748

3 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 248, de 2005.....

12791

4 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nºs 7 e 8, de 2005.

12792

5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nº 57 e 58, de 2005. 12795

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.725, de 2005. (Republicação). 12796

Nºs 1.883 a 1.904, de 2005. 12796

SENADO FEDERAL**7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****8 – SECRETARIA DE COMISSÕES****9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 51ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de abril de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, Sérgio Zambiasi,
Mozarildo Cavalcanti e Francisco Pereira*

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/4/2005 07:36:48 até 28/4/2005 20:22:14

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
3	PI	ALBERTO SILVA	X	
3	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
3	PR	ALVARO DIAS	X	
3	RO	AMIR LANDO	X	
PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
	BA	CÉSAR BORGES	X	
PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
	MA	EDISON LOBÃO	X	
	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X	
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
3	ES	GERSON CAMATA	X	
3	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
	AL	HELOISA HELENA	X	
	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
3	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
3	ES	JOÃO BATISTA MÓTTA	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
	MT	JONAS PINHEIRO	X	
	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
	RN	JOSÉ AGRIPIO	X	
	PE	JOSÉ JORGE	X	
	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
	AP	JOSÉ SARNEY	X	
	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
	PB	NEY SUASSUNA	X	
	PR	OSMAR DIAS	X	
	AP	PAPALÉO PAES	X	
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
	RS	PEDRO SIMON	X	
	CE	REGINALDO DUARTE	X	
	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
	MA	ROSEANA SARNEY	X	
	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Blcco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no exercício da Presidência, o seguinte aviso:

– **Aviso nº 14, de 2005 – CN** (nº 457 – SGS – TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 442, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano – BR – 116/SP – São Paulo – Divisa SP/PR – PT 26.782.0231.5743.0001. (TC nº 009.409/2002-5)

O expediente lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2005

Altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer que, em igualdade de condições, como critério de desempate em licitações, será assegurada preferência a bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que divulguem, periodicamente, demonstrativo de suas atividades de natureza social e ambiental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o seguinte inciso IV:

“Art. 3º

§ 2º.....

IV – produzidos ou prestados por empresas que divulguem, periodicamente, demonstrativo de suas atividades de natureza social e ambiental, em conformidade com as Normas

Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Muito se tem falado sobre a responsabilidade social das empresas, que enfrentam novos desafios impostos pelas exigências dos consumidores e pela pressão de grupos da sociedade organizada, levando-as a adotar novas posturas diante de questões ligadas à ética, à qualidade da relação empresa-sociedade e ao meio ambiente.

Na década de 1980, surgiram os primeiros “balanços sociais”, mediante os quais as empresas prestavam contas à sociedade de suas ações e objetivos sociais.

Em 1997, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, iniciou uma campanha pela divulgação voluntária do “balanço social”, que contou com o apoio de lideranças empresariais e suscitou uma série de debates sobre o tema.

Nesse contexto, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaborou e colocou em audiência pública uma minuta de instrução que estabelecia a obrigatoriedade de divulgação de um conjunto de informações de natureza social. Conforme manifestação da própria CVM, parcela expressiva das entidades e empresas ouvidas entendeu que a elaboração e a divulgação dessas informações deve refletir o grau de engajamento e comprometimento da empresa e de seus dirigentes, motivo pelo qual aquela autarquia, sensível a todos os argumentos apresentados, resolveu não emitir qualquer ato normativo obrigando a elaboração e a divulgação do Balanço Social.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 32, de 1999, do Deputado Paulo Rocha (que consiste na reapresentação do PL nº 3.116, de 1997, das Deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling), que impõe, para algumas empresas, a obrigatoriedade de elaboração do “balanço social” e define as informações que dele devem constar.

Se ainda não há consenso sobre a conveniência de tornar obrigatória a elaboração do “balanço social”, não restam dúvidas quanto ao interesse do Estado e da sociedade em estimular as empresas a produzir essa demonstração financeira.

É justamente esse o escopo do projeto que estou propondo, que visa a premiar as empresas que elaboram o “balanço social”, dando-lhes preferência no fornecimento de bens e serviços para a adminis-

tração pública, em caso de empate nas licitações das quais participem.

Finalmente, como não há obrigatoriedade de publicação do “balanço social”, as empresas que o elaboram e divulgam têm adotado modelos diferenciados, muitas vezes destacando apenas os itens que lhes interessam.

Com o fim de dar uma padronização às informações que deverão constar no “balanço social”, o projeto estabelece que a empresa somente fará jus ao benefício por ele instituído quando observadas as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

São esses os motivos que me levam a apresentar esta proposição, para a qual conto com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005. – **Demónstenes Torres.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

SEÇÃO I

Dos Princípios

Art. 1º Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

I – produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

II – produzidos no País; e

III – produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 6º.

X – averiguar a situação econômico-financeira do indiciado, identificar e discriminar todos os bens, direitos e valores que possui, inclusive no exterior, e aqueles que tenha, recentemente, transferido a terceiros, assim como identificar os dependentes da vítima.

.....(NR)”

“Art. 10.

§ 4º A autoridade policial representará ao juiz competente para decretação da indisponibilidade dos bens ou valores do indiciado ou de terceiro a quem tenha transferido bens ou tenha se beneficiado diretamente com a prática da infração penal, em montante que assegure a reparação do dano sofrido pelo ofendido.

§ 5º A indisponibilidade incluirá bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo acusado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais, e abrangerá bens, direitos ou valores suficientes para assegurar a reparação do dano decorrente da prática da infração penal.

§ 6º Para os fins do que dispõe o § 5º, os bens imóveis preferirão aos bens móveis, os de maior valor aos de menor valor, e os mais líquidos aos menos líquidos, podendo o juiz, inexistindo uma estimativa segura do valor do dano, e se assim julgar necessário, indisponibilizar, até a apresentação do laudo

do perito; de que trata o art. 63, todos os bens do indiciado.

§ 7º A indisponibilidade de bens, direitos ou valores será suspensa se a ação penal não for ajuizada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da sua decretação pelo juiz.

§ 8º A indisponibilidade poderá abranger os bens de que tratam os arts. 126 e 132 caso não seja possível determinar a proveniência, e vigorará até a decretação da medida assecuratória cabível. (NR)”

“Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime, a discriminação dos bens, direitos ou valores necessários para assegurar a reparação do dano ao ofendido ou sucessor nos termos da lei civil, se cabível, a estimação do dano e, quando necessário, o rol de testemunhas.

Parágrafo único. Considera-se ofendido, para o fim de reparação do dano, a pessoa que suporta direta ou indiretamente os efeitos da infração penal consumada ou tentada, vindo a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais. (NR)”

“Art. 63. A apuração e reparação do dano decorrente de infração penal poderão ser promovidos no próprio juízo penal.

§ 1º O arbitramento do valor do dano e a avaliação dos bens, direitos e valores constantes da denúncia ou queixa far-se-ão por perito nomeado pelo juiz, com a fixação de prazo para a entrega do laudo.

§ 2º Apresentado o laudo, as partes poderão se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, que correrá em cartório, após o que o juiz homologará o valor atribuído aos bens e à reparação, podendo corrigir o arbitramento do valor do dano, se lhe parecer excessivo ou deficiente.

§ 3º O juiz, considerando as provas relativas à existência do fato e os indícios relativos à autoria, decidirá sobre pedido de execução provisória, decisão da qual não caberá recurso com efeito suspensivo.

§ 4º A execução provisória será feita nos mesmos autos e dependerá de prestação de caução idônea, para o caso de advento de sentença penal absolutória que reconheça a inexistência do fato, a não autoria ou situação em que a reparação do dano não for devida.

§ 5º Em caso de execução provisória ou após sentença penal condenatória transitada em julgado, o juiz determinará sejam os bens penhorados e alienados em hasta pública e a quantia depositada em conta judicial.

§ 6º O réu poderá requerer ao juiz que mande intimar o ofendido para receber em juízo o que lhe é devido conforme a decisão, ou apontar bens para penhora.

§ 7º Prestada a caução, os valores da conta judicial serão transferidos para a conta bancária do ofendido.

§ 8º Após o trânsito em julgado da sentença, qualquer questão relacionada à reparação do dano será resolvida no juízo cível.

§ 9º Nenhum recurso contra as decisões referidas nos §§ 2º e 3º deste artigo será conhecido sem o comparecimento pessoal do réu em juízo.

§ 10. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da lei processual civil. (NR)”

“Art. 64.

§ 1º

§ 2º Em caso de extinção de punibilidade ou de advento de sentença condenatória irrecorrível no juízo cível, proferida antes da decisão no juízo penal, aquele poderá requerer ao juízo penal a transferência de valores depositados ou de bens arrestados. (NR)”

“Art. 137. Se os bens, direitos ou valores do acusado tornados indisponíveis ou a serem indisponibilizados não forem suficientes para assegurar a reparação do dano ao ofendido, ou se não foram identificados bens ou valores para se arrolar, ou se houver findado motivo que possa colocar em risco a reparação, o juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, do Ministério Público, do assistente ou da parte, havendo certeza da infração penal e fundados indícios da autoria, mandará arrestar bens móveis suscetíveis de penhora.

.....(NR)”

“Art. 139. O depósito e a administração dos bens arrestados ficarão sujeitos ao regime do processo civil. (NR)”

“Art. 141. O arresto será levantado se, por sentença irrecorrível, advier sentença penal absolutória nos termos do que dispõe o art. 63, § 4º. (NR)”

“Art. 187.....

.....

§ 2º.....

.....

IX – bens, direitos e valores que possui, inclusive no exterior, se transferiu patrimônio para terceiro pouco antes ou após a data da prática da infração, e outros bens que possui além daqueles discriminados na denúncia ou queixa. (NR)”

“Art. 394. O juiz, ao receber a queixa ou denúncia, designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a intimação do Ministério Público e, se for o caso, do querelante ou do assistente, e mandará proceder ao arbitramento do valor do dano sofrido pelo ofendido e à avaliação dos bens, direitos ou valores discriminados na queixa ou denúncia, nos termos do art. 63.

§ 1º O juiz, de ofício, ou após requerimento do Ministério Público, do assistente ou da parte, decretará a indisponibilidade dos bens do acusado ou de terceiro beneficiado, se não decretada no curso do inquérito policial, ou ampliará ou reduzirá o alcance da medida já decretada, se necessário.

§ 2º Nenhum pedido de restituição ou disponibilidade será conhecido sem o comparecimento pessoal do réu em juízo, podendo o juiz determinar a prática dos atos necessários à conservação dos bens, direitos ou valores. (NR)”

“Art. 387.....
.....

VII – especificará, na parte dispositiva, se for o caso, o valor da reparação do dano ao ofendido decorrente da infração penal.

Parágrafo único. Para os fins do que dispõe o inciso VII deste artigo, a sentença penal condenatória é título executivo, líquido, certo e exigível, podendo ser executada nos mesmos autos. (NR)”

“Art. 581.....

XXV – que decretar a indisponibilidade dos bens do réu, homologar o valor atribuído aos bens e à reparação do dano decorrente da infração penal, e que decidir sobre pedido de execução provisória. (NR)

Art. 2º O Título IV do Livro I do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – passa a se chamar “Da Indenização”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os arts. 134, 135, 136, 138, 142, 143 e 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Justificação

O presente projeto de lei é de fundamental importância para ajustar o Código de Processo Penal pátrio às novas demandas sociais, assim como para corrigir uma inexplicável deficiência presente desde o momento em que ele entrou em vigor, em 1941: a preocupação com a vítima. A nossa lei processual penal, infelizmente, parece se preocupar mais com o réu do que com aquele que sofreu o dano decorrente do ato infracional.

O projeto em apreço busca revolucionar a atual sistemática em que se dá a reparação do dano decorrente da prática de infração penal, adotando as seguintes estratégias: (a) usar o poder de investigação da autoridade policial para levantar os bens, direitos e valores que o indiciado possui – e não jogar tal ônus para o ofendido, como acontece se este quiser requerer medidas assecuratórias de hipoteca legal ou arresto; lançar mão do instituto da indisponibilidade dos bens, hoje consagrado na lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429, de 1992) e na nova lei de entorpecentes (Lei nº 10.409, de 2002), o que torna despiendo o instituto da hipoteca legal, que pesa demais sobre os ombros do ofendido, e, no final das contas, revela-se um instrumento ineficiente para fim de indenização; (e) tomar a reparação do dano um dos componentes da persecução processual penal, incorporando-a ao rito tradicional, extinguindo, assim, a figura da ação civil **ex delicto**; e (d) prever a possibilidade de execução provisória.

Nesse sentido, ainda durante o inquérito, a autoridade policial representa ao magistrado para que seja decretada, no juízo competente, a indisponibilidade dos bens do indiciado, com objetivo de garantir a futura reparação do dano. Tal medida estimulará um melhor concerto entre a polícia, o judiciário e o MP, e destes com o ofendido, uma vez que fará parte das linhas de investigação o levantamento de bens do ofensor, de dependentes da vítima – que fazem parte do conceito amplo de “ofendido” proposto para a finalidade de reparação do dano – e a estimação de um valor para o dano decorrente do delito.

Tal medida é muito mais eficiente do que a necessidade de uma eventual hipoteca legal, instituto que, em face dessa nova sistemática, toma-se totalmente dispensável. O arresto, por se dirigir a uma gama de bens que normalmente são difíceis de serem alcançados pela indisponibilidade, ficará reservado para os casos de insuficiência ou ausência de bens, ou para a hipótese de fundado motivo que possa colocar em risco a futura reparação, e poderá ser requerido pela autoridade policial, a qual, num primeiro momento, terá melhores

condições de averiguar a existência de quaisquer dessas hipóteses.

Assim, passa a ser um dos elementos constituintes da ação penal o rol de bens, direitos e valores levantados pela autoridade policial e a estimação do dano feita pelo MP, com base nos quais o juiz mandará proceder ao arbitramento do valor e à avaliação dos bens por perito nomeado.

Outra inovação importante é que o réu, para recorrer contra a decisão que decreta a indisponibilidade ou contra o arbitramento do valor do dano e dos bens, terá que comparecer pessoalmente ao juízo, medida que desestimula a fuga, incentiva o ato de defesa e contribui para otimizar os trabalhos da persecução penal.

Não menos importante é a possibilidade de execução provisória, que depende da prestação de caução idônea e de provas da existência da infração penal e de fundados indícios de autoria, contra a qual não caberá recurso com efeito suspensivo, o que contribui para minorar a dor do ofendido. A caução servirá para o caso de advento de sentença penal absolutória que reconheça a inexistência do delito, a não autoria ou a exclusão da ilicitude. Neste último caso, com a ressalva de que a reparação não seja devida, pois há casos em que, mesmo acobertado por tais justificantes, o agente é obrigado a indenizar, por exemplo: se reconhecido estado de necessidade e o ofendido não haver sido o culpado pela situação de perigo; se reconhecida legítima defesa putativa ou legítima defesa com erro de execução (**aberratio ictus** ou **aberratio criminis**) etc. O mesmo pode ser dito da extinção da punibilidade, que não exime o agente de indenizar o dano causado.

Além de o presente projeto de lei constituir inegável avanço que acompanha a tendência internacional de se valorizar a vítima, esquecida pelo nosso direito processual penal, produz alguns efeitos indiretos não menos importantes: estimula o réu a comparecer e a se defender, ao mesmo tempo em que cria nele o interesse num processo mais célere, para que seus bens não fiquem indisponíveis por muito tempo, e estimula um maior contato entre a polícia e o MP na fase de investigação.

Se o direito penal demanda a impávida presença estatal para investigar e punir aquele que infringe suas normas, tal intervenção deve ser completa, para abarcar também o dano que tal infração ocasiona à vítima e às pessoas de sua família, o que não deve, jamais, deixar de ser do interesse público.

Julgo, com esta proposta, fornecer valiosa contribuição para o aperfeiçoamento de nossa legislação processual penal.

Sala das Sessões, 28 de Abril de 2005. – **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Da Ação Civil

Art. 63. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

Art. 64. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime e, se for caso, contra o responsável civil. (Vide Lei nº 5.970, de 1973)

Parágrafo único. Inventada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.

Art. 134. A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

Art. 135. Pedida a especialização mediante requerimento, em que a parte estimará o valor da responsabilidade civil, e designará e estimará o imóvel ou imóveis que terão de ficar especialmente hipotecados, o juiz mandará logo proceder ao arbitramento do valor da responsabilidade e à avaliação do imóvel ou imóveis.

§ 1º A petição será instruída com as provas ou indicação das provas em que se fundar a estimação da responsabilidade, com a relação dos imóveis que o responsável possuir, se outros tiver, além dos indi-

cados no requerimento, e com os documentos comprobatórios do domínio.

§ 2º O arbitramento do valor da responsabilidade e a avaliação dos imóveis designados far-se-ão por perito nomeado pelo juiz, onde não houver avaliador judicial, sendo-lhe facultada a consulta dos autos do processo respectivo.

§ 3º O juiz, ouvidas as partes no prazo de 2 (dois) dias, que correrá em cartório, poderá corrigir o arbitramento do valor da responsabilidade, se lhe parecer excessivo ou deficiente.

§ 4º O juiz autorizará somente a inscrição da hipoteca do imóvel ou imóveis necessários à garantia da responsabilidade.

§ 5º O valor da responsabilidade será liquidado definitivamente após a condenação, podendo ser requerido novo arbitramento se qualquer das partes não se conformar com o arbitramento anterior à sentença condenatória.

§ 6º Se o réu oferecer caução suficiente, em dinheiro ou em títulos de dívida pública, pelo valor de sua cotação em Bolsa, o juiz poderá deixar de mandar proceder à inscrição da hipoteca legal.

Art. 136. O seqüestro do imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, se no prazo de 15 (quinze) dias não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal.

Art. 137. Se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, poderão ser seqüestrados bens móveis suscetíveis de penhora, nos termos em que é facultada a hipoteca legal dos móveis.

§ 1º Se esses bens forem coisas fungíveis e facilmente deterioráveis, proceder-se-á na forma do § 5º do art. 120.

§ 2º Das rendas dos bens móveis poderão ser fornecidos recursos arbitrados pelo juiz, para a manutenção do indiciado e de sua família.

Art. 138. O processo de especialização da hipoteca legal e do seqüestro correrão em auto apartado.

Art. 139. O depósito e a administração dos bens seqüestrados ficarão sujeitos ao regime do processo civil.

Art. 141. O seqüestro será levantado ou cancelada a hipoteca, se, por sentença irrecorrível, o réu for absolvido ou julgada extinta a punibilidade.

Art. 142. Caberá ao Ministério Público promover as medidas estabelecidas nos arts. 134 e 137, se houver interesse da Fazenda Pública, ou se o ofendido for pobre e o requerer.

Art. 143. Passando em julgado a sentença condenatória, serão os autos de hipoteca ou seqüestro remetidos ao juiz do cível (art. 83).

Art. 144. Os interessados ou, nos casos do art. 142, o Ministério Público poderão requerer no juízo cível, contra o responsável civil, as medidas previstas nos arts. 134, 136 e 137.

Art. 187. O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)

§ 2º Na segunda parte será perguntado sobre: (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)

Da Instrução Criminal

Art. 394. O juiz, ao receber a queixa ou denúncia, designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a notificação do Ministério Público e, se for caso, do querelante ou do assistente.

Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória:

Do Recurso em Sentido Estrito

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI Nº 10.409, DE 11 DE JANEIRO DE 2002

Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes. Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 432, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.093, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que reitera a solicitação feita através do Requerimento nº 258, de 2004, que requer do Ministro de Estado da Fazenda relação contendo todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal.

Relator: Senador **César Borges**

Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do dia 9 de março de 2005, foi rejeitado o relatório oferecido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti ao RQS nº 1.093/2004, que havia concluído pelo seu arquivamento. Para tanto, alega que o pedido não esclarece o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora, nem está suficientemente fundamentado quanto à necessidade de se proceder a uma quebra de sigilo tão extensa.

Em defesa do requerimento, o autor, Senador Romeu Tuma, afirma que a Constituição não cria ne-

nhum tino de restrição ao fornecimento de informações ao Poder Legislativo, não podendo o Código Tributário Nacional se sobrepor ao prescrito na Lei Maior. Tanto assim o e que o art. 7º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, faz alusão expressa ao tratamento a ser dado às informações sigilosas fornecidas como resposta a requerimentos do Senado Federal.

Ressalta, ainda, o autor que não solicitou a discriminação dos valores devidos individualmente por empresa, e que o jornal **O Estado de S. Paulo** já tinha divulgado valores fornecidos pela própria Secretaria da Receita Federal.

Importante consignar a ressalva feita pelo Senador Eduardo Suplicy de que as informações sigilosas transmitidas serão resguardadas conforme previsto no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Acompanhando os argumentos apresentados pelo autor e pelo Senador Eduardo Suplicy, entenderam os membros presentes pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Requerimento nº 1.093, de 2004.

De acordo com essa deliberação, o requerimento foi aprovado.

Sala da Comissão, 9 de março de 2003.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: RQS Nº 1093 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR DO VENCIDO: <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEUM TUMA (AUTOR)
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCLÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
ROMERO JUCA	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

Atualizada em: 07/03/2005

Voto Vencido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Relator

I – Relatório

Em 9 de março do corrente ano, o Senador Romeu Tuma apresentou o Requerimento nº 258, de 2004, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado como art. 216 do Regimento Interno desta Casa, para que fosse solicitada ao Senhor Ministro da Fazenda a lista de todas as empresas relacionadas ao jogo de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal.

O referido requerimento, motivado por uma notícia publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 29 de fevereiro de 2004, sobre sonegação de impostos praticada pelas empresas de bingo (R\$43 milhões no ano de 2003), foi aprovado, em 29 de abril deste ano, pela Mesa do Senado Federal.

O pedido de informações, efetuado por intermédio do Ofício nº 565 (SF), de 4 de maio de 2004, obteve a seguinte resposta do Senhor Ministro da Fazenda (Aviso nº 204/MF, de 21 de junho de 2004):

Senhor Primeiro-Secretário,

Retiro-me ao Ofício nº 555, de 4-5-2004, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 258, de 2004, de sua autoria, que solicita relação de todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência cópia do Memorando nº 1.150/2004/Gabin-SRF, de 31-5-2004, elaborado pela Secretaria da Receita Federal, comunicando a impossibilidade de prestar as informações solicitadas, por envolverem matéria protegida pelo instituto do sigilo fiscal.

O mencionado memorando tem o seguinte conteúdo:

1. Reporto-me ao Memorando nº 885 AAP/GM/MF, de 7 de maio de 2004, por meio do qual Vossa Senhoria solicita elementos para subsidiar resposta ministerial ao requerimento de Informação S-2004/0258, de autoria do nobre Senador Romeu Tuma, que “considerando as informações publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 29 de fevereiro de 2004”, solicita “seja enviada pelo Ex^{mo} Senhor Ministro de Estado da Fazenda relação contendo todas

as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal”.

2. O fornecimento das informações requeridas implicaria revelação da situação fiscal de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal.

3. Tendo em vista que informações sobre a situação fiscal de sujeito passivo de obrigação tributária são protegidas por sigilo fiscal, verifica-se que, no caso do requerimento em pauta, a Secretaria da Receita Federal não tem autorização legal para fornecê-las, a teor do art. 198, **caput**, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Inconformado com a negativa do Ministério da Fazenda, o insigne Senador Romeu Tuma apresentou o Requerimento nº 1.093, de 2004, reiterando o pedido de informações formulado por meio do Requerimento nº 258, de 2004.

Na justificação do Requerimento nº 1.093, de 2004 utilizados os seguintes argumentos:

1. a alegação do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, quanto à impossibilidade de prestar as informações solicitadas, por tratar-se de matéria protegida pelo sigilo fiscal, por causa do disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 1996 (Código Tributário Nacional), não tem amparo legal, pois a competência fiscalizadora do Senado Federal, prevista no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, não estabelece nenhuma ressalva sobre eventual caráter sigiloso da informação solicitada;

2. corrobora esse entendimento o próprio Ato da Mesa nº 1, de 2001, que, ao regulamentar, no âmbito do Senado Federal, o disposto no § 2º do art. 50 da Carta Magna, estabelece, nos arts. 7º a 16, o tratamento a ser dado aos requerimentos de informações de cunho sigiloso, inexistindo, portanto, o óbice apontado pelo Senhor Ministro da Fazenda.

II – Análise

A informação objetivada pelo Requerimento nº 258, de 2004 – a lista de todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo, que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal –, é matéria protegida pelo sigilo fiscal.

O art. 198 do Código Tributário Nacional (CTN), com a redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, veda a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de in-

formação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

Excetuam-se dessa vedação, além dos casos previstos no art. 199 do CTN (permuta de informações entre a Fazenda Pública da União e as dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou entre a Fazenda Pública da União e estados estrangeiros), os seguintes:

- a) requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- b) solicitação de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

A primeira exceção dá embasamento às quebras de sigilo fiscal determinadas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. O art. 58, § 3º, da Constituição outorga a tais comissões poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

O preclaro Ministro Celso de Mello, no Mandado de Segurança nº 23.452, por ele relatado, esclarece que:

As Comissões Parlamentares de Inquérito para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação, justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ nº 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se irritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal.

A segunda exceção à regra impeditiva da quebra do sigilo – a solicitação de autoridade administrativa no interesse da administração pública – poderia ser utilizada, a nosso ver, para viabilizar os pedidos escritos de informação sobre matéria sigilosa encaminhados pela Mesa do Senado Federal a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Nessa hipótese, aplicar-se-iam as disposições cabíveis da Seção 11 do Ato da Mesa nº 1, de 2001 (art. 7º), das quais tratamos a seguir.

O requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa. Na medida do possível deverá conter dados, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas (art. 8º).

Depois de examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto a constitucionalidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação (art. 9º), o requerimento será submetido à deliberação do Plenário do Senado Federal. A sua aprovação demandará a maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos senadores. Uma vez aprovado, serão solicitadas as informações à autoridade competente, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer (art. 10).

A correspondência do Primeiro Secretário da Mesa do Senado Federal encaminhando o pedido de informações deverá mencionar expressamente que as informações prestadas e os documentos enviados serão mantidos em sigilo (art. 11).

O Requerimento nº 258, de 2004, além de não esclarecer o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora, não está suficientemente fundamentado quanto à necessidade de se proceder a uma quebra de sigilo fiscal tão extensa.

III – Voto

Em face do exposto, nosso voto é pelo arquivamento do Requerimento nº 258, de 2004.

Sala da Comissão,

PARECER Nº 433, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.280, de 2004 (nº 2.266/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator *ad hoc*: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.280, de 2004 (nº 2.266, de 2002, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 103, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento,

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.280, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, tendo ocorrido, na Câmara dos Deputados, o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.280, de 2004, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1–CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 1.280, de 2004, a seguinte redação:


Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 103, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Sala da Comissão, 1º de março de 2003. – **Hélio Costa**, Presidente – **Cristovam Buarque**, Relator *ad hoc*.

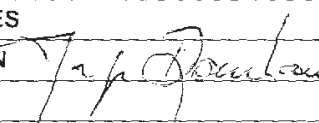
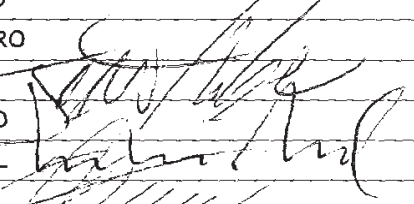

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 1280/2004 NA REUNIÃO DE 01/03/05
OS SENHORES SENADORES:

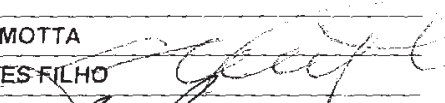

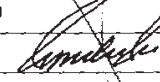

PRESIDENTE:

 (Generaldo (Hélio Costa))


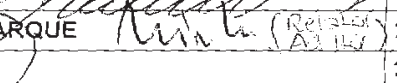
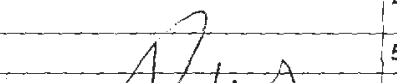
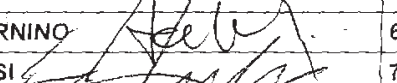
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN 	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOÃO RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL 
(CESSÃO AO PDT)	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO 	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI


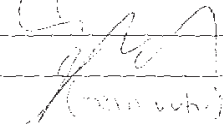
PMDB

HÉLIO COSTA	1- JOÃO BATISTA MOTTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO 
VALDIR RAUPP	3- MÁRIO CALIXTO
GERSON CAMATA 	4- PAPALÉO PAES 
SÉRGIO CABRAL 	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
LEOMAR QUINTANILHA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS 	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDÉ	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
DELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- FRANCISCO PEREIRA
ÉRGIO ZAMBIASI 	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

PDT

UGUSTO BOTELHO 	1- JUVÊNCIO DA FONSECA 
--	--

ORIGINAL - PDS 12544 / 04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)				SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)							
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTHENES TORRES				EDISON LOBÃO							
JORGE BORNIALI SEN	X			JONAS PINHEIRO							
JOSE JORGE				JOÃO RIBEIRO				X			
MARIA DO CARMO ALVES	X			JOSE AGRIPINO				X			
ROSEANA SARNEY				MARCO MACIEL				X			
CESSÃO AO PDT				ROMELI TUMA				X			
TEOTONIO VILELA FILHO	X			LEONEL PAVAN							
GERALDO MESQUITA				ALVARO DIAS							
EDUARDO AZEREDO				LUCIA VÂNIA							
REGINALDO DUARTE				TASSO JEREISSATI							
TITULARES - PMDB				SUPLENTE - PMDB							
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA				JOÃO BATISTA MOTTA							
MAGLHO VILELA				GABRIELDI ALVES FILHO				X			
VALDIR RAUPP	X			MARIO CALIXTO							
GERSON CAMATA	X			PAPALEO PAES				X			
SERGIO CABRAL	X			MÃO SANTA				X			
JOSE MARANHÃO				LUIZ OTÁVIO							
LEOMAR QUINTANILHA				ROMERO RUCA							
GILBERTO MESTRINHO				VAGO							
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)				SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)							
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X			PAULO PAIM							
CRISTOVAM BUARQUE	X			ALOIZIO MERCADANTE							
FÁTIMA CLEIDE				FERNANDO VBEZERRA							
FLÁVIO ARNS				DELÍCIO AMARAL							
IDEL SALVATI				ANTÔNIO CARLOS VALADARES							
ROBERTO SATURNINO	X			FRANCISCO PEREIRA							
SERGIO ZAMBIASI	X			PATRICIA SABOYA GOMES							
TITULAR - PDT				SUPLENTE - PDT							
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X			JUVENCIO DA FONSECA							

TOTAL: SIM: 17 NÃO: 10 ABS: 10 AUTORE: 10 PRESIDENTE: 04


SALA DAS REUNIÕES, EM 01/02/2005


 SENADOR HÉLIO COSTA
 Presidente da Comissão de Educação

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)			SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)					
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X			TONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE				JOÃO RIBEIRO		X		
MARIA DO CARMO ALVES	X			JOSE AGRIPINO		X		
ROSEANA SARNIEY				MARCO MACIEL		X		
CESSÃO AO PDT				ROMELUTIMA				
LEOTONIO VIELLA FILHO	X			LEONEL PAVAN				
GERALDO MESQUITA				ALVARO DIAS				
EDUARDO AZEVEDO				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DI ARTE				TASSO JERUSSALIM				
TITULARES - PMDB			SUPLENTE - PMDB					
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA				JOÃO BATISTA MOTTA				
MAGRITO VIEIRA				GARIBALDI ALVES FILHO		X		
VALDIR RAUPP	X			MÁRIO CALIXTO				
GERSON CAMATA	X			PAPALÉO PAES		X		
SERGIO CADRAL	X			MÃO SANTA		X		
JOSE MARANHÃO				LUZ DE VITO				
LEONAR QUINILHIA				ROMERO JECA				
GILBERTO MESTRINHO				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)			SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)					
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALTON FREITAS	X			PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X			ALGIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X			FRANCISCO PEREIRA				
SERGIO ZAMBIASI	X			PATRICIA SABOYA GOMES				
TITULAR - PDT			SUPLENTE - PDT					
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X			JUVENIL DA FONSECA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/03/2005


SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 1.280, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 103, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de março de 2005. – **Hélio Costa**, Presidente – **Cristóvão Buarque**, Relator **ad hoc**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****SEÇÃO II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.****LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 434, DE 2005

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2005 (nº 1.205 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Porto Santo Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Maguito Vilela**

Relator *ad hoc*: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2005 (nº 1.205. de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Porto Santo Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 162, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223. § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 30, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 30, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não

havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Porto Santo Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás, na forma do

Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005. – **Hélio Costa**, Presidente – **Maguito Vilela**, Relator – **Juvêncio da Fonseca**, Relator ad hoc.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 30/05 NA REUNIÃO DE / /
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOÃO RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPIÑO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- JOÃO BATISTA MOTTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
RELATOR	
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
LEOMAR QUINTANILHA	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISO PEREIRA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- ANA JÚLIA CAREPA

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBAO				
JORGE BORNIAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOÃO RIBEIRO				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
ROSEANA SARNEY					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEÓFONIO VILELA FILHO					LEONEL PAVAN				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GILBERTO				
EDUARDO AZEVEDO					LUCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JERISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BELTO COSTA					JOÃO BATISTA MOTTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALDO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
LEOMAR QUENTANILHA					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALLISON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
ERATIMA CLIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DEL CIDIO AMARAL				
IDELI SALVATHI					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					FRANCISCO PEREIRA				
MOZARILDO CAVALCANTE					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBLASI	X				ANA JULIA CARUZA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALGUSTO ROELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			

TOTAL: 16 SIM: 10 NÃO: 6 ABS: 6 AUTOR: 6 PRESIDENTE: 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 / 2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e Renovação

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 435, DE 2005

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2005 (nº 1.292/ 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Maguito Vilela**

Relator *ad hoc*: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2005 (nº 1.292, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.832, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi consideração constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 52, de 2005, não evidenciou violação das for-

malidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 52, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005. – **Hélio Costa** Presidente – **Maguito Vilela**, Relator – **Juvêncio da Fonseca**, Relator ad hoc.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 52/05 NA REUNIÃO DE 29/3/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: 

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOÃO RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- JOÃO BATISTA MOTTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
RELATOR	3- (VAGO)
VALDIR RAUPP	4- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	5- MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	6- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	7- (VAGO)
LEOMAR QUINTANILHA	8- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISCO PEREIRA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- ANA JÚLIA CAREPA

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					JOÃO RIBEIRO				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPIO	X			
ROSEANA SARNEY					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMILU TUMA	X			
TEOTONIO VILELA FILHO					LEONEL PAVAN				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
EDUARDO AZEREDO					LÚCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				FASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB					SUPLENTE - PMDB				
HELIO COSTA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	JOÃO BATISTA MOTA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTAVIO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BIZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCHIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					FRANCISCO PEREIRA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				ANA JULIA CAREPA				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
AUGUSTO BOLELHO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	JUVENIO DA FONSECA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 12 SIM: 15 NÃO: 17 ABS: 17 AUTOR: 17 PRESIDENTE: 17

SALA DAS REUNIÕES, EM 29 / 04 / 2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Com referência ao **Ofício nº 17, de 2005**, da Comissão de Educação, lido em 8 do corrente, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de

março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.280, de 2004**, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Nº 348/05 – LDB

Brasília, 26 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL-PSL indica o Deputado Inaldo Lietão (PL/PB), como suplente, para a Comissão Mista Especial, criada mediante Ato Conjunto nº 2 de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Miguel de Souza**, 1º Vice-Líder do Bloco PL – PSL, no Exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência designa o Sr. Deputado Inaldo Lietão, como suplente, para compor a Comissão Mista Especial, criada mediante o Ato Conjunto nº 2, de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Nº 441

Brasília, 26 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar o Deputado Pedro Henry, do PP/MT, para a titularidade da Comissão Mista, encarregada de analisar e emitir parecer à MPV nº 248, de 20 de abril de 2005 (**DOU** de 22-4-05), que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, em substituição ao Deputado José Janene, PP/PR.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Nº P-3/2005-CMRPO

Brasília, 27 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar que seja prorrogado, em quinze (15) dias, o prazo destinado a este órgão técnico para oferecer, ao Congresso Nacional, projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, conforme disposto no Ato Conjunto nº 1, de 2005.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Fernando Bezerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício/LID/Nº 160–A/2005

Brasília, 27 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Cláudio Magrão/SP, para ocupar a vaga de titular, em substituição ao meu nome, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 248/05, que “dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

Ofício nº 101/05 – GLPSDB

Brasília, 28 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex^a, venho solicitar a permuta dos cargos de Titular e Suplente respectivamente dos nobres Senadores Eduardo Azeredo e Leonel Pavan na Comissão de Educação.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 435, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 52/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 61/GM–MDIC

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Arthur Virgílio
Senado Federal

Senhor Senador,

Dirijo-me a Vossa Excelência com relação ao Requerimento nº 52, de 2005, de sua autoria, tendo em vista notícia jornalística de 13 de fevereiro último, para prestar-lhe, antecipadamente, os esclarecimentos a seguir:

1. A emissão de bilhete aéreo, o cálculo e o pagamento das respectivas diárias para realização de missões no exterior se fazem com a necessária antecedência em relação ao início da viagem, concluindo a série de procedimentos legais para autorização;

2. os eventuais convites para hospedagem na residência dos Embaixadores são por eles feitos, na grande maioria das vezes, já às vésperas ou no mesmo dia da viagem, ou até na chegada ao exterior, inclusive quando já providenciada, pelo viajante, reserva em hotel local com garantia de pagamento de diária; ou seja, depois de completado o processo referido no item “1”;

3. nas situações como as descritas no item “2”, não terá havido irregularidade no momento mesmo do pagamento das diárias, pois ocorrido antes da formulação do convite.

Informo a Vossa Excelência que todos os reembolsos dos montantes a maior das diárias, em moeda estrangeira, a mim pagas, foram efetuados, inclusive com complementação relativa a diferenças cambiais, de modo a não haver indicação de qualquer prejuízo ao Erário. Sobre o assunto, tive o cuidado de determinar o envio de expediente à Comissão de Ética Pública.

Com relação ao titular desta Pasta, Ministro Luiz Fernando Furlan, no momento em viagem ao exterior, informo que também realizou a devolução dos valores a maior a ele correspondentes. Igualmente procedeu

o Senhor Ministro em relação à Comissão de Ética Pública.

Coloco-me à disposição de Vossa Excelência para os demais esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente, – **Marcio Fortes de Almeida**, Ministro, interino, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 436, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, pelo seu 32º aniversário.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, pelos seus 32 anos de existência.

Requeiro, ademais, que desse voto sejam inteirados o Presidente da Embrapa, Dr. Silvio Crestana e, por seu intermédio, os demais diretores, técnicos e funcionários da empresa.

Justificação

A Embrapa é reconhecidamente uma empresa vitoriosa e, sem dúvida, com forte contribuição para o êxito do agronegócio e, por conseqüência, da excelente posição alcançada pela balança comercial do País. Ao longo de sua existência, a Embrapa registra expressivas vitórias, contribuindo para o aumento da produtividade agropecuária nacional. Presente em todos os Estados, suas pesquisas são hoje respeitadas internacionalmente, permitindo, entre outros avanços, a disseminação de lavouras agrícolas e da pecuária em regiões onde, antes, inexistiam, como o cerrado. A vitória alcançada com a obtenção de patentes é, também, significativa para a economia brasileira.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **José Agripino**.

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2005

Requer voto de pesar pelo falecimento da senhora Jacea Abi-Ackel, esposa do Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora Jacea Abi-Ackel esposa do Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do parlamentar.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se e a ele acrescento a melhor expressão de solidariedade e apreço ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que todos nós conhecemos e que é reconhecidamente um dos nomes mais importantes do cenário político brasileiro.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **José Agripino** – **Aloísio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vai ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2005

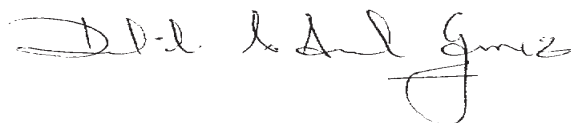
Senhor Presidente,

Com base no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos Art. 215 e 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, informações sobre a estimativa da renúncia de receita que a eventual aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, que “dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências”, possa causar.

Vale registrar que tal estimativa é exigência prévia a aprovação do projeto que prevê renúncia de receita, conforme se depreende da leitura do art. 117, da LDO referente ao orçamento de 2005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004).

Outrossim, solicito o sobrestamento da deliberação sobre a matéria, nos termos regimentais, até que as informações solicitadas sejam encaminhadas ao requerente.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005.



(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 439, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a possível falta de medicamentos anti-Aids para pacientes que vivem em países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a possível falta de medicamentos anti-Aids para pacientes que vivem em países em desenvolvimento, baseadas na notícia divulgada em 4-3-2005 pelo repórter Paul Davis, do **The Wall Street Journal**, de que o aumento rápido das compras efetuadas por dois grandes programas anti-AIDS, poderá levar a escassez dessas drogas para pacientes que vivem em países em desenvolvimento:

1. Quais as providências que estão sendo tomadas para evitar que essa crise no abastecimento afete o Brasil?

2. Segundo essa mesma reportagem, 95% das pessoas infectadas pelo vírus HIV, vivem em países em desenvolvimento. O que o Senhor está fazendo para tentar diminuir a porcentagem que cabe ao Brasil?

3. Como psiquiatra, o Senhor não acha que é uma tortura psicológica muito grande para esses pacientes infectados, não sabermos se vão ter remédios para controlarem suas doenças e terem chance de viver por mais tempo?

As informações que ora solicito no presente requerimento são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo dessa matéria e suas possíveis implicações para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 440, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a decisão do STF de anular a intervenção nos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto, no Rio de Janeiro, bem como informações sobre a proposta do governo de prestar socorro financeiro às empresas de planos e seguros de saúde.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a decisão do SIF de anular a intervenção nos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto, no Rio de Janeiro, bem como informações sobre a proposta do governo de prestar socorro financeiro às empresas de planos e seguros de saúde:

1. O governo Lula prepara medida de socorro financeiro para as empresas de planos e seguros de saúde envolvendo o BNDES e o Banco do Brasil, mas, segundo a especialista Lígia Bahia, do Laboratório de Economia Política da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “o esforço do Estado deveria ser na consolidação do SUS”, que opera em condições precárias em todo o Brasil. Qual a posição desse Ministério sobre essa medida?

2. Após 41 dias de intervenção do Ministério da Saúde no estado do Rio de Janeiro, não houve sequer a recuperação das salas de cirurgia. Quais foram os resultados reais da intervenção?

3. A Assessoria Jurídica desse Ministério, juntamente com o Advogado-Geral da União, não viu, como disse o Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, que esse caso revelava de forma escancarada um momento de perda de parâmetros, porque o governo não poderia, mas interveio, à margem da Carta da República?

As informações que ora solicito no presente requerimento são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do assunto e suas possíveis implicações para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador José Sarney por permuta com a Senadora Serys Slhessa-renko.

Com a palavra o Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas queridas Senadoras e Colegas, esta semana o Senado teve a oportunidade de ver realizado no seu Salão Nobre o lançamento do livro **Dr. Roberto: 100 Anos, no Esporte, na Educação, na Cultura, no Jornalismo**, organizado pelo publicitário Mauro Salles, pelo Professor Edevaldo Alves da Silva e também por Arnaldo Niskier, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras.

Naquela oportunidade, ouvimos importantes pronunciamentos sobre a personalidade do Dr. Roberto Marinho. Um deles, o do Ministro Marco Aurélio, ressaltou a admirável vida desse grande brasileiro, tantas vezes analisada, elogiada e lembrada, antes e depois de sua morte.

Minha intervenção da tribuna, neste momento, advém da relevância do discurso proferido pelo Ministro e é para solicitar sua transcrição nos Anais do Senado. Sem dúvida alguma, devemos ter na Casa, para a História, essas palavras tão próprias e excelentes.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senhoras e senhores,

Vem-nos de Luis Fernando Veríssimo, uma das mais expressivas e bem-humoradas representações do Dr. Roberto Marinho. Se bem me lembro, contava o autor que, reunidos em requintado restaurante, quatro executivos exibiam reluzentes celulares, em época de estréia daqueles aparelhos. Assim que se acomodaram, o primeiro recebe uma chamada da secretária que, sem entender, ouve-o dispensá-la, fingindo aborrecimento e enfado. Mesmo em tom gentil, ele declinava do encontro: não, hoje não, muitos compromissos, a agenda, etc. pedindo desculpas, prometendo compensar o tempo perdido. Desligado o celular, o empresário explica, era alguém querendo sair comigo hoje. Mas não dá, essa vida de negócio é difícil... Quase imediatamente o segundo aparelho toca, seguindo-se um diálogo em que o interlocutor se mostra chateado com a insistência dos reclamos e pedidos. Desliga e fala para os demais: é a Isadora, a Ribeiro, querendo sair hoje. Logo hoje, que estou tão cansado!... Os amigos se entreolham, perplexos, mas antes que chegassem a comentar alguma coisa o terceiro atende ao telefone e exclama: TP, como estão as coisas aí nas alturas? Tapa o fone e esclarece: é da Corte Celestial. O Todo Poderoso sempre querendo saber de tudo o que acon-

tece aqui na Terra! Faz-se um silêncio constrangedor, um enorme suspense. E agora, quem viria?

A quarta chamada acontece e o afortunado executivo exclama: – Dr. Roberto!...

A esprituosidade de Veríssimo dava conta, naquela crônica, da importância do Dr. Roberto Marinho no cenário nacional, um tamanho que ficou bem dimensionado na abrangência da própria obra daquele mega-empresário para quem o melhor título sempre foi o de jornalista.

Páginas e mais páginas seriam necessárias para enumerar os feitos dessa figura emblemática, cuja vida foi em tudo superlativa, porquanto, em todas as áreas em que atuou, fê-lo em caráter de excelência. Deixemos, todavia, o óbvio, o lugar-comum de datas, realizações, conquistas e vitórias admiráveis. Quase tudo já se falou sobre o impressionante império construído por esse notável jornalista – e não só no plano das comunicações. Convido-os, ao reverso, a refletirem com base somente na conjectura da ausência: e se não houvera esse brasileiro de primeira hora, de inquestionável estirpe, de privilegiada ventura? Pois se é certo que o Brasil conseguiu acompanhar o trem da modernidade nesta era de informação imediata, foi à conta da intrepidez desse homem movido a desafio, cujo acentuado descortino jamais cedeu à insensatez da vaidade pessoal fútil, improdutivo. O projeto do Dr. Roberto Marinho centrou-se, acima de tudo no Brasil e nos brasileiros.

Contaríamos nós com a unidade nacional de que nos orgulhamos hoje, não fora o efeito integrador da programação Rede Globo, cujo jornalismo de qualidade sempre esteve presente nos momentos decisivos da história pátria? Teriam sido os nossos valores divulgados no mundo com a competência e a generosidade que o foram? Seria o mesmo o patrimônio artístico-cultural de que agora nos jactamos, ao constatar a crescente exportação de produtos e talentos de altíssimo nível para o mundo inteiro, abrindo os corações e conquistando a simpatia de todos os continentes? Como genuíno e orgulhoso carioca que também sou, ufano-me ao imaginar o Rio de Janeiro conhecido e reconhecido alhures – da Patagônia aos recônditos da China. Pois bem, quem divulgou o Brasil com esse inextinguível apuro, de modo a atingir inimagináveis massas de milhões de pessoas, não foi senão as produções impecáveis, com o padrão de qualidade Globo, do Dr. Roberto Marinho, a quem nos curvamos em dívida de gratidão perene. Sim, de pé continuamos a aplaudi-lo, pois que o Dr. Roberto soube amar o Brasil com zelo de pai afetuosos e filho preocupado, mas sem jamais ocupar tribunas, palanques ou ribaltas em discursos vãos. Silenciosamente, consolidou a veneração pelo

País com ações concretas e bem direcionadas – ora proporcionando educação – definitivamente o mais rápido e eficiente caminho para o desenvolvimento –, ora patrocinando ações voltadas à conservação do patrimônio nacional, praticando o mecenato ou mesmo incentivando a preservação da memória nacional. A atuação do Dr. Roberto Marinho é literalmente visível – basta volver os olhos para o revigorado Cristo Redentor, iluminando, de braços abertos, de vestes azuis, a Cidade Maravilhosa; basta caminhar pelas ruas de paralelepípedos de Salvador, ou admirar os sobrados de São Luis do Maranhão, as igrejas de Ouro Preto, ou os casarios portugueses de Recife, ou de Tiradentes, Parati e tantas outras cidades históricas. Por todo o País é possível testemunhar a devoção do Dr. Roberto pelas coisas do Brasil, garantindo a arte, assegurando a conservação em bom estado dos tesouros culturais, de resto, o mapa do nosso DNA, o único capaz de impedir que pereçamos como nação de extraordinária diversidade e, paradoxalmente, inquestionável unidade.

É justamente essa trilha bem pavimentada que se almeja percorrer com o lançamento deste belíssimo livro redigido por mãos amigas e sobretudo admiradoras da personalidade ímpar do Dr. Roberto Marinho – Antônio Carlos de Almeida Braga, Arnaldo Niskier, Joaquim Falcão e Mauro Salles. O intuito foi preservar, na memória dos brasileiros, a obra e o exemplo de um homem cuja capacidade de sonhar, de trabalho e de realização engrandeceu o Brasil.

Certa vez, a sublime Fernanda Montenegro ressaltava a admiração que lhe causavam as virtudes cívicas dos norte-americanos e citava o quanto a surpreendia ver, em passeios, as inúmeras obras patrocinadas por cidadãos ao Estado americano – era um museu aqui, doado por um Rockefeller, outra biblioteca ali, proporcionada pelos Harvard, a original, não por acaso, uma das maiores universidades do mundo e muitas outras benemerências vindas de sobrenomes não tão ilustres. E concluía a renomada atriz sobre o quanto seria maravilhoso se também adotássemos esse costume. Pois bem, eis aqui, nesta celebração, um exemplo de responsabilidade social, na medida em que, propiciando evento deste porte, duas universidades – a Uni-FMU e o Uniceub. Presididas pelo dinâmico educador Professor Edevaldo Alves da Silva e tendo esta última como Reitor o Dr. Getúlio Américo Moreira Lopes, lembrança viva de João Hercúlio, demonstram elogiável cuidado no tocante à formação das gerações vindouras, conservando e repercutindo exemplo dos mais admiráveis, a comprovar a força de um ideal, o valor da perseverança, os largos limites do gênio humano.

É com muita satisfação que os conclamo ao prazer da leitura de uma obra tão importante quanto necessária num país que muitos afirmam padecer de falta de memória, de despreço aos próprios benfeitores. Agradecemos ainda uma vez a todos que viabilizaram este acontecimento, especialmente a esta augusta Casa das Leis – O Senado da República –, frisando que, segundo Aristóteles, a grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las. Muitíssimo obrigado a todos. – José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/ PTB – RS) – Senador José Sarney, o seu pedido será atendido na forma do Regimento Interno.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para ser inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/ PTB – RS) – Senadora Heloisa Helena, V. Ex^a fica inscrita para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, sem prejuízo da ordem de inscrição, por cessão do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, a Nação brasileira é brindada com declarações que considero inoportunas do Presidente da República, que, como todos puderam ver, tiveram ampla e enorme repercussão na mídia.

O Presidente se acostumou a improvisos totalmente desfocados, que, muitas vezes, saem do que se espera da figura de um Presidente da República. Nesse momento, através desse improviso de alta repercussão nacional, ele atribuiu a culpa pelas altas taxas de juros do País ao povo brasileiro. Na visão de Sua Excelência, palavras do Presidente, não são minhas: “O brasileiro não tira o traseiro da cadeira para procurar juros mais baixos”.

Além de deselegante, o Presidente mostrou ser, infelizmente, um completo desconhecedor da realidade do País. Se não, vejamos: primeiro, mostra não conhecer toda a burocracia existente para se encerrar uma conta bancária e abrir uma nova em outro banco; segundo, mostrou não saber da discriminação sofrida pelo cidadão comum, correntista, quando ele apresenta na praça um cheque com conta aberta há pouco tempo – sempre se exige um período mínimo para se dar crédito ao correntista; terceiro, se o Presidente desejasse levantar-se da sua cadeira para fazer uma simples pesquisa na praça, no mercado que está tão protegido pelas diversas medidas governamentais, ele ia perceber que as diferenças entre taxas bancárias, entre juros cobrados pelos bancos são mínimas,

mostrando que não há competitividade no Sistema Financeiro Nacional. Isso é reconhecido por todos os economistas, inclusive pelo Banco Central, que não faz o seu papel de fiscalizador, como deveria ser, das entidades financeiras.

Na verdade, o Sistema Financeiro Nacional é um verdadeiro oligopólio, talvez um cartel. Não sei se há combinação das tarifas a serem cobradas, mas, sem sombra de dúvida, as taxas, os *spreads*, se igualam entre os diversos bancos. E o que é pior, Sr^{as} e Srs. Senadores, os bancos oficiais também estão nessa ciranda. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão cobrando altas taxas, quando deveriam, porque são subsidiados com recursos públicos até na sua ineficiência, cobrar taxas, juros e *spreads* menores, mas não o fazem, porque contribuem para o caixa do Governo no tal superávit primário, que passou a ser o todo poderoso das medidas econômicas do Governo Federal.

Se essas taxas cobradas pelos bancos são altas – aí é o pior, porque o Presidente demonstra desconhecimento das suas responsabilidades –, a culpa é do Governo. O Presidente, que se elegeu prometendo alterar o panorama de dificuldades na qual o País se encontrava à época, após dois anos e quatro meses de Governo, infelizmente, nada mudou nas dificuldades para o povo brasileiro, principalmente para o mais carente, para o trabalhador de renda mais baixa.

A culpa é da política deste Governo e, sem sombra de dúvida, o comandante – e não há como fugir dessa responsabilidade – é o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Ele sim, Sr. Presidente, que mal encosta na cadeira – não quero usar o mesmo termo do Presidente, para não me nivelar por baixo, já que estamos falando de coisas baixas –, ele que não senta na sua cadeira para despachar com os Ministros – e, com certeza, não deve saber sequer o nome de todos os seus Ministros; provavelmente tem Ministro com o qual o Senhor Presidente nunca despachou e se despachou foi uma ou duas vezes.

O Presidente, na verdade, é que tem responsabilidades para com o povo brasileiro e com as políticas, inclusive com a política macroeconômica e monetária. Ele não pode entregar essas políticas ao Ministro da Fazenda. Agora, estranhamente, vimos Sua Excelência criticar a própria política, as altas taxas de juros fixadas pelo Banco Central, com a participação do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todo protegido pelo Governo Federal das acusações que caem sobre seus ombros.

Pois bem, o Senhor Presidente foge dessas responsabilidades. Vive pelo mundo a pedir desculpas, a levar financiamentos brasileiros para outros países,

procurando firmar uma imagem de líder mundial, coisa que efetivamente não lhe cabe, porque não tem estatura para tal. Ele não toma, internamente, as atitudes necessárias para atender ao povo brasileiro.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que o principal componente das taxas de juros cobradas pelos bancos é a taxa básica de juros da economia, a taxa Selic, que é estabelecida pelo Banco Central e que há oito meses consecutivos sobe sem parar, apesar dos protestos de quase todo o País. Até o mercado não queria mais a elevação das taxas de juros. Mas as taxas de juros foram aumentadas para mostrar que a política econômica é para valer, é draconiana. Então, se aumentou a taxa de juros, que é cobrada ao consumidor, às pessoas físicas e jurídicas. Ela é composta de duas parcelas: a taxa Selic, fixada pelo Governo, e o Governo está há oito meses consecutivos aumentando essa taxa. A segunda parcela é composta pelo *spread* bancário, que devia ter um mínimo de controle pelo Banco Central. Mas esse órgão lava as mãos, como fez Pilatos, e diz que não tem nada a ver com o assunto e que é o mercado que o regula, como se houvesse um mercado livre, como se houvesse concorrência entre os bancos para que esse *spread* pudesse baixar. Na verdade, esse *spread* tem mudado de composição. No passado, se o percentual era maior por conta da inadimplência, hoje o percentual maior é o lucro dos bancos. Por outro lado, no *spread* bancário está embutida uma alta carga tributária. O Governo está lucrando com a alta taxa do *spread* que significa, no somatório final, altas taxas de juros.

Não podemos – e o povo brasileiro haverá de agir assim – eximir o Presidente da República de suas responsabilidades, inclusive da nomeação dos Ministros; conseqüentemente também é de Sua Excelência a responsabilidade pelo desempenho de cada uma das áreas. Se o Banco Central sobe a taxa Selic há oito meses, o Presidente Lula também é responsável porque o Presidente daquela instituição é a ele subordinado.

Chega de promessas; chega de justificativas. Chega de herança maldita. Chega de lançar culpa sobre outros Poderes: sobre o Poder Judiciário e sobre o Congresso Nacional. Chega de lançar culpa sobre os pobres brasileiros, chamando-os de acomodados. Na visão do Governo, há sempre um culpado para os problemas que ele não consegue resolver, há sempre uma transferência de responsabilidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo deve ser duplamente responsabilizado pelas altas taxas de juros cobradas pelos bancos. Se é responsável pela sua ação através do estabelecimento de uma das maiores taxas, senão a maior taxa básica do mundo, é

também responsável por sua completa omissão com relação às altas taxas de juros.

Concedo um aparte, com muito prazer, à nobre Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador César Borges, quero compartilhar um pouco o pronunciamento de V. Ex^a. Às vezes, os jornalistas perguntam se queremos comentar essas frases que o Presidente diz. Fico até constrangida em fazer comentários, e essa não foi a primeira vez. Em relação às mulheres, foi uma coisa terrível; desde o início houve frases do tipo “eu sou macho pernambucano, emprenhei logo de primeira”. Essas coisas horrorosas. E fala também do traseiro. Sinto-me mal com tudo isso. E quem é da Oposição poderia aproveitar isso para fazer críticas, até pela formulação desqualificada. Mas não agüentamos mais porque são muitas. O Presidente, juntamente com o PT e a sua base de bajulação, confiam na impunidade. Primeiro, porque é um setor muito grande da população brasileira. E voto na urna é que elege de fato. A grande maioria do povo brasileiro, os pobres do Brasil, os que estão ficando mais pobres no atual Governo não entendem muito bem isso; esse negócio de juros, eles não entendem muito bem. Para a classe média, o Governo não está nem aí, como não esteve nem aí para os trabalhadores do setor público. Setor empresarial, eles sempre acham que, mais cedo ou mais tarde, uma migalha da obra, da empreiteira ou da construtora...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ... poderá significar dinheiro para a campanha. E quem ganha muito dinheiro no Governo Lula, os banqueiros, esses vão continuar financiando muito. Essa é a única explicação. Às vezes, alguns Senadores “batem” muito em um ou outro Ministro e isentam um pouco o Presidente da República. Mas afirmo que Sua Excelência não é uma pessoa ignorante. Não é. Faz até uma formulação para que as classes mais populares se sintam identificadas com a sua pessoa. Mas não é. O Presidente é um homem brilhante e sabe exatamente tudo o que está fazendo; sabe onde é que vai pinçar uma ou outra ação; sabe que a propaganda é enganosa na televisão, tanto que faz com que estruturas de comunicação muito importantes silenciem diante da farsa política e das fraudes técnicas do Governo. E conta com isso. Sei que o Presidente Lula sabe da sua responsabilidade, da composição em relação às taxas de juros. Eu não tenho dúvida disso. Portanto, a única justificativa é que se trata de uma grande fraude política para tentar, com essas frases de efeito, seduzir um ou outro setor. Essa é a única justificativa que

eu vejo, porque – repito – sei que Sua Excelência é uma personalidade brilhante, sabe exatamente tudo o que está acontecendo no Brasil, delega tarefas de maior ou menor truculência ou intolerância conforme o comportamento e a subjetividade de uma ou outra personalidade do Governo. Os banqueiros estão muito bem, nunca estiveram tão bem no País como agora, e esses poderosos financiarão a reeleição – por aí fica. Senador César Borges, solidarizo-me com V. Ex^a neste seu pronunciamento, porque recebo centenas, milhares de *e-mails*, não apenas da classe média, mas do pequeno e...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – ... do médio empresário ou dos trabalhadores, ou seja das pessoas que têm conta e sabem exatamente o que é ficar pendurado num banco. Recebemos muitos *e-mails*. Com certeza, as pessoas que estão nos escutando ficam vermelhas de indignação diante dessa frase tão ridícula, abominável e desqualificada do Presidente da República.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senadora Heloísa Helena. Se o Presidente tem consciência da sua responsabilidade, Sua Excelência não quer assumi-la.

Por outro lado, o que ouço dos áulicos do Presidente – e, às vezes, até de algum companheiro Senador que apóia o Presidente –, de que essa é a linguagem do povo, tenta desmerecer o povo brasileiro. Não é essa a linguagem. O povo entende e fica satisfeito. Isso é desmerecer o povo brasileiro. É preciso respeitar, antes de tudo, o povo, para que as medidas sejam feitas a favor desse povo.

Sr. Presidente, se me permite, encerro o meu discurso. Quero mais uma vez cobrar do Presidente suas responsabilidades, que Sua Excelência não fuja com essas frases que ofendem a consciência da Nação brasileira.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Espero que o Presidente da República trabalhe para baixar as taxas de juros neste País porque os juros trazem, com certeza, desemprego para a população brasileira e desassossego para aqueles que querem o País crescendo e se desenvolvendo. Os juros altos são uma barreira, sem sombra de dúvida, à retomada do crescimento econômico e ao crescimento do País. Já se prevê para este ano um crescimento de 3% do PIB, considerando o crescimento do ano passado; portanto, a economia que volta naquele ciclo de pico e estagnação. E o Presidente não pode, de forma nenhuma, com essas frases mal construídas e desrespeitosas,

imaginar que está transferindo suas responsabilidades para o pobre povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Peço minha inscrição para antes da Ordem do Dia pela Liderança do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Fica inscrito, conforme solicitação, o Senador Sibá Machado.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana tivemos a oportunidade de aprovar a PEC das crianças por unanimidade nesta Casa. É evidente que alguns votaram favoravelmente, não porque o seu coração, a sua cabeça e o seu comportamento bajulatório mandavam, mas porque era uma medida de muita sensibilidade. Até o próprio Governo viu claramente, dentro da sua base, do seu Partido principal, que muitos parlamentares queriam votar favoravelmente à proposta de emenda à Constituição que caracteriza a obrigatoriedade na prestação da educação infantil; portanto, para crianças de zero a seis anos. Tivemos um debate amplo na Casa e acabamos aprovando por unanimidade.

Agora, Sr. Presidente, essa gentalha da base governista ou da base de bajulação que não se conforma com a vitória, que não é minha, Senador César Borges, porque essa vitória é das crianças.

Sabe V. Ex^a, e todos nós, que, quando sai do tapete azul e vai para o verde, não existe mais autoria e propriedade de projeto nenhum. Muitos projetos importantes foram apresentados e aprovados no Congresso Nacional, e as pessoas nem se lembram de quem foi a autoria, porque, a partir do momento que saem do Congresso Nacional, perdem a vinculação com qualquer Parlamentar e passam a se caracterizar como benefício para a grande maioria da população brasileira.

Agora a gentalha da base de bajulação começa a patrocinar um vergonhoso terrorismo entre os prefeitos dizendo que isso vai significar um caos para as prefeituras. Quem fala dessa maneira não é honesto intelectualmente, porque todos sabem que a Constituição, por meio do Plano Nacional de Educação, estabelece um cronograma para viabilizar essas atividades. E o engraçado, se trágico não fosse, é que esses mesmos membros da base de sustentação do Governo nada fazem pelos prefeitos deste País. Nada

fazem, mas ficam dizendo: a Heloísa não gosta de prefeito; a Heloísa só quer saber de criar mais problemas e encargos para os prefeitos.

Eu não gosto de prefeito ladrão; gosto de prefeito honesto mesmo que seja de um partido que faça oposição ferrenha a mim. Como eu não tenho identificação política com as prefeituras do meu Estado, partilho democraticamente as minhas emendas individuais, apenas analiso os indicadores sociais. Para mim não importa se o prefeito é do PFL, do PSDB, do PMDB ou de qualquer outro partido. Se há problemas graves no município, eu coloco lá as emendas individuais com o maior prazer, com o maior carinho, porque sei que isso significará novos e melhores dias para os pobres daquele município.

Essa mesma gentalha da base de bajulação, que nada faz para melhorar a situação das prefeituras, começa a conspirar contra um projeto tão importante, tão precioso para a vida de milhões de crianças pobres que precisam da creche e da pré-escola.

Eu gostaria muito de ver a base de bajulação, por exemplo, forçando o Governo Federal a repactuar as dívidas do INSS.

Segundo declarações, o Ministro Romero Jucá está pensando em apresentar outra alternativa. Espero que isso seja feito o mais rápido possível, porque é inimaginável a situação que se criará se essa dívida tiver de ser paga em 60 meses. O Governo Federal tem possibilidade de alongar o perfil da dívida dos municípios para evitar que cada vez mais haja um percentual maior de comprometimento das receitas líquidas, estaduais e municipais, para pagar juros e serviço das dívidas. Ele pode repactuar as dívidas dos municípios inclusive com o INSS. Pode fazer isso – claro! – porque quinze dias atrás, além da Desvinculação de Receita da União (DRU) – mecanismo legal, mas imoral, de saquear o recurso da seguridade social para compor o superávit, o que significa encher a pança dos banqueiros nacionais e internacionais –, o Governo retirou mais de 17 bilhões ilegalmente. A DRU estabelece 20% do saque e saquearam 17 bilhões a mais do que o estabelecido.

Faço um apelo para que essa gentalha da base de bajulação, em vez de conspirar contra os interesses das crianças pobres deste País, promovam a repactuação da dívida dos municípios, para que os prefeitos possam investir em políticas públicas e em políticas sociais de forma geral. Conspiraram e, inclusive, foram desonestos, inclusive, deram entrevista dizendo que a nossa proposta levaria os prefeitos a cometerem crime de responsabilidade. Onde estava isso? Nem se poderia colocar isso, não que eu não queira. Acho que, se um prefeito não tem possibilidade de fazer creche

e dar atenção às crianças de zero a seis anos, deve entregar o cargo. O mesmo coisa deve acontecer com o Presidente da República. O Senador Cristovam Buarque dizia da tribuna que “um Governo que não tem compromisso com criança não merece ser Governo”. Eu digo a mesma coisa: se o Presidente da República prefere manter a política de encher a pança dos banqueiros com essa política de juros altos não merece ser Presidente da República porque ele tem de viabilizar um novo mecanismo, como o Fundeb, compromisso histórico de todos os que defendem a educação pública. O Fundeb deveria tratar da educação básica, de forma geral, de modo a viabilizar mecanismos para o ensino médio e o financiamento e investimento para a educação infantil, que é essencial na vida das crianças.

No dia em que nós estávamos discutindo essa matéria – lembra o Senador Paulo Paim –, o Senador Sérgio Zambiasi ficou com os olhos cheios de lágrimas quando falamos sobre isso porque S. Ex^a vivenciou a experiência e sabia o quanto isso era importante. Parece-me na época do primeiro mandato de Leonel Brizola S. Ex^a sentiu isso na pele.

Então, as pessoas que tiveram o acolhimento, o abrigo, o acompanhamento pedagógico e a socialização, que são essenciais na vida de uma criança, por favor, nem por desonestidade intelectual e nem por vigarice política, deixem a nossa PEC correr em paz na Câmara, deixem que as crianças pobres de 0 a 6 anos possam ter aquilo que os filhos dos Deputados, dos Senadores e dos ricos deste País têm.

Portanto, fica aqui o meu protesto contra essa forma desonesta, vaidosa, ridícula e medíocre de fazer disputa política. Acabem com esse terrorismo contra os prefeitos para que eles não comecem a conspirar contra a atenção às crianças deste País inflando na votação na Câmara dos Deputados.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Heloisa Helena, só para corroborar com seu raciocínio. Se aqueles que estão tentando criticar a PEC aprovada por unanimidade por esta Casa e que é responsabilidade de todos os entes federativos....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Não é, de forma nenhuma, das prefeituras, dos Estados, mas de todos os entes federativos, principalmente da União.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Pois bem, se eles fossem sinceros, aprovariam na Câmara a reforma tributária para dar aos Municípios o Fundo de Parti-

cipação acrescido de apenas 1%. Mas estão criando todo obstáculo e obstruindo os trabalhos na Câmara dos Deputados para que não seja aprovado esse benefício para os Municípios. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Excelente a lembrança de V. Ex^a, Senador César Borges. Ontem a Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas, a Prefeita Roseana, esteve conosco e demonstrou muito preocupação com isso. Como eu dizia, espero que a base de bajulação faça isso, porque, como V. Ex^a lembrou, é uma quantia insignificante, apenas 23,5. É a partilha do Imposto de Renda e do IPI, apenas 1% para os municípios brasileiros.

O que o Governo Federal vem fazendo... Fernando Henrique fez e Lula piorou, infelizmente. Sabem todos o quanto briguei nesta Casa e o quanto condeno com veemência o Governo Fernando Henrique, mas, tendo em vista o aprofundamento do projeto neoliberal da política de encher a pança dos banqueiros, não sei como é que alguém consegue ser pior, e, infelizmente, esse Governo está conseguindo ser. O que o governo tem feito para garantir o superávit para garantir essa política? Simplesmente, isto: aumenta a taxa de juros, mesmo que isso aumente o volume da dívida, mesmo que aumente o percentual de comprometimento da riqueza nacional para pagar juros e o serviço da dívida, aumenta a carga tributária. Quando aumenta a carga tributária, aumenta naquele setor, que não pode ser partilhado pelos municípios brasileiros, aumenta, justamente, naquele setor onde cada vez mais fica estabelecido o aumento de impostos vinculados à União, para que não seja partilhado com os municípios brasileiros. Então, espero, que a gente possa, realmente, aprovar essa PEC. É um projeto extremamente precioso para as crianças pobres deste país, porque as crianças ricas não precisam da creche pública, gratuita. Espero que possamos realmente viabilizar isso.

Ainda quebro esse negocinho aí. Não é possível, que não haja uma tempestade, um raio que quebre esse negócio. Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB –RR) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a concede-me um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Vou conceder o aparte ao Senador Paulo Paim e ao Senador Sérgio Zambiasi, também. V. Ex^a, Sr. Presidente, com certeza vai deixar, uma vez que a Casa está vazia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, de fato, eu e o Senador Sérgio Zambiasi, estávamos loucos para falar naquele dia, mas estávamos preocupados, pois, se nós falássemos elogiando a sua iniciativa, poderíamos, indire-

tamente, contribuir para atrasar a votação. Tínhamos medo da questão do quórum, devido ao avançado da hora. Mas, sem sombra dúvida, a PEC da Senadora Heloísa Helena atinge o que há de mais caro para todos nós, que são as nossas crianças. Eu disse a V. Ex^a outro dia que V. Ex^a, para mim, foi mais brilhante ainda lá Comissão, quando fez a defesa da sua PEC. Aqui também foi brilhante, mas, lá, foi mais brilhante ainda. Eu dizia para o Senado Sérgio Zambiasi, e V. Ex^a sabe, que eu tenho um projetozinho de emenda complementar que trata da creche na área privada. Aí criam mil obstáculos. Mas, o que eu dizia? Não era o momento de falar, porque a emenda de V. Ex^a é muito, muito maior, que a nossa, porque é universal, é horizontal, beneficia a todos os filhos da nossa gente. Mas, aprovada, a PEC de V. Ex^a abre espaço para que também aquele projeto pequenino que apresentei, de uma lei complementar, seja aprovado. É impossível a Câmara recusar, pela grandeza da sua proposta. O Brasil todo bateu palma. Depois daquele dia histórico aqui, eu conversei com muita gente lá no nosso Rio Grande – não é, Senador Sérgio Zambiasi? – e todos elogiaram a iniciativa de V. Ex^a. Pode ter certeza de que a paixão por esta PEC é de todos nós, mas o mérito é de V. Ex^a. Parabéns, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço, querido Senador Paulo Paim. Senador Sérgio Zambiasi, acabei citando V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Zambiasi (Bloco/PTB – RS) – Fiquei muito honrado pela citação, Senadora Heloísa Helena. Efetivamente, na noite da votação, fiquei muito emocionado com essa discussão, porque me fez viajar um pouco pelo tempo. Eu me vi menino, lá na colônia, lá na roça, no interior do Rio Grande do Sul, em 1958, 1959, no primeiro mandato de Leonel Brizola como governador. Eu comentava com o Senador Pedro Simon que eu não sabia o número exato de escolas. À época, o Senador Pedro Simon era Vereador em Caxias do Sul, e S. Ex^a concordava comigo quanto à revolução que Brizola provocou no Rio Grande do Sul ao instalar cerca de seis mil escolas num Estado que tinha pouco mais de 100 Municípios. Muitas vezes, essas escolas eram instaladas num salão paroquial e até mesmo numa Igreja. E naquela roça, onde havia 10, 15, 20 famílias, instalava-se um professor que vinha da cidade, formava seu núcleo e incluía, pela educação, aqueles jovens que estavam na roça. Senadora Heloísa Helena, vendo a sua luta, a sua obstinação, fico imaginando a confusão que eventualmente a tecnocracia provoca em termos de interpretação sobre gasto e investimento, despesa e investimento. Uma viagem, por exemplo, provoca

despesa nos cofres públicos. Porém, educação não é gasto, é investimento. É preciso mudar a relação da contabilidade. Valores destinados à área de educação não podem ser incluídos na coluna da despesa, na coluna dos gastos e sim na coluna do investimento, do desenvolvimento social e humano. E é por essa razão que tenho convicção de que a Câmara dos Deputados será sensível, como foi o Senado, à PEC que V. Ex^a apresentou.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Ex^a.

Sr. Presidente, concluindo, mais uma vez, solicito da base de bajulação que tire as patas do projeto que trata das nossas crianças pobres e viabilize os interesses dos Municípios. Defendo que estes sejam viabilizados.

Para resolver o problema de muitas prefeituras pobres deste País, é essencial repactuar a dívida com o INSS, viabilizar a aprovação da reforma tributária faticada, para que o Fundo de Participação dos Municípios possa ser aumentado. Agora, por favor, tirem as patas dos direitos das crianças pobres do Brasil e ajudem as prefeituras, fazendo aquilo que o Governo Federal tem obrigação de fazer e pode fazer.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a fica inscrito após o Senador Sibá Machado.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Prezado companheiro e Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar desta tribuna a passagem, ontem, do Dia do Trabalhador Doméstico – ou da Doméstica, como é mais conhecido –, comemorado em 27 de abril. Com certeza, é uma data significativa. A classe ainda não tem muito a comemorar, mas a data reveste-se de importância para o avanço da cidadania no País.

O Dia da Doméstica, que praticamente passa em branco na grande mídia – louvo aqui o trabalho dos órgãos de imprensa desta Casa: **Jornal do Senado**, Agência Senado, Rádio e TV – deve servir, no mínimo, para uma reflexão sobre o trabalho desta classe

de profissionais. Eles são motoristas, cozinheiras, faxineiras, babás.

Conforme pesquisa do IBGE, são seis milhões de trabalhadores que atuam nesta profissão e, deste total, quatro milhões recebem apenas um salário mínimo mensal. Ressalte-se que, muitas vezes, esta é a única renda de uma família, especialmente quando a chefe é uma mulher.

Os trabalhadores domésticos ainda são vítimas de muita discriminação. Sua remuneração é baixa e poucos, cerca de 25%, têm a carteira profissional assinada. A maioria, portanto, fica excluída dos mais básicos benefícios sociais, Senador Paulo Paim, tais como a licença à gestante e o auxílio-doença.

Falta, portanto, muito para que essa atividade ganhe o **status** que merece. Vejam, colegas, um exemplo: enquanto todas as demais atividades têm direito a férias remuneradas de trinta dias, o trabalhador doméstico tem direito a apenas vinte dias úteis.

Outro aspecto preocupante é a denúncia feita pelo Coordenador de projetos do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, Renato Mendes. Segundo ele, quase um milhão e meio de crianças e jovens, com idade a partir de cinco anos, trabalham em casas de família. E as piores situações são encontradas entre crianças e jovens do sexo feminino e da raça negra, Senador Paim. É um escândalo cuja denúncia não pode se limitar à passagem da data de ontem.

Propostas para melhorar tais direitos é que não faltam. Aqui no Senado tramitam atualmente seis projetos e, na Câmara, outros oitenta e dois, prevendo desde a redução da jornada de trabalho para quarenta horas, de sua autoria, Senador Paulo Paim, até a inclusão do trabalhador doméstico no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, proposta minha e de outros colegas parlamentares, o que daria a esses trabalhadores, também, o direito ao seguro-desemprego.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, como ambos somos gaúchos, alguém poderia dizer que nós combinamos, porque o meu discurso de hoje também será sobre o trabalho doméstico. Isso é muito bom, demonstra que estamos na mesma sintonia para defender os mais pobres deste País. E quero dizer a V. Ex^a, por justiça: V. Ex^a tem projeto, eu tenho, outros têm, mas o projeto mais completo que esta Casa recebeu não é de minha autoria. É da ex-

Senadora, ex-Governadora, ex-doméstica Benedita da Silva, ainda quando Deputada Federal, que assegura à empregada doméstica praticamente os mesmos direitos dos outros trabalhadores. Aprovado na Câmara, voltou ao Senado e agora voltou à Câmara novamente. E sabe há quanto tempo está em regime de urgência? Há dez anos, e não é votado. Mas o aparte foi para cumprimentar V. Ex^a pela sensibilidade ao tema. Parabéns, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Realmente, estamos muito afinados nessas questões da área social. Agradeço a sua manifestação, de extrema importância. Na minha pesquisa sobre os projetos em tramitação, chamou-me a atenção esse que V. Ex^a citou.

Além de todas essas propostas, estou sugerindo aqui uma grande campanha de conscientização por parte do Governo para que os empregados domésticos tenham a sua carteira profissional assinada. Afinal, hoje, de cada 100, apenas 25 têm esse benefício. Quem sabe a disponibilização de uma linha direta 0800 para informações, denúncias e esclarecimentos por parte do Ministério do Trabalho poderia facilitar muito.

Aqui no Congresso, acredito que a Comissão Especial do Trabalho Doméstico, recém-criada na Câmara dos Deputados, em parceria, Senador Paulo Paim, com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, poderia sistematizar todos esses quase 90 projetos que estão circulando e tramitando, apensá-los e negociar com o Governo a reforma da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Já concluo, Sr. Presidente.

Enquanto isso não acontece, vamos continuar trabalhando, e vamos também rezar para Santa Zita.

Nascida em Luca, na Itália, em 1218, Senador Pedro Simon, ela foi, durante 40 anos, criada de uma família nobre e distribuía aos pobres o pouco que sobrava do salário recebido. Morreu no dia 27 de abril de 1278, tendo sua santidade reconhecida ainda em vida.

Foi proclamada padroeira dos empregados domésticos do mundo inteiro pelo Papa Pio XII.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Sibá Machado, considerando que a palavra foi pedida pelo Senador Ney Suassuna, que é Líder titular do PMDB, e que pelo Regimento S.

Ex^a tem preferência, concedo, portanto, a palavra ao Senador Ney Suassuna e, após o próximo orador inscrito, V. Ex^a terá a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. É do conhecimento de todos nossa empolgação para a implantação do Programa do Biodiesel no Brasil. E não poderia ser diferente, pois se trata de uma verdadeira revolução que, com certeza, trará enormes benefícios ao País.

Ontem, o Presidente inaugurou uma usina para o babaçu no norte do País. E foi muito grande o entusiasmo demonstrado por todos da região. No Nordeste não é diferente, pois são tantos os aspectos positivos ligados à produção do óleo vegetal para a utilização como combustível que fica difícil encontrar alguém que se oponha à sua materialização.

Dentre tantos benefícios, destacamos o impacto positivo que podemos obter em relação ao desenvolvimento regional e à inclusão social. Com ênfase nas Regiões Norte e Nordeste, o Programa do Biodiesel tem no componente social sua grande diferenciação em relação a outros projetos do gênero, como o Proálcool. O álcool se faz em grandes fazendas, o biodiesel se faz em pequenas áreas. Pode-se fazer em grandes também, mas as pequenas áreas já dão uma lucratividade incrível.

Estudos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo da Agricultura e pelo da Integração, demonstram que para cada 1% de substituição do óleo diesel pelo biodiesel, produzido com a agricultura familiar, cerca de 45 mil empregos são gerados no campo, com uma renda anual de aproximadamente R\$4.900,00.

Com o advento do biodiesel, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o semi-árido nordestino, essa região tão sofrida e castigada de nosso País, mas de um potencial ainda inexplorado, vislumbra a perspectiva de importantes ganhos econômicos, por conta da produção de espécies oleaginosas para a mistura de combustíveis.

Por fim, pelo clima da região, tipicamente seco e sem chuvas regulares, chegou-se à conclusão de que a mamona é a espécie mais adequada para o cultivo ligado ao biodiesel, resistindo aos baixos índices pluviométricos do semi-árido.

A Embrapa já desenvolveu, através de melhoramento genético, variedades de alta produtividade e baixo custo.

Ademais, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mamona é uma cultura com grande apelo social, pois, além de produzir o óleo, pode ser consorciada com outras culturas como o feijão, o próprio capim, o amendoim etc.

Estima-se que, somente com a produção primária, sem agregação de valor, os agricultores familiares poderão ter uma renda líquida de até R\$ 400,00 por hectare, cultivando mamona consorciada com feijão, além da produção de outros alimentos para sua subsistência.

É nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que propomos e defendemos a implantação no semi-árido paraibano de um projeto piloto para o esmagamento e beneficiamento da mamona voltado à produção do biodiesel.

Pelo projeto de minha iniciativa, mediante a celebração de convênio entre as prefeituras de Campina Grande, Fagundes, Boa Vista e Alagoa Nova – que integrarão o consórcio do Biodiesel da Borborema -, será estimulada a formação de cooperativas de pequenos produtores da região para o cultivo da mamona e para a construção de usinas de extração e beneficiamento do óleo de mamona.

Depois que criamos esse consórcio do Biodiesel da Borborema, já acenaram o interesse de se juntarem a ele as cidades de Monteiro, de Sumé, de São João do Tigre e de Prata. E isso, com toda certeza, vai trazer um resultado muito importante para aquela região no semi-árido.

Para tanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto contará com o apoio integral da Universidade Federal de Campina Grande, do Sebrae e da Embrapa, que ajudarão no treinamento e capacitação da mão-de-obra para o preparo e cultivo do solo, além do repasse de técnicas de processamento, armazenamento e comercialização.

Na parte operacional, a habilitação dos produtores será feita pelas Prefeituras e pela Federação de Agricultura e Pecuária da Paraíba, ficando a cargo do consórcio das cooperativas a compra e a distribuição das sementes.

Quanto ao financiamento, estamos negociando aportes com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste; tivemos o apoio de empresas como a Eletrobrás; e fizemos solicitações à Funcef e à Petros, que também se sensibilizaram com o projeto. Com tudo isso, temos conseguido as sementes para a área mais necessária, que só tem este mês para plantar, que é essa das cidades de Campina Grande, Fagundes, Lagoa Nova e ainda essas regiões em volta de Campina Grande.

Os números empolgam, Sr. Presidente. Considerando que, numa primeira fase se produza o “B5”, misturado a 5% de óleo *diesel* vegetal e no óleo *diesel* de petróleo, serão necessários 270 milhões de litros de óleo de mamona por ano.

Para conseguir essa produção, terão que ser incorporados 600 mil hectares ao processo produtivo, o que daria para assentar cerca de 200 mil agricultores familiares, uma média de três hectares por família.

Por meio da cooperativa, os pequenos produtores terão acesso às mais modernas técnicas de plantio e beneficiamento do produto, abrindo portas para um mercado cativo que, pelos números citados, se mostra cada vez mais promissor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos a mais absoluta convicção de que o projeto piloto para a exploração cooperativa do óleo de mamona voltado ao biodiesel será o primeiro passo para a implantação de um novo modelo de produção no semi-árido paraibano.

O homem sertanejo não quer mais viver das migalhas dos assistencialismos, ou de campanhas esporádicas de ajuda. Ele quer produzir, trabalhar e viver dignamente.

E é justamente por isso que o programa cooperativo do biodiesel tem para oferecer dignidade e inclusão social.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que esse exemplo, esse modelo que estamos implantando na Paraíba e que tive a ousadia de iniciar e está dando certo, está à disposição dos Srs. Senadores dos outros Estados do Nordeste que queiram copiá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao orador normalmente inscrito, Senador Francisco Pereira e, em seguida, ao Senador Sibá Machado.

Senador, V. Ex^a é o Senador normalmente inscrito e intercalamos um Líder com as delegações e os oradores inscritos.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje ocupo essa tribuna para cumprimentar o trabalho que a FAESA – Faculdades Integradas Espírito-santense vem desenvolvendo no meu Estado. Sabedores dos desafios que hoje o ensino superior brasileiro vive, como o de preparar o jovem para o mercado e o País para a competição global; romper com seu histórico caráter elitista, ampliando o acesso a educação; criar uma massa pensante capaz de levar a um crescimento econômico mais sólido e mais justo.

Utilizo-me desta tribuna para levantar alguns aspectos que julgo importantes. Nós, como porta-vozes do povo, devemos não somente utilizar a tribuna para discutir os problemas brasileiros, mas também usar essa prerrogativa para enaltecer os bons trabalhos,

que, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento do País e que merecem nosso reconhecimento e estímulo.

Por isso parabeno a Faesa que, com a concepção do curso de Direito, traz uma proposta inovadora, que objetiva propiciar ao bacharelado uma visão multidisciplinar, alinhando a formação profissional à solidariedade social, para que o seu exercício profissional seja uma defesa de valores, calcado em uma visão social e de cidadania.

A escola é um espaço onde as nações buscam sua autonomia, construindo seus referenciais, seus valores e sua cultura. É instituição comprometida fundamentalmente com os destinos da Nação e das futuras gerações. É por isso que sem instituições de ensino superior autônomas e de qualidade não pode existir um autêntico projeto nacional.

Em função dessa realidade, durante muito tempo, a luta por um novo sistema de educação superior ficou circunscrita à resistência às “reformas” de cunho conservador. Hoje, porém – em grande medida devido ao sucesso dessa resistência e ao acúmulo de forças que ela suscitou –, a luta pela reforma universitária entra em novo patamar.

O Governo pode abrir caminhos para um novo projeto avançado de educação superior, democraticamente construído a partir das experiências e opiniões de amplos setores, da academia e da sociedade.

Sr. Presidente, era o que queria dizer a respeito da Faesa e desses cursos.

Também quero utilizar o meu tempo nesta tribuna para discorrer sobre o fim dos meus quatro meses nesta Casa, substituindo o nobre Senador Magno Malta, representando o povo capixaba. Reconheço de público o apoio especial recebido de amigos e personagens que dividiram um pouco da história do nosso País.

Primeiramente agradeço ao Senador Magno Malta, que me deu a alegria de estar ao seu lado e confiou-me a suplência. Seu companheirismo, amizade e a satisfação de estar ao seu lado fazem-me honrado e eternamente grato. Homem que, com amor à Pátria e, em especial, ao povo capixaba, tem uma história de luta contra o narcotráfico. Com orgulho, sempre levantou a bandeira de combate às drogas, empreendeu tantas batalhas em prol da sociedade brasileira e fez a minha vida ser abrilhantada com esse belo trabalho em prol da coletividade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço também à minha família: à minha doce e amada esposa Lada e aos meus amores que são meus filhos Bruno e Daniela, pelo carinho, apoio e pela compreensão

que sempre tiveram durante minha ausência devido ao trabalho desenvolvido aqui em Brasília.

Agradeço também, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a cordialidade com que o Líder do PL, Senador Marcelo Crivella, recebeu-me; ao Presidente Nacional do PL, Valdemar da Costa Neto; e ao Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar; a todos os senhores e senhoras, meus colegas, nobres Senadores, que tão bem me acolheram nesta Casa Legislativa. Deixei aqui todos os meus anseios e receios para trás, onde fui surpreendido com o entusiasmo que de lá encontrei, com os laços de amizade que criei e que pretendo cultivar, Sr. Presidente. Agradeço a toda Bancada Federal capixaba, que, juntos, lutamos pelos mesmos ideais, a fim de servir o Estado do Espírito Santo. E, em especial, aos amigos, Deputados Neucimar Fraga e Walter Pinheiro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Francisco Pereira, permite-me um aparte?

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Perfeitamente, Excelência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Francisco Pereira, conversava aqui com o Senador Pedro Simon, que é uma referência para todos nós nesta Casa, e ele me dizia: “Faça você o aparte que me sentirei representado.” Primeiro, gostaria de dizer que foi uma alegria muito grande estar ao seu lado ao longo desses meses. Entendo que se, neste momento, V. Ex^a faz da tribuna esse discurso emocionado, mostra a paixão desse Senador pelo Espírito Santo, pelo País e por esta Casa. E, por outro lado, quero dar o testemunho, que espero que fique nos Anais, não por ser eu, o Senador Paulo Paim, ou o Senador Pedro Simon, que endossa esse meu pronunciamento: V. Ex^a, durante o tempo que esteve conosco, em cada votação, sempre votou a favor dos trabalhadores, dos aposentados, dos empreendedores, votou a favor dos aposentados, votou a favor do País. Por isso me sinto muito tranquilo e, ao mesmo tempo, sinto-me contemplado por fazer este aparte a um Senador do brilhantismo de V. Ex^a, como foi hoje de manhã na Comissão que discutia a crise na aviação aérea brasileira, e V. Ex^a me apresentava uma série de subsídios para que eu fizesse o bom debate com os convidados. Meus cumprimentos. Pode ter certeza de que o Brasil está muito feliz com a sua atuação, e certamente V. Ex^a rapidamente voltará para cá, quem sabe – teremos eleição o ano que vem –, como mais um Senador do nosso Espírito Santo. Meus cumprimentos.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, nobre amigo Paulo Paim, por suas

palavras que recebo, que sei que são sinceras, porque o conheci, tive o privilégio de conviver com V. Ex^a pelos dias que passei nesta Casa.

Ouç o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Francisco Pereira, eu também não poderia deixar de apartear-lo, porque é muito importante para todos nós conhecermos pessoas como V. Ex^a. E desejo fazer minhas as palavras do Senador Paulo Paim, e certamente este é o sentimento de toda a Casa, de que o Estado do Espírito Santo está de parabéns. É muito ruim dizermos quando um tempo é ideal para se realizarem grandes idéias: quando o tempo é curto ou quando o tempo é muito longo. E tenho absoluta certeza de que a contribuição de V. Ex^a nesta Casa está muito além de um mandato de Senador. Certamente estaremos aqui a refletir sobre as grandes contribuições que V. Ex^a prestou durante esse curtíssimo espaço de tempo. Suas considerações poderão ser lembradas. Quem sabe V. Ex^a poderá retornar para o convívio do Senado Federal e de todos nós. Parabéns a V. Ex^a e principalmente ao povo do Espírito Santo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado, pelo carinho. Suas palavras me emocionam. É muito bom o convívio nesta Casa, onde tenho aprendido muito. Minha passagem aqui certamente acrescentou-me alegria, conhecimento e aprendizado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Francisco Pereira, penso que eu nem precisava dar depoimento sobre a atuação de V. Ex^a nessa passagem em que substituiu o ilustre Senador Magno Malta. Os Senadores de outros Estados que o conheceram somente aqui dão esse testemunho perante o Brasil. V. Ex^a é uma figura respeitada no Estado do Espírito Santo, nos círculos religiosos do Estado do Espírito Santo por sua atuação, não só no mundo dos negócios, mas também na política e no mundo religioso. V. Ex^a trouxe, no convívio com seus companheiros, no debate de matérias tão importantes que circularam pelo Senado, de decisões importantes tomadas nesses últimos quatro meses, a experiência humana, a do empresário, e do homem cristão, dando essa tonalidade em toda sua atuação aqui. Primeiramente, sentimo-nos felizes por essa convivência de quatro meses. Esperamos que V. Ex^a volte mais vezes, quem sabe, como titular do mandato na próxima vez. Já começo a ouvir no Estado

alguns sussurros... Que esses sussurros se tornem realidade. É o que desejamos.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES)

– Muito obrigado, amigo, pessoa que tanto estimo e respeito e por quem tenho carinho muito especial, nobre Senador Gerson Camata, que também abrilhanta meu pronunciamento.

Sr. Presidente, encerrando, quero agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente para o andamento do meu trabalho no Senado e também o apoio da equipe de gabinete do Senado, que me serviu com carinho, simpatia e presteza.

Deixo registrados meus agradecimentos especiais ao pastor Brito e ao meu pastor e amigo Belini, que supriram a minha ausência nos cultos que dirijo, às terças-feiras, em minha igreja, onde louvamos continuamente o nosso Deus por todas as bênçãos recebidas. A minha querida mãe, dona Dalma, não poderia deixar de expressar, aos meus irmãos, a minha amada sogra Conceição, que comigo compartilharam dessa caminhada. Seriam muitos a agradecer, por isso deixo aqui um forte abraço e uma alegria enorme de compartilhar com pessoas maravilhosas um pouco do trabalho legislativo que desenvolvi, fazendo parte do cenário político e da história do Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES)

– Deixo também, de coração, o depoimento de que esta minha estada aqui me emocionou muito e enriqueceu a minha vida. Pude aprender com os nobres Senadores muitas coisas que, certamente, me darão subsídios para a continuidade da vida.

A todos, muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Francisco Pereira, estando eu, eventualmente, na Presidência, quero, em nome da Mesa do Senado, cumprimentá-lo e dizer da importância do trabalho que V. Ex^a desenvolveu durante este período. Espero que, ao retornar ao Espírito Santo, V. Ex^a leve o reconhecimento desta Casa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PDT na primeira oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a falará após o Senador Sibá Machado, orador regularmente inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje pela Liderança do Bloco de apoio ao Governo para tratar da situação do salário mínimo, tendo em vista o cumprimento do ardoroso debate que realizamos aqui no ano passado e também no ano de 2003, de maneira muito calorosa, quando animosidades foram colocadas. Mas, ao final, saiu o entendimento de que a correção do salário mínimo para o ano de 2005, já estava previamente estabelecida pelo Governo e pelo Congresso Nacional, seria para o valor de R\$300, a partir do dia 1º de maio próximo.

Já está na Casa a medida provisória. Constituiu-se uma comissão mista para analisar a matéria, emitir parecer e, em seguida, encaminhá-la à votação.

Mas antes de tratar disso, Sr. Presidente, quero lembrar aqui alguns fatos. Ainda no Governo do Presidente Getúlio Vargas, houve uma primeira lei em 1936, depois, a regulamentação do salário mínimo em 1938 e, por fim, a regulamentação dos valores do salário mínimo em 1940. Estava ali uma metodologia do salário mínimo permanente. E o País, até hoje, depois de tantos anos, está ainda a se debruçar sobre a lei que rege o salário mínimo. E o Governo, o Presidente Lula, adota para a LDO de 2006 o critério estabelecido nos debates do ano passado: a correção da inflação do período mais um ganho real conforme o PIB **per capita**.

Analisamos aqui alguns dados e vimos que, em 1960, cerca de 70% da classe trabalhadora ganhava menos ou igual a um salário mínimo. Em 1970, dez anos depois, a porcentagem caiu para 50%, ou seja, a metade dos trabalhadores percebiam menos que o valor convencional do salário mínimo. E, para o ano de 2005, serão 14%.

Isso nos leva a crer, Sr. Presidente, na tese do Senador Paulo Paim, de que salário mínimo é, sim, transferência de renda e inclusão social.

Se os programas de inclusão social como o Bolsa Família e outras compensações dadas nos programas governamentais de todas as esferas, que compreendem valores de R\$60,00 a R\$90,00, são vistos como inclusão de renda, distribuição de riquezas, imaginem um salário mínimo no valor de R\$300,00, que varia

até cinco vezes o montante dessa distribuição, conforme a bolsa.

Há um dado ainda sobre as prefeituras. Cinquenta e três por cento das prefeituras alegam a impossibilidade de cumprir as metas da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque a folha de pagamento vai estar acima do que é permitido pela lei. Além do mais, cerca de 40% dessas prefeituras estarão impossibilitadas de pagar o 13º salário.

Falando agora em números, Sr. Presidente, devo dizer que, conforme dados do Dieese, o aumento do valor do salário mínimo de R\$260,00 para R\$300,00 deverá injetar R\$13,3 bilhões na economia e ampliar a arrecadação tributária em mais de R\$3 bilhões. A estimativa do Dieese leva em conta o universo de trabalhadores que recebem até um salário mínimo por mês – cerca de 37 milhões de pessoas, entre ativos e inativos.

O Dieese também aponta que a elevação vai representar um aumento real de 6,5%, se for levado em conta o Índice do Custo de Vida (ICV), ou de 8,8%, na correção feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Para os técnicos do Dieese, o aumento do valor do salário mínimo implicará um gasto adicional de R\$5,2 bilhões da Previdência Social durante o ano, ou de R\$653 milhões ao mês.

O estudo do Dieese também afirma que, em 2003, 22 milhões de trabalhadores ocupados ganhavam até um salário mínimo, segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E mais, Sr. Presidente, o Governo está decidido a manter as mesmas regras da discussão do ano passado para a implementação da LDO, vinculada ao ano de 2006.

Diante desses fatos, demonstro que tudo está bem planejado, mas estamos às vésperas de a medida provisória entrar em vigor e o Congresso, praticamente, não está tratando do assunto.

E como, às vezes, apenas o lado ruim das matérias ganham importância na imprensa e no debate, encerro o meu pronunciamento fazendo, verbalmente, um requerimento a V. Exª, Sr. Presidente, de moção de aplauso ao Presidente Lula pela medida provisória. Infelizmente, somente os fatos ruins da conjuntura chamam a atenção, portanto, devemos lembrar também os bons fatos, para que a socieda-

de tome conhecimento de tudo de bom que acontece em nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Encerro, então, dizendo da minha vontade de que esta Presidência possa adotar o requerimento verbal de uma moção de aplauso à decisão do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Fica registrado o requerimento de V. Exª. Mas a Mesa aguarda o requerimento formal para que possa dar o encaminhamento regimental.

Convido para fazer uso da palavra o orador regularmente inscrito, Senador Flexa Ribeiro, por cessão do Senador Tasso Jereissati.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Senador Francisco Pereira, Srªs e Srs. Senadores, faço uso desta tribuna para trazer informação do lançamento, na última terça-feira, dia 26, por parte da Confederação Nacional de Indústria, do Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015), cuja divulgação consubstancia a visão da CNI sobre o futuro do País, para os próximos dez anos. O Mapa Estratégico aponta o posicionamento da indústria no cenário competitivo global, as prioridades estratégicas e as bases necessárias ao desenvolvimento de uma indústria forte, dinâmica e com participação expressiva no comércio internacional.

Qual o objetivo da indústria brasileira com o Mapa Estratégico? Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Mapa mostra o que a indústria quer e sonha: um País diferente. O Mapa define objetivos, metas e programas capazes de consolidar o Brasil como uma das principais plataformas da indústria mundial por meio de uma agenda voltada para a construção de uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento, inovadora e com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos.

A indústria brasileira sabe que não existem soluções mágicas. O crescimento da economia e a melhoria da vida da população exigem um conjunto amplo de ações e aprofundamento de reformas. Não há uma ação isolada com capacidade de gerar o crescimento. O crescimento é o produto de um todo, um conjunto de ações. A falta de ação sobre essa agenda é que pode afetar negativamente o potencial de crescimento do País.

O Mapa não é da indústria, mas do País. A indústria pretende atuar de forma pró-ativa junto à sociedade na mobilização dos recursos necessários para implementar os Programas Estratégicos que afetarão o desenvolvimento industrial brasileiro e, em última instância, garantir o desenvolvimento sustentável desta e das futuras gerações.

O Mapa reforça e recomenda soluções de mercado. Parte da premissa de que o Estado deve garantir instituições sólidas e de qualidade e ser capaz de coordenar ações necessárias à criação de um ambiente econômico competitivo.

O desenvolvimento institucional do País é causa e efeito do processo de crescimento. Escapar do círculo vicioso gerado por reformas institucionais parciais e inconclusas é o desafio do País. Ao liberar o potencial de crescimento, essas reformas geram as condições para um círculo virtuoso de novas reformas que surtem da prosperidade.

Os pilares do Mapa Estratégico estão centrados em um conjunto de elementos: a liderança empresarial; o ambiente institucional e regulatório; o desenvolvimento do capital humano (educação e saúde); a infra-estrutura; a disponibilidade de recursos.

Na construção do Mapa, a indústria, representada pelo Fórum Nacional da Indústria da CNI, mobilizou dezenas de organizações empresariais e centenas de empresários para uma reflexão conjunta sobre o futuro da indústria e do País. O produto final desse trabalho, desenvolvido ao longo de seis meses, é o Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015).

O Mapa é, portanto, produto de uma visão compartilhada. Foi desenhado com ampla participação empresarial. Foi construído para ter permanência, independentemente de mudanças de governos. Traduz o pensamento da indústria e busca o compromisso com a sociedade em torno de uma estratégia para o desenvolvimento do País. Servirá também para dar foco à própria atuação do Fórum Nacional da Indústria da CNI, orientando as suas ações e prioridades.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a indústria brasileira está preocupada com a diminuição do injusto desequilíbrio regional neste País em relação às regiões ainda não desenvolvidas. Por isso, ao apresentar sua visão do País para os próximos dez anos, a indústria nacional inclui essa preocupação em seus objetivos.

O Mapa Estratégico da Indústria trata dos processos fundamentais e que apresentam relações de causa e efeito com os resultados esperados. Entre

seus principais Processos e Atividades, tem como objetivo:

- expandir a base industrial, promovendo o fomento de pequenas e médias empresas e o fomento de regiões menos desenvolvidas;
- inserir-se internacionalmente a partir do desenvolvimento da cultura exportadora doméstica e da melhoria das condições de acesso aos mercados internacionais;
- melhorar a gestão empresarial, aumentando a qualidade e a produtividade;
- dar ênfase à inovação a fim de estarmos preparados para a competição da economia do conhecimento;
- desenvolver a cultura de responsabilidade socioambiental, visualizando-a como uma oportunidade de negócio e um benefício para a sociedade.

Os processos a serem desempenhados pela indústria terão sustentação se estiverem disponíveis, de forma adequada, condições essenciais como infra-estrutura e recursos humanos, ambientais e financeiros.

Parte-se da premissa de que para o desenvolvimento sustentável é primordial um ambiente institucional moderno, ágil e eficiente, além de um ambiente regulatório estruturado e estável. Somam-se a essas condições a necessidade de um sistema de saúde de qualidade e um sistema educacional alinhado às exigências da sociedade, que fomente o empreendedorismo e esteja preparado para atender aos desafios da economia do conhecimento.

Por último, mas não menos importante, a indústria brasileira requer uma liderança empresarial coesa em torno de objetivos comuns, de uma visão estratégica consolidada e de um sistema de representação empresarial aperfeiçoado, de modo que o setor industrial participe ativamente da formulação de políticas públicas voltadas para o projeto de País de 2015.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Quero passar às mãos de V. Ex^a uma cópia do Mapa Estratégico da Indústria.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEIX RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

MAPA ESTRATÉGICO DA Indústria

 **2007-2015****CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI****PRESIDENTE**

ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO

1º VICE-PRESIDENTE

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA

VICE-PRESIDENTES

FRANCISCO RENAN ORNOZ PROENÇA
ROBSON BRAGA DE ANGRADE
JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS
JOSÉ FERNANDO XAVIER FARACO
ABELIRIO VASCONCELOS DA ROCHA
FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA
FERNANDO CIRINO GURGEL
DANILO OLIVO CARLOTTO REMOR
ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA
ALFREDO FERNANDES
JOSÉ NASSER

1º SECRETÁRIO

LOURIVAL NOVAES DANTAS

2º SECRETÁRIO

JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1º TESOUREIRO

ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN

2º TESOUREIRO

PAULO AFONSO FERREIRA

DIRETORES

FERNANDO ANTONIO VAZ
JOÃO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE
CARLOS SALUSTIANO DE SOUSA COELHO
JORGE PARENTE FROTA JÚNIOR
JORGE MACHADO MENDES
IDALITO DE OLIVEIRA
SIVALDO DA SILVA BRITO
DAGOBERTO LIMA GODOY
OSVALDO MOREIRA DOUAT
LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO
CARLOS ANTÔNIO DE BORGES GARCIA
FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO
ANTONIO FÁBIO RIBEIRO
JORGE ALOYSIO WEBER
OLAVO MACHADO JÚNIOR
JORGE WICKS CÔRTE REAL

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

ILIO AUGUSTO MIRANDA FILHO
RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA
JOSÉ BRÁULIO BASSINI

SUPLENTES

ADALBERTO DE SOUZA COELHO
FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA
JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAÚJO

© 2005. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

O Mapa Estratégico da Indústria foi desenvolvido com o apoio e metodologia da empresa Symnetics.

CNI

Diretoria Executiva - DIREX

Ficha Catalográfica

C748m

Confederação Nacional da Indústria.

Mapa Estratégico da Indústria: 2007 – 20015 . – Brasília: CNI/DIREX, 2005.

121 p. : il.

ISBN 85-88566-53-2

1. Indústria Brasileira 2. Infra-Estrutura 3. Sistema Regulatório 4. Inovação 5. Gestão Empresarial 6. Pequenas e Médias Empresas 7. Desenvolvimento Sustentável 8. Produtividade 9. Responsabilidade Social 10. Responsabilidade Ambiental 11. Educação 12. Saúde 13. Comércio Exterior

CDU 65 (81)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

SBN Quadra 01 Bloco C – 17º andar

70040-903 - Brasília – DF

Tel.: (61) 317-9000

Fax: (61) 317-9500

<http://www.cni.org.br>

E-mail: sac@cni.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I. COMPROMISSO COM O FUTURO	11
Uma Ferramenta para a Gestão Estratégica da Indústria Brasileira	11
II. A ESTRATÉGIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS	13
III. AS PRINCIPAIS METAS PARA O BRASIL 2007 – 2015	17
Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015	20
1. Liderança Empresarial	21
1.1 Consolidar uma Visão Estratégica da Indústria e Aperfeiçoar o Sistema de Representação Empresarial	21
1.2 Participar Ativamente na Formulação de Políticas Públicas	22
2. Ambiente Institucional e Regulatório	23
2.1 Promover a Defesa da Concorrência e da Propriedade Intelectual	23
2.2 Promover a Redução do Tamanho do Estado e a Desburocratização, para Garantir a Transparência e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos	24
2.3 Garantir a Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário	25
2.4 Fomentar o Permanente Aperfeiçoamento do Sistema Político	26
2.5 Garantir a Segurança Pública	27
2.6 Reduzir a Carga, Simplificando e Aperfeiçoando o Sistema Tributário	28
2.7 Adequar a Legislação Trabalhista às Exigências da Competitividade	29
2.8 Garantir Marcos Regulatórios Estáveis e Sistemas Regulatórios bem Definidos	29
2.9 Adequar a Legislação e Competências das Instituições de Regulação do Meio Ambiente	30
3. Educação e Saúde	31
3.1 Garantir a Qualidade da Educação Básica	31
3.2 Garantir uma Educação Superior de Qualidade e Adequada às Necessidades da Economia do Conhecimento e do Sistema Produtivo	32
3.3 Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica	33
3.4 Promover a Inclusão Digital	34
3.5 Promover a Cultura Empreendedora e Difundir Valores de Livre Iniciativa e Ética Empresarial	34
3.6 Garantir o Acesso a um Sistema de Saúde de Qualidade	35
4. Infra-estrutura	36
4.1 Garantir a Eficiência Logística que Sustente o Crescimento da Indústria Brasileira	36
4.2 Garantir Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos	37
4.3 Garantir a Continuidade do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações	38
4.4 Assegurar Disponibilidade de Infra-estrutura de Saneamento Básico	39

5. Disponibilidade de Recursos	40
5.1 Desenvolver um Novo Padrão de Financiamento para o Setor Produtivo a Custos Competitivos Internacionalmente	40
5.2 Fomentar o Mercado de Capitais	41
5.3 Estimular a Atração e Retenção do Capital Humano	42
5.4 Promover o Uso Racional dos Recursos Naturais	42
6. Expansão da Base Industrial	45
6.1 Fomentar o Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Indústria	45
6.2 Estimular e Fortalecer Cadeias Produtivas e APLs	46
6.3 Promover a Industrialização Competitiva das Regiões Menos Desenvolvidas	47
7. Inserção Internacional	47
7.1 Desenvolver Cultura Exportadora das PMEs e a Capacitação das Empresas para a Exportação	48
7.2 Melhorar a Articulação Governo-Sector Privado para maior Eficiência nas Negociações Comerciais Internacionais	49
7.3 Desenvolver a Imagem e Marca dos Produtos Brasileiros no Exterior	50
8. Gestão Empresarial e Produtividade	51
8.1 Aumentar a Produtividade e Qualidade na Indústria	52
9. Inovação	52
9.1 Estimular a Atividade de Inovação nas Empresas	53
9.2 Desenvolver Infra-estrutura Tecnológica	54
9.3 Fomentar Centros Tecnológicos e Mecanismos de Acesso ao Conhecimento	55
10. Responsabilidade Social e Ambiental	56
10.1 Promover a Gestão Ambiental na Indústria	56
10.2 Desenvolver Cultura de Responsabilidade Social na Indústria	57
11. Posicionamento	61
11.1 Posicionamento: Produtos Competitivos e de Qualidade	61
11.2 Posicionamento: Produtos e Serviços Inovadores	62
11.3 Posicionamento: Produtos e Serviços de Maior Valor Agregado	62
11.4 Posicionamento: Reconhecimento de Marcas e Produtos Brasileiros	62
11.5 Posicionamento: Acelerar Crescimento do Produto Industrial	62
11.6 Posicionamento: Aumentar a Participação do Brasil no Comércio Global	63
12. Resultados para o País	67
12.1 Objetivo Estratégico: Crescimento Econômico	67
12.2 Objetivo Estratégico: Mais Emprego e Renda	68
12.3 Objetivo Estratégico: Elevação da Qualidade de Vida	68
12.4 Objetivo Estratégico: Diminuição das Desigualdades Regionais e Sociais	69
12.5 Objetivo Estratégico: Expansão dos Negócios com Geração de Valor	70
13. Desenvolvimento Sustentável	73
IV. OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	75
Liderança Empresarial	77
Ambiente Institucional e Regulatório	78
Educação e Saúde	80
Infra-Estrutura	81
Disponibilidade de Recursos	82
Expansão da Base Industrial	83
Inserção Internacional	83
Gestão Empresarial e Produtividade	85
Inovação	85
Responsabilidade Social e Ambiental	86
Distribuição dos Programas Estratégicos e Impacto nos Objetivos	87
Matriz de Impacto Programas x Objetivos	88
V. UM MODELO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA	89
VI. O INÍCIO DE UM PROCESSO	91
1. O Processo de Construção do Mapa Estratégico da Indústria	91
2. Participantes do Processo	94
ANEXO - PRINCIPAIS INDICADORES DO MAPA ESTRATÉGICO	99

APRESENTAÇÃO

A indústria quer e sonha com um País diferente. A indústria, representada pelo Fórum Nacional da Indústria da CNI, mobilizou dezenas de organizações empresariais e centenas de empresários para uma reflexão conjunta sobre o futuro da indústria e do País. O produto final desse trabalho, desenvolvido ao longo de seis meses, é o Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015).

O País que queremos. O Mapa define objetivos, metas e programas capazes de consolidar o Brasil como uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e base de uma das principais plataformas da indústria mundial: inovadora, com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos.

A indústria não aposta em soluções mágicas. O crescimento da economia e a melhoria de vida da população exigem um conjunto amplo de iniciativas e reformas interconectadas. Não há uma ação isolada com capacidade de gerar o crescimento. A inação sobre essa agenda é o que afeta o potencial de crescimento do País.

A agenda do Brasil é complexa. O País tem que enfrentar, simultaneamente, questões que já não participam da agenda das economias que competem conosco. O futuro da indústria brasileira está intimamente ligado à educação e ao conhecimento.

Medição e acompanhamento. Uma das principais inovações do Mapa Estratégico é a criação de um sistema de gestão para o acompanhamento da sua implementação. A indústria acompanhará periodicamente a evolução dos indicadores dos objetivos estratégicos. É a forma de corrigir ações e alertar a sociedade sobre os sucessos e fracassos em nossa rota rumo a 2015.

Jogar para vencer. A indústria confia em sua capacidade e na do País para vencer os desafios propostos para 2015. É uma tarefa de toda a sociedade. Exige alianças, parcerias, foco e energia.

Armando Monteiro Neto
Presidente da Confederação Nacional da Indústria

I. COMPROMISSO COM O FUTURO

A indústria não tem escolha. A única opção possível é ser uma indústria de classe mundial.

A indústria brasileira está definindo seu futuro. O Mapa Estratégico aponta o posicionamento da indústria no cenário competitivo global, as prioridades estratégicas e as bases necessárias ao desenvolvimento de uma indústria forte, dinâmica e com participação expressiva no comércio internacional.

A indústria não tem escolha. A única opção possível é ser uma indústria de classe mundial. A indústria brasileira compete em mercados globais e participa, de forma crescente, em cadeias de produção integradas. Isso impõe dois desafios: ela tem que estar preparada para responder aos desafios da globalização e às mudanças de organização da produção. O País tem que elaborar um programa coerente voltado para a criação de um ambiente econômico e institucional de classe mundial.

Esse Mapa é produto de uma visão compartilhada. Foi desenhado, com ampla participação empresarial, para ter permanência independente de mudanças de governos. Traduz o pensamento da indústria e busca o compromisso com a sociedade em torno de uma estratégia para o desenvolvimento do País. Servirá, também, para dar foco à própria atuação do Fórum Nacional da Indústria da CNI, orientando suas ações.

É um mecanismo de gestão de prioridades estratégicas. O Fórum utilizará periodicamente um Modelo de Gestão para acompanhamento de resultados, o que permite aos seus integrantes a avaliação do grau de implementação das prioridades.

Ação proativa. A indústria pretende atuar de forma proativa com a sociedade na mobilização dos recursos necessários, para implementar os Programas Estratégicos que afetarão o crescimento industrial brasileiro e, em última instância, garantir o desenvolvimento sustentável desta e das futuras gerações.

Uma Ferramenta para a Gestão Estratégica da Indústria Brasileira

O Mapa Estratégico da Indústria foi construído com base na metodologia do *Balanced Scorecard*, criado por Robert Kaplan, professor da *Harvard University*, e David Norton, consultor de empresas. O *Balanced Scorecard*, ou BSC, é um modelo de gestão que auxilia as organizações a traduzir a estratégia em objetivos, facilitando sua compreensão e implementação.

O uso do BSC como Modelo de Gestão da Estratégia traz, pelo menos, três grandes benefícios: a estratégia é descrita e comunicada de forma clara; viabiliza o foco na estratégia e na visão a longo prazo; cria um real sentido de organização, mobilizando para a ação.

Os principais componentes de um BSC são:

- **Mapa Estratégico:** expressa a maneira pela qual a estratégia será implementada. É um diagrama, que identifica os principais objetivos e estabelece entre eles relações de causa e efeito.
- **Objetivos:** representam o que deve ser alcançado ou o que é imprescindível para se chegar aos resultados esperados.
- **Indicadores:** mostram como será acompanhado o sucesso da estratégia, informando o foco de cada um dos objetivos e, ao mesmo tempo, sinalizando o direcionamento necessário para a implementação.
- **Metas:** estabelecem o nível esperado de desempenho e possibilitam a compreensão acerca do esforço necessário para a consecução.
- **Programas:** são as ações que devem ser realizadas para que as metas sejam atingidas e os objetivos alcançados.

Finalmente, o BSC possibilita, por meio dos ciclos de aprendizado operacional e estratégico, a constante atualização da estratégia, provendo aos líderes informações que fundamentam a tomada de decisão.

II. A ESTRATÉGIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS

Para cada problema há uma solução, que é simples, direta e errada.

H. L. Mencken

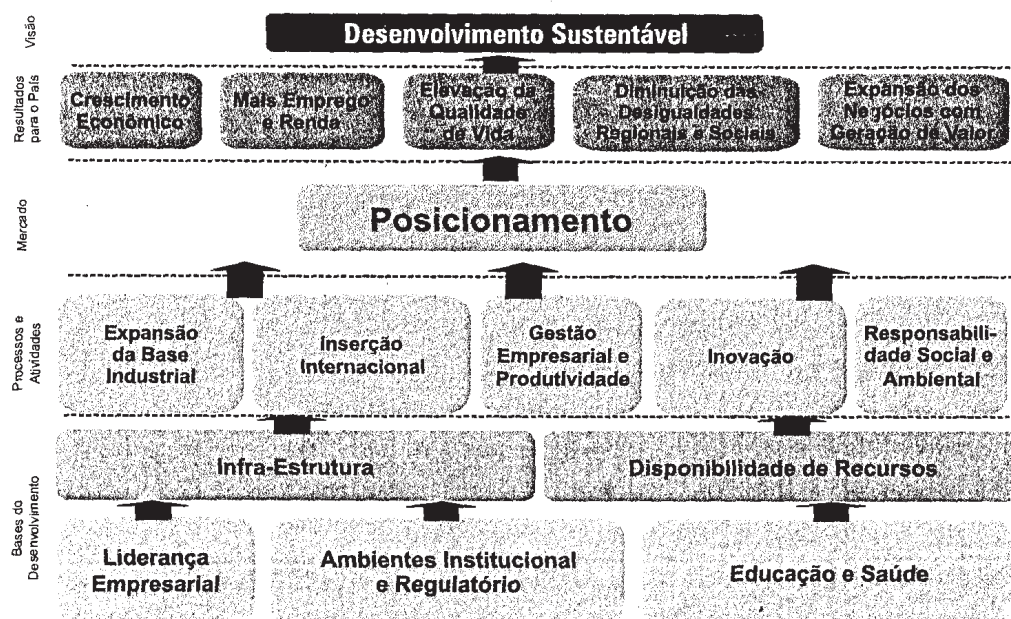
O Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015) representa a visão da indústria sobre a agenda de desenvolvimento do setor e do País para os próximos dez anos. Expressa um conjunto de objetivos, metas e programas que envolvem o desenvolvimento de instituições e a implementação de políticas fundamentais para liberar o potencial de crescimento da economia brasileira.

O Mapa não apresenta soluções mágicas para o crescimento. É um exercício de relações de causa e efeito. Identifica um conjunto de iniciativas e de reformas institucionais que exercem um efeito cumulativo entre si e que reforçam a necessidade de um trabalho persistente. É a soma dessas iniciativas que liberará o potencial de crescimento da indústria e do País.

O Mapa reforça e recomenda soluções de mercado: Parte da premissa que o Estado deve garantir instituições sólidas e de qualidade, tornando-se capaz de coordenar ações necessárias à criação de um ambiente econômico competitivo.

O desenvolvimento institucional do País é causa e efeito do processo de crescimento. Escapar do círculo vicioso gerado por reformas institucionais parciais e inconclusas é o desafio do País. Ao liberar o potencial de crescimento, essas reformas geram as condições para um círculo virtuoso de novas reformas, que são viabilizadas pelos resultados desse processo de transformação.

O Mapa Estratégico é formado por um conjunto de elementos:



A diversidade e a complexidade da estrutura econômica brasileira não conduzem a soluções simples. A natureza dos seus avanços e problemas revela a necessidade de construção de estratégias diferenciadas.

Isso tem impacto na elaboração das reformas. De um lado, o Brasil precisa se preparar para a economia do conhecimento e investir nas fontes que favoreçam a capacidade de inovação das empresas. De outro, tem que enfrentar problemas básicos de infra-estrutura e de um sistema tributário ineficiente e obsoleto. São reformas de primeira e de última geração que têm que ser enfrentadas simultaneamente.

Respostas a uma estratégia industrial multifacetada. A agenda de modernização deve responder à complexidade dos caminhos da indústria. A estratégia do setor se forma a partir de uma base – a competitividade – e se alicerça na exploração das vantagens comparativas naturais e na aquisição de vantagens competitivas.

As fontes primárias da competitividade industrial são a produtividade e a eficiência. É uma tarefa que depende das empresas e da qualidade do ambiente em que operam. O acesso às tecnologias disponíveis (gestão, equipamentos, distribuição) é um fator decisivo para o aumento da produtividade das empresas. O sistema tributário, as regulações de trabalho e o custo do crédito têm um papel importante. Ante a baixa qualidade da regulação e do ambiente institucional, o Brasil pode ter ganhos expressivos apenas como resultado de avanços nessas áreas.

Na indústria brasileira estão presentes setores em que a principal fonte de competitividade são os preços dos fatores, reflexos das nossas vantagens comparativas naturais. Nessas indústrias, a qualidade da infra-estrutura é a variável crítica.

Para um grupo de empresas cada vez mais numeroso, o sucesso depende, essencialmente, do acesso à inovação. Nesse caso, as instituições de apoio à novidade e à educação avançada são os fatores diferenciadores.

A estratégia de competitividade da indústria brasileira é, portanto, complexa. A indústria nacional, independente da sua fonte básica de competitividade, requer investimentos crescentes em inovação. O caso da agroindústria é emblemático. O seu sucesso depende de sol, de terra, de água e de tecnologias.

Educação e conhecimento são pilares do Mapa. O aumento da competitividade e da capacidade de inovação dependem do equivalente a uma revolução no sistema de educação e da geração e difusão do conhecimento. A chave dessa transformação reside em medidas voltadas para a elevação da qualidade da educação básica e na criação de condições para o desenvolvimento de um sistema de educação continuada flexível e de qualidade.

É uma agenda com sobrecarga. Exige escolhas e opções que permitam maximizar o uso eficiente dos recursos disponíveis. Essa pressão por recursos emite um sinal: não há como prescindir de uma participação ativa do setor privado no maior número possível de atividades e de uma ação consistente para a consolidação de um Estado eficiente.

A plataforma básica de crescimento do Brasil tem rachaduras e falta de pilares. O Estado drena recursos do setor privado, as taxa de juros são anômalas, a infra-estrutura é inadequada, a tributação

é excessiva e ineficiente, e o judiciário ineficaz.

Atuar sobre essa agenda é liberar energias para o crescimento. O seu impacto é horizontal e afeta positivamente todas as empresas, independente de porte e de localização.

Enfrentar a agenda de eficiência operacional é o mínimo exigido para participar do jogo da competição internacional. Mas é insuficiente para formar uma estratégia.

A parte mais importante de qualquer estratégia é o posicionamento almejado, nesse caso, a posição que a indústria deseja ocupar na economia global. É a partir dessa premissa que devem ser discutidos os processos capazes de dar sustentação à estratégia.

O posicionamento proposto pela indústria para o Brasil é o de ser reconhecido internacionalmente por oferecer produtos competitivos, com elevados padrões de qualidade, inovação e valor adicionado. É fundamental para que o País acelere o crescimento da produção e aumente a participação no comércio global, condições essenciais para sustentar o desenvolvimento a longo prazo.

Em seus Processos e Atividades, o Mapa Estratégico da Indústria trata dos processos fundamentais e que apresentam relações de causa e efeito com os resultados esperados:

- Expandir a base industrial, promovendo o fomento de pequenas e médias empresas e de regiões menos favorecidas;
- Inserir-se internacionalmente, a partir do desenvolvimento da cultura exportadora doméstica e da melhoria das condições de acesso aos mercados internacionais;
- Melhorar a gestão empresarial, aumentando a qualidade e a produtividade;
- Dar ênfase à inovação, a fim de preparar as empresas para a competição da economia do conhecimento;
- Desenvolver cultura de responsabilidade sócio-ambiental, visualizando-a como uma oportunidade de negócio e um benefício para a sociedade.

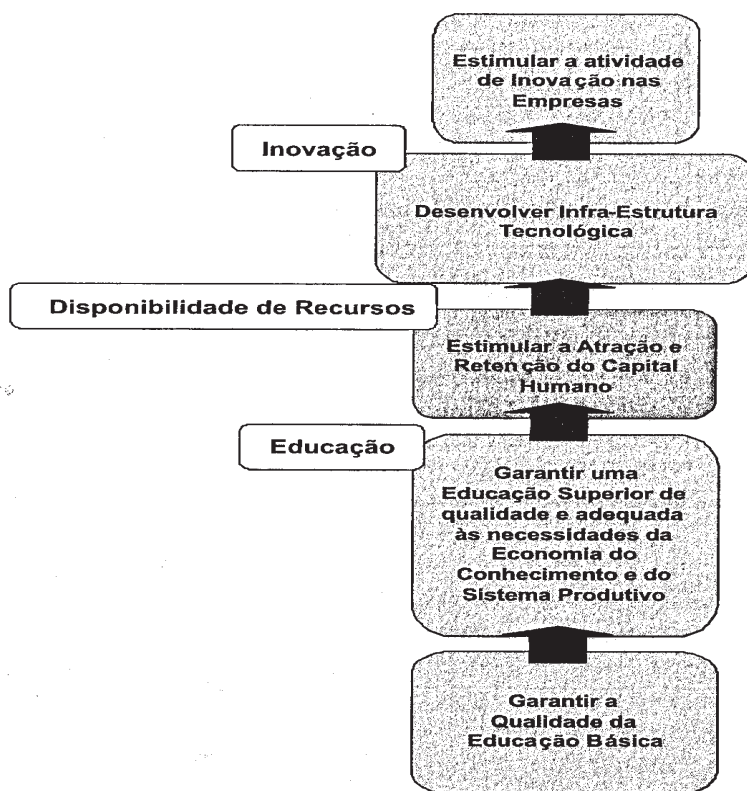
Os processos a serem desempenhados pela indústria terão sustentação, caso estejam disponíveis condições adequadas de infra-estrutura e de recursos humanos, ambientais e financeiros.

É primordial um ambiente institucional moderno, ágil e eficiente, bem como um ambiente regulatório estruturado e estável. Somam-se a essas condições a necessidade de um sistema de saúde de qualidade e um sistema educacional alinhado aos anseios da sociedade, que fomente o empreendedorismo e esteja preparado para atender os desafios da economia do conhecimento.

Por último, mas não menos importante, a indústria brasileira requer uma liderança empresarial coesa em torno de objetivos comuns, de uma visão estratégica consolidada e de um sistema de representação empresarial aperfeiçoado, de forma que o setor industrial participe ativamente da formulação de políticas públicas voltadas para o projeto de País para 2015.

Relações de Causa e Efeito

A lógica da estratégia está baseada em hipóteses que consideram que, no caso de um conjunto de objetivos estratégicos ser perseguido, o alvo será atingido.



O modelo de gestão do *Balanced Scorecard* traduz estas hipóteses em uma forma gráfica, por meio do Mapa Estratégico, explicitando-as em relações de **causa e efeito**.

Tendo claras as interações entre os objetivos estratégicos, os gestores podem confirmar as hipóteses, a fim de obter mais efetividade no processo de execução estratégica.

III AS PRINCIPAIS METAS PARA O BRASIL 2007 - 2011

Já se afirmou que o mundo é governado pelos números. Conheço isto: os números nos dizem se ele está sendo bem ou mal governado.

Goethe

As metas estabelecem e comunicam o nível esperado de desempenho a todos os interessados na implementação da estratégia. É um mecanismo de mobilização, de comunicação e compartilhamento com todas as partes envolvidas.

No Mapa Estratégico da Indústria todos os indicadores foram alvo do estabelecimento de metas que serão usadas na gestão da estratégia, fundamentando a análise da implementação ao longo do tempo. Neste documento foram destacadas as principais metas de curto, médio e longo prazo propostas para o País.

Tabela 1 - Principais Metas para o Brasil

Indicador	2007	2010	2015
Crescimento do PIB	5,5% a.a. (Taxa média até 2010)		7,0% a.a. (taxa média de 2010 a 2015)
Crescimento do PIB Industrial	7% a.a. (taxa média até 2010)		8,5% a.a. (taxa média de 2010 a 2015)
Índice de Produtividade da Indústria	Crescer 4% a.a	Crescer 6% a.a	Crescer 6% a.a
Taxa de Desemprego	9,0%	7,0%	6,0%
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	22%	25%	30%
Crédito/PIB	Alcançar 40% (até 2010)		70%
Spread Bancário	Alcançar 20% (até 2010)		10%
Taxas Real de Juros	Alcançar 6% (até 2010)		4% (até 2015)
Carga Tributária	33%	30%	27%
Oferta de Energia	Crescimento médio de 7% a.a. Período até 2010		Crescimento médio de 8,5% a.a. de 2010 a 2015
Investimentos em Infra-estrutura dos Transportes/PIB	0,45%	0,5%	0,6%
Domicílios Atendidos por Rede Coletora de Esgoto	52%	60%	70%
Investimento Privado em Inovação/PIB	0,6%	0,8%	1,4%
Pisa	Alcançar a nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		
Domicílios com Acesso à Internet	18%	25%	30%
Renda per capita (PPP)	Alcançar 12.000 PPP até 2015		
GINI	0,54	0,52	0,50
IDH	0,80	0,83	0,86

Nota: Ver ANEXO.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Visão

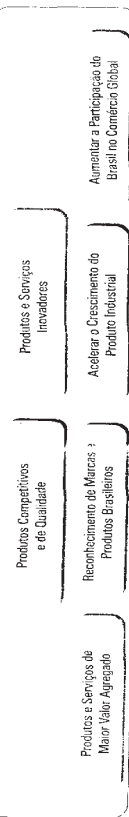
Resultados para o País

- Sociedade
- Trabalhadores
- Empresas
- Governo

Partes Interessadas



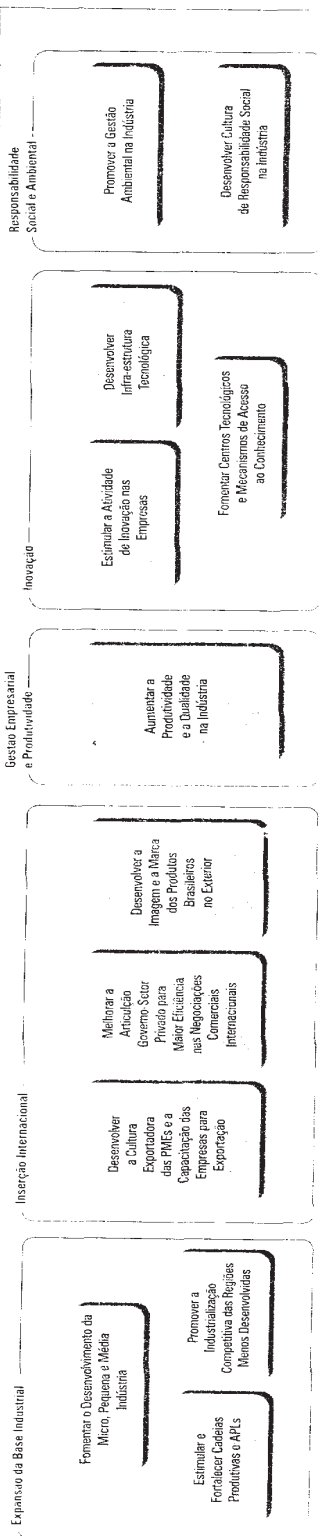
Posicionamento



Mercado

Expansão da Base Industrial

Processos e Atividades



Infra-estrutura

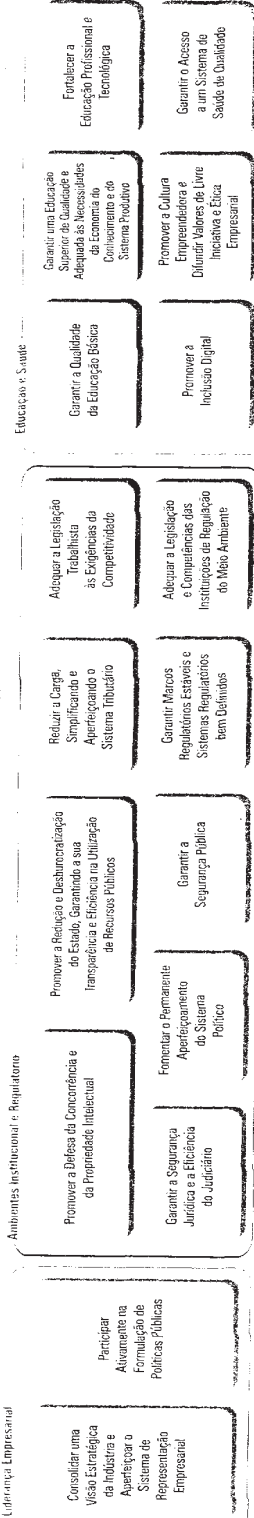
Disponibilidade de Recursos



Liderança Empresarial

Ambientes Institucional e Regulatório

Educação e Saúde

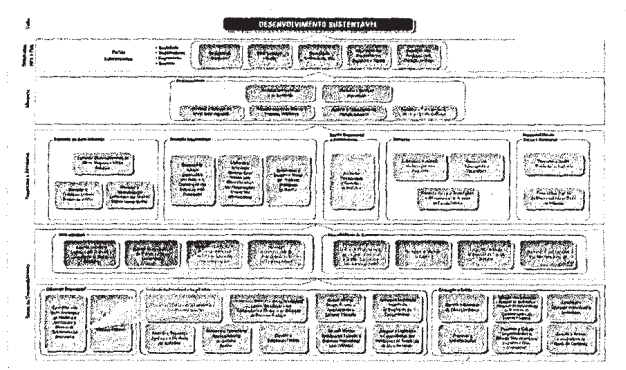


Mapa Estratégico da Indústria

1. Liderança Empresarial

Os empresários são agentes do desenvolvimento e da mudança. Não apenas com as iniciativas em suas empresas, mas também fora delas, como parte integrante da sociedade, ao participar da construção e da implementação de políticas públicas. O sucesso das medidas propostas no Mapa Estratégico da Indústria depende de uma liderança empresarial catalisadora, que impulse e mobilize a sociedade, além de ações privadas e de governo na direção das transformações necessárias ao desenvolvimento do País.

A visão da indústria para o Brasil é demonstrada no Mapa Estratégico. A capacidade de se avançar nessa direção depende de uma participação empresarial ativa no processo de formulação de políticas públicas. O desafio é ampliar apoios e alianças.



1.1 Consolidar uma Visão Estratégica da Indústria e Aperfeiçoar o Sistema de Representação Empresarial

O Mapa apresenta uma visão estratégica de longo prazo com objetivos claros e desafiadores. O processo de construção do Mapa Estratégico da Indústria teve, como objetivo, o alinhamento da indústria em torno da agenda para o País. Os desafios identificados são de vital importância não só para a indústria, mas para todos os demais setores da sociedade.

O aperfeiçoamento do sistema de representação empresarial é necessário para a maior expressão e eficácia da ação política empresarial. Progressos na articulação e na representação possibilitarão a mobilização dos empresários e da sociedade para implementar o Mapa Estratégico. O objetivo é promover melhorias estruturais no ambiente institucional capazes de criar um ambiente econômico adequado para viabilizar uma indústria de classe mundial.

Indicadores	Descrição
Implementação do Mapa Estratégico	Indica o esforço realizado para consolidar a visão estratégica por meio da implementação de programas do Mapa.

FONTE: CNI.

Indicadores	Descrição
Resultados do Mapa Estratégico	Indica o alcance dos objetivos propostos pelo Mapa (de um, não alcançado; a cinco, plenamente alcançado).

FONTE: CNI.

1.2 Participar Ativamente na Formulação de Políticas Públicas

A ativa participação empresarial no processo de formulação de Políticas Públicas é fundamental para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial e à modernização das instituições e da economia brasileira.

Essa participação deve ser aplicada em todas as etapas do processo de elaboração de políticas públicas: na identificação do problema; na definição dos itens que serão priorizados; na formulação; na implementação; e, por fim, no acompanhamento e na avaliação dos resultados obtidos.

A visão dos empreendedores, forjada a partir dos desafios da economia real, irá gerar, na elaboração das políticas públicas, um impulso ao processo de modernização das instituições brasileiras e das condições favoráveis ao crescimento; melhor qualidade das políticas em razão dos insumos e contribuições dos setores afetados; e maior adesão à política formulada.

Por fim, é importante ter capacidade de tornar visível a agenda do setor e defendê-la frente às autoridades públicas, parlamentares, partidos, lideranças, formadores de opinião e da sociedade que, como um todo, interferem, influenciam e decidem sobre as políticas públicas.

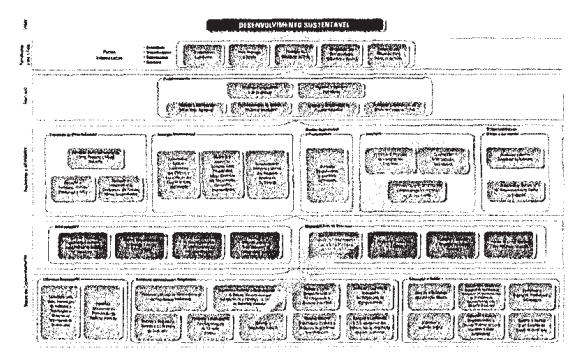
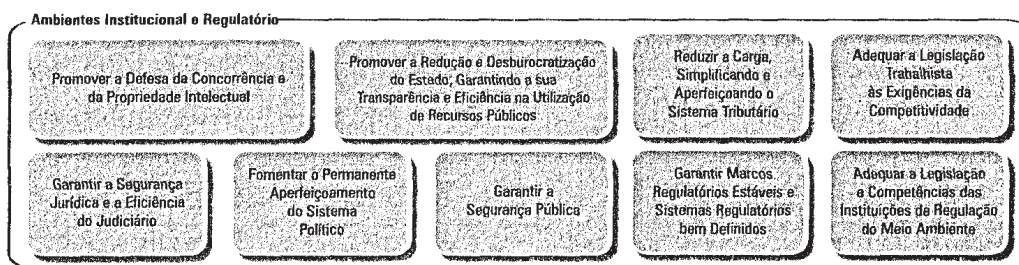
Indicador	Descrição
Resultados do Mapa Estratégico	Indica o alcance dos objetivos propostos pelo Mapa (de um, não alcançado; a cinco, plenamente alcançado).

FONTE: CNI.

2. Ambientes Institucional e Regulatório

O crescimento é mais rápido em países que dispõem de boas instituições. O Brasil tem pela frente o desafio de aperfeiçoar sua institucionalidade. Quanto mais rápida e eficaz for a implementação dessas transformações, maiores serão os benefícios em termos da criação de condições favoráveis ao crescimento.

A qualidade da regulação é fundamental para o progresso. Regras claras e seguras geram confiança nos investidores. Regras simples e o estímulo à auto-regulação ou co-regulação sustentam o espírito empreendedor dos empresários. Regras excessivas e supérfluas atrofiam as empresas e aniquilam empregos.



2.1. Promover a Defesa da Concorrência e da Propriedade Intelectual

É essencial que o País conte com instituições que garantam a preservação do ambiente concorrencial e com regras estáveis que estimulem os investimentos privados.

É tarefa do Estado monitorar os mercados, de modo a evitar que condutas ilegais dos agentes econômicos ou atos de concentração possam reduzir a concorrência e introduzir ineficiências produtivas e alocativas. A dinâmica do processo econômico não permite morosidade na apreciação dos atos de concentração. A existência de mercados contestáveis é importante para a dinâmica do crescimento e estímulo à inovação da economia.

A capacidade de inovação da economia é reforçada pela existência de níveis apropriados de proteção intelectual. Sem a garantia do direito de propriedade, as empresas retraem as decisões de investimento. A ausência de um sistema adequado de proteção da propriedade intelectual desvaloriza ativos, inibe investimentos e eleva os custos das empresas que tentam superar as deficiências de proteção do Estado.

A acertada proteção às marcas e às patentes incentiva os investimentos de empresas inovadoras. A segurança institucional evita a concorrência desleal e protege os investimentos realizados no aperfeiçoamento de produtos e processos.

A pirataria e, de maneira mais geral, as infrações à propriedade intelectual são fenômenos cada vez mais freqüentes e geram distorções para o funcionamento das economias.

A pirataria erode a arrecadação de tributos, compromete o funcionamento e a criação de empresas do setor formal da economia, afronta os direitos do consumidor e desencoraja a inovação industrial, e a criação artística, literária e científica nacional. Tem se constituído em um significativo obstáculo à inserção internacional do País, desestimulando os investimentos externos e as exportações.

Indicador	Descrição
Proteção à propriedade intelectual	Indicador aferido anualmente com empresários, em mais de 100 países, e mede o grau de satisfação em relação à proteção à propriedade intelectual.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Política antitruste	Indicador aferido anualmente e mede a eficiência da política antitruste.

FONTE: Global Competition Review.

2.2. Promover a Redução do Tamanho do Estado e a Desburocratização, para Garantir a sua Transparência e Eficiência na Utilização de Recursos Públicos

O Estado brasileiro gasta mal, tributa em excesso e inibe o crescimento econômico. O desenvolvimento requer um Estado eficiente, menos burocrático, mais ágil e transparente.

Um Estado hipertrofiado tem baixa eficiência e utiliza recursos em excesso para seu próprio funcionamento. Drena recursos da sociedade para atividades de baixa eficácia. Ao mesmo tempo, para justificar sua existência, regula em excesso e promove intervenções além do necessário na atividade dos agentes econômicos, com ônus para a eficiência da alocação privada dos recursos e a competitividade das empresas.

O excesso de regulamentação e as exigências burocráticas inibem investimentos, reduzem a produtividade e desestimulam novos empreendimentos.

Indicador	Descrição
Tamanho da Máquina do Estado	Indica a relação de Custeio mais Pessoal da União sobre o PIB. Procura medir o "tamanho" do governo em relação ao produto do País.

FONTE: Orçamento da União, MPOG e IBGE.

Indicador	Descrição
Burocracia	Indicador medido anualmente com empresários, em mais de 100 países, e busca aferir a percepção quanto à burocracia.

FONTE: WEF.

1.3 Garantir a Segurança Jurídica e a Eficiência do Judiciário

O funcionamento eficiente do setor privado pressupõe a existência e a aplicação de normas jurídicas claras e estáveis que tragam segurança ao empreendedor. Essas normas devem propiciar previsibilidade sobre o ambiente institucional no qual negócios e investimentos são realizados.

O processo de criação de normas, ao mesmo tempo em que deve visar a adaptação do sistema jurídico às mudanças econômicas e sociais, não pode gerar incertezas quanto aos direitos de propriedade e ao cumprimento dos contratos e decisões judiciais, a fim de que se consolide um ambiente institucional de maior segurança jurídica. Esse ambiente também propicia a redução de despesas acessórias das empresas com assessoramento jurídico e custos processuais.

No Brasil, a construção desse ambiente passa por uma mudança qualitativa no exercício das funções estatais nas suas diversas esferas. São exemplos a observância das melhores técnicas jurídicas e redacionais na elaboração das leis; um controle prévio mais rigoroso quanto à constitucionalidade de projetos de lei; a consolidação, em uma única lei, de legislações esparsas sobre uma mesma matéria; e o uso criterioso de medidas provisórias.

É necessário, ainda, que o Executivo evite a interposição incondicionada de recursos judiciais, o que concorre para a morosidade da prestação jurisdicional. O atual modelo de exercício da função jurisdicional deve ser revisto. A aplicação da justiça tem se mostrado excessivamente lenta, em favorimento da manutenção de situações de irregularidades e em detrimento da declaração e execução, em tempo adequado, de direitos legítimos. Essa situação estimula o não cumprimento dos contratos e a apresentação de recursos judiciais com a finalidade de adiar decisões definitivas. Também precisa ser revisto o extenso poder normativo detido pela Justiça do Trabalho.

É essencial para o funcionamento adequado dos mercados que o Judiciário atue de forma rápida

e com baixo custo para resolução de conflitos e disputas de direito de propriedade. A maior eficiência do judiciário depende da desburocratização da legislação processual e da revisão da quantidade de recursos judiciais. Passa, ainda, pela facilitação do acesso à justiça; modernização e aparelhamento dos órgãos judiciais; maior difusão de informações sobre as decisões e o desempenho de cada um desses órgãos; e pelo estímulo a sistemas alternativos de composição de conflitos, a exemplo dos sistemas de arbitragem.

Indicador	Descrição
Eficácia da estrutura judiciária e processual	Indicador aferido anualmente com empresários de 102 países, sobre a eficácia da estrutura judiciária e processual.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Medidas Provisórias	Mede a evolução do número de medidas provisórias editadas anualmente pelo Poder Executivo.

FONTE: DOU.

Indicador	Descrição
Cumprimento de contratos	Número médio de dias necessários para cumprir um contrato.

FONTE: Banco Mundial.

2.4 Fomentar o Permanente Aperfeiçoamento do Sistema Político

O aperfeiçoamento do sistema político e partidário é necessário para ampliar a qualidade da governabilidade e da democracia.

A excessiva fragmentação partidária dificulta a formação de maiorias homogêneas que reflitam as demandas da sociedade que se projetam nas políticas públicas. Os partidos políticos não apresentam coesão doutrinária e não detêm a devida fidelidade de seus membros, o que os distancia das aspirações de seus eleitores, além de prejudicar a sustentação e a continuidade da ordenação institucional.

O fortalecimento dos partidos políticos é importante. Um sistema político assentado mais em pessoas do que nas instituições partidárias torna-se volátil e frágil.

O aprimoramento da legislação eleitoral é também necessário. Envolve diversos temas como: fidelidade e prazo de filiação partidária, para impedir a troca indefensável de partido (intensa migração

partidária); cláusula de desempenho, para evitar a proliferação de partidos sem eleitores; financiamento de campanhas, para democratizar o acesso de cidadãos aos pleitos eleitorais; proporcionalidade da representação, para compatibilizá-la com o princípio federativo.

Indicador	Descrição
Índice de implementação da Reforma Política	Avaliação sistemática da implementação da reforma política.

FONTE: CNI.

Indicador	Descrição
Migrações partidárias	Mede a evolução da quantidade de parlamentares que trocaram de partido político durante o ano.

FONTE: Congresso Nacional.

2.2 Garantir a Segurança Pública

A segurança pública no Brasil é crítica. Ameaça a cidadania, cria obstáculos à operação das empresas, à realização de novos investimentos e limita o desenvolvimento econômico.

A insegurança sobre o patrimônio, os custos privados de proteção e o reconhecimento de um crescente risco de vida, que ameaça as pessoas, têm contribuído para gerar um ambiente hostil à atividade econômica.

As origens do problema derivam de um quadro complexo que combina questões econômicas, educacionais, institucionais e legais. A solução depende de iniciativas continuadas para produzir efeitos permanentes e resultados progressivos.

Há um aspecto que exige ação imediata: a atuação profissional e rigorosa das polícias contra o crime. As diferentes modalidades de delitos atingem a todos os grupos sociais. A ação profissional depende da capacitação e de mais eficácia de atuação das polícias. Não se trata apenas de escassez de recursos humanos em seus quadros. Os equipamentos, métodos e procedimentos adotados estão ultrapassados e desconectados com os meios à disposição dos criminosos. É imperativo realizar os investimentos para aparelhar, treinar e remunerar melhor a polícia brasileira, restaurando sua dignidade e imagem.

Os problemas de insegurança também se fazem sentir fora dos centros urbanos. A fragilidade da vigilância nas fronteiras – rota de contrabando de mercadorias e drogas – e a elevada incidência do roubo de cargas no transporte rodoviário são ilustrativos.

Indicador	Descrição
Custo do Crime para os Negócios	Indicador aferido anualmente, em mais de 100 países, e mede a percepção empresarial quanto ao custo do Crime para os Negócios.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Confiabilidade na Polícia	Indicador aferido anualmente e mede a percepção da população quanto à Confiabilidade na Polícia.

FONTE: CNI.

Indicador	Descrição
Indicador de mortes violentas	Participação das mortes violentas no total de óbitos.

FONTE: IBGE.

2.6 Reduzir a Carga, Simplificando e Aperfeiçoando o Sistema Tributário

O total de impostos pagos pela sociedade é extremamente alto e tem sido aumentado constantemente pelo governo. A carga tributária de 2003 alcançou 35% do PIB e, em 2004, voltou a crescer. As freqüentes mudanças no sistema tributário, na sua maioria, visaram exclusivamente elevar o poder arrecadatório do Estado.

A inaceitável carga recai pesadamente sobre o setor produtivo, inclusive sobre investimentos e exportações. A redução da carga é indispensável para se enfrentar os desafios de uma competição cada vez mais acirrada nos mercados internacional e doméstico.

As diversas alterações tornaram o sistema tributário excessivamente complicado e sem transparência. A persistência da cumulatividade no sistema e a multiplicidade de alíquotas e bases tributárias reduzem a competitividade dos produtos brasileiros. A complexidade exige esforço das empresas para cuidar das obrigações com o fisco, impondo elevados custos acessórios. A freqüência das mudanças causa insegurança jurídica. A simplificação gera concorrência e evita desperdício de recursos.

O sistema tributário atual ainda onera o investimento em capital fixo e desestimula o investimento na produção. Também contribui para a manutenção de altas taxas de juros, pois há pesada cunha fiscal sobre o *spread* bancário. Um dos seus efeitos é a proliferação da informalidade na atividade produtiva, gerando queda na base de arrecadação e a concentração da tributação em uma parcela crescentemente menor dos agentes econômicos.

Indicador	Descrição
Carga tributária	Indica a relação entre o total de impostos arrecadados sobre o PIB,

FONTE: IBGE.

1.2 Adequar a legislação trabalhista às condições da competitividade

O sistema de regulação das relações do trabalho é rígido e excessivo, o que dificulta a adaptação das empresas às mudanças conjunturais, afeta negativamente sua capacidade de competir no mercado mundial, inibe investimentos e desestimula a criação de novos postos de trabalho.

A adequação da legislação trabalhista envolve ações que incentivem a introdução de formas alternativas de contratação, diminuam os encargos trabalhistas e reduzam os obstáculos legais à livre negociação entre as partes.

Ajustar a legislação trabalhista ao ambiente econômico atual vai reduzir os custos de contratação e aumentar os incentivos para que as empresas operem na formalidade. Aproximar as práticas trabalhistas brasileiras daquelas encontradas na maioria dos países concorrentes do Brasil vai melhorar a capacidade competitiva das empresas nacionais.

A modernização da legislação trabalhista é um elemento fundamental na estratégia da indústria de ampliar sua produtividade e qualidade, permitindo a aceleração do crescimento do produto industrial e da participação brasileira no comércio global.

Indicador	Descrição
Rigidez das relações de trabalho	Indica a flexibilidade de contratação e demissão e as condições de emprego, e varia de 0 a 100, sendo 0=menos rígido e 100=mais rígido

FONTE: Banco Mundial.

1.3 Garantir marcos regulatórios estáveis e agências reguladoras bem definidas

Um modelo regulatório estável e adequado é um dos requisitos para um ambiente institucional propício ao investimento privado e ao desenvolvimento econômico.

A criação de agências reguladoras é uma resposta do Estado às necessidades de geração de um marco jurídico e regulatório, que garanta um modelo de regras estáveis e transparentes. No Brasil, esse arcabouço institucional, embora recente, já requer aperfeiçoamentos. Para que contribuam efetivamente para a manutenção de um ambiente institucional seguro, as agências reguladoras devem ser dotadas de independência, transparência, delimitação precisa de suas funções, autonomia financeira e excelência técnica. Seus gestores e responsáveis máximos devem ter seus mandatos preservados em sua totalidade.

Indicadores	Descrição
Eficiência dos marcos regulatórios e agências reguladoras	Mede a percepção do industrial brasileiro quanto à eficiência dos marcos regulatórios e quanto à qualidade das agências reguladoras (autonomia, excelência técnica, transparência e adequado exercício de suas competências).

FONTE: CNI.

2.9 Adequar a Legislação e Competências das Instituições de Regulação do Meio Ambiente

O maior desafio para a política de meio ambiente no Brasil é o de garantir, simultaneamente, padrões crescentes de qualidade e de conservação ambiental e um sistema eficiente de regulação que não implique incertezas, elevação do risco empresarial e bloqueio de decisões de investimentos.

Os principais problemas resultam do processo de implementação da política ambiental no Brasil e sua superação exige avanços no campo institucional, onde se localizam conflitos de atribuições e competências que, além de gerar efeitos negativos sobre as empresas, afetam a qualidade e eficácia da política ambiental. A diversidade de legislações, regulamentos e normas técnicas contribui para agravar esse quadro, notadamente quando tais atos exorbitam os limites legais.

O relacionamento das empresas com os órgãos ambientais de governo se realiza, principalmente, por meio de paradigmas clássicos de políticas de comando e controle. Os mecanismos de auto e co-regulação devem ser mais utilizados.

A prévia audiência dos interessados, em particular do setor produtivo, principal destinatário das normas ambientais, deve ser obrigatória. A legislação ambiental deve procurar incluir previsão legal de incentivos econômicos para que o setor produtivo possa ter condições favoráveis para investir em tecnologias limpas.

É recomendável a inserção de instrumentos alternativos à lide judicial na resolução de conflitos ambientais, tais como o instrumento da mediação e arbitragem, evitando-se uma progressiva e nefasta judicialização do sistema de licenciamento ambiental, que o tornaria inviável.

As ações de gestão ambiental, em instrumentos como auditoria, rotulagem e certificações, não devem ser objeto de normas legais, mas sim de adesão voluntária e devem agregar vantagem competitiva para as indústrias brasileiras.

Indicadores	Descrição
Extrapolação dos limites legais	Levantamento para identificar, na avaliação da CNI, as normas e regulamentos ambientais que extrapolam os limites legais.

FONTE: CNI.

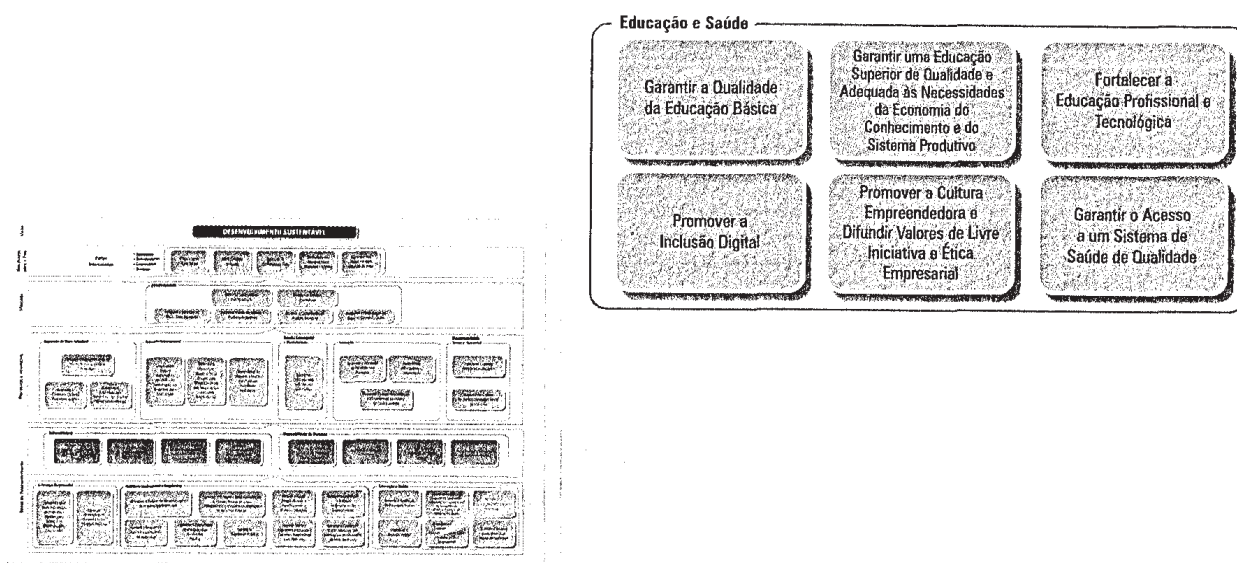
Indicadores	Descrição
Conflitos de competência	Levantamento para identificar, na avaliação da CNI, atos administrativos dos órgãos ambientais que reflitam conflitos de competência nas diferentes esferas de governo.

FONTE: CNI.

3. Educação e Saúde

A educação é uma fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade. A educação e a saúde da população brasileira são pilares do Mapa Estratégico.

O posicionamento competitivo da indústria brasileira está, cada vez mais, apoiado na agregação de valor e na inovação. É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade.



3.1 Garantir a Qualidade da Educação Básica

As políticas de universalização do acesso ao ensino fundamental – a taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos supera 95% – não garantiram uma educação básica de qualidade e esse deve ser o foco principal da estratégia educacional do País.

O reduzido percentual da população matriculada no ensino médio – cerca de 37% – demonstra a incapacidade do sistema em proporcionar educação básica para a população-alvo, com um elevado percentual de jovens entre 15 e 17 anos que sequer estão na escola. Afetar positivamente a qualidade do ensino fundamental e oferecer vagas suficientes para o ensino médio são os principais desafios para garantir uma educação básica de qualidade no País.

Em um ambiente marcado pela crescente competição e por contínuas mudanças tecnológicas, a educação básica de qualidade assume um papel fundamental para o desenvolvimento das empresas

e de uma economia competitiva. Para alcançar esse objetivo, é preciso implantar a gestão de qualidade nas escolas e melhorar a formação e remuneração do professor. Manter os alunos na escola por todo o período da educação básica é um importante desafio. A indústria conta com um contingente de trabalhadores com escolaridade média abaixo de cinco anos.

Elevar a qualidade da educação básica permitirá ao País aumentar o estoque de capital humano com efeitos diretos nas estratégias da indústria, de melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas.

Indicador	Descrição
PISA	<i>Programme for International Student Assessment (PISA)</i> é um teste de diagnóstico aplicado em alunos de 15 anos, avaliando conhecimentos em leitura, em matemática e em ciências.

FONTE: OECD.

Indicador	Descrição
Trabalhadores com nível médio	Número de jovens e adultos trabalhadores da indústria com escolaridade média completa, em relação ao total de trabalhadores da indústria.

FONTE: SESI e CNI.

3.2 Garantir uma Educação Superior de Qualidade e Adequada às Necessidades da Economia do Conhecimento e do Sistema Produtivo

O ensino superior brasileiro precisa atender às necessidades da economia do conhecimento e do desenvolvimento industrial do País, promovendo a oferta de novos talentos e competências. Os conteúdos acadêmicos devem ser reformados para incluir habilidades e novas competências (capacidade de comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e orientados à utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados.

A manutenção de condições para o aprimoramento de instituições privadas de educação e de novas fontes de provisão de conhecimento são fundamentais para o atendimento das demandas empresariais e da sociedade. A reforma do sistema de educação superior deve ter estas preocupações como referência.

Entre outros desafios, a reforma deve garantir a instituição de um sistema adequado de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), a ampliação da oferta de ensino superior na área tecnológica e o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada com padrão internacional.

Indicador	Descrição
Matrículas em área de ciências exatas e tecnológicas	De todas as matrículas efetuadas no ensino superior durante o ano, qual percentual refere-se a matrículas em áreas de ciências exatas e tecnológicas.

FONTE: INEP/MEC.

1.1 Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica constitui um suporte estratégico para a sustentabilidade e a competitividade da indústria brasileira. O ambiente industrial vem apresentando crescentes níveis de exigência e de complexidade no trabalho, em função da velocidade e profundidade com que vêm sendo incorporadas inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção.

As competências dos trabalhadores geradas e mobilizadas nesse contexto tendem a se modificar constantemente. São valorizadas competências que vão além dos conhecimentos científicos e tecnológicos e incluem habilidades básicas, específicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia e valores relacionados à ética e responsabilidade. Este quadro gera impacto sobre as instituições que atuam no campo da educação profissional e tecnológica, especialmente em sua capacidade de contribuir para a competitividade da indústria brasileira e a empregabilidade dos trabalhadores.

É fundamental garantir o atendimento das demandas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica, de graduação e pós-graduação. A oferta de uma educação básica de qualidade, desenvolvida de forma articulada às modalidades acima mencionadas, representa um importante desafio. Outros problemas da educação profissional e tecnológica enquadram-se na prospecção adequada da demanda por educação técnica e tecnológica, na flexibilização da oferta de educação técnica e tecnológica e no reconhecimento de competências dos trabalhadores.

Indicador	Descrição
Resultado da Formação Profissional	Proporção de alunos formados que se encontram em atividade no mercado de trabalho um ano após a conclusão do curso.

FONTE: SENAI.

3.4 Promover a Inclusão Digital

A difusão acelerada das novas tecnologias de informação e comunicação vem promovendo profundas transformações na economia mundial e está na origem de um novo padrão de competição. A promoção da inclusão digital, nesse ambiente, é estratégica.

O quadro de exclusão digital no Brasil é, entretanto, preocupante. Apenas 15% dos domicílios possuem microcomputador e 11% têm acesso à Internet. A maioria da população ainda não desfruta das vantagens das novas tecnologias da informação e comunicação.

Os desafios são enormes. Segundo pesquisa anual do Fórum Econômico Mundial, divulgada em Genebra, em 2003 o Brasil caiu da 29ª para a 39ª posição no *ranking* dos países mais bem preparados para os benefícios da tecnologia da informação.

Na área industrial, apesar das perspectivas de melhoria da produtividade oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação, sua utilização pelas empresas brasileiras ainda está distante do seu potencial. A baixa difusão do uso dessas tecnologias representa desvantagem das empresas brasileiras em relação à competição internacional.

Indicador	Descrição
Domicílios com acesso à Internet	Mede o grau de penetração que a Internet tem nos domicílios privados brasileiros.

FONTE: IBGE.

Indicador	Descrição
Rede de Educação Pública e Privada com acesso a Internet	Mede o grau de penetração que a Internet vem conseguindo na educação brasileira (fundamental e média).

FONTE: INEP/MEC.

3.5 Promover a Cultura Empreendedora e Difundir Valores de Livre Iniciativa e Ética Empresarial

A divulgação da cultura empreendedora e a valorização da atividade empresarial são essenciais para o crescimento do País. O elo de ligação é a interdependência entre empreendedorismo e inovação. A sua difusão requer processos educativos capazes de formar profissionais para empreender e inovar.

Promover a cultura empreendedora na educação significa desenvolver valores para criar a prática de comportamentos individuais na busca de soluções e iniciativas na gestão do próprio negócio, na participação e organização das formas de geração de renda e emprego e na condição de cidadão ativo, como empreendedor social.

Requer uma atitude proativa e inovadora do cidadão para sua sustentação, que deve ser difundida entre crianças, jovens e adultos como uma possibilidade de aplicação de conhecimentos e de realização pessoal, de utilização da criatividade, habilidade, liderança e visão de futuro.

Deve ser apoiada pelo sistema de ensino com o desenvolvimento de conceitos, tecnologias, metodologias e práticas e com o suporte para a aplicação de princípios de organização, técnicas e normas facilitadoras do sucesso da iniciativa individual e coletiva.

Indicador	Descrição
Educação Empreendedora nas Escolas	Indica o % de escolas que incluem conteúdos de educação empreendedora nas modalidades de educação básica e superior.

FONTE: CNI/IEL/SESI.

3.3 Garantir o acesso a um Sistema de Saúde de Qualidade

O sucesso de um país depende da qualidade de seu capital humano, que requer o acesso da população a um sistema de saúde preventivo, curativo e emergencial de qualidade.

O sistema brasileiro de saúde não cumpre esse objetivo de forma satisfatória, o que resulta em morte prematura, incapacitação para o trabalho, absenteísmo elevado e limitação ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos.

O sucesso deste objetivo, além de contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, permitirá que a indústria disponha de recursos humanos de qualidade, capazes de responder aos desafios da produção. Adicionalmente, favorecerá a diminuição do número de acidentes no local de trabalho.

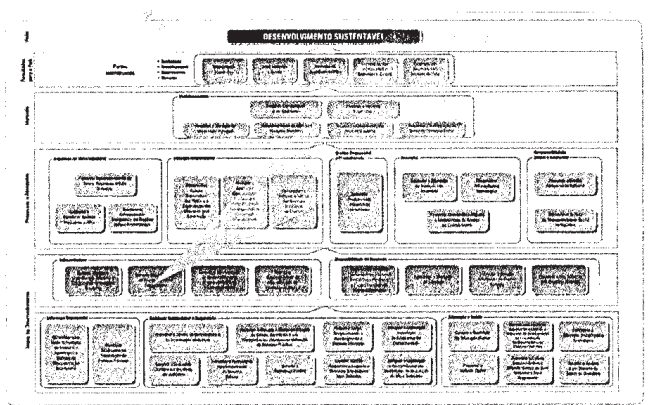
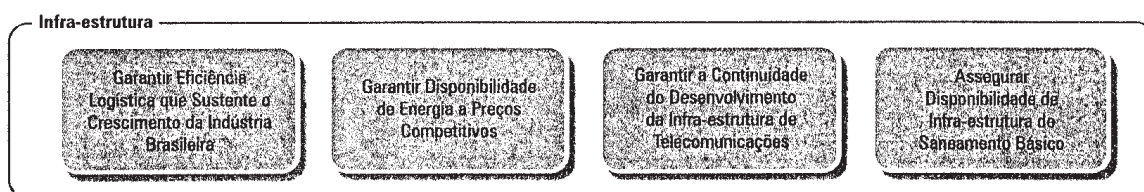
Como uma das bases para o crescimento, o acesso a um sistema de saúde de qualidade se reflete na estratégia da indústria de forma transversal, com destaque para os processos que visam aumentar a produtividade e a qualidade.

Indicador	Descrição
Expectativa de vida (HALE)	Mede a expectativa de vida ao nascer, ajustada para as condições de saúde dos indivíduos.

FONTE: OMS.

4. Infra-estrutura

A oferta, qualidade e custos da operação da infra-estrutura são determinantes da competitividade. O impacto da insuficiente expansão, manutenção e modernização destes serviços tem sido elevado, representando uma desvantagem para o País. Esses problemas são também oportunidades de investimentos. Marcos regulatórios adequados são a chave para a atração do capital privado.



4.1 Garantir a Eficiência Logística que Sustente o Crescimento da Indústria Brasileira

O Brasil possui elevado déficit de infra-estrutura básica de transportes. Existem problemas na oferta dos serviços de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial e no sistema portuário. A competitividade das empresas brasileiras tem sido significativamente afetada.

Há restrições que não permitem ao Brasil pôr em prática os novos esquemas de logística adotados nos países desenvolvidos e, conseqüentemente, de se beneficiar das fortes reduções de custo proporcionadas por essas novas técnicas de gerenciamento dos sistemas de transporte. O País ainda guarda concepções regulatórias ancoradas no modelo de baixa concorrência predominante entre os anos 60 e 70.

Para garantir uma oferta logística eficiente, que sustente o crescimento da indústria, é imprescindível um maior aporte de recursos ao setor, além da concretização de novas formas de parceria entre os setores público e privado.

É necessário o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios e das estruturas de administração e de planejamento setorial. Este aperfeiçoamento do ambiente institucional e regulatório deve ter como objetivo reduzir as incertezas, de modo a permitir o ingresso permanente de recursos privados ao setor.

Indicador	Descrição
Estado de conservação das rodovias	Indica o percentual de rodovias analisadas em pesquisa da CNT em estado Ótimo ou Bom.

FONTE: CNT.

Indicador	Descrição
Infra-estrutura Geral do País	Indicador aferido anualmente pelo WEF, por meio de pesquisa de opinião com empresários de mais de 100 países quanto à satisfação dos mesmos com a infra-estrutura de transportes geral do País.

FONTE: WEF.

Indicador	Descrição
Investimentos em infra-estrutura dos transportes / PIB	Indica o total investido pelo governo federal em relação ao PIB.

FONTE: Orçamento da União.

4.2 Garantir Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos

A disponibilidade de energia é um determinante da capacidade competitiva da indústria. É preciso assegurar que a indústria tenha acesso ao suprimento de energia com qualidade e com preços que lhe garantam condições de competitividade nos mercados interno e externo. Este objetivo deve contemplar todas as fontes energéticas.

Suprimento de baixa qualidade e escassez de energia refletem-se no resultado das empresas, ao elevar custos e comprometer os produtos. Problemas de fornecimento de energia elétrica postergam decisões de investimentos e desarticulam processos produtivos.

A importância desse objetivo estratégico para a indústria traduz-se na imperiosa necessidade de aumento da oferta de energia elétrica e gás natural, o que requer a expansão do parque gerador, das redes de transmissão e distribuição de eletricidade e da malha de gasodutos.

São também necessárias a redução dos impostos, das contribuições e dos encargos incidentes sobre a tarifa, a ampliação do mercado livre de energia e o estímulo à competição entre os operadores e a qualidade dos serviços prestados.

Para a efetiva consecução desse objetivo é primordial assegurar as condições institucionais e regulatórias que estimulem o investimento privado.

Indicador	Descrição
Oferta de Energia	Expansão anual liberada para comercialização, medida em porcentagem de crescimento no ano.

FONTE: Aneel/ONS.

Indicador	Descrição
Tarifa Industrial/ Benchmark Internacional	Tarifa Industrial (média nacional) em relação aos países da OECD (US\$/MWh).

FONTE: Aneel/OECD.

4.3 Garantir a Continuidade do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações

A disponibilidade de serviços modernos e eficientes de telecomunicações constitui fator de competitividade para a indústria. É importante não só a expansão de redes, terminais e servidores, como também a viabilização de novos produtos característicos da sociedade da informação.

No Brasil, o setor de telecomunicações apresenta avanços notáveis. O processo de privatização atraiu investimentos, baixou os preços e ampliou a oferta de serviços. A expansão desses serviços está condicionada à continuidade dos investimentos e à redução da carga tributária incidente sobre as tarifas que, no Brasil, está muito acima da média praticada no mercado internacional.

É necessário garantir que a infra-estrutura de telecomunicações continue evoluindo conforme os avanços tecnológicos mundiais, para dar suporte adequado ao crescimento industrial.

Indicador	Descrição
Investimentos na infra-estrutura de telecomunicações/PIB	Mede a atenção dada pelo País às questões relacionadas a telecomunicações.

FONTE: Anatel.

Indicador	Descrição
Comparação dos custos no Brasil versus tarifas internacionais	Comparação das tarifas médias nacionais DDD, DDI e Transferência de Dados com as mesmas tarifas dos países da OECD.

FONTE: Anatel / OECD.

4.4 Assegurar Disponibilidade de Infra-estrutura de Saneamento Básico

O setor de saneamento básico apresenta elevado déficit e baixa qualidade de serviços. A intensa urbanização e o rápido crescimento da população, conjugados com um baixo nível de investimentos, resultam em uma prestação de serviço insuficiente.

Um dos principais problemas é a falta de clareza e de estabilidade no marco regulatório, a deficiência das estruturas institucionais e a inexistência de financiamento adequado, que inibem os investimentos, especialmente o aporte de recursos privados.

A importância desse objetivo está centrada na utilização racional dos recursos hídricos e na coleta de resíduos sólidos com eficiência e preços competitivos.

Para superar o déficit setorial e ampliar a cobertura dos serviços, faz-se necessário criar um ambiente institucional e regulatório favorável ao investimento privado e aperfeiçoar o sistema institucional e de financiamento público. A aprovação de uma lei federal sobre a matéria revela-se de especial importância para esse fim.

Indicador	Descrição
Custo de captação da água	Mede o custo de captação de água para uso industrial retirada das bacias hidrográficas (em R\$/m³).

FONTE: ANA.

Indicador	Descrição
Tratamento de esgotos gerados	Porcentagem de esgoto recolhido que é tratado.

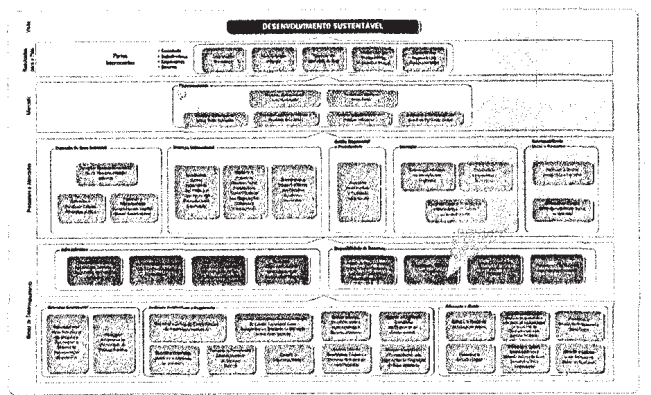
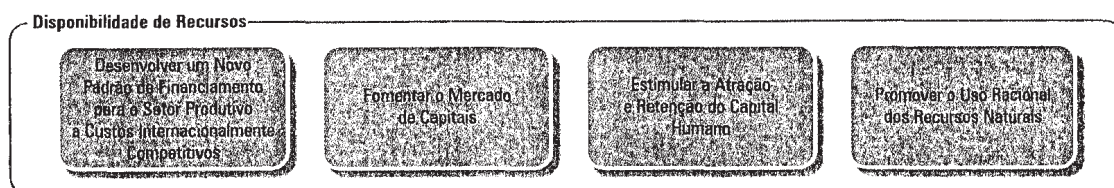
FONTE: Ministério das Cidades.

Indicador	Descrição
Coleta de esgoto domiciliar	Domicílios atendidos por rede coletora de esgotos.

FONTE: PNAD / IBGE.

5. Disponibilidade de Recursos

A disponibilidade de recursos financeiros, de recursos humanos e a capacidade do aproveitamento racional dos recursos naturais são elementos críticos da estratégia competitiva da indústria brasileira.



5.1 Desenvolver um Novo Padrão de Financiamento para o Setor Produtivo a Custos Internacionalmente Competitivos

A expansão da capacidade de produção em um ritmo elevado está condicionada às alternativas e ao padrão de financiamento do setor produtivo privado. O financiamento às empresas no Brasil é inadequado, insuficiente e caro. Esses problemas são mais graves para as empresas de menor porte e para os empréstimos a longo prazo, como no financiamento ao investimento.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Brasil, para o setor privado, está em torno de 25% do PIB, um volume pequeno quando se observa que, no Chile, o valor gira em torno de 68%, nos Estados Unidos é de 73% e na área do Euro é superior a 100%.

Além da escassez de recursos, outro entrave ao financiamento ao setor produtivo no País é o elevado *spread* bancário, que faz com que a taxa de juros para o tomador de empréstimo seja muito maior que a taxa básica de juros da economia. Entre os determinantes deste *spread*, destacam-se o

risco de variação da taxa de juros; a cunha fiscal; as despesas administrativas; o nível ainda insuficiente de concorrência entre os bancos na oferta de crédito; o fato de o Estado ser um grande tomador de empréstimo; e a falta de segurança jurídica dos contratos. A busca de um novo padrão de financiamento para o setor produtivo requer a redução do *spread* bancário.

Indicadores	Descrição
Crédito/PIB	Indica quanto o volume de crédito do sistema financeiro representa em relação ao PIB.

FONTE: Banco Central.

Indicadores	Descrição
<i>Spread</i> Bancário	Indica a diferença em pontos percentuais entre o custo de captação e as operações de crédito com recursos livres dos bancos.

FONTE: Banco Central.

Indicadores	Descrição
Taxas Real de Juros	Indica a taxa básica de Juros (Selic) descontada a inflação.

FONTE: Banco Central.

5.2 Fomentar o Mercado de Capitais

O fomento ao mercado de capitais em uma economia de mercado é fundamental para o desenvolvimento de sua indústria e para o crescimento econômico. O mercado de capitais aproxima as firmas industriais de investidores individuais.

As fontes tradicionais de financiamento no Brasil não têm sido suficientes para proporcionar soluções para a escassez de crédito na economia. Esse fenômeno também se observa no mercado de capitais. No Brasil, a taxa de capitalização bursátil, definida como a razão entre o valor de mercado das ações listadas em bolsa e o PIB, está em torno de 40%, contra cerca de 100% no Chile e 182% nos EUA.

O desenvolvimento do mercado de capitais é estratégico para a indústria. É uma alternativa de financiamento direto ao setor produtivo, pois direciona uma fração maior da poupança interna para o seu financiamento.

Indicador	Descrição
Capitalização bursátil	Valor total das ações negociadas em bolsa de valores sobre o PIB.

FONTE: Bovespa.

5.3 Estimular a Atração e Retenção do Capital Humano

O potencial de geração de inovação do País está associado à capacidade de acesso ao conhecimento e à qualidade do capital humano existente no sistema de inovação, que abrange empresas e centros de pesquisa.

O Brasil tem aumentado significativamente sua produção científica. Um importante desafio é materializar esse conhecimento em inovação. A criação de mecanismos de absorção e retenção de pesquisadores nas empresas é um passo necessário. Seu impacto será tanto maior quanto a capacidade do País em reter seus cientistas e engenheiros, bem como atrair trabalhadores e pesquisadores qualificados de outros países.

Indicador	Descrição
<i>Brain Drain</i>	Índice de percepção do empresariado brasileiro em relação à retenção de cérebros no Brasil, calculado pelo WEF. Posição no <i>ranking</i> .

FONTE: WEF.

5.4 Promover o Uso Racional dos Recursos Naturais

O uso racional dos recursos naturais é parte essencial da estratégia da indústria voltada para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, a indústria deve adequar seus processos produtivos, visando a racionalização do uso de insumos, em particular dos recursos naturais; a minimização da geração de resíduos e desperdícios; o reaproveitamento dos produtos após o consumo; e a minimização dos impactos ambientais decorrentes da exploração dos recursos naturais.

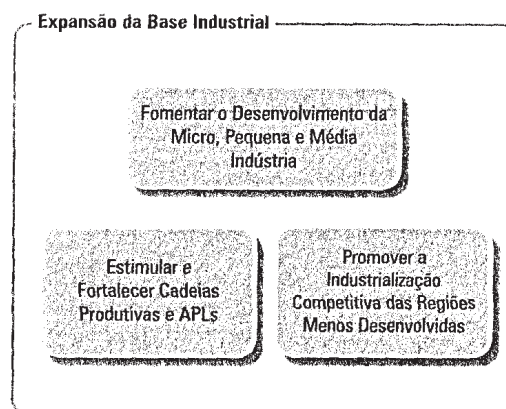
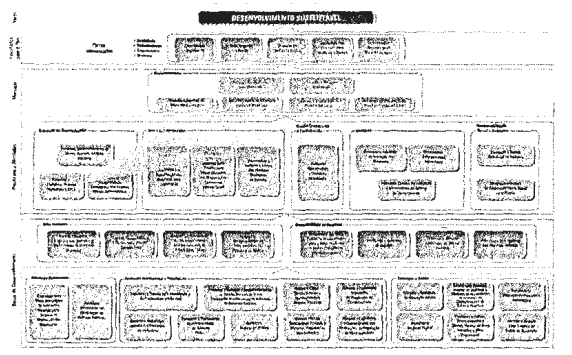
A adoção de práticas que conduzam ao uso racional dos recursos naturais é um importante vetor de diversificação de negócios, aumentando a competitividade e permitindo uma maior aderência das práticas industriais aos objetivos da responsabilidade social corporativa.

Indicador	Descrição
Intensidade Energética	Indica quanto a indústria de transformação consome de energia em TEP (Tonelada Equivalente de Petróleo) para gerar U\$ 1000 do PIB, servindo como medida de eficiência energética.

FONTE: BEN/MME.

5. Expansão da Base Industrial

A expansão da base industrial é um elemento vital do Mapa Estratégico. Seu sucesso dependerá do conjunto de ações que compõe o Mapa, mas será especialmente dependente de iniciativas que fortaleçam as cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, que promovam o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e a industrialização competitiva das regiões menos favorecidas.



5.1 Fomentar o Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Indústria

As Micro e Pequenas Indústrias (MPI) são um dos pilares de sustentação da economia em razão de seu número, abrangência, capilaridade e capacidade de geração de empregos. As MPIs empregavam, em 2002, 3,6 milhões de pessoas, ou 47% da força de trabalho da indústria brasileira.

A Sondagem Industrial CNI revela que, historicamente, a evolução do nível de atividade é sempre pior para as pequenas e médias empresas industriais, que para as de grande porte. Problemas como a falta de capital de giro, de baixa demanda, inadimplência dos clientes e distribuição do produto afetam com mais força as empresas de menor porte.

Incentivar o crescimento das micro, pequenas e médias indústrias é, pela sua importância na economia brasileira, fundamental para promover um crescimento gerador de empregos e com ampla abrangência setorial e territorial.

Indicador	Descrição
Participação das Pimes no crédito	Porcentagem das pequenas e médias empresas no volume financiado pelos bancos oficiais.

FONTE: BNDES, BB e BNB.

6.2 Estimular e Fortalecer Cadeias Produtivas e APLs

Os arranjos produtivos locais e o fortalecimento das cadeias produtivas criam vantagens competitivas no setor industrial, em especial nas pequenas empresas. Essa maior competitividade deriva dos efeitos da proximidade e da intensidade das relações das empresas entre si e com as instituições locais.

Ganhos de competitividade estrutural e sistêmica são gerados, por meio de um maior acesso a mercados e à tecnologia, da elevação do grau de encadeamentos de negócios e da interatividade e conectividade das empresas do setor nos elos e/ou na estrutura de cadeia produtiva.

Apoiar os arranjos produtivos locais é criar condições para o aumento da competitividade e a sustentabilidade das micro e pequenas industriais, ao fortalecer o território e o ambiente econômico e institucional local. Devem ser consideradas iniciativas voltadas ao capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida), ao capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e capacidade de influência da população local), à governança (a capacidade gerencial do governo e os níveis de participação e controle social) e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Indicador	Descrição
Empresas apoiadas em APLs	Quantidade de empresas que recebem apoio em Arranjos Produtivos Locais acompanhadas pelo Sebrae.

FONTE: Sebrae.

Indicador	Descrição
Colaboração entre fornecedores e clientes nos APLs e cadeias	Indicador, aferido anualmente em mais de 100 países, que busca medir a percepção empresarial quanto ao grau de colaboração entre fornecedores e clientes nos APLs e cadeias.

FONTE: WEF.

5.3 Promover a Industrialização Competitiva das Regiões Menos Desenvolvidas

O Brasil apresenta elevada concentração da produção industrial. As regiões Sul e Sudeste respondem por 82,7% do PIB da indústria de transformação (dados 2001).

Essa concentração tem origem no padrão de industrialização do passado, mas se mantém em função da permanência de desvantagens nas regiões menos desenvolvidas, que elevam o custo do investimento e de operação, reduzem a atratividade e desestimulam o investimento industrial.

As razões para o menor desenvolvimento relativo se encontram na deficiente infra-estrutura, em especial de transporte e energia; na baixa capacidade de poupança local; e nas lacunas do sistema educacional e tecnológico das regiões com defasagem econômica.

Ao mesmo tempo, essas regiões apresentam potencial de desenvolvimento industrial, principalmente naqueles produtos intensivos em algumas matérias-primas locais e mão-de-obra. Nesses casos, a competitividade pode ser alcançada desde que os diferenciais de custo e atratividade causados pelas deficiências sistêmicas sejam anulados.

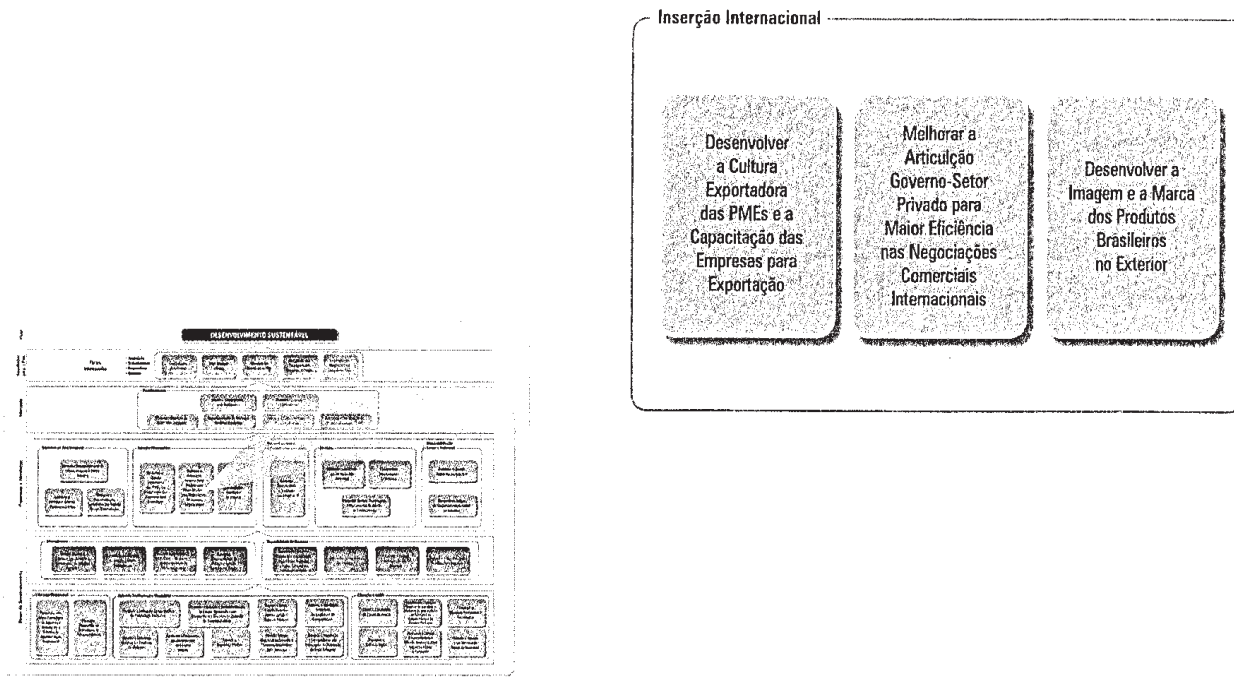
Uma atividade industrial espacialmente melhor distribuída tem diversos benefícios para a própria indústria e o País. Promover a transformação industrial nos locais próximos às áreas de oferta dos recursos contribui para o melhor aproveitamento destes e diminui o volume de material transportado, com impacto sobre a eficiência do sistema de transporte. A desconcentração da produção conduz à geração de empregos fora do eixo congestionado do Sul-Sudeste, com a conseqüente criação de um mercado interno integrado e dinâmico.

Indicador	Descrição
Crescimento do PIB Industrial no N e NE	Taxa de crescimento anual do PIB calculado para a indústria de transformação nas regiões Norte e Nordeste

FONTE: IBGE.

7. Inserção Internacional

A maior inserção do Brasil no comércio internacional de bens e serviços é estratégica para alavancar o potencial de crescimento do País e indispensável para a estabilidade dos fundamentos macroeconômicos e para o bom desempenho das empresas. A expansão do fluxo de comércio e de investimentos eleva a capacidade de adaptação da economia a choques econômicos e incentiva a competitividade das empresas, incentivando a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a agregação de valor aos produtos.



7.1 Desenvolver Cultura Exportadora das PMEs e a Capacitação das Empresas para a Exportação

O Brasil precisa desenvolver uma cultura exportadora que identifique o mercado externo como um objetivo permanente, e aprimorar a capacitação das empresas, em particular das pequenas e médias, para a atividade exportadora.

A cultura exportadora acontece por meio de uma série de iniciativas que visam promover mudanças de atitude das empresas e da burocracia em relação ao mercado externo. Essas medidas devem contemplar a difusão de conhecimento e informações para capacitar o setor empresarial para a atividade exportadora. Devem, também, contribuir para conscientizar a burocracia brasileira sobre a importância da adoção de procedimentos ágeis e simples, que facilitem a operação das empresas exportadoras.

A disseminação dessa visão favorecerá uma postura proativa dos empresários em relação ao mercado internacional e contribuirá para a percepção da exportação como uma atividade permanente e lucrativa. Como resultado, as empresas passarão a incorporar o mercado externo em seu planejamento estratégico, reduzindo o componente cíclico da atividade exportadora.

O desenvolvimento da cultura exportadora é crucial para a inserção internacional das PMEs brasileiras. A maior participação dessas empresas no comércio internacional não apenas irá melhorar o desempenho das exportações, mas também possibilitará maior geração de empregos, investimentos em novas tecnologias e uso de modernas formas de gestão, aumentando a competitividade global. Para tanto, é necessário tornar mais acessíveis para as PMEs os instrumentos governamentais existentes.

Indicador	Descrição
Exportadoras regulares	Quantidade de empresas que se mantém na atividade exportadora conforme critérios da Funcex.

FONTE: Funcex.

Indicador	Descrição
Receita de Exportações da Indústria	Indica o percentual de faturamento das empresas industriais advindos de exportação.

FONTE: CNI.

Indicador	Descrição
Total de Exportações / PIB	Participação anual das exportações (em Reais) do País em relação ao Produto Interno Bruto.

FONTE: Funcex.

Indicador	Descrição
Receita de Exportação das PMEs	Aferido anualmente por meio de pesquisa realizada pela CNI, mede o esforço exportador das micro e pequenas empresas.

FONTE: CNI.

7.2 Melhorar a Articulação Governo-Setor Privado para maior Eficiência nas Negociações Comerciais Internacionais.

As negociações internacionais tornaram-se um componente central da agenda da política comercial brasileira. A remoção das barreiras comerciais é fundamental para que o País possa expandir suas exportações. É importante que o País tenha clareza sobre os seus objetivos. Suas estratégias devem estar voltadas tanto para viabilizar um maior acesso a mercados, quanto para preservar a implementação de políticas domésticas compatíveis com o crescimento.

A administração do complexo quadro de negociações em que o Brasil está inserido requer a manutenção de canais fluidos e institucionalizados de consulta entre o setor público e o setor empresarial.

Aos empresários cabe um papel de destaque nos mecanismos de consulta entre o governo e a sociedade civil. Por meio das atividades comerciais e dos investimentos as empresas assumem riscos, criam empregos e geram renda.

Os governos negociam os acordos, mas são os empresários que dão vida a eles. É primordial que os empresários brasileiros tenham uma maior participação na definição das estratégias e na formulação das posições brasileiras para as diversas frentes de negociação, e que haja um maior engajamento das lideranças empresariais, com mais vivência na temática internacional.

A melhoria da participação empresarial nesse processo requer o acesso às informações sobre os objetivos da política brasileira de integração internacional e sobre a evolução das negociações em tempo hábil, para apresentar ao governo suas visões e posicionamentos. A comunicação de decisões já tomadas confere transparência, mas não permite participação ou influência.

A institucionalização do processo de consultas necessita da definição de procedimentos previsíveis e estáveis, a serem observados pelo governo e pelo setor empresarial durante o processo negociador em todos os acordos comerciais em que o Brasil estiver presente. Isto dará mais segurança aos negociadores e representantes empresariais, conferindo maior transparência ao processo de influência e defesa de interesses.

Indicador	Descrição
Índice de articulação entre o setor privado e o governo.	Pesquisa de opinião a ser formatada e aplicada anualmente para medir a percepção do industrial brasileiro sobre a articulação governo/setor privado.

FORTE: CNI.

Indicador	Descrição
Índice de adoção de propostas do setor empresarial nos acordos negociados	Comparação entre as posições defendidas pela indústria e os compromissos firmados nos acordos.

FORTE: CNI.

7.3 Desenvolver a Imagem e Marca dos Produtos Brasileiros no Exterior

A construção de uma imagem para os produtos da indústria brasileira que realce suas características intrínsecas – qualidade, diversidade, inovação, atualidade, *design* e identidade cultural – é importante para o desenvolvimento exportador.

O conhecimento dos produtos brasileiros no exterior é limitado e não está associado à qualidade, ao aprimoramento tecnológico e à modernização da indústria brasileira. Pesquisa realizada em 2001, em 22 países e com 8.900 entrevistados, revelou que o café continua sendo o produto brasileiro mais conhecido no exterior (58,2%).

Em parceria com o governo federal e com a APEX, a indústria brasileira deve ter como um importante objetivo estimular a realização de ações de comunicação para a formação de imagem do Brasil em mercados selecionados e campanhas estruturadas para a promoção de setores industriais e marcas.

Indicador	Descrição
Marcas Brasileiras entre as 1.000 mais valiosas	Indica a quantidade de marcas brasileiras classificadas entre as 1.000 mais valiosas do mundo.

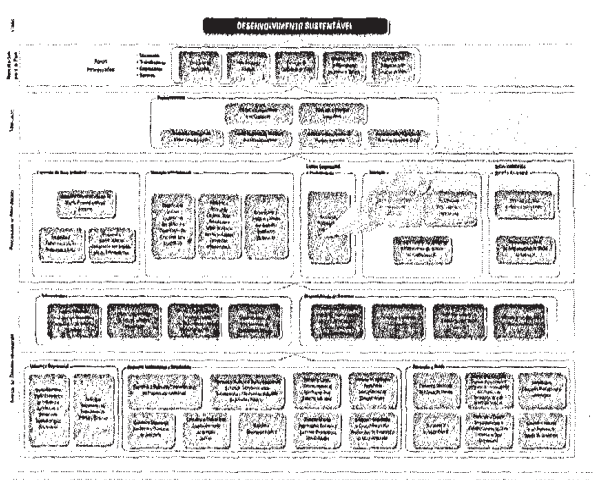
FONTE: Interbrand.

8. Gestão Empresarial e Produtividade

A produtividade é uma variável chave do processo de crescimento. Elevar a produtividade é a única forma sustentável de expandir a renda e a qualidade de vida da população. Várias das ações do Mapa têm impacto sobre a produtividade da economia. Mas uma fonte importante da produtividade tem que ser buscada com obsessão: a melhoria contínua da gestão empresarial.

Gestão Empresarial e Produtividade

Aumentar a
Produtividade
e a Qualidade
na Indústria



8.1 Aumentar a Produtividade e a Qualidade na Indústria

A competitividade das empresas está diretamente ligada à sua produtividade. Nos anos 90, a indústria brasileira conseguiu aumentar significativamente sua produtividade (taxa média anual de 8,1%) e, conseqüentemente, sua competitividade.

Esses elevados ganhos de produtividade foram proporcionados por investimentos em desobstrução de gargalos, reposição de equipamentos e reorganização gerencial. Sua projeção para o futuro depende da continuidade desses esforços, mas, principalmente, da intensidade do processo de inovação das empresas.

A década passada também registrou forte movimento no setor produtivo em busca da qualidade de seus produtos e serviços. Esse movimento, que gerou resultados expressivos, a exemplo do grande número de empresas certificadas, foi responsável por parte da capacidade competitiva de nossas empresas e integra o processo de expansão da nossa produtividade.

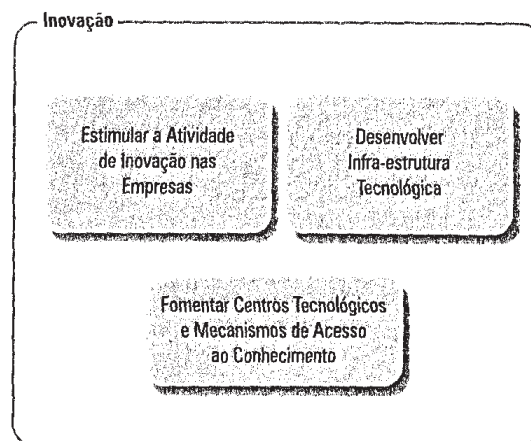
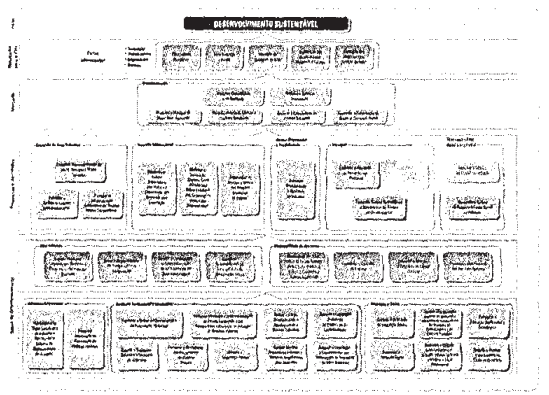
O aumento da produtividade e da qualidade da indústria são elementos centrais da expansão da participação brasileira no mercado global.

Indicador	Descrição
Índice de Produtividade	Índice de produção industrial (IBGE) / Horas Trabalhadas (CNI).

FONTE: IBGE/CNI.

9. Inovação

A inovação é fundamental para a estratégia industrial brasileira. Criar um ambiente favorável à inovação, dispor de uma adequada infra-estrutura tecnológica e de centros de conhecimento com capacidade de transformar pesquisas em resultados são imprescindíveis para o sucesso da indústria nos próximos dez anos.



9.1 Estimular a Atividade de Inovação nas Empresas

A geração da inovação depende fundamentalmente da iniciativa das empresas. Inovação é a aplicação, pela empresa, de conhecimento existente ou especialmente elaborado para a implantação de novos produtos, processos de produção e de comercialização.

A inovação tem um papel estratégico na construção das bases para o aumento da competitividade, da produtividade e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Com o estímulo à inovação nas empresas, a indústria brasileira será capaz de ofertar produtos e serviços competitivos, de qualidade e de maior valor agregado, contribuindo para maior participação do Brasil no comércio global.

A intensificação da inovação nas empresas requer um regime de incentivos comparável ao existente nas economias mais desenvolvidas. A mudança do sistema vigente de incentivos é fundamental para que o Brasil seja capaz de responder ao desafio de ampliar a capacidade de inovação e introduzir com maior frequência novos produtos e processos no mercado.

Devem ser fomentadas as mais diversas atividades inovadoras, que incluem o desenvolvimento interno e a aquisição externa de P&D, o licenciamento de direitos de exploração de patentes e aquisição de *know-how* e *softwares*, a aquisição de máquinas e equipamentos e as atividades de treinamento, orientadas para a criação de produtos ou processos tecnologicamente novos ou significativamente aperfeiçoados.

Indicador	Descrição
Depósitos de Patentes	Patentes brasileiras depositadas no Escritório de Patentes dos Estados Unidos.

FONTE: US Patent Office.

Indicador	Descrição
Índice de Inovação	Percentagem das empresas industriais que implementaram inovações de produtos e/ou processo.

FONTE: Pintel/IBGE.

Indicador	Descrição
Investimento Privado em Inovação / PIB	Indica o volume de investimentos privados em inovação em relação ao PIB.

FONTE: MCT.

9.2. Desenvolver Infra-estrutura Tecnológica

O acesso a mercados competitivos exige uma crescente rede de infra-estrutura tecnológica, apta a atender a demanda por ensaios, testes, avaliação de conformidade e processos de certificação. Estes são elementos que atestam a qualidade e o padrão dos produtos e são cada vez mais requeridos nos fluxos internacionais de comércio e nos mercados consumidores submetidos a uma crescente regulação.

Os serviços oferecidos por essa rede abrangem as áreas de Metrologia, Normalização, Regulação Técnica, Avaliação de Conformidade e Suporte à Pesquisa-Desenvolvimento-Engenharia. Para tanto, já existe uma infra-estrutura que precisa ser consolidada e expandida, que garanta o seu credenciamento de acordo com parâmetros técnicos internacionais e reforça o foco de sua atuação na prestação de serviços ao setor produtivo.

Indicador	Descrição
Investimento público em TIB	Indica a relação entre o total investido pelo governo em TIB e os orçamentos do MCT e MDIC.

FONTE: MCT e MDIC.

1.3 Fomentar Centros Tecnológicos e Mecanismos de Acesso ao Conhecimento

As empresas industriais brasileiras se utilizam com frequência da coleta de dados e informações técnicas e científicas para apoiar suas decisões de alterar produtos e métodos. O acesso ao conhecimento é essencial para garantir a eficácia do processo de inovação. Os caminhos que levam à identificação do conhecimento necessário para a geração da inovação ocorrem de formas variadas.

Os centros tecnológicos – nas próprias empresas ou fora delas – são áreas privilegiadas nesse contexto. Em grande medida, são responsáveis pela identificação do conhecimento demandado por elas e, não raro, são também encarregadas pelo seu desenvolvimento. Em alguns tipos de empresa, a constituição *intramuros* de centros tecnológicos é parte integrante do seu crescimento de negócios e elemento central da sua gestão estratégica.

Em razão da heterogeneidade do setor industrial e do grande número de empresas de médio e pequeno porte, o estímulo à rede de centros tecnológicos requer a consolidação de centros externos – públicos e privados –, que permitam economias de escala e de escopo, divisão de custos e de riscos e o incremento na formação de redes e parcerias.

Garantir a constante atualização de infra-estrutura e de recursos humanos desses centros é fator decisivo para maior atividade inovadora das empresas brasileiras, compatível com o objetivo de maior inserção competitiva da indústria no mercado mundial.

Indicador	Descrição
Índice de produtividade dos serviços prestados	Indica a relação entre o número de serviços prestados e o total da força de trabalho dedicada à atividade-fim da organização.

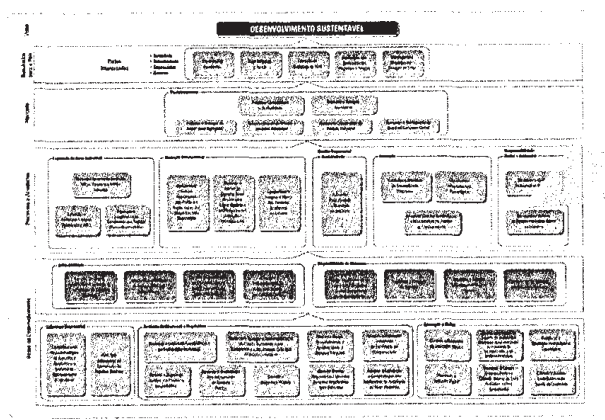
FONTE: ABIPI.

Indicador	Descrição
Consultas ao BD de patentes - INPI	Indica a quantidade de consultas ao banco de dados de patentes do INPI.

FONTE: INPI.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A visão da indústria sobre o seu futuro contempla o incentivo a uma cultura de responsabilidade social corporativa e a utilização crescente de instrumentos de gestão ambiental.



Responsabilidade Social e Ambiental

Promover a Gestão Ambiental na Indústria

Desenvolver Cultura de Responsabilidade Social na Indústria

10.1 Promover a Gestão Ambiental na Indústria

A gestão ambiental é uma importante ferramenta de modernização e competitividade das indústrias. Procedimentos de gestão ambiental, crescentemente adotados pelas empresas, são indicativos de comprometimento com a preservação do meio ambiente e suplementam mecanismos de regulação impositivos.

As questões ambientais, relacionadas às atividades da indústria, assumiram uma importância crescente a partir da década de 90 e afetam decisivamente a vida das empresas. As exigências ambientais passaram a transformar-se em requisito no comércio internacional. As normas ambientais da série internacional ISO 14.000 simbolizam essa tendência.

O objetivo da indústria é desenvolver uma atitude proativa na gestão ambiental, envolvendo fornecedores, comunidades, órgãos competentes e demais partes interessadas, de modo a assegurar a sustentabilidade de projetos, empreendimentos e produtos ao longo do seu ciclo de vida.

Indicador	Descrição
Certificados ISO 14.001	Indica a quantidade de indústrias de transformação com certificados ISO 14.001 (gestão ambiental) válidos.

FONTE: Inmetro.

10.2 Desenvolver Cultura de Responsabilidade Social na Indústria

A cultura da responsabilidade social tem se incorporado às estratégias corporativas. É parte do processo de gestão empresarial e vem introduzindo novas respostas para o desenvolvimento sustentável dos negócios.

Existem diversas ferramentas de gestão da responsabilidade social nas empresas. É necessário capacitar as instituições para a adoção dessas ferramentas, como também para compreender melhor o contexto exato em que se dá a discussão sobre responsabilidade social empresarial, largamente confundida com ações sociais, filantropia e voluntariado.

Essa responsabilidade deve ser compreendida e implantada como parte da governança corporativa, visando a sustentabilidade das empresas e dos negócios, considerando as diferentes demandas e necessidades dos diversos públicos ou partes interessadas (*stakeholders*).

Indicador	Descrição
Certificados OHSAS 18.001 e BS 8.800	(Transformação+Construção Civil) certificadas com base nos Sistemas de Gestão de SST segundo as "normas" OHSAS 18.001 e BS 8.800.

FONTE: QSP.

Indicador	Descrição
Empresas com Balanço Social	Indica o número de empresas que publicaram o balanço social.

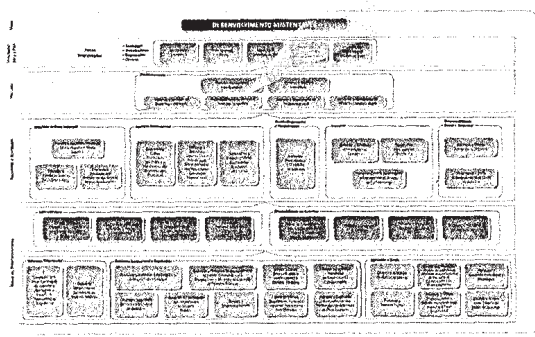
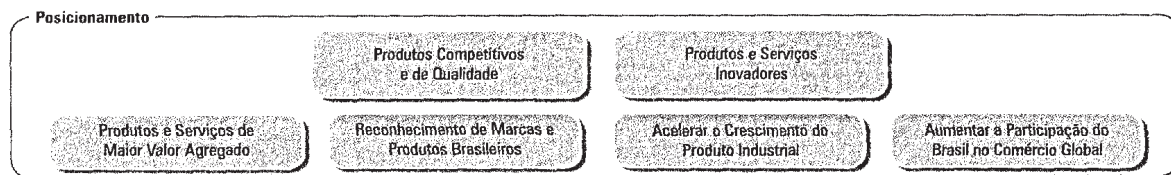
FONTE: Ethos e Ibase.

Mercado

11. Posicionamento

O posicionamento estratégico de um país representa a maneira pela qual ele será reconhecido por suas opções de mercados e de atividades econômicas.

A indústria brasileira expressa neste Mapa Estratégico o desejo de ampliar a captura das diversas etapas da cadeia de valor mundial em que está inserida. Esse posicionamento está fundamentado na competitividade e na inovação de processos, produtos, mercados e distribuição. É fundamental para sustentar os resultados propostos pela estratégia, que são impulsionar a indústria brasileira em direção ao crescimento do produto industrial e a uma maior participação do Brasil no comércio global.



11.1 Posicionamento: Produtos Competitivos e de Qualidade

A estratégia brasileira para acelerar o crescimento do produto industrial e aumentar sua participação no comércio global inclui a expansão dos setores produtores de bens, cuja competitividade deriva da dotação de recursos naturais e da escala de produção estabelecida.

Esses produtos são responsáveis por boa parte das exportações e exemplificam operações industriais que são conduzidas com padrão mundial.

Sua expansão deverá ser apoiada pela solução de vários problemas – custo do investimento, logística, entre outros –, e também pela crescente incorporação da inovação em seus processos produtivos e de comercialização. Dada à dotação de recursos e à experiência empreendedora acumulada nesses segmentos, a estratégia industrial brasileira deve não apenas preservar a sua participação, mas também criar condições para seu crescimento.

11.2 Posicionamento: Produtos e Serviços Inovadores

A geração de produtos e serviços inovadores é indispensável para o Brasil aumentar sua participação no comércio global.

A oferta de produtos e serviços inovadores, além de permitir a ocupação de novos e, eventualmente, mais dinâmicos nichos de mercado, representa uma alternativa capaz de garantir o aumento da competitividade e a elevação da qualidade de vida da população.

A inovação é fator de diferenciação de produtos e serviços e, portanto, uma força de competitividade que permite a agregação de valor. É básica para a melhoria dos rendimentos das empresas e dos trabalhadores.

11.3 Posicionamento: Produtos e Serviços de Maior Valor Agregado

A geração de produtos e serviços de maior valor agregado e captura de novas etapas na cadeia mundial de valor são caminhos para que o Brasil se torne capaz de aumentar sua participação no comércio global, de acelerar o crescimento do produto industrial, de gerar empregos e renda e, conseqüentemente, de elevar a qualidade de vida da população.

Esse objetivo também permitirá a expansão da participação brasileira na produção mundial de bens e serviços.

11.4 Posicionamento: Reconhecimento de Marcas e Produtos Brasileiros

Participar do mercado internacional com marcas reconhecidas significa ganhar reputação no comércio exterior, representar interesses econômicos próprios e atuar de forma ativa na conquista de novos mercados. Marcas reconhecidas agregam valor aos produtos exportados e propiciam maior preço de venda e maior lucratividade.

O reconhecimento de marcas e de produtos é resultado de uma série de esforços presentes no Mapa Estratégico da Indústria, como aumentar a produtividade e qualidade dos produtos, estimular a inovação nas empresas e divulgar marcas no exterior.

11.5 Posicionamento: Acelerar o Crescimento do Produto Industrial

O crescimento econômico requer uma indústria competitiva. A indústria é o setor que gera, assimila e dissemina, de maneira mais intensa, as inovações tecnológicas e apresenta maior produtividade na economia.

A remoção dos impedimentos que cerceiam o bom funcionamento da indústria é pré-requisito para o crescimento. A indústria é grande absorvedora de mão-de-obra, seja diretamente, na linha de produção, seja indiretamente, contratando prestadores de serviços e produtos dos demais setores.

O crescimento industrial requer investimentos. Isso pressupõe a existência de normas claras e estáveis que tragam segurança ao investidor. Para atrair o investimento, é crucial assegurar um ambiente propício para a produção, com definição de regras claras para o mercado, desoneração tributária da produção e do investimento, aprofundamento das reformas microeconômicas – que afetam o cotidiano das empresas –, e a disponibilidade de financiamento a custos competitivos.

As transformações tecnológicas e de gestão exigem foco em produtividade, capacidade de adaptação e resposta ágil das empresas. É importante contar com mão-de-obra qualificada e com um sistema mais flexível de negociação no mercado de trabalho.

Indicador	Descrição
Crescimento do PIB Industrial	Indica o crescimento percentual anual do PIB industrial.

FONTE: IBGE.

11.3. Posicionamento: Aumenta a Participação do Brasil no Comércio Global

O Brasil tem uma participação no comércio mundial inferior à sua importância. Nos últimos anos, à exceção de 2004, as exportações brasileiras tiveram o índice inferior a 1% no total das exportações mundiais, valor bastante reduzido para a dimensão da economia brasileira. Mais grave, mostrou uma tendência decrescente, em virtude do aumento das exportações brasileiras ter sido, na média, inferior ao crescimento do comércio mundial.

O Brasil, por meio das suas exportações, já alcançou níveis mais elevados tanto no passado mais distante, como na década de 50, como nos anos 80, quando atingiu 1,2%. Ambos foram períodos de termos de troca favoráveis, com alta dos preços internacionais dos produtos básicos. Este é o caso dos dois últimos anos, quando o valor das exportações brasileiras cresceu mais que o comércio mundial e nossa importância relativa aumentou.

A baixa participação do País no mercado mundial resulta da opção, no passado, por uma economia fechada, e da predominância da luta contra a inflação descontrolada e o desajuste fiscal, a partir dos anos 80, sobre os objetivos de competitividade para inserção internacional.

A mudança na estratégia nos anos 90 mostra resultados, mas o resquício de um viés anti-exportador da economia e políticas e estruturas institucionais inadequadas ainda dificultam uma inserção internacional mais próxima da importância do Brasil no cenário econômico mundial. As economias emergentes, asiáticas ou mesmo latino-americanas, que definiram uma postura mais agressiva no mercado mundial décadas atrás, mostram um desempenho exportador superior ao brasileiro.

Indicador	Descrição
Participação do Brasil no Fluxo de Comércio Internacional	Indica a participação das exportações mais importações brasileiras no total de exportações e importações globais.

FONTE: OECD.

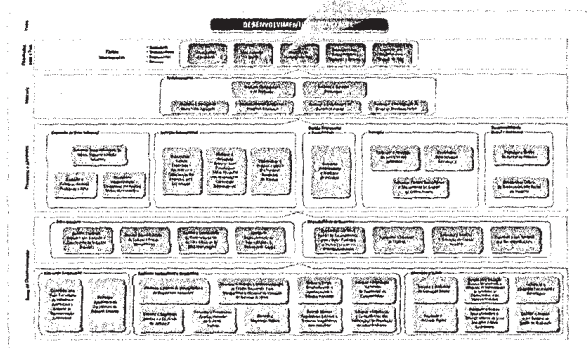
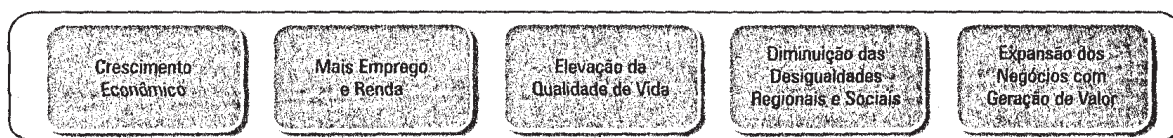
Indicador	Descrição
Exportação Produtos Industrializados/Total Exportado pelo País	Mede o impacto que as exportações industriais (Manufaturados e Semi-Manufaturados) exercem nas exportações totais brasileiras.

FONTE: Funcex.

Resultados para o País

12. Resultados para o País

O Mapa Estratégico é uma proposta para o País. O Brasil que se deseja em 2015 é um País com maiores níveis de emprego e renda, com desigualdades sociais e regionais reduzidas, melhores condições de vida, com um ambiente institucional que incentive a expansão dos negócios e promova o crescimento econômico.



12.1 Objetivo Estratégico: Crescimento Econômico

O crescimento da economia é um dos principais objetivos que resultam das ações do Mapa Estratégico da Indústria.

Nos últimos seis anos, o PIB brasileiro alcançou uma taxa média anual de 1,5%, nível similar ao do aumento demográfico. Em 2004, a economia brasileira registrou crescimento superior a 5%. Ainda assim, esse desempenho foi inferior ao observado nos principais países em desenvolvimento (6,6%).

O crescimento sustentado do PIB passa, necessariamente, pelo aumento da produtividade dos fatores de produção e, para tanto, é necessário: priorizar a formação educacional da população;

investir em pesquisa e em desenvolvimento, de forma a garantir o uso mais eficiente dos recursos; e estimular o investimento privado. Para atrair os investidores é crucial assegurar um ambiente propício à produção, com definição de regras claras para o mercado. Assim como a desoneração tributária da produção e do investimento, com aprofundamento das reformas microeconômicas – que afetam o cotidiano das empresas – e com disponibilidade de financiamento a custos razoáveis.

Indicador	Descrição
Crescimento do PIB	Crescimento percentual anual do Produto Interno Bruto do País.

FONTE: IBGE.

12.2 Objetivo Estratégico: Mais Emprego e Renda

A elevação do nível de emprego e da renda é o principal resultado do crescimento econômico. A expansão da produção é um dos caminhos mais eficazes para combater a pobreza.

O Mapa Estratégico da Indústria contempla esse objetivo por meio de várias ações. Além das condições necessárias à promoção do crescimento, são também identificados a modernização da legislação trabalhista, o fomento às pequenas e médias indústrias, a industrialização das regiões menos desenvolvidas, a melhoria na educação básica, profissional e tecnológica, e a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Indicador	Descrição
Taxa de desemprego	Indica o percentual da população brasileira desocupada.

FONTE: PBAD/IBGE.

Indicador	Descrição
Renda per capita (PPP)	Indica a renda por habitante ajustada ao poder de compra da população.

FONTE: Banco Mundial.

12.3 Objetivo Estratégico: Elevação da Qualidade de Vida

A melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é o principal objetivo de uma estratégia de desenvolvimento. A qualidade de vida pode ser sintetizada por meio de três áreas: saúde, educação e renda per capita.

A elevação da renda, da expectativa de vida e dos níveis educacionais são elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do País. Para alcançar esses objetivos, além do crescimento da economia, o Mapa aborda a melhoria na segurança pública, o aperfeiçoamento da educação em todos os níveis, a ampliação da disponibilidade de saneamento básico, a necessidade de um sistema de saúde com qualidade e a atuação responsável da indústria tanto social quanto ambientalmente.

Indicador	Descrição
IDH	O Índice de Desenvolvimento Humano considera longevidade, renda <i>per capita</i> e nível de educação da população.

FONTE: PNUD.

12.4 Objetivo Estratégico: Diminuição das Desigualdades Regionais e Sociais

O Brasil apresenta um desenvolvimento econômico desbalanceado, com grande disparidade entre as diferentes regiões e até mesmo dentro de uma mesma região. Dados do IBGE mostram que nos últimos quinze anos praticamente não houve alterações na distribuição da renda entre as grandes regiões brasileiras.

A atividade econômica mostra elevado grau de concentração. As regiões Sudeste e Sul, em conjunto, respondem por 76% do PIB total do País. As demais regiões respondem por apenas 24% do PIB brasileiro, mas concentram mais de 43% da população total do País.

O PIB *per capita* da região Nordeste é menos da metade do PIB *per capita* do Brasil; e na região Norte atinge menos de 60%. As disparidades são ainda mais expressivas quando da comparação entre os Estados: a renda *per capita* do Estado mais rico é cerca de sete vezes maior que a do Estado mais pobre, praticamente o mesmo fosso existente em 1985.

A diminuição das desigualdades sociais e regionais é fundamental para o País alcançar o desenvolvimento sustentável. Reforça o crescimento, diminui as tensões sociais, gera estabilidade sócio-política e exerce uma influência positiva sobre os investimentos.

Indicador	Descrição
GINI - Ranking	Indica a posição do Brasil no <i>ranking</i> do índice de GINI, que mede a distribuição de renda entre os habitantes de um país. O valor 0 (zero) corresponde à equidade perfeita e 100 (cem) corresponde à completa desigualdade.

FONTE: ONU.

Indicador	Descrição
Dispersão do IDH	A partir do IDH calculado anualmente pelo PNUD/ONU será calculada a dispersão do mesmo nas várias regiões/unidades de federações brasileiras.

FONTE: CNI.

12.5 Objetivo Estratégico: Expansão dos Negócios com Geração de Valor

O lucro é essencial para a sobrevivência da empresa. Toda empresa tem como um de seus objetivos a geração de lucro e sua busca é o motor principal de sua expansão. Incentiva as empresas tanto a crescerem como a aumentarem sua produtividade. Com mais produtividade, criam-se as condições para se elevar o valor adicionado pela atividade empresarial que viabiliza tanto o aumento dos lucros como dos salários.

A expansão dos negócios e, conseqüentemente, o crescimento econômico se apóiam no aumento da produtividade. É importante que esse fator seja convertido em aumento dos salários e em lucratividade para as empresas.

Indicador	Descrição
Evolução da Lucratividade	Indica a evolução na lucratividade.

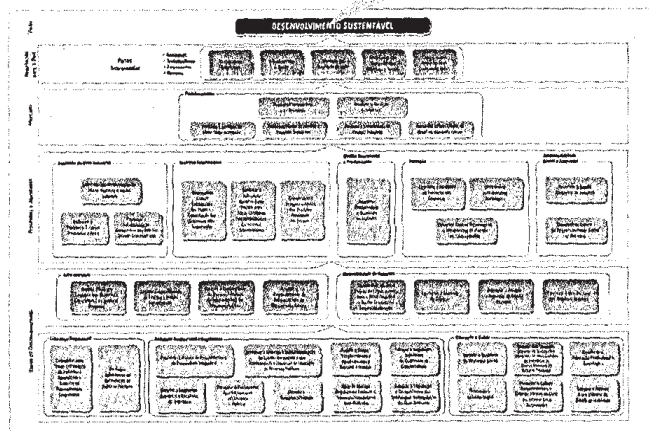
FONTE: CNI.

Desenvolvimento Sustentável

■ 13. Desenvolvimento Sustentável

O objetivo do Mapa Estratégico é o desenvolvimento sustentável do País, que foi definido pela Comissão *Brundtland*, criada pelas Nações Unidas em 1987, como o conceito que permitiria a satisfação das necessidades atuais da sociedade sem comprometer a possibilidade de atendimento às gerações futuras.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A visão da indústria, que resultou do Mapa Estratégico, considera que o desenvolvimento do setor industrial deve ser resultado de um processo de conciliação entre crescimento econômico e os aspectos ambientais e sociais.

Para tanto, é necessário elaborar atividades para estimular a ampliação da produção industrial, sem comprometer o meio ambiente e o bem-estar social.

Esta visão procura enfatizar o compromisso da indústria nacional com a população brasileira, com os desafios sociais e ambientais do País, bem como com o aumento da competitividade empresarial.

IV. OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Os Programas Estratégicos são as ações que a indústria e o País deverão implementar para que as metas do Mapa Estratégico da Indústria sejam atingidas e os objetivos alcançados.

Este documento apresenta uma estratégia para o Brasil e não apenas para a indústria. Assim, os Programas são de duas naturezas de implementação:

- Uma de responsabilidade do próprio Sistema CNI - SESI, SENAI e IEL e Federações e das Associações Empresariais;
- Outra de responsabilidade do governo e de outros atores sociais.

O acompanhamento contínuo da implementação dos programas do Mapa Estratégico será realizado pela CNI, por meio dos seus Conselhos Temáticos e do Fórum Nacional da Indústria.

■ Programas Estratégicos

- 1. Mecanismos de Consulta do Governo ao Setor Privado
- 2. Sistema de Gestão do Mapa Estratégico
- 3. Aperfeiçoamento do Sistema de Representação Empresarial
- 4. Uso adequado de Medidas Provisórias
- 5. Súmula Vinculante e Controle Externo do Judiciário
- 6. Modernização do Arcabouço Jurídico Processual
- 7. Estímulo a Mecanismos de Mediação e Arbitragem
- 8. Redução do Roubo de Carga
- 9. Modernização e Integração do Sistema de Segurança
- 10. Combate à Concorrência Desleal – Pirataria e Sonegação
- 11. Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência
- 12. Desburocratização do Estado
- 13. Redução do Déficit Público
- 14. Capacitação e Profissionalização do Servidor Público
- 15. Transparência do Processo Orçamentário e sua Execução
- 16. Reforma Política
- 17. Desoneração Total das Exportações e Investimentos
- 18. Ampla Reforma Tributária para Competitividade e Eficiência
- 19. Avaliação de Impactos de Ações Regulatórias

- 20. Regulamentação Ambiental
- 21. Reforma do Marco Regulatório de Saneamento Básico
- 22. Autonomia das Agências Reguladoras
- 23. Boas Práticas de Relações do Trabalho
- 24. Garantia da Segurança Jurídica de Acordos Trabalhistas Negociados
- 25. Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental e Médio
- 26. Reforma da Educação Superior
- 27. Formação Profissional
- 28. Educação Continuada
- 29. Inserção do Empreendedorismo no Conteúdo Curricular
- 30. Programas de Difusão de Sistemas de Gestão de SST
- 31. Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos
- 32. Definição de uma Matriz Energética Eficiente
- 33. Eficiência nas Empresas de Saneamento Público
- 34. Acompanhamento do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações
- 35. Eliminação de Gargalos do Sistema de Transporte e Logística
- 36. Modernização das Administrações Portuárias
- 37. Plano Diretor do Mercado de Capitais
- 38. Elevação do Crédito de Fontes Não Bancárias
- 39. Redução da Taxa Básica de Juros e do *Spread* Bancário
- 40. Retenção de Recursos Qualificados (ciência e tecnologia) nas Empresas e Instituições de Pesquisa
- 41. Gestão Estratégica e Planejamento Ambiental (ZEE)
- 42. Fomento de APLs com potencial competitivo
- 43. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas
- 44. Financiamento para as MPes
- 45. Financiamento nas Regiões Menos Desenvolvidas
- 46. Promoção Comercial e Desenvolvimento de Imagem e Marcas
- 47. Mecanismos de Apoio à Exportação
- 48. Estrutura Regulatória do Comércio Exterior
- 49. Formulação Estratégica para Grandes Negociações Comerciais Internacionais
- 50. Consolidação e Aperfeiçoamento do Sistema Empresarial de Influência em

Negociações Internacionais (Coalizão Empresarial Brasileira)

- 51. Aperfeiçoamento do Modelo Institucional de Consultas Governo-Setor Privado em Negociações Internacionais
- 52. Capacitação das Empresas para Exportação
- 53. Fomentar as Melhores Práticas de Gestão na Indústria
- 54. Integração Empresas/Centros de Conhecimento
- 55. Extensão Tecnológica Industrial para MPE
- 56. Modernização dos Centros Tecnológicos e Focalização nos Clientes
- 57. Modernização/Expansão da Rede Prestadora de Serviços de TIB
- 58. Estímulo à Proteção da Propriedade Intelectual das Empresas
- 59. Desenvolvimento de Empresas Junior e Incubadoras
- 60. Reformulação do Sistema de Apoio à Inovação (tratamento fiscal e soluções de financiamento)
- 61. Certificação Ambiental
- 62. Produção mais Limpa (P+L)
- 63. Programas de Responsabilidade Social

Relação de Programas Estratégicos**■ Liderança Empresarial**

Objetivos relacionados: consolidar uma visão estratégica da indústria e aperfeiçoar o sistema de representação empresarial e participar ativamente na formulação de políticas públicas.

□ 1. Mecanismos de Consulta do Governo ao Setor Privado

Desenvolver iniciativas voltadas para a ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta do governo ao setor privado.

□ 2. Sistema de Gestão do Mapa Estratégico

Implementar o Sistema de Gestão do Mapa Estratégico, por meio de reuniões periódicas de avaliação, com base no acompanhamento de metas e de indicadores. É uma condição necessária para que a indústria aprimore sua capacidade de coordenar, acompanhar e desenvolver iniciativas voltadas para a utilização do Mapa.

□ 3. Aperfeiçoamento do Sistema de Representação Empresarial

Desenvolver iniciativas, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de representação empresarial em sua capacidade de prestar serviços para as empresas e no exercício de suas funções.

■ Ambientes Institucional e Regulatório

Objetivos Relacionados: promover a defesa da concorrência e da propriedade intelectual; promover a redução do tamanho do Estado e a desburocratização, garantindo a sua transparência e eficiência na utilização de recursos públicos; garantir a segurança jurídica e a eficiência do judiciário; fomentar o permanente aperfeiçoamento do sistema político; garantir a segurança pública; reduzir a carga, simplificando e aperfeiçoando o sistema tributário; adequar a legislação trabalhista às exigências da competitividade; garantir marcos regulatórios estáveis e sistemas regulatórios bem definidos; adequar à legislação e competências das instituições de regulação do meio ambiente.

□ 4. Uso adequado de Medidas Provisórias

Apoiar iniciativas que contribuam para o uso moderado de medidas provisórias, com obediência restrita aos critérios de urgência e relevância.

□ 5. Súmula Vinculante e Controle Externo do Judiciário

Apoiar iniciativas que assegurem a implementação adequada da Súmula vinculante e do Controle Externo do Judiciário.

□ 6. Modernização do Arcabouço Jurídico Processual

Contribuir para o aperfeiçoamento da legislação processual, especialmente no que se refere à desburocratização de procedimentos e à revisão dos recursos judiciais.

□ 7. Estímulo a Mecanismos de Mediação e Arbitragem

Incentivar a adoção de sistemas alternativos de conciliação de conflitos, dotados de maior celeridade e com menores custos para as partes envolvidas.

□ 8. Redução do Roubo de Carga

Apoiar uma Política Nacional de Prevenção e Repressão ao Roubo de Cargas com as seguintes medidas: implementar mecanismos de capacitação e cooperação entre os órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal em ações conjuntas de combate ao roubo de cargas; incentivar a formação e o aperfeiçoamento do pessoal civil e militar empregado na área de trânsito; empreender a modernização e a adequação tecnológica dos equipamentos e procedimentos utilizados nas atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao roubo de cargas; promover campanhas de esclarecimentos e orientação aos transportadores e proprietários de veículos de carga.

□ 9. Modernização e Integração do Sistema de Segurança

Acompanhar e monitorar as iniciativas de modernização do sistema de segurança, com ênfase na integração da atuação das polícias Civil e Militar; modificação das rotinas das ações policiais, com foco no trabalho de inteligência e investigação; criação de um banco de dados unificado e capacitação das unidades policiais com os recursos da tecnologia da informação para facilitar o atendimento à população, o mapeamento das ocorrências e o planejamento da atividade policial.

□ 10. Combate à Concorrência Desleal - Pirataria e Sonegação

Apoiar iniciativas para coibir as práticas de pirataria, adulteração de marcas, contrabando e sonegação de impostos, por meio das seguintes medidas: a) informar e sensibilizar a opinião pública sobre as consequências da concorrência desleal; b) mobilizar e apoiar os poderes constituídos e as entidades privadas para combater a concorrência desleal; c) propor instrumentos legais adicionais para coibir a difusão de práticas de concorrência desleal. Esse programa será desenvolvido de forma complementar ao Programa Estímulo à Proteção da Propriedade Intelectual das Empresas.

□ 11. Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência

Influenciar o processo de reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência com as seguintes medidas principais: a) unificação dos órgãos de defesa da concorrência para evitar a sobreposição de funções; b) análise prévia dos processos de fusão e aquisição; c) redução dos prazos de análise dos processos; d) reforço da capacidade do sistema de concorrência em coibir abusos de conduta, não somente nas concentrações industriais, mas também nas do comércio e serviços.

□ 12. Desburocratização do Estado

Elaborar sugestões voltadas para a implementação de ações que simplifiquem a relação do Estado com o cidadão e as empresas, reduzindo ou eliminando formalidades e exigências burocráticas excessivas.

□ 13. Redução do Déficit Público

Atuação para a Redução do Déficit Público e para a definição de mecanismos de limitação aos gastos públicos.

□ 14. Capacitação e Profissionalização do Servidor Público

Acompanhar e propor iniciativas de incentivo ao processo de profissionalização e desenvolvimento da meritocracia na administração pública, com o objetivo de consolidar um sistema de gestão do Estado estável, eficiente e profissional.

□ 15. Transparência do Processo Orçamentário e sua Execução

Propor ações voltadas ao aperfeiçoamento do processo orçamentário, de modo a garantir sua plena execução e funcionamento como peça de eleição de prioridades. Assegurar acesso facilitado da sociedade a informações sobre a elaboração da proposta orçamentária e à execução dos programas orçamentários, bem como sobre a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade dos programas.

□ 16. Reforma Política

Desenvolver iniciativas que estimulem o debate sobre o aprimoramento das instituições políticas, com vistas à implantação da reforma dos sistemas partidário e eleitoral, que contemplem: financiamento de campanhas, fidelidade partidária e voto distrital.

□ 17. Desoneração Total das Exportações e Investimentos

Atuar na construção, mobilização e convergência de propostas voltadas à desoneração tributária total das exportações e investimentos.

□ 18. Ampla Reforma Tributária para Competitividade e Eficiência

Formular propostas e influenciar a aprovação de uma ampla reforma tributária, visando a simplificação e aumento da competitividade e eficiência dos produtos brasileiros.

□ 19. Avaliação de Impactos de Ações Regulatórias

Analisar a experiência internacional e elaborar propostas sobre sistemas de avaliação dos impactos de regulações na operação das empresas, com o objetivo de criar um sistema institucionalizado e independente de assessoramento ao Parlamento nas propostas legislativas.

□ 20. Regulamentação Ambiental

Formular propostas destinadas ao aperfeiçoamento da regulamentação ambiental, de modo a reduzir a superposição de funções dos entes federativos e elevar a qualidade do processo de formulação de políticas ambientais

□ 21. Reforma do Marco Regulatório de Saneamento Básico

Atuar e desenvolver propostas, com o objetivo de reformar o marco regulatório de saneamento Básico.

□ 22. Autonomia das Agências Reguladoras

Trabalhar com o Executivo e o Congresso, de modo a garantir a autonomia das agências reguladoras, assegurando-lhes efetiva preservação da totalidade dos mandatos dos seus gestores, transparência, delimitação precisa de suas funções, autonomia financeira e excelência técnica.

□ 23. Boas Práticas de Relações do Trabalho

Promover e difundir a auto-regulação do mercado de trabalho. As ações estarão focadas na *capacitação dos negociadores, na ampliação de sua representatividade e na promoção de um modelo negocial descentralizado e flexível*, que permita ajustes rápidos de custos e reduza perdas eventuais de produção e empregos.

□ 24. Garantia da Segurança Jurídica para os Acordos Negociados

Propor ações voltadas para a redução da rigidez da CLT e diminuição do poder normativo da Justiça do Trabalho. O objetivo é garantir que, na relação entre empregadores e trabalhadores, prevaleça a vontade das partes, pois a negociação produz resultados melhores que os obtidos por força de dispositivos legais alheios às circunstâncias.

■ Educação e Saúde

Objetivos Relacionados: garantir a qualidade da educação básica; adequar a educação superior às necessidades da economia do conhecimento do sistema produtivo; fortalecer a educação profissional e tecnológica; promover a inclusão digital; promover a cultura empreendedora e difundir valores de livre iniciativa e ética empresarial; garantir o acesso a um sistema de saúde de qualidade.

□ 25. Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental e Médio

Criar mecanismos de indução e apoio que promovam a elevação da qualidade do ensino fundamental e médio.

□ 26. Reforma da Educação Superior

Desenvolver propostas e influenciar a reforma da Educação Superior.

□ 27. Formação Profissional

Implementar o plano estratégico do SENAI e apoiar o desenvolvimento de iniciativas que aumentam a oferta e melhoram a qualidade de serviços de educação profissional.

□ 28. Educação Continuada

Elaborar e apoiar iniciativas privadas e públicas destinadas à educação continuada, por meio do aperfeiçoamento de marcos regulatórios, definição de responsabilidades, aumento da integração entre ambientes de educação e do trabalho e oferta de serviços.

□ 29. Inserção do Empreendedorismo no Conteúdo Curricular

Desenvolver ações para a inserção do empreendedorismo no conteúdo curricular da Educação Básica e Superior.

□ 30. Programas de Difusão de Sistemas de Gestão de SST

Elaborar programas de difusão e certificação em segurança e saúde no trabalho de acordo com as normas OHSAS 18001 e BS 8800

■ Infra-estrutura

Objetivos Relacionados: garantir a eficiência logística que sustente o crescimento da indústria brasileira; garantir disponibilidade de energia a preços competitivos; garantir a continuidade do desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações; assegurar disponibilidade de infra-estrutura de saneamento básico.

□ 31. Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos

Esse programa será desenvolvido por meio das seguintes iniciativas: *a)* acompanhar o processo de implementação do novo modelo do setor elétrico e identificar os principais entraves à expansão do parque produtor e das redes de transporte e distribuição de energia; *b)* mapear a situação dos encargos incidentes sobre a tarifa de energia elétrica: legislação, vigência, montante e destinação da arrecadação e incidência por classe de consumo; *c)* elaborar diagnósticos sobre os principais problemas identificados e tomar medidas, para a solução desses problemas.

□ 32. Definição de uma Matriz Energética Eficiente

Esse programa será desenvolvido por meio das seguintes iniciativas: *a)* Identificar os principais entraves à maior participação do gás natural e das fontes alternativas de energia na matriz energética; *b)* atuar para que os grandes e os médios consumidores de gás natural tenham a opção de

contornar os esquemas tradicionais de distribuição e se conectar diretamente aos produtores e transportadores de gás; c) agir, de forma articulada com Associações Empresariais do setor, para a expansão do aproveitamento das fontes alternativas de energia.

□ 33. Eficiência nas Empresas de Saneamento Público

Esse programa será desenvolvido por meio das seguintes ações: a) identificar os principais problemas de gestão das Empresas Públicas de Saneamento; b) *elaborar diagnósticos sobre os principais problemas e propor soluções.*

□ 34. Acompanhamento do Desenvolvimento da Infra-estrutura de Telecomunicações

Esse programa será desenvolvido por meio das seguintes ações: a) acompanhar o volume de investimentos setoriais e os indicadores adotados pela Anatel referentes à qualidade e ao crescimento do setor; b) *atuar, em conjunto com as Associações Empresariais relacionadas ao setor de telecomunicações, para promover redução progressiva da carga tributária incidente sobre os serviços prestados.*

□ 35. Eliminação de Gargalos do Sistema de Transporte e Logística

Os objetivos são: a) identificar os entraves à maior eficiência do sistema nacional de transportes e logística (incluindo a infra-estrutura física e a prestação dos *serviços de transporte de carga nos* modais ferroviário, rodoviário e aquaviário); b) *elaborar diagnósticos sobre os principais problemas identificados e propor soluções.*

□ 36. Modernização das Administrações Portuárias

Esse programa será desenvolvido por meio das seguintes ações: a) identificar os principais problemas da infra-estrutura portuária nacional e os obstáculos à *maior eficiência das administrações portuárias*; b) *elaborar diagnósticos sobre os mesmos e propor soluções.*

■ Disponibilidade de Recursos

Objetivos Relacionados: elaborar um novo padrão de financiamento para o setor produtivo a custos competitivos internacionalmente; fomentar o mercado de capitais; estimular a atração e retenção do capital humano; promover o uso racional dos recursos naturais.

□ 37. Plano Diretor do Mercado de Capitais

Atuar em sintonia com as entidades empresariais na implementação e aprimoramento das diretrizes do "Plano Diretor" do Mercado de Capitais.

□ 38. Elevação do Crédito de Fontes Não Bancárias

Elaborar propostas para a criação, desenvolvimento e implementação de novos mecanismos não bancários de financiamento, visando a elevação do crédito e de financiamento nas fontes não bancárias.

□ 39. Redução da Taxa Básica de Juros e do *Spread* Bancário

Criar propostas e atuar para a redução do *spread* bancário e das taxas de juros.

□ 40. Retenção de Recursos Qualificados (ciência e tecnologia) nas Empresas e Instituições de Pesquisa

Criar mecanismos que incentivem a atração e retenção de recursos humanos qualificados em ciência e tecnologia nas empresas e em instituições de pesquisa. O programa tem como foco organizar as atividades que já são realizadas por entidades como CNPq e FAPs, identificar outras medidas complementares e articular as do IEL e do SENAI.

□ 41. Gestão Estratégica e Planejamento Ambiental (ZEE)

Desenvolver um amplo processo de mobilização empresarial para incentivar as ações de planejamento ambiental, com ênfase na aplicação da metodologia de Zoneamento Econômico Ecológico.

■ Expansão da Base Industrial

Objetivos Relacionados: fomentar o desenvolvimento da micro, pequena e média indústrias; estimular e fortalecer cadeias produtivas e APLs; promover a industrialização competitiva das regiões menos favorecidas.

□ 42. Fomento de APLs com Potencial Competitivo

Promover a articulação das diversas iniciativas de apoio à APL, com o objetivo de elevar seus resultados e maximizar as oportunidades de ações convergentes.

□ 43. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Criar um marco legal adequado para o desenvolvimento das MPE, por meio da aprovação de uma Lei Geral, que estabeleça tratamento diferenciado em questões tributárias e trabalhistas, entre outros temas.

□ 44. Financiamento para as MPEs

Sugerir a criação de mecanismos e instrumentos voltados à melhoria das condições de acesso e do custo do financiamento das MPEs.

□ 45. Financiamento nas Regiões Menos Desenvolvidas

Criar novos mecanismos de financiamento, com custos, prazos de carência e amortização diferenciados, para os projetos de investimento nas regiões menos desenvolvidas, de modo a estimular a atração e formação de capital.

■ Inserção Internacional

Objetivos Relacionados: adotar cultura exportadora e aprimorar a capacitação das empresas para a exportação; melhorar a articulação governo-setor privado para maior eficiência nas negocia-

ções comerciais internacionais; desenvolver mecanismos de estímulo e apoio para a maior participação da micro, pequena e média empresas no comércio internacional; divulgar a imagem e marca dos produtos brasileiros no exterior.

□ 46. Promoção Comercial e Desenvolvimento de Imagem e Marcas

O objetivo é estabelecer parcerias do setor privado com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento e a APEX, em ações voltadas para: a) prospecção de mercados externos de produtos; b) difundir a imagem e as marcas de produtos brasileiros; c) participação em eventos e organização de missões ao exterior; d) inteligência comercial com o objetivo de disponibilizar informações estratégicas na exata medida das necessidades das empresas exportadoras e consistentes com as demandas dos mercados-alvo. Essas parcerias se darão especialmente por meio da Rede CIN das Federações Estaduais de Indústria.

□ 47. Mecanismos de Apoio à Exportação

Objetiva avaliar e formular propostas para aperfeiçoar os programas governamentais de apoio às exportações, com ênfase especial nos mecanismos de financiamento e crédito (eg. Proex, Finamex, Seguro de Crédito, ACC, ACE).

□ 48. Estrutura Regulatória do Comércio Exterior

O objetivo é reduzir a burocracia que comprometem os processos de comércio exterior. O programa prevê a montagem de sistema informatizado que permitirá a coleta de sugestões e propostas de desburocratização a serem encaminhadas ao governo. Estão previstas parcerias com as entidades empresariais da indústria, além da participação dos Centros Internacionais de Negócios.

□ 49. Formulação Estratégica para Grandes Negociações Comerciais Internacionais

Desenvolver o posicionamento estratégico da indústria sobre as negociações comerciais internacionais pela identificação de suas prioridades, tanto em termos de iniciativas regionais, quanto da agenda multilateral. Essa etapa é fundamental para aumentar a influência do setor empresarial na formulação das estratégias brasileiras para as negociações comerciais internacionais.

□ 50. Consolidação e Aperfeiçoamento do Sistema Empresarial de Influência em Negociações Internacionais (Coalizão Empresarial Brasileira)

Reforçar a capacidade de operação e influência da CEB com a revisão do seu sistema de funcionamento, tanto em termos de definição da representação, quanto de atribuições de responsabilidades, buscando mais eficiência nas negociações internacionais.

□ 51. Aperfeiçoamento do Modelo Institucional de Consultas Governo-Setor Privado em Negociações Internacionais

O programa tem por objetivo implementar os procedimentos sugeridos no documento "Aperfeiçoamento do processo de consultas entre governo e setor empresarial nas negociações comerciais

internacionais”, que visam o aperfeiçoamento do processo de consultas governo-setor privado.

□ 52. Capacitação das Empresas para Exportação

Apoiar a preparação de empresas para sua participação no comércio internacional. Os programas em execução em diversos setores governamentais e entidades afins serão identificados e avaliados, objetivando seu aperfeiçoamento e a criação de novos programas. Os principais atores são o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Sebrae, entidades setoriais e os Centros Internacionais de Negócios das Federações de Indústria dos Estados. O fortalecimento da Rede CIN, utilizando a capilaridade do Sistema CNI, visará o desenvolvimento de projetos de identificação de empresas com potencial exportador, inclusive integrantes de APLs.

■ Gestão Empresarial e Produtividade

Objetivo Relacionado: aumentar a produtividade e qualidade na indústria.

□ 53. Fomentar as Melhores Práticas de Gestão na Indústria

Desenvolver e apoiar iniciativas - empresariais e públicas - voltadas para a difusão das melhores práticas de gestão na indústria.

■ Inovação

Objetivos Relacionados: estimular a atividade de inovação nas empresas; desenvolver infraestrutura tecnológica; fomentar centros tecnológicos e mecanismos de acesso ao conhecimento.

□ 54. Integração Empresas/Centros de Conhecimento

O objetivo é ampliar a interação entre empresas e instituições de pesquisa, de forma a propiciar maior cooperação na análise e desenvolvimento de produtos e processos. O programa parte de um conjunto de ações pré-existentes, tais como os Fundos Setoriais de C&T, as atividades promovidas pelas fundações estaduais de apoio à pesquisa, entre outras.

□ 55. Extensão Tecnológica Industrial para MPE

O objetivo é articular e potencializar ações de transferência de tecnologia de centros de pesquisa e universidades para empresas de micro e pequeno porte. O programa tem como objetivo básico avaliar e disseminar as boas práticas de transferência de tecnologia, bem como estimular o aprimoramento das ações governamentais em curso. A articulação deste programa com a Rede de Tecnologia (RETEC) do Sistema CNI também irá permitir uma identificação mais precisa das demandas empresariais e uma maior organização da oferta de provedores de soluções.

□ 56. Modernização dos Centros Tecnológicos e Focalização nos Clientes

O objetivo é intensificar os esforços de recuperação e ampliação da infra-estrutura de pesquisa e

de prestação de serviços dos centros tecnológicos e conectá-los a um estreito relacionamento com as empresas.

Isso implica simplificar e desburocratizar o acesso das empresas às informações e soluções tecnológicas produzidas nos institutos de pesquisa e universidades. A principal resultante é ampliar e facilitar os mecanismos de comunicação entre as empresas e os provedores de soluções.

□ **57. Modernização / Expansão da Rede Prestadora de Serviços de TIB**

O objetivo é assegurar a modernização e expansão da rede prestadora de serviços de TIB para a indústria. O programa irá articular diversas iniciativas governamentais e do setor privado, (eg. SENAI) de forma a ampliar os investimentos em TIB do País e promover maior adequação entre sua distribuição espacial e setorial e as demandas empresariais.

□ **58. Estímulo à Proteção da Propriedade Intelectual das Empresas**

O objetivo é garantir a eficácia do sistema de propriedade intelectual no País. Serão necessários esforços em diversas frentes: sensibilização empresarial e valorização da propriedade intelectual, agilização e eficiência das agências governamentais, combate à pirataria e acompanhamento das negociações internacionais e criação de mecanismos de incentivo financeiro à proteção da propriedade intelectual.

□ **59. Desenvolvimento de Empresas Junior e Incubadoras**

Apoiar iniciativas voltadas para o desenvolvimento de empresas Júnior e incubadoras.

□ **60. Reformulação do Sistema de Apoio à Inovação (Tratamento fiscal e soluções de financiamento)**

Promover a reformulação do sistema de apoio à inovação tecnológica, em particular com a adoção de um novo marco legal de incentivos à inovação empresarial, consistente com as boas práticas internacionais.

■ **Responsabilidade Social e Ambiental**

Objetivos Relacionados: promover a gestão ambiental na indústria; desenvolver cultura de responsabilidade social na indústria.

□ **61. Certificação Ambiental**

Visa implementar mecanismos de estímulo às certificações ambientais, em especial à adoção de normas técnicas. O programa tem como base ações de sensibilização e capacitação empresarial para maior adoção de normas de gestão ambiental.

□ **62. Produção mais Limpa (P+L)**

O objetivo é disseminar o conceito de produção mais limpa na indústria. Serão realizadas ações de capacitação, sensibilização, mobilização e assistência técnica, a partir dos núcleos de P+ L das Federações das Indústrias em todo o País.

□ **63. Programas de Responsabilidade Social**

As iniciativas desses programas terão como objetivo disseminar entre as empresas conceitos, práticas, políticas e ferramentas de responsabilidade social, e capacitar os empresários para a adoção das ferramentas de gestão da responsabilidade social.

■ **Distribuição dos Programas Estratégicos e Impacto nos Objetivos**

Os diversos Programas Estratégicos que compõem o Mapa Estratégico da Indústria serão implementados ao longo do período de dez anos e serão corrigidos, aperfeiçoados, concluídos e até mesmo excluídos, à medida em que forem gerando resultados em relação às metas estabelecidas. Outros programas poderão ser incluídos como consequência da gestão permanente do Mapa. Nesse processo de gestão, as prioridades de implementação deverão ser identificadas.

A Matriz de Impacto de Programas Estratégicos X Objetivos possibilita avaliar, de uma forma sistêmica, o grau de influência de cada programa na estratégia da indústria. Essa ferramenta é importante para avaliar a sustentabilidade da sua implementação, pois permite verificar se os objetivos estão sendo cobertos por programas estratégicos que, em última análise, são as medidas que transformam a estratégia em ação.

Os programas, por conter iniciativas que visam buscar grandes saltos no alcance das metas desafiadoras propostas no Mapa Estratégico da Indústria, atingem mais de um objetivo estratégico. Na Matriz foram salientados os impactos de primeira ordem (ou diretos, em azul) e de segunda ordem (ou indiretos, em amarelo).

V. UM MODELO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA

A construção de uma Visão Estratégica, como a representada no Mapa Estratégico da Indústria, representa o desejo visionário da indústria para o País. A indústria, ou qualquer outro segmento da sociedade, não tem, no entanto, um controle sobre os resultados. Mas pode desenvolver um conjunto de medidas que garanta que operou a sua ação política nos limites do possível. A criação de condições para transformar desejos em realidade exige um processo de gerenciamento e articulação para que os objetivos e programas propostos elevem a probabilidade de implementação. Esse é um passo necessário.

O Modelo de Gestão da Estratégia é peça chave na construção da visão do Mapa Estratégico. É a partir da sua análise constante que ocorrerá o processo de mobilização e articulação da indústria, por meio de seus órgãos de representação, para efetivar as ações necessárias.

Na figura abaixo, é apresentado como ocorrerá este processo e qual é a sua dinâmica.

Figura 1 – Modelo de Gestão



A Figura 1 mostra, na sua parte superior, que o Mapa Estratégico será a base para as atividades da Indústria e o alvo primordial da análise estratégica. O Mapa tem sua consistência avaliada continuamente e, a seguir, a situação dos indicadores de desempenho de cada um (dada pelo alcance das metas), e a situação dos programas estratégicos. Dessa avaliação serão definidas ou redefinidas as

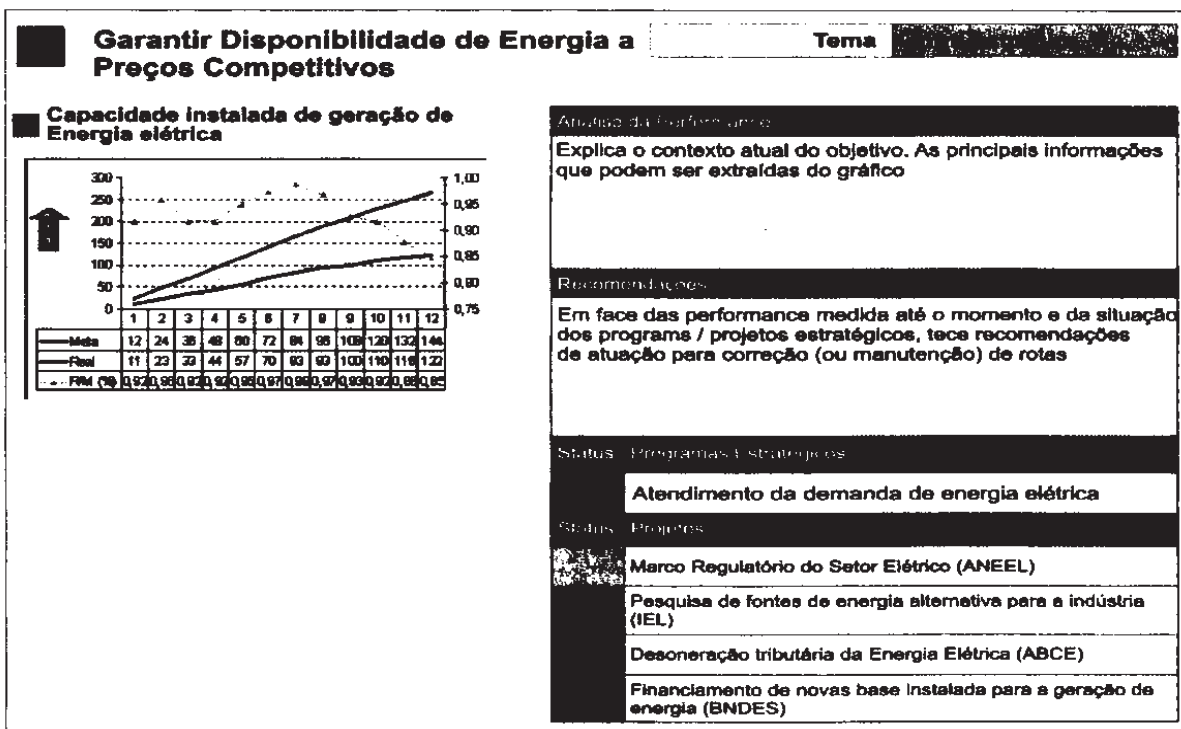
prioridades a serem executadas para a correta implementação do Mapa Estratégico.

Neste processo, os Conselhos Temáticos Permanentes da CNI serão responsáveis pela articulação dos programas estratégicos resultantes do processo de construção do Mapa. Os Conselhos Temáticos (CT) da CNI são grupos, compostos majoritariamente por representantes da indústria, técnicos da própria CNI e especialistas convidados, formados para a discussão e proposta de soluções acerca de temas relevantes para a indústria e para o próprio País. Assim, cada CT se encarregará de um conjunto de programas correlatos ao seu tema. Serão agendadas reuniões periódicas para discutir o andamento desses programas, acompanhando sua implementação e propondo correções de rumo, conforme a evolução das metas a longo prazo definidas no Mapa Estratégico da Indústria.

O resultado das análises e recomendações geradas nas reuniões dos CTs serão levadas às reuniões do FNI para fundamentar a tomada de decisões, a partir de uma visão sistêmica, estabelecendo foco para as diversas ações do Sistema CNI e de outros integrantes do Fórum na implementação da estratégia do País.

A Figura 2 traz um exemplo de ficha para análise de um determinado objetivo estratégico. Junto ao título (correspondente ao objetivo estratégico) a cor já permite entender a situação do indicador, ou seja, o grau de consecução das metas. Logo abaixo, a evolução dos indicadores é mostrada graficamente e, ao lado, são realizadas as análises de performance e sugestões para a adequada implementação desse objetivo. Finalmente, o quadro de programas estratégicos mostra aqueles programas que devem impactar o objetivo e a situação de cada um deles.

Figura 2 – Exemplo de Ficha de Análise Estratégica



VI. O INÍCIO DE UM PROCESSO

Este documento não encerra o Mapa Estratégico da Indústria. Inicia um esforço de implementação que requer o comprometimento dos diversos setores industriais para a consecução das metas a longo prazo e a construção do Brasil que se imagina para 2015.

O Mapa Estratégico da Indústria é um instrumento de articulação e coordenação da agenda da indústria. É um ponto de partida para as ações estratégicas da CNI, federações estaduais de indústria e associações setoriais. A partir de uma reflexão baseada no Mapa Estratégico da Indústria, cada região, Estado ou setor industrial, poderá dar sua parcela de contribuição.

O Mapa sintetiza uma visão de futuro compartilhada e um caminho estratégico de consenso. Seus benefícios têm impacto sobre toda a sociedade. Sua implementação não ocorrerá por ações isoladas da indústria, mas por um movimento amplo, fundado em alianças fortes e duradouras com os representantes dos mais diversos setores da sociedade brasileira.

APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO

A gestão do Mapa Estratégico da Indústria buscará o contínuo aperfeiçoamento dos seus indicadores e programas. Sugestões poderão ser enviadas para o endereço **fni@cni.org.br**.

1. O Processo de Construção do Mapa Estratégico da Indústria

No processo de construção do Mapa (fig.1) foram seguidas as mesmas etapas de um processo clássico de construção do *Balanced Scorecard*: traduzir a visão de futuro da organização, identificar os temas chave que compõem a estratégia da organização, construir os vínculos e objetivos estratégicos, determinar indicadores e metas, priorizar as iniciativas ou programas estratégicos e, finalmente, desenvolver o primeiro relato acerca da performance estratégica da organização.

Primeiramente, em uma reunião com a presença de mais de 60 lideranças empresariais e industriais brasileiras, entre membros do Fórum Nacional da Indústria, Diretores e Coordenadores da CNI e convidados da indústria brasileira, foi construída uma Visão Compartilhada do Futuro da Indústria Brasileira.

O processo iniciou-se pela identificação das competências essenciais da indústria no decorrer da história e das principais tendências para o futuro da Indústria brasileira. A partir dos pilares da estratégia da Indústria brasileira foram elaboradas várias diretrizes estratégicas nas áreas de educação, inovação e P&D, inserção internacional, atratividade para investimento (custo Brasil), gestão empresarial

eficiente e produtividade, responsabilidade ambiental e social. Todas alicerçadas em um melhor desempenho dos ambientes institucional e regulatório e em uma liderança empresarial coesa e protagonista do processo de mudanças do Brasil. Esses desafios originaram o primeiro esboço do Mapa Estratégico.

Mas era necessário garantir que o Mapa contemplasse os interesses da indústria brasileira de forma abrangente. Assim, foi iniciada a segunda etapa de aperfeiçoamento do Mapa, que contou com a participação expressiva de diversos setores industriais (ver Tabela 2) e envolveu ao redor de 250 pessoas em 41 reuniões e *workshops* realizados em federações estaduais, associações setoriais, personalidades da comunidade empresarial brasileira e demais membros do Fórum Nacional da Indústria.

Tabela 2 – Números da Participação da Indústria no Processo de Construção

Participação no Processo de Construção do Mapa	
Entidades Consultadas	86
Total de <i>Workshops</i> Realizados	41
Número Aproximado de pessoas envolvidas	250

O Mapa Estratégico foi alterado gradualmente, em etapas de aproximações sucessivas, até a terceira etapa do processo de construção. Nessa reunião, onde novamente estiveram presentes dezenas de membros do Fórum Nacional da Indústria, diretores e coordenadores da CNI e convidados especiais, o FNI aprovou o trabalho realizado até então, e sugeriu novos direcionamentos para a estratégia da indústria brasileira nos próximos dez anos, resultando em uma versão praticamente acabada do Mapa Estratégico.

A nova etapa constou da formulação de propostas de Indicadores, Metas e Programas Estratégicos por parte dos Conselhos Temáticos da CNI.

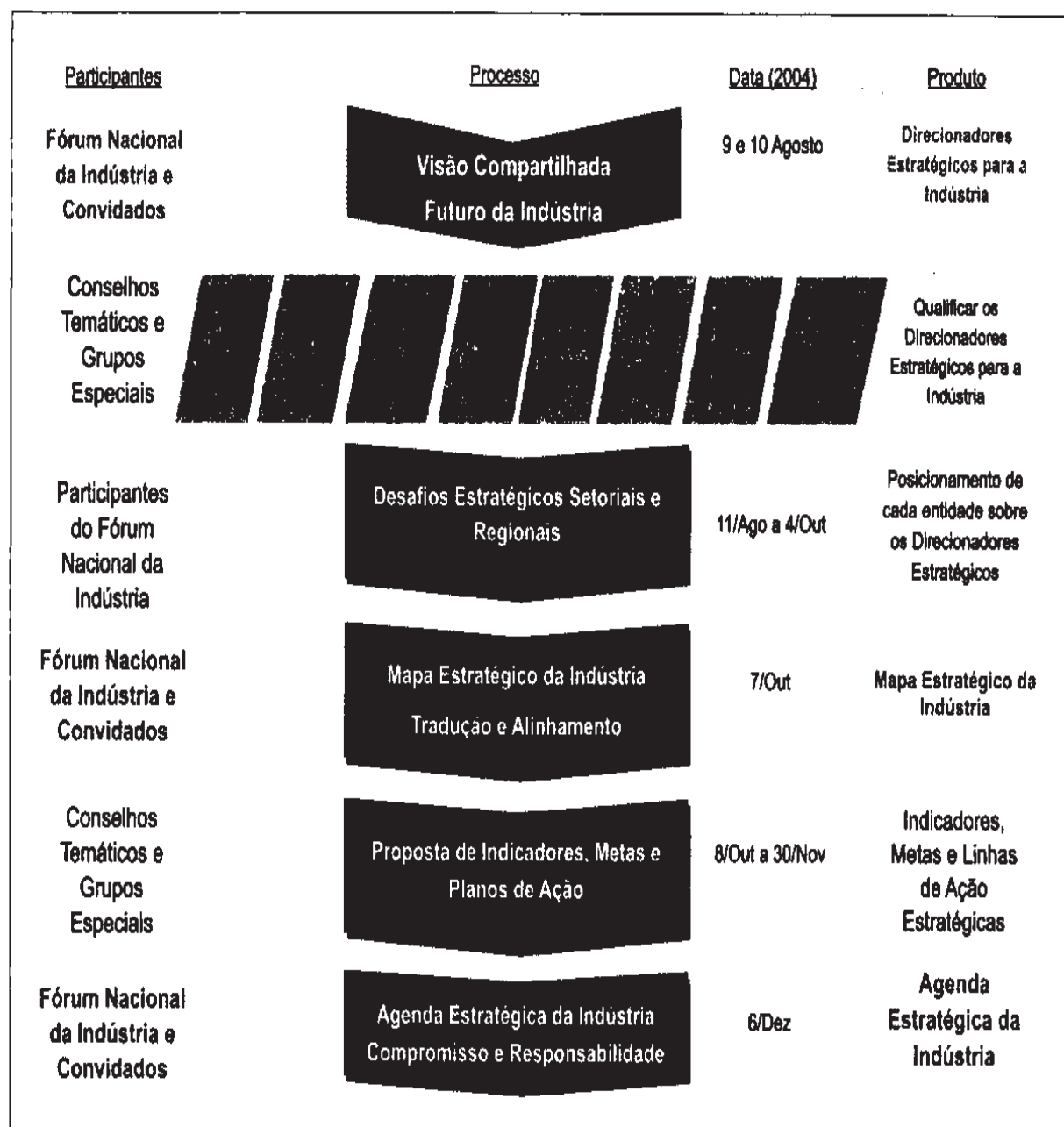
Mas a simples existência de um Mapa Estratégico, com uma lista de indicadores, metas a longo prazo e programas estratégicos, não garantia a implementação da estratégia. Era preciso que houvesse uma priorização das ações que seriam desempenhadas ao longo dos próximos anos e um modelo de gestão no qual o Fórum Nacional da Indústria, como agente catalisador, pudesse se apoiar para a efetiva implementação e execução da Agenda.

Finalmente, foi realizado mais um grande encontro do Fórum Nacional da Indústria para debater as metas a longo prazo que iriam mobilizar a indústria e a sociedade brasileira, os Programas Estratégicos que iriam levar à consecução das metas, as prioridades relativas aos programas estratégicos e o

Modelo de Gestão mais adequado para a sua implementação da estratégia.

A partir dessa reunião, foram criadas as condições para que o "Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015" pudesse sair do plano das idéias e intenções.

Figura 3 – Visão Geral do Processo de Construção



2. Participantes do Processo

■ Fórum Nacional da Indústria

O Mapa Estratégico foi construído no Fórum Nacional da Indústria, um órgão consultivo da diretoria da CNI, de apoio à formulação de estratégias sobre matérias de interesse da indústria e da economia brasileira.

É composto pelos presidentes dos Conselhos Temáticos da CNI, por mais de quarenta presidentes de associações setoriais nacionais da indústria ou líderes empresariais das principais cadeias produtivas, pelos empresários membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e por mais de sete integrantes escolhidos entre os Presidentes de Federações de Indústria, membros do Conselho de Representantes e da Diretoria da CNI.

■ Associações Setoriais da Indústria

- ABAL – Associação Brasileira do Alumínio
- ABCE – Associação Brasileira de Concessionária de Energia Elétrica
- ABCP – Associação de Cimento Portland
- ABDIB – Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base
- ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimento
- ABICALÇADOS – Associação Brasileiro de Calçados
- ABIFINA – Associação Brasileira das Ind. de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
- ABIGRAF – Associação Brasileira da Indústria Gráfica
- ABIMAQ – Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos
- ABIMCI – Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente
- ABIMOVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário
- ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
- ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- ABIP – Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeiteira
- ABIPEÇAS – União pela Modernização da Indústria de Autopeças
- ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico
- ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química
- ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil
- ABRABE – Associação Brasileira de Bebidas
- ABRACE – Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia
- ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
- AEB – Associação do Comércio Exterior do Brasil
- AENDA – Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos
- ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

- ☐ BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel
- ☐ CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
- ☐ ELETROS – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos
- ☐ FEBRAFARMA – Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica
- ☐ IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração
- ☐ IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia
- ☐ IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
- ☐ SINICON – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada
- ☐ UNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

■ **Empresários convidados**

- ☐ Jorge Gerdau Johannpetter – Grupo Gerdau
- ☐ Roger Agnelli – Cia. Vale do Rio Doce
- ☐ Eugênio Staub – Gradiente
- ☐ David Feffer – Suzano
- ☐ Maurício Botelho – Embraer

■ **Sistema CNI**

Conselhos Temáticos Permanentes e Grupo de Trabalho – CNI

- ☐ CT – Assuntos Legislativos
- ☐ CT – Integração Nacional
- ☐ CT – Meio Ambiente
- ☐ CT – Política, Industrial e Desenvolvimento
- ☐ CT – Infra-estrutura
- ☐ CT – Política Econômica
- ☐ CT – Integração Internacional
- ☐ CT – Relações do Trabalho
- ☐ CT – Pequena e Média Empresa
- ☐ GT – Reforma Universitária

■ **Federações**

- ☐ FIEAC – Federação das Indústrias do Estado do Acre
- ☐ FIEA – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
- ☐ FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
- ☐ FIAP – Federação das Indústrias do Amapá
- ☐ FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
- ☐ FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará
- ☐ FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal
- ☐ FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
- ☐ FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás
- ☐ FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
- ☐ FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

- ❑ FIEMS – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
- ❑ FIEMT – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
- ❑ FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará
- ❑ FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
- ❑ FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
- ❑ FIEPI – Federação das Indústrias do Estado do Piauí
- ❑ FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
- ❑ FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- ❑ FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
- ❑ FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
- ❑ FIER – Federação das Indústrias do Estado de Roraima
- ❑ FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- ❑ FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- ❑ FIES – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
- ❑ FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- ❑ FIETO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins

■ Departamentos Nacionais

- ❑ Serviço Social da Indústria – SESI
- ❑ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
- ❑ Instituto Euvaldo Lodi – IEL

■ Consultores convidados

- ❑ José Roberto Mendonça de Barros
- ❑ Carl Dahlman
- ❑ Cláudio Roberto Frischstak
- ❑ Eduardo Augusto Guimarães

O Mapa Estratégico da Indústria foi desenvolvido com o apoio e metodologia da empresa **Symnetics**. Participaram do projeto os seguintes consultores:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------|
| ■ André Ribeiro Coutinho | ■ Pedro Coimbra Junqueira |
| ■ Antônio Sorbara Jr. | ■ Reinal Belickas Manzini |
| ■ Maria Antônia Koury D'Arce | ■ Roberto Campos de Lima |
| ■ Mathias Peter Hermann Mangels | |

Anexo

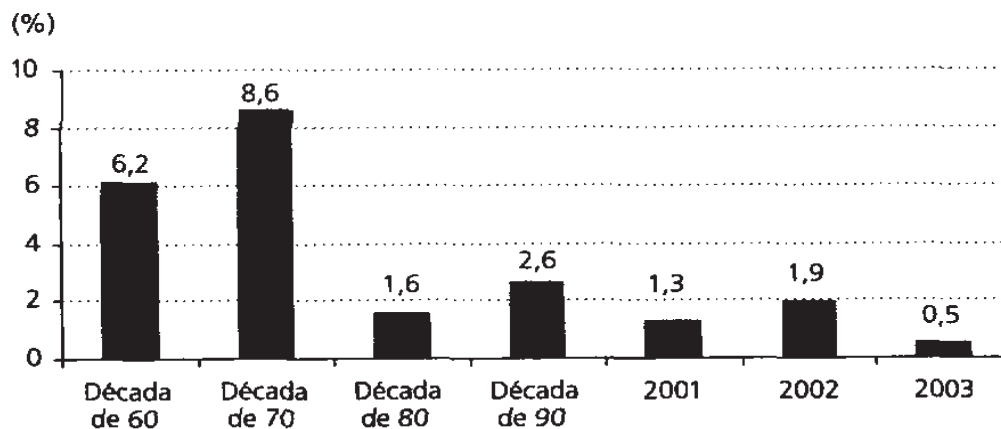
ANEXO

PRINCIPAIS INDICADORES DO MAPA ESTRATÉGICO

- ❑ Histórico
- ❑ Metas
- ❑ Comparações Internacionais

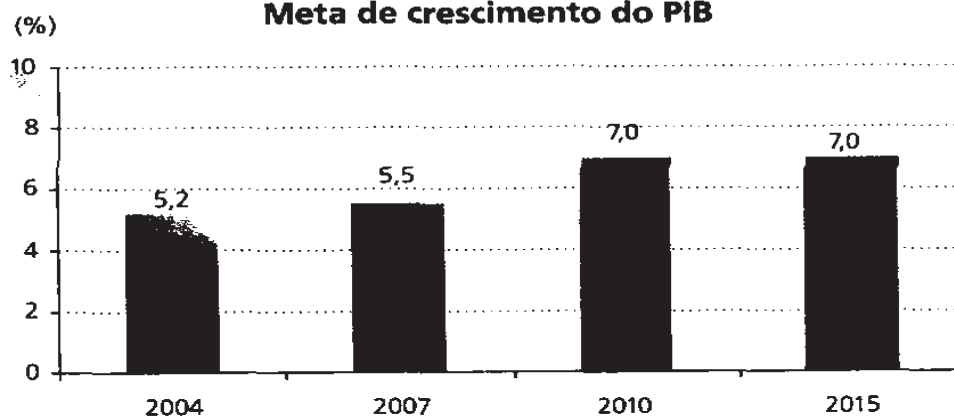
■ CRESCIMENTO DO PIB

Histórico de crescimento do PIB



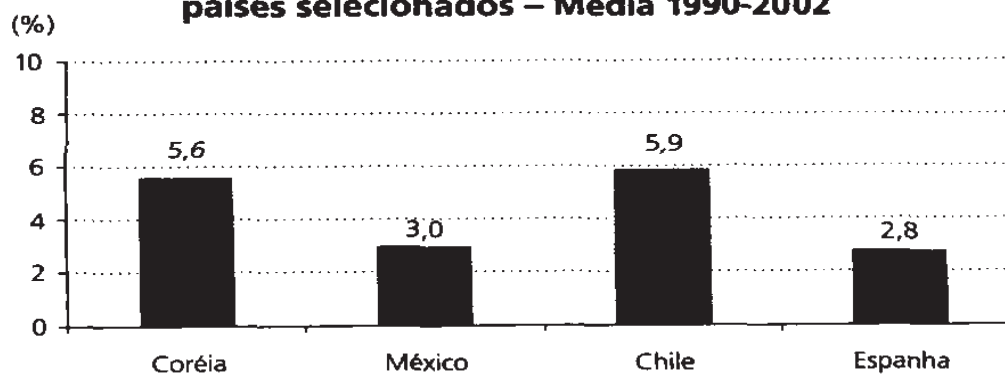
FONTE: Contas Nacionais / IBGE.

Meta de crescimento do PIB



FONTE: FMI/CNI.

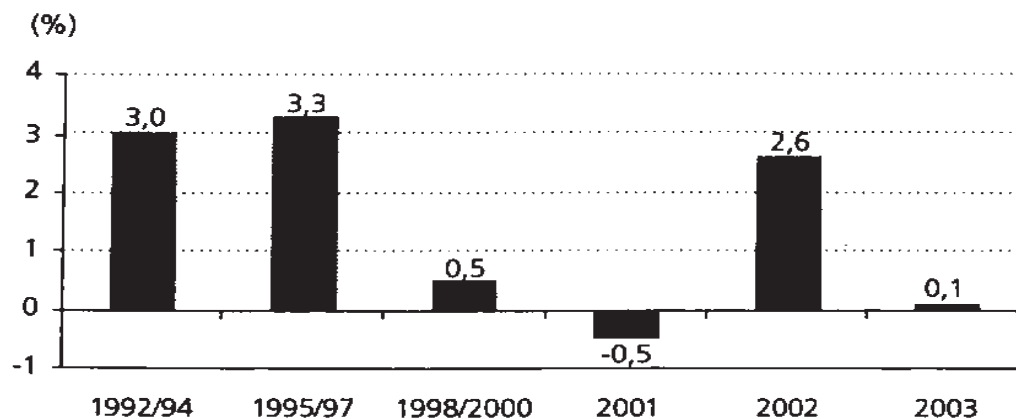
Taxa de crescimento do PIB para grupo de países selecionados – Média 1990-2002



FONTE: Banco Mundial.

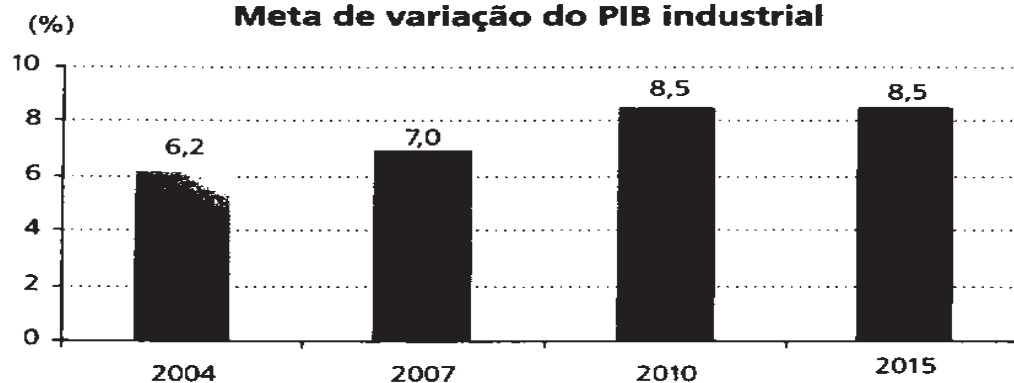
■ CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL

Histórico de variação do PIB industrial



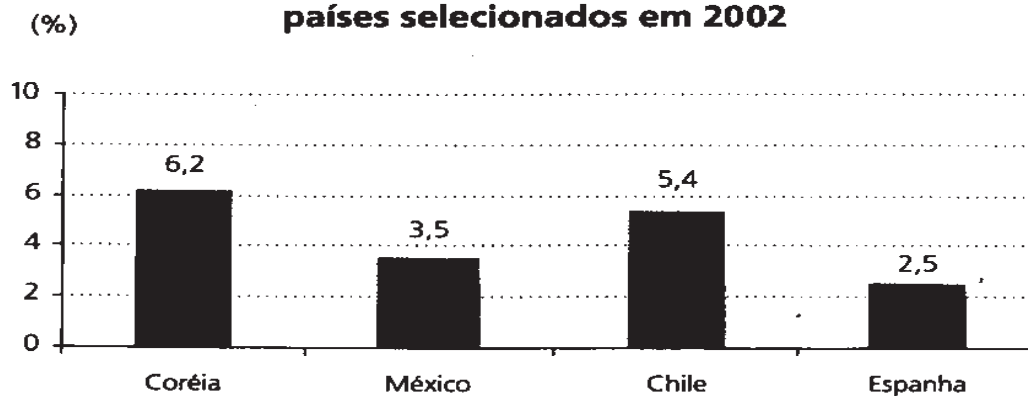
FONTE: Contas Nacionais / IBGE.

Meta de variação do PIB industrial



FONTE: FNE/CNI.

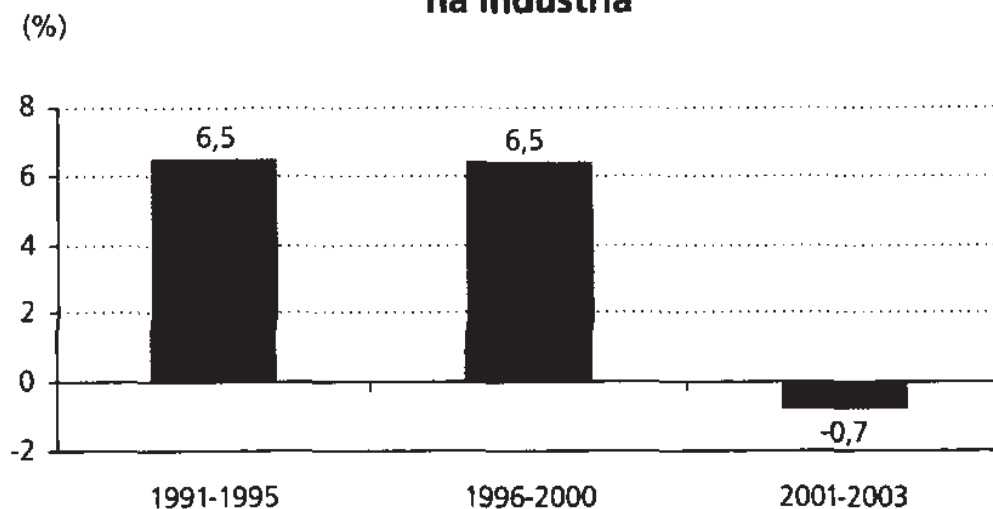
PIB industrial para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: Banco Mundial.

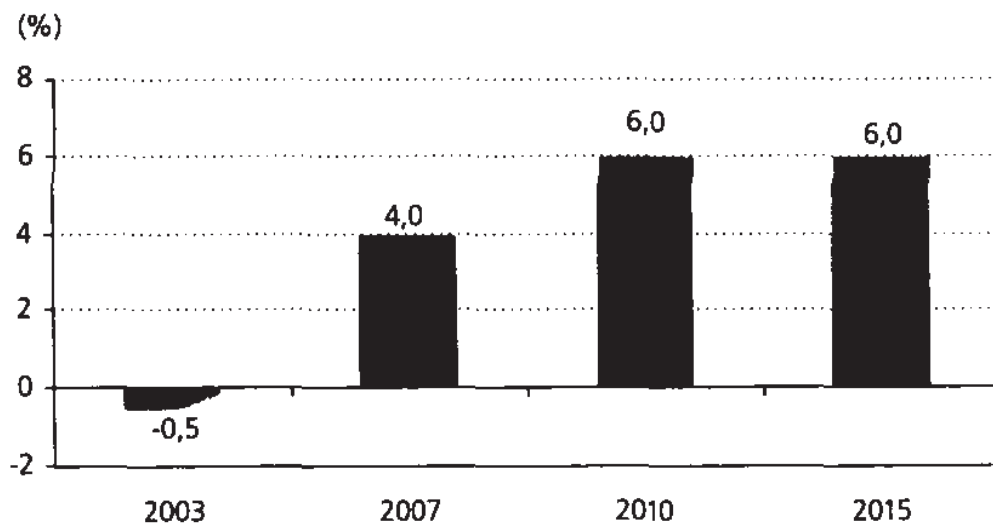
■ CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA

Histórico de variação da produtividade na indústria



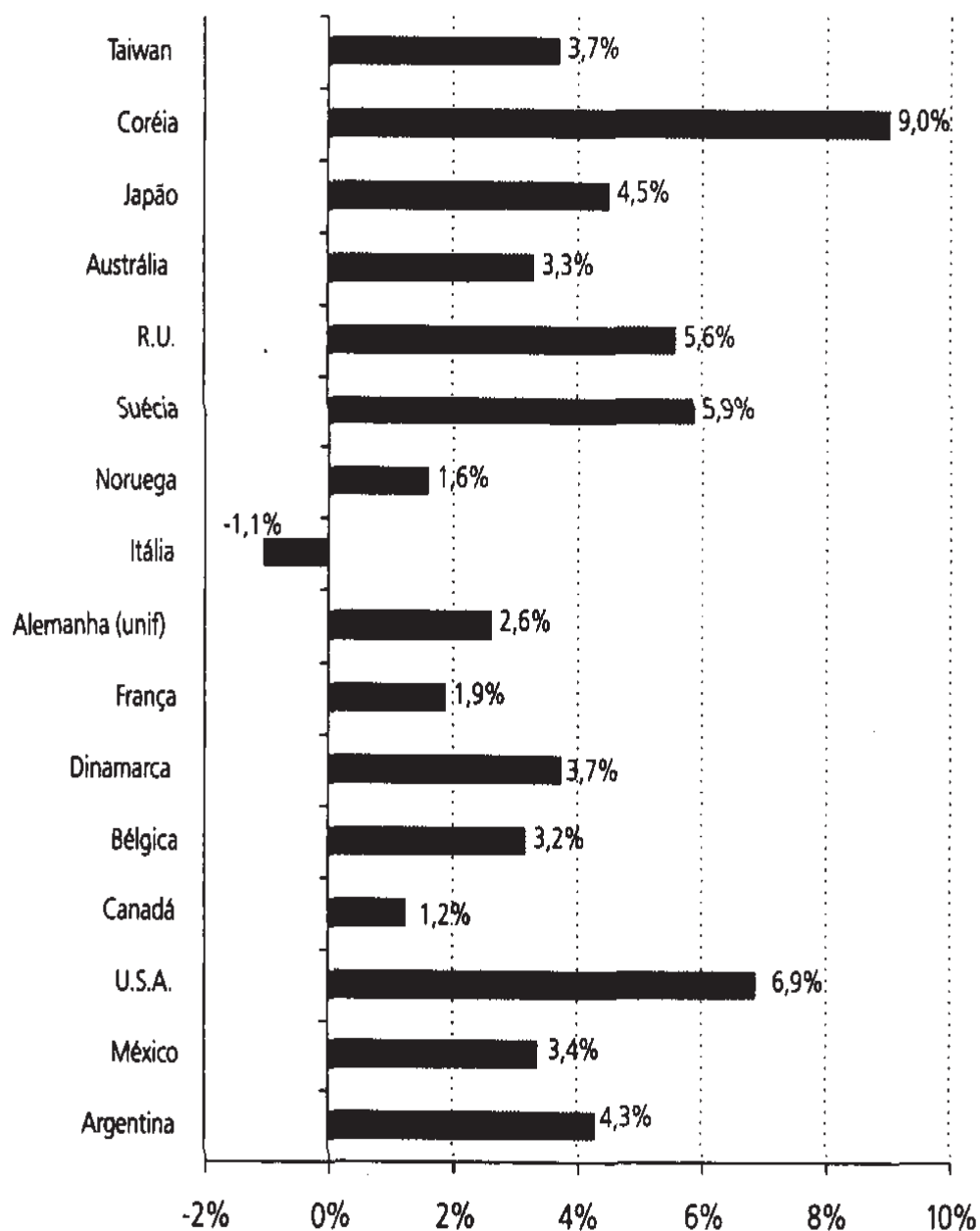
FONTE: CNI e IBGE.

Meta para a produtividade na indústria



FONTE: FINECNI.

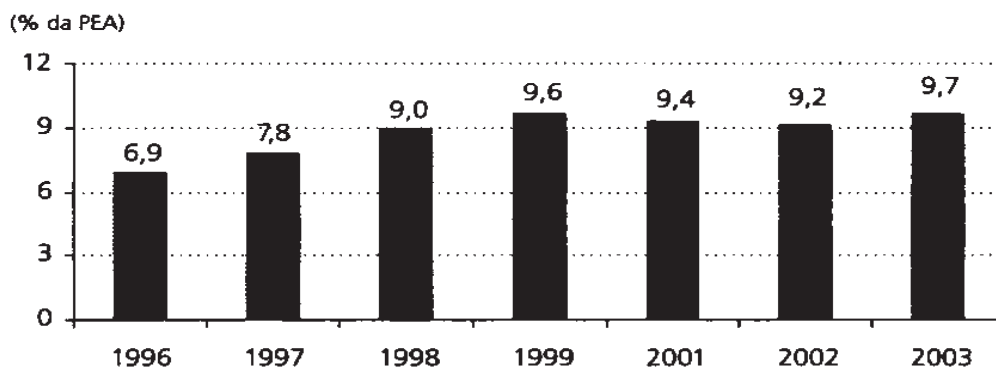
■ PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA PARA O GRUPO DE PAÍSES SELECIONADOS EM 2003



FONTE: Bureau of Labor Statistics - USA.

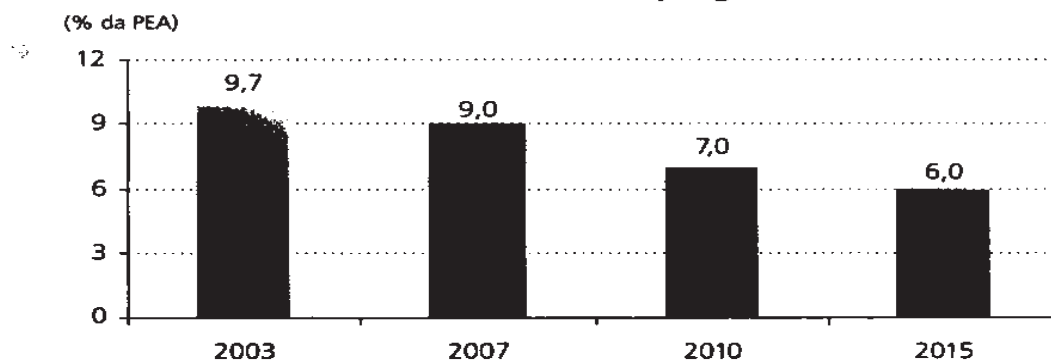
■ TAXA DE DESEMPREGO

Histórico de taxa de desemprego no Brasil



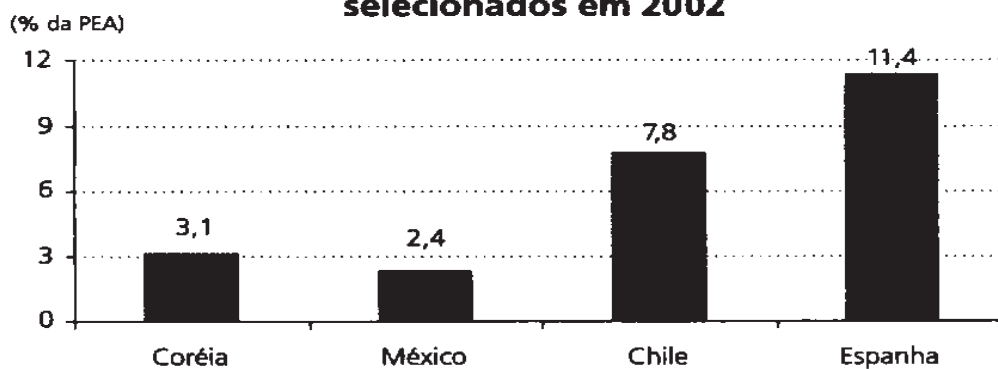
FONTE: PNAD.

Meta de taxa de desemprego no Brasil



FONTE: FNUCNI.

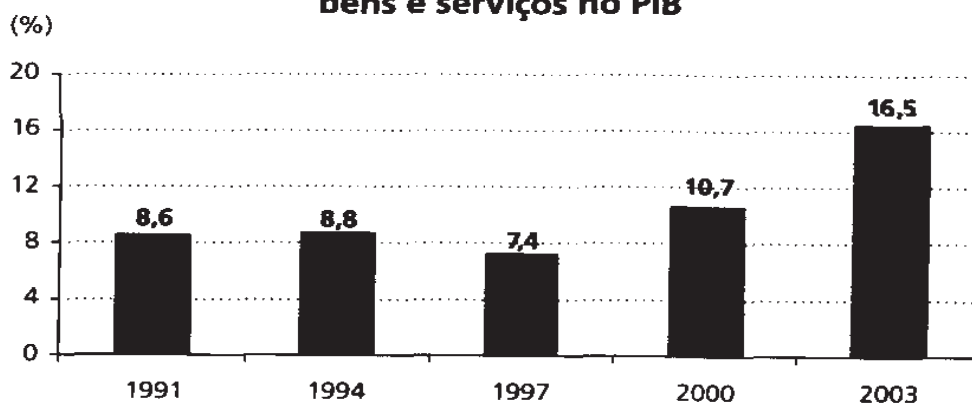
Taxa de desemprego para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: Banco Mundial.

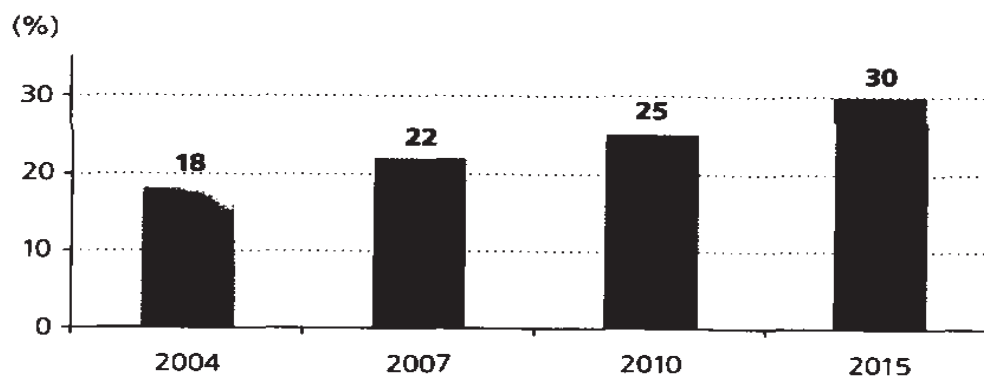
■ EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS/PIB

Histórico de participação das exportações de bens e serviços no PIB



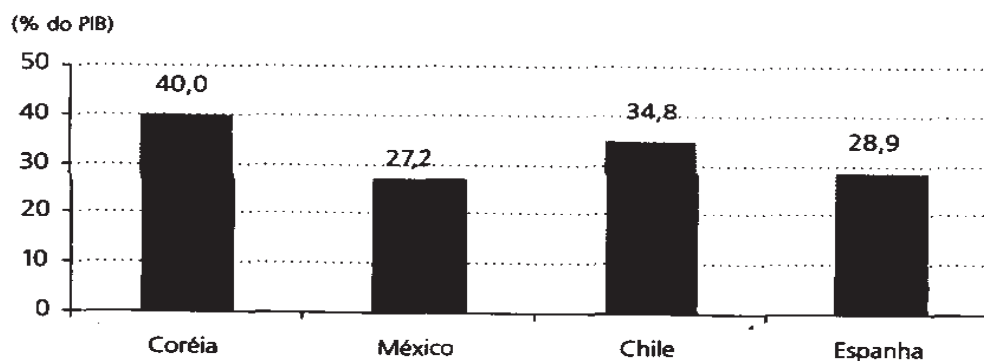
FONTE: Contas Nacionais / IBGE.

Meta de participação das exportações de bens e serviços no PIB



FONTE: FINECNI.

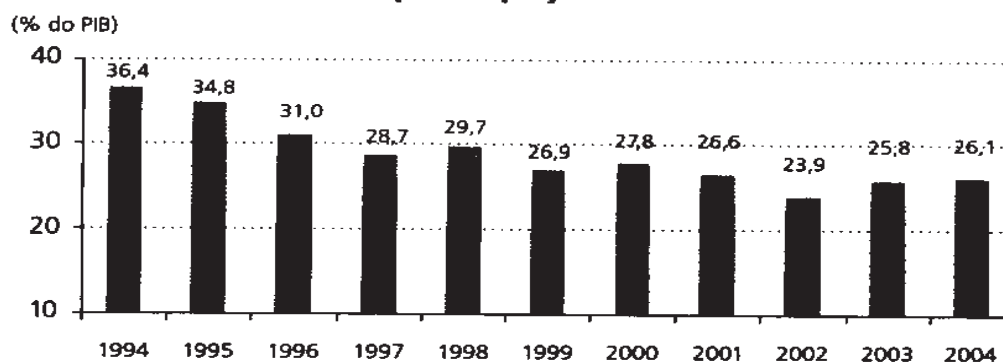
Exportação de bens e serviços para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: Banco Mundial.

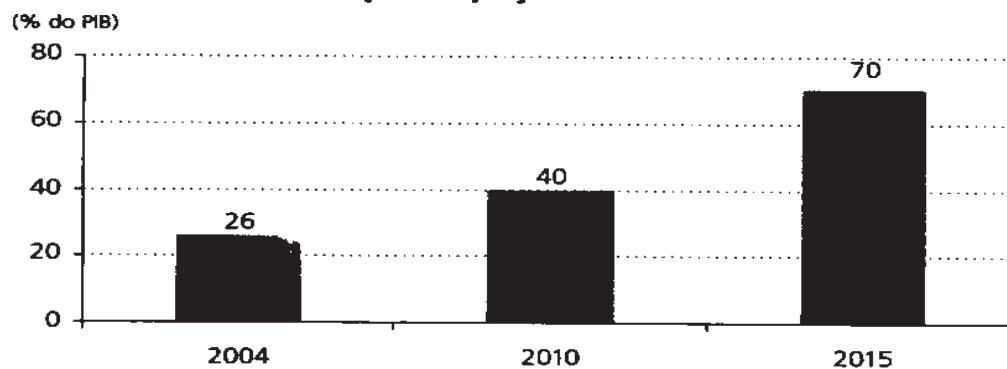
■ CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB

Histórico de participação do crédito no PIB



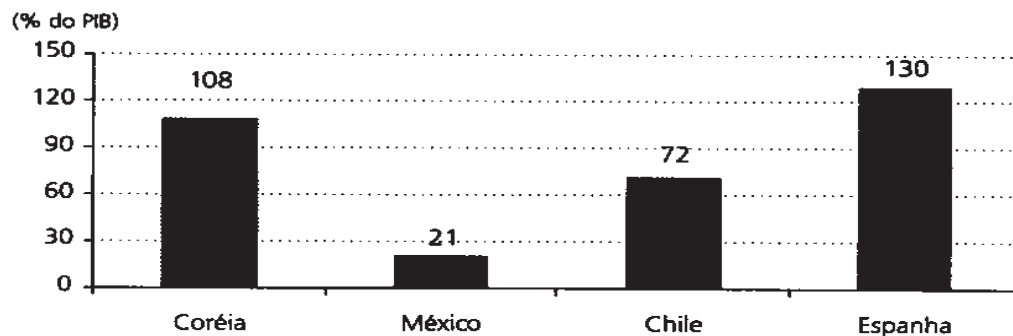
FONTE: Banco Central do Brasil.

Meta de participação do crédito no PIB



FONTE: FMI/CNI.

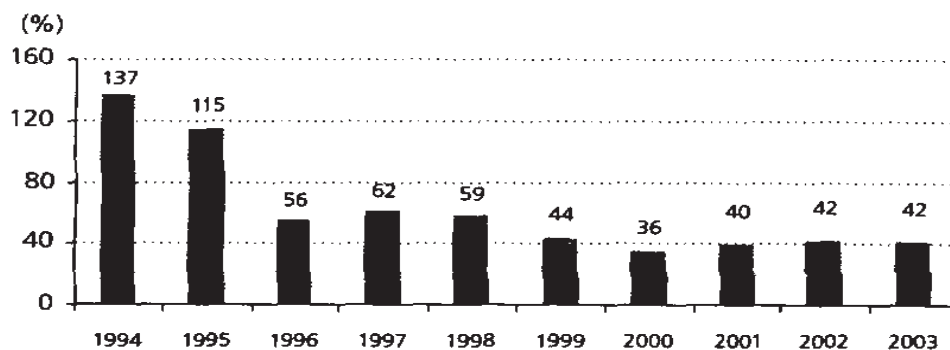
Participação do crédito no PIB para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: FMI.

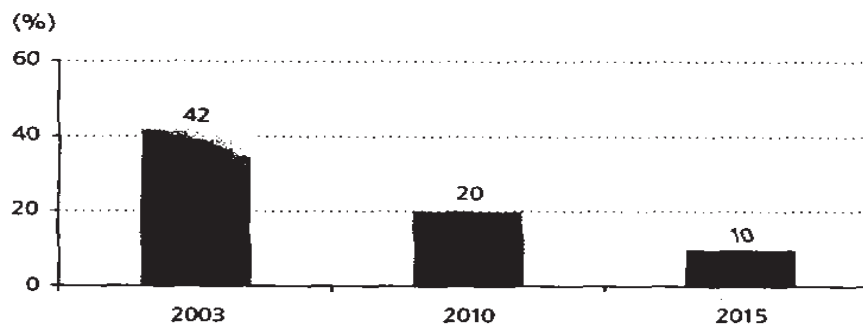
■ SPREAD BANCÁRIO

Histórico de *spread* bancário no Brasil



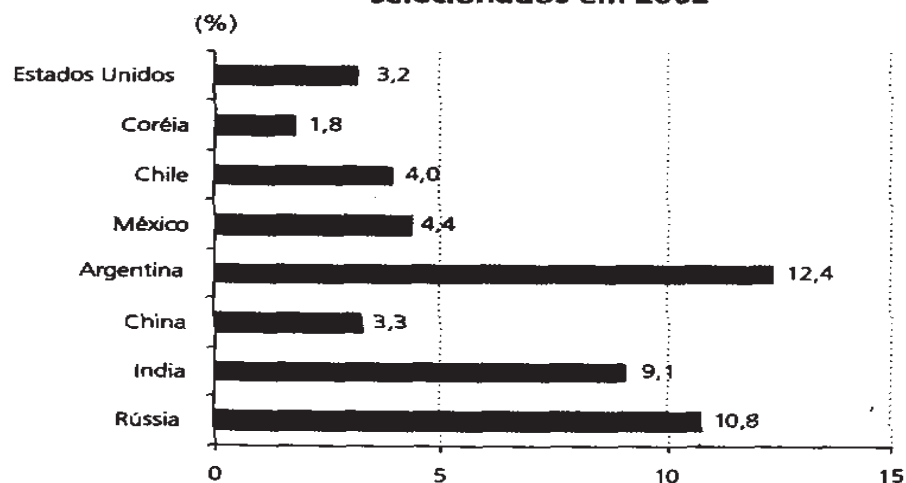
FONTE: Banco Central do Brasil.

Meta de *spread* bancário no Brasil



FONTE: FNM/CNI.

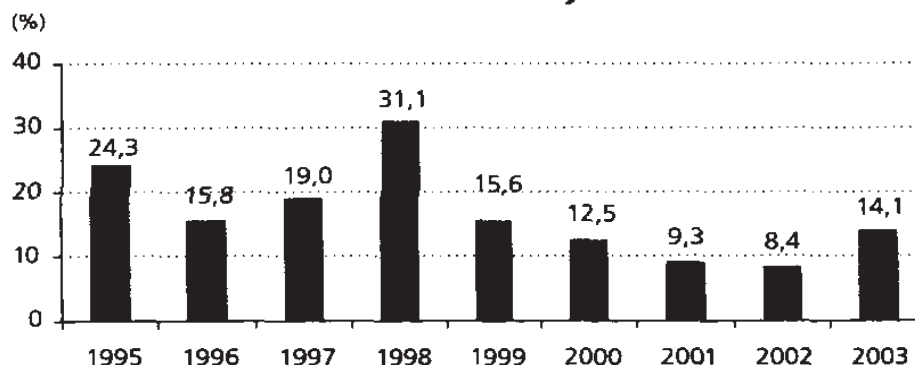
Spread bancário para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: FNM/CNI.

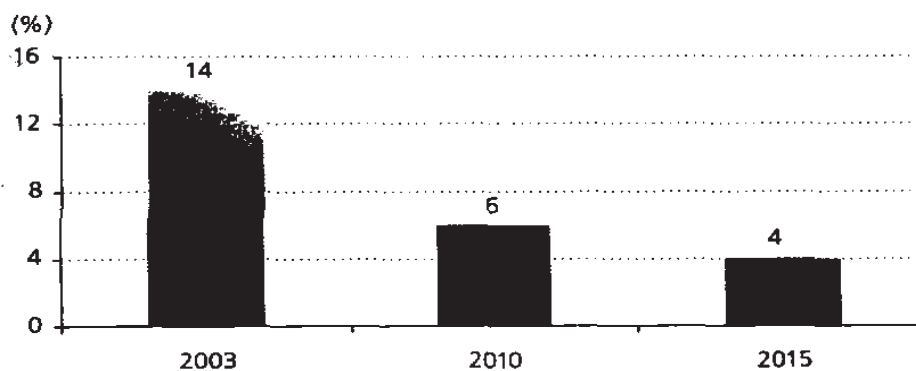
■ TAXA REAL DE JUROS

Histórico de taxa real de juros no Brasil



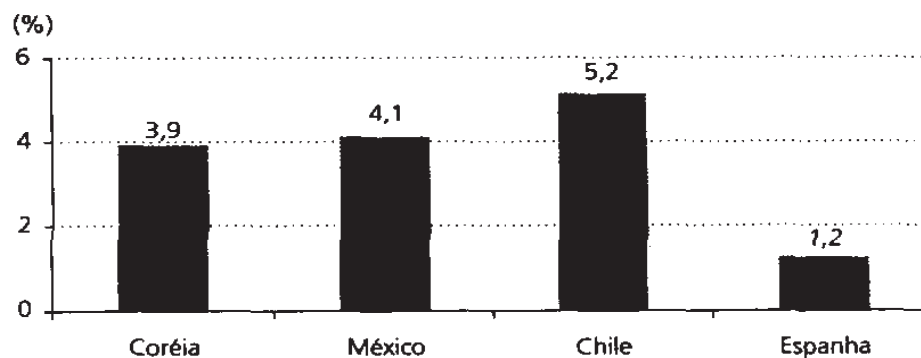
FONTE: Banco Central do Brasil.

Meta de taxa real de juros no Brasil



FONTE: FMI/CNI.

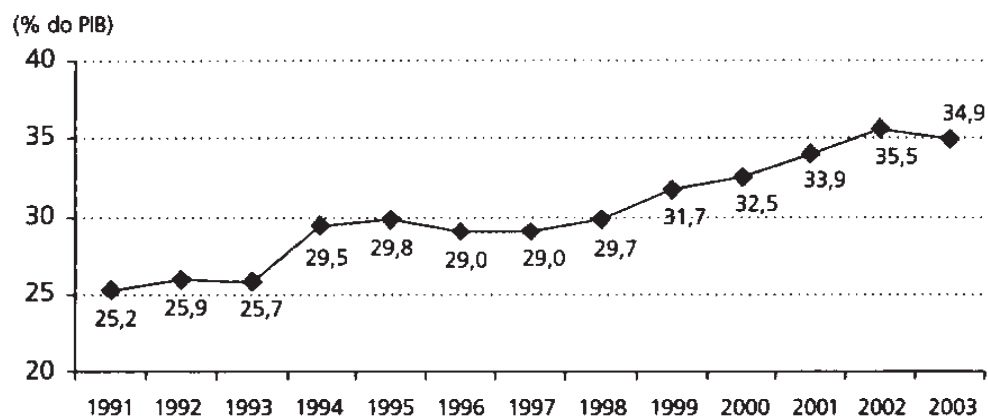
Taxa real de juros para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: FMI.

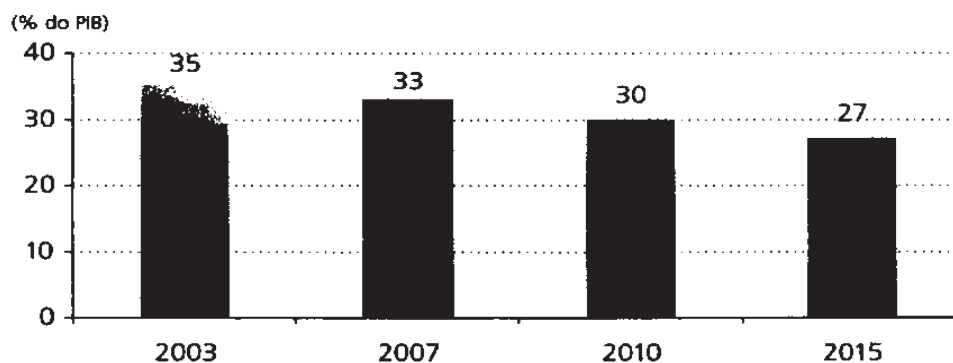
■ CARGA TRIBUTÁRIA

Histórico da carga tributária no Brasil



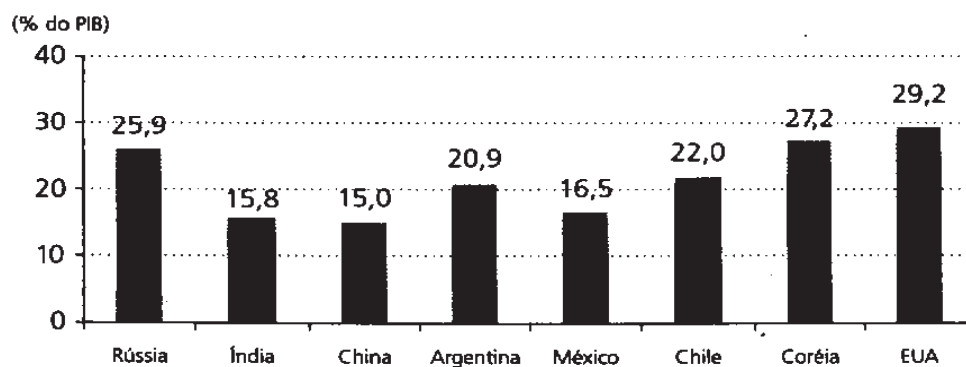
FONTE: Secretaria da Receita Federal.

Meta de carga tributária no Brasil



FONTE: FIM/CNI.

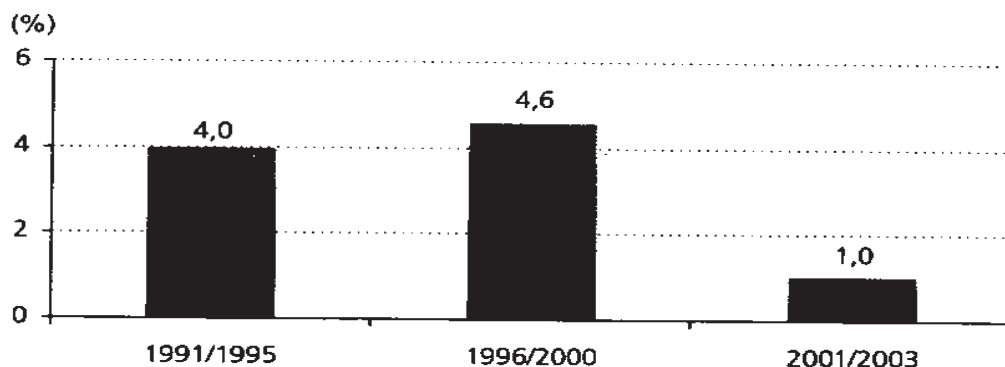
Carga tributária para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: IMD e FIESP.

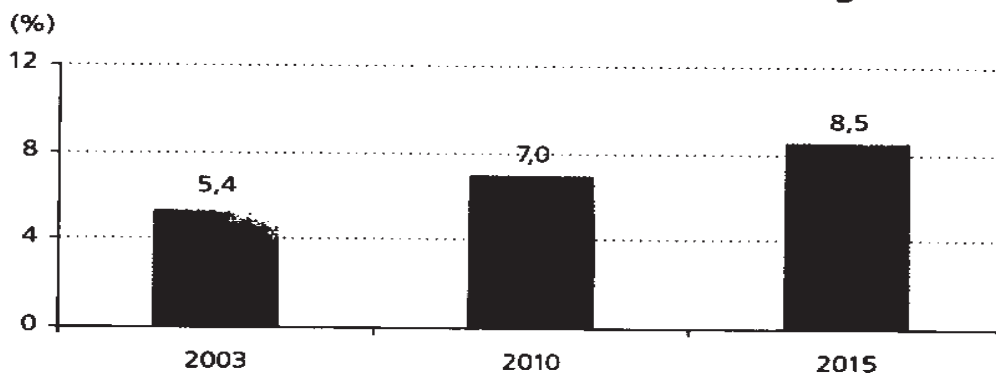
■ OFERTA DE ENERGIA

Histórico de taxa de crescimento da oferta de energia



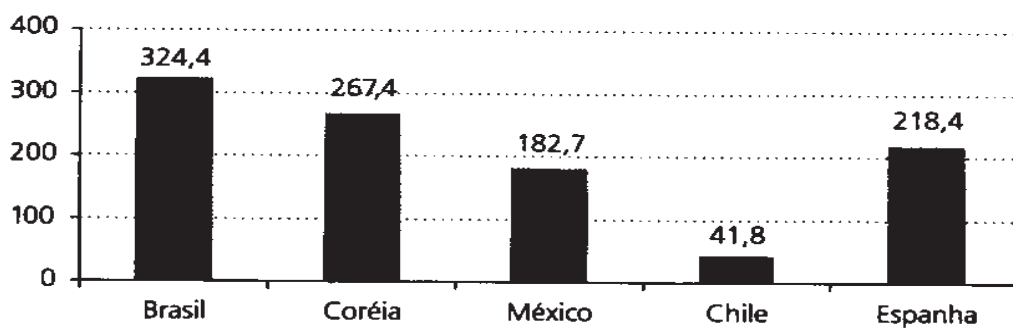
FONTE: Balanço Energético Nacional / Ministério de Minas e Energia.

Meta de crescimento da oferta de energia



FONTE: FINECNI.

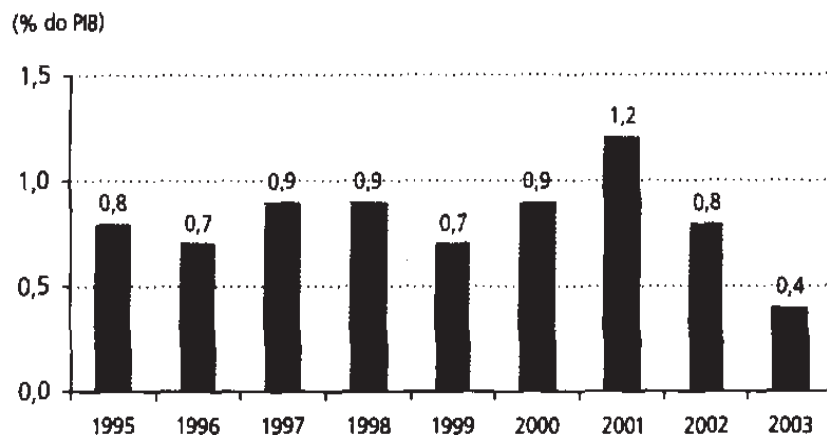
Oferta de energia elétrica, em TWh (bilhões de Kwh), em 2002 para grupo de países selecionados



FONTE: Ministério de Minas e Energia e Department of Energy - USA.

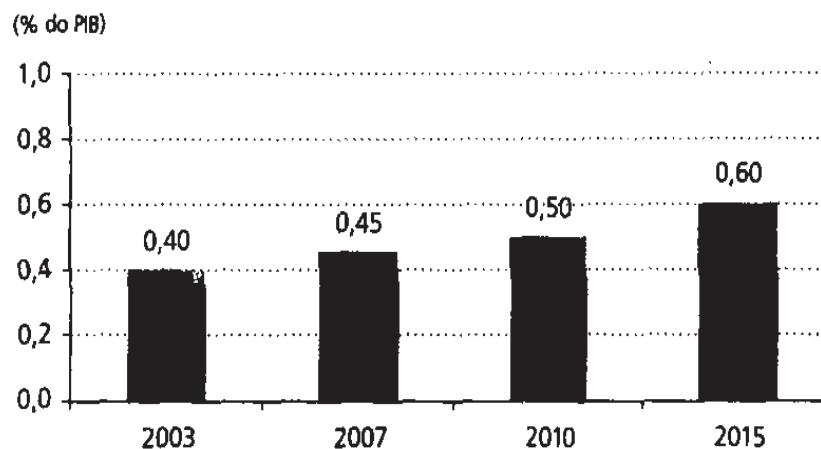
■ INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA DOS TRANSPORTES EM RELAÇÃO AO PIB

Investimento em infra-estrutura dos transportes



FONTE: SIAR/STN e COFFCOFF-Consultoria de Orçamentos e Fiscalização.

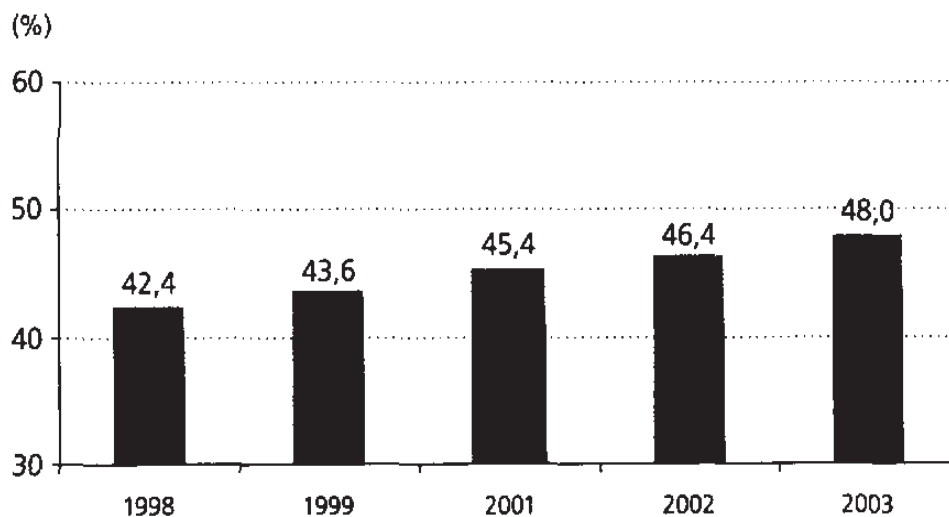
Meta de Investimento em infra-estrutura dos transportes



FONTE: SIAR/STN e COFFCOFF-Consultoria de Orçamentos e Fiscalização.

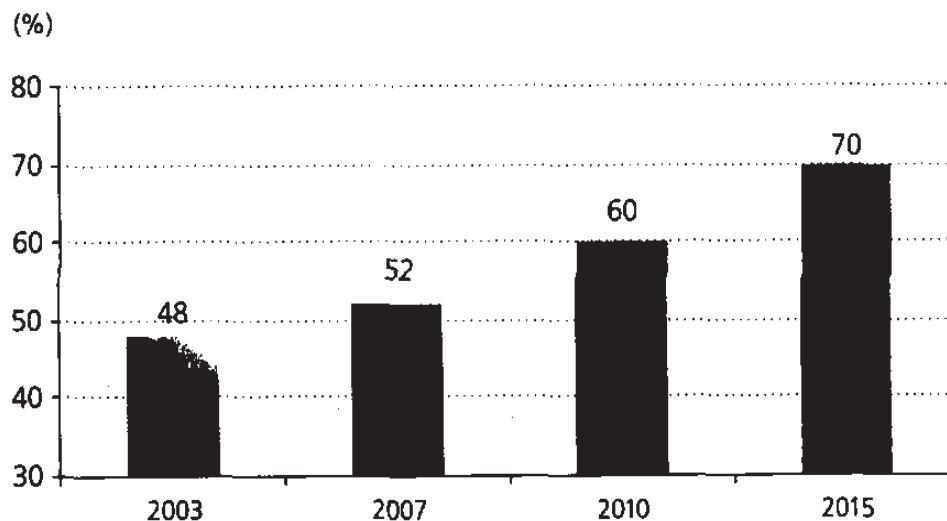
■ DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE COLETORA DE ESGOTO

Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto



FONTE: PNAD / IBGE

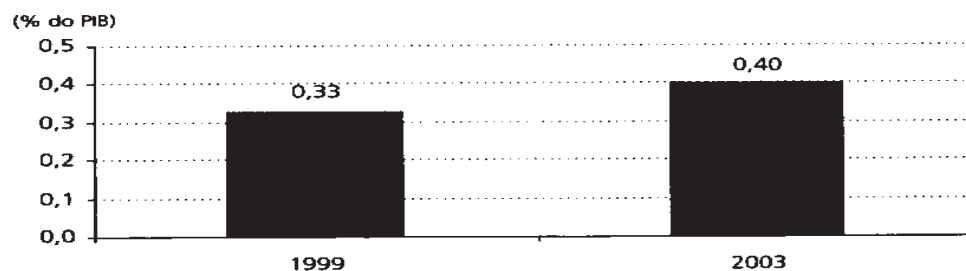
Metas para domicílios atendidos por rede coletora de esgoto



FONTE: FINECNI

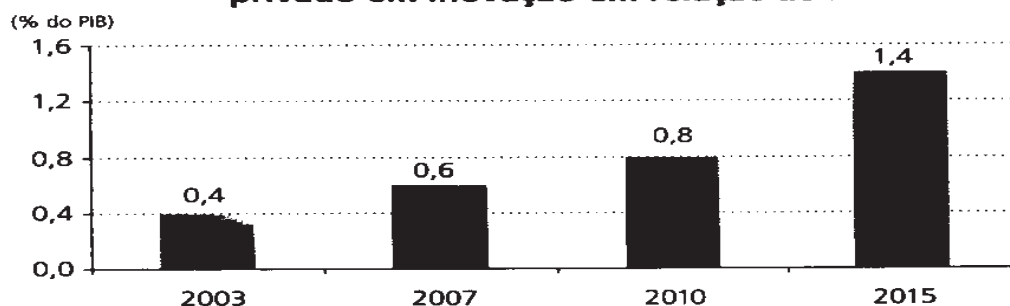
■ INVESTIMENTO PRIVADO EM INOVAÇÃO

Histórico da participação do investimento privado em inovação em relação ao PIB



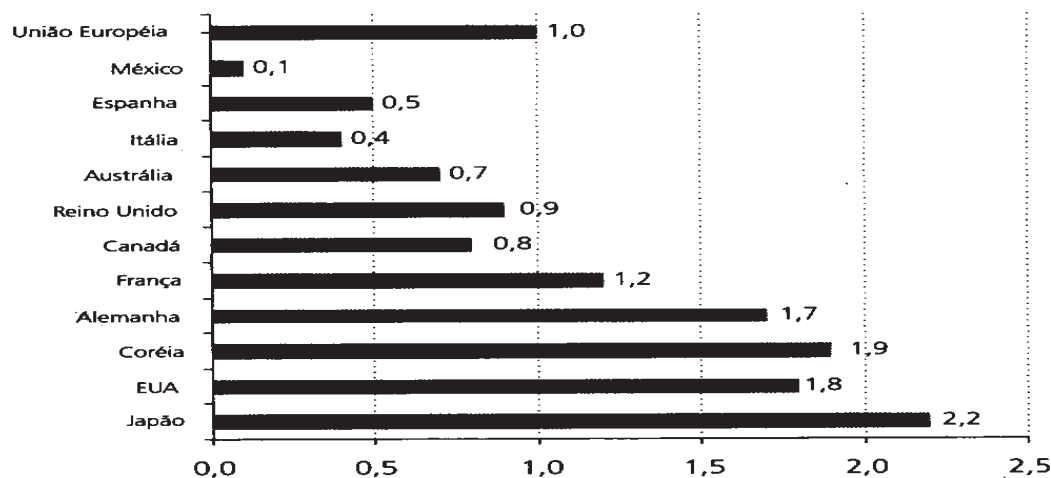
FONTE: MCT.

Meta para a participação do investimento privado em inovação em relação ao PIB

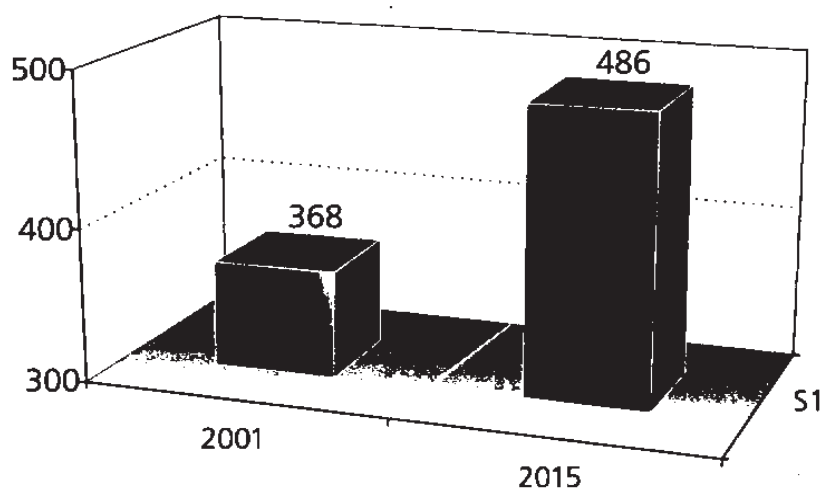


FONTE: FINECNI.

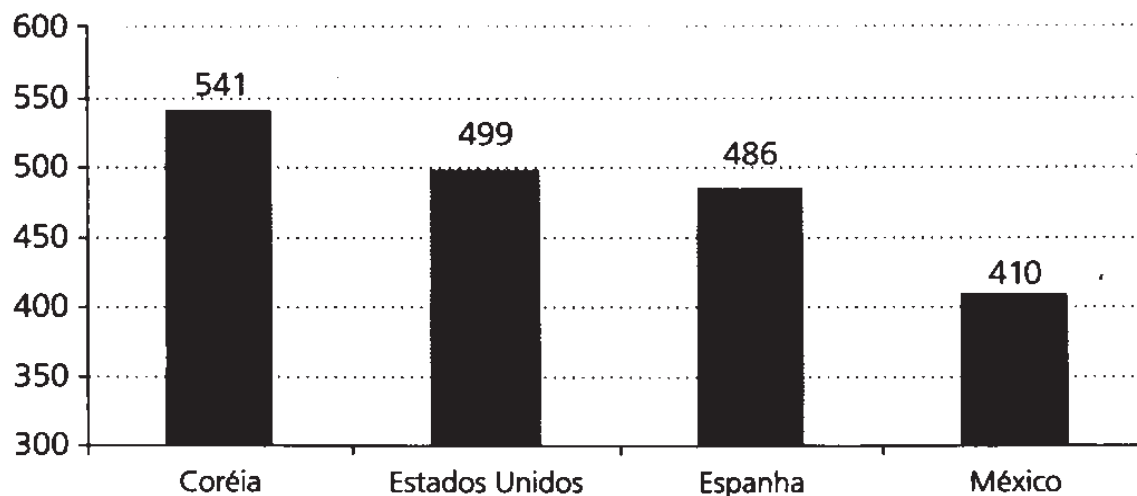
■ PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO EM INOVAÇÃO EM RELAÇÃO AO PIB EM 2003 (%)



FONTE: MCT.

■ PISA**PISA – Nota média de matemática,
ciências e leitura**

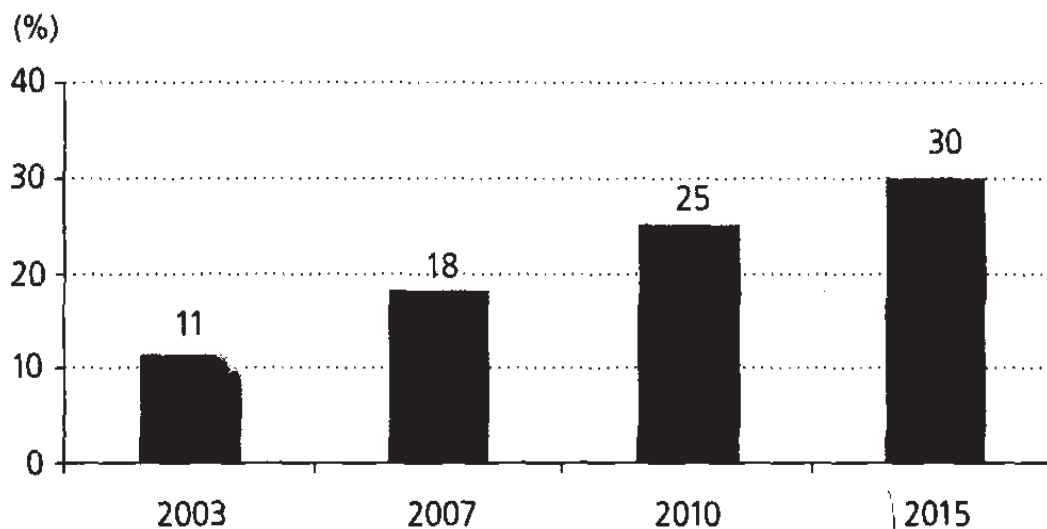
FONTE: OECD.

**Metas para PISA em 2001 - nota média para
matemática, ciências e leitura para grupo
de países selecionados**

FONTE: OECD.

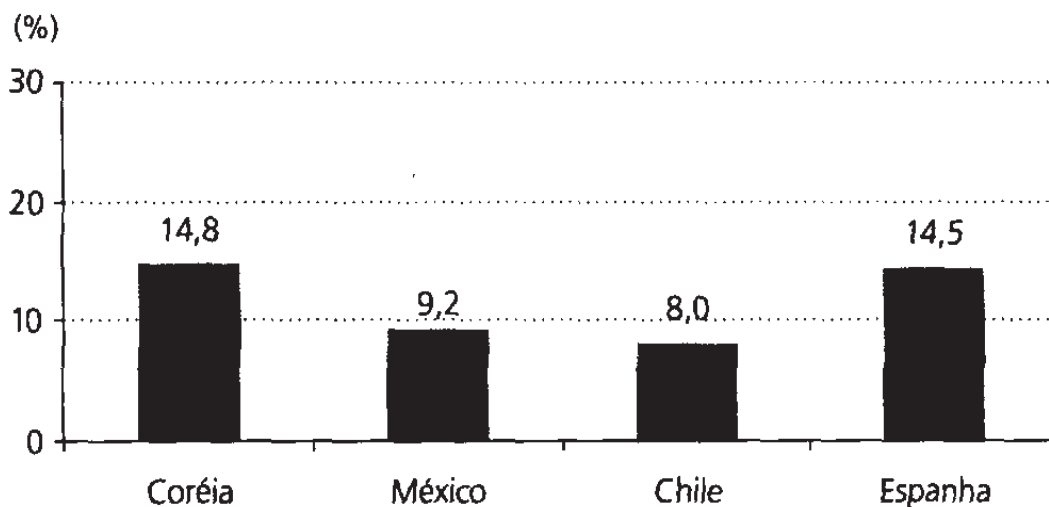
■ DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET

Meta para domicílios com acesso à Internet



FONTE: PNAD.

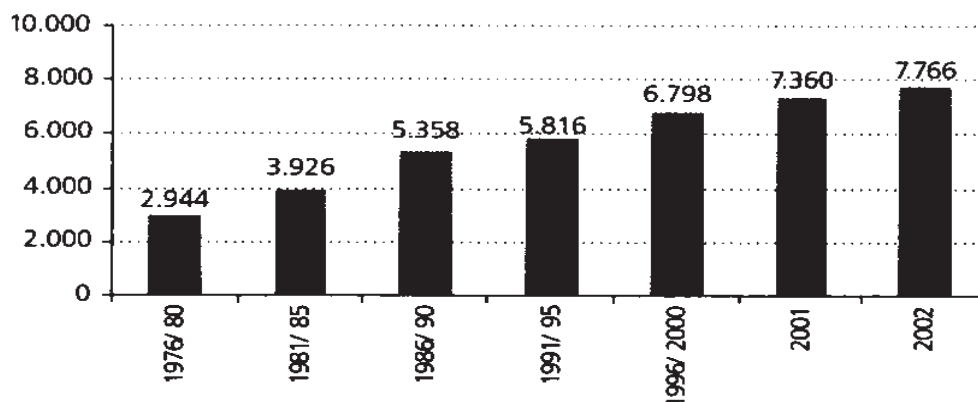
Participação dos domicílios com acesso à Internet para grupo de países selecionados em 2002



FONTE: The Global Competitiveness Report.

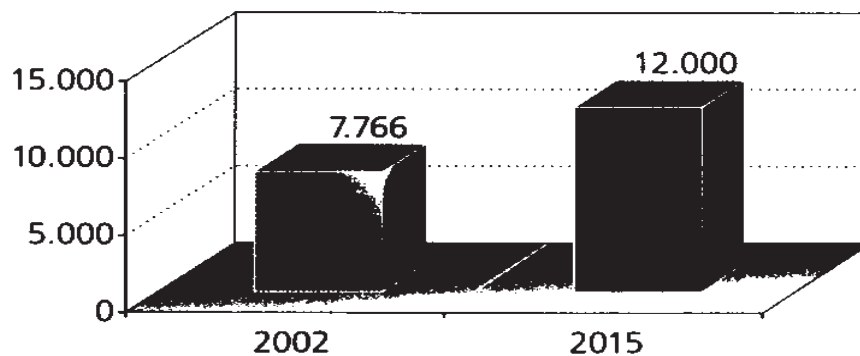
■ RENDA *PER CAPITA* (PPP)

Histórico de renda *per capita* (PPP) no Brasil



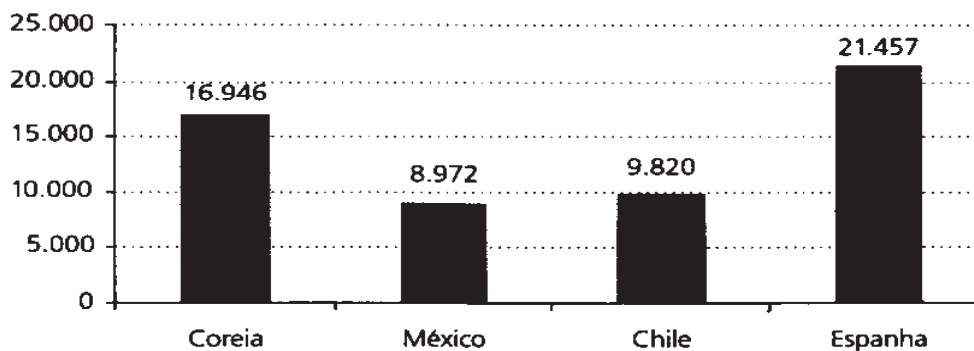
FONTE: Banco Mundial.

Meta para Renda *per capita* (PPP)

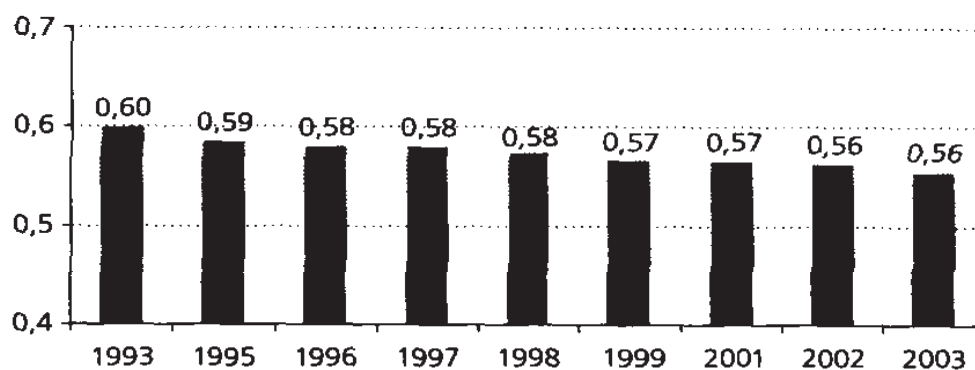


FONTE: FNUCNI.

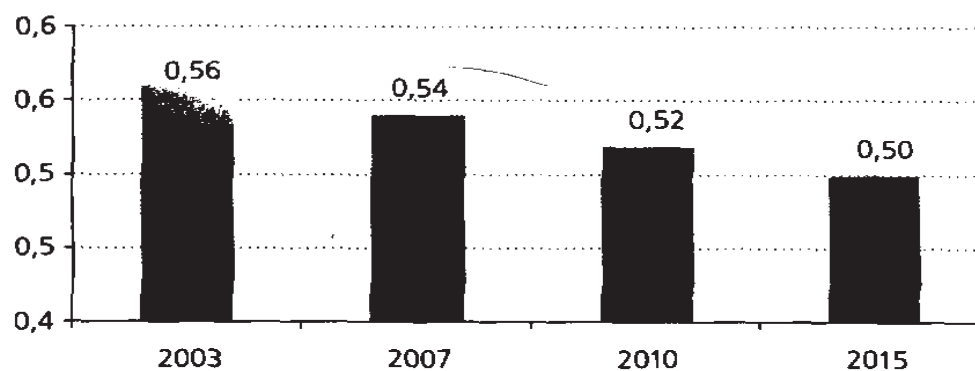
Renda *per capita* (PPP) para grupo de países selecionados – 2002



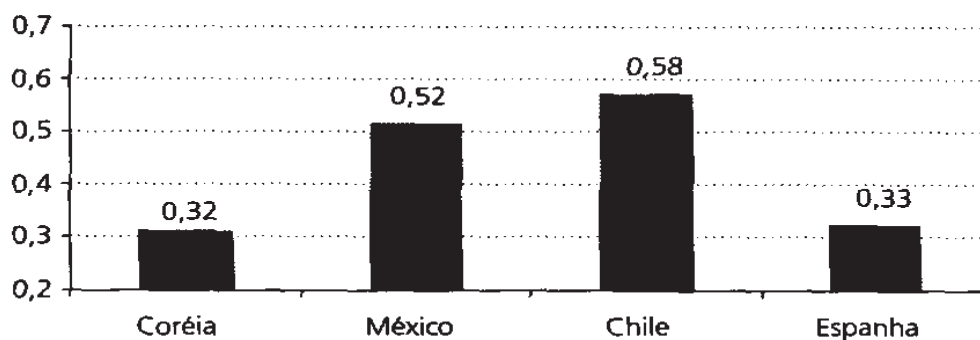
FONTE: Banco Mundial.

GINI**Evolução do índice de Gini no Brasil**

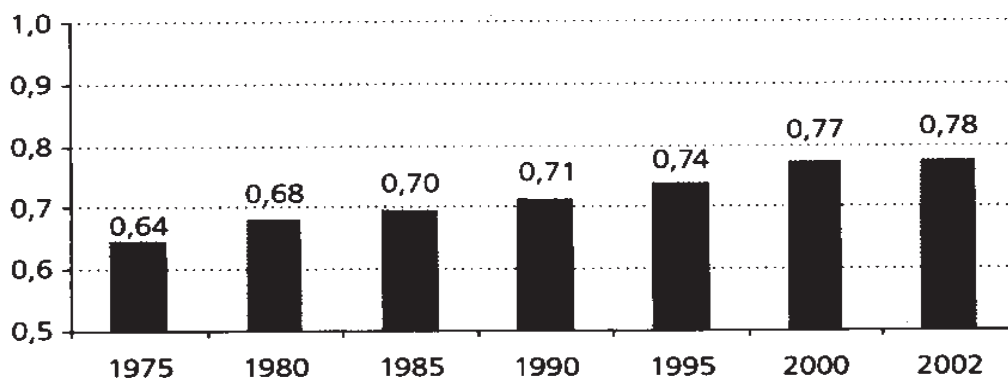
FONTE: Banco Central.

Meta para o índice de Gini no Brasil

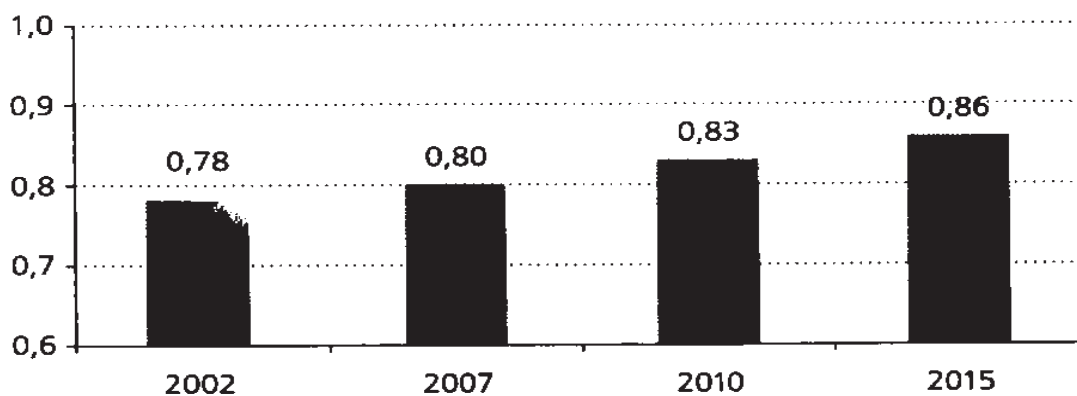
FONTE: FNUCNI.

Índice de Gini para grupo de países selecionados em 2003

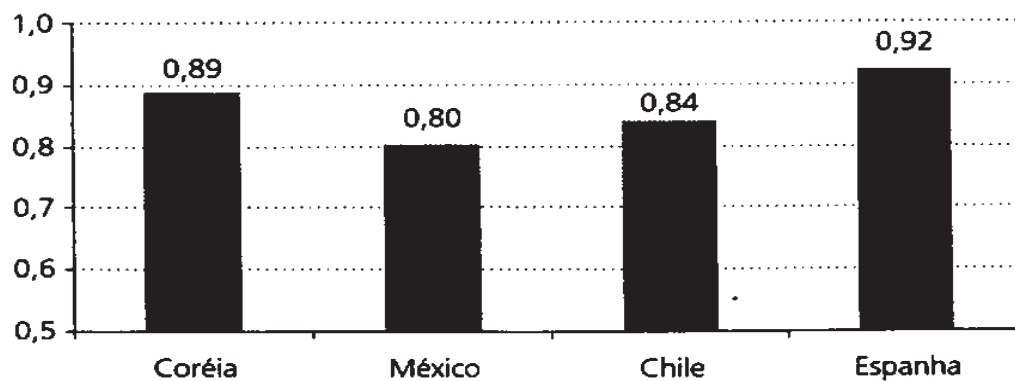
FONTE: Banco Mundial.

IDH**Evolução do IDH no Brasil**

FONTE: PNUD.

Meta de IDH para o Brasil

FONTE: FNUCNI

IDH para grupo de países selecionados

FONTE: PNUD.

Lista de Siglas

ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa e Tecnologia
ACC – Adiantamento sobre contrato de câmbio
ACE – Adiantamento sobre cambiais entregues
ANA – Agência Nacional de Águas
Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica
Apex – Agência de Promoção de Exportações
APL – Arranjos Produtivos Locais
BEN – Balanço Energético Nacional
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo
BSC – Balanced Scorecard
CIN – Centro Internacional de Negócios
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNT – Confederação Nacional dos Transportes
CT – Conselho Temático
DOU – Diário Oficial da União
Ethos – Instituto de Pesquisa Aplicada
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNI – Fórum Nacional da Indústria
Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
HALE – Health Adjusted Life Expectancy
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IES – Instituições de Ensino Superior
IMD – International Institute for Management Development
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MME – Ministério de Minas e Energia
MPE – Micro e Pequena Empresa
MPI – Micro e Pequena Indústria
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OECD – Organization for Economic Co-operation and Development
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONS – Operador Nacional do Sistema
ONU – Organização das Nações Unidas
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
Pimes – Pequenas e Médias Empresas
Pintec – Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica
PISA – Programme for International Student Assessment
PME – Pequena e Média Empresa
PNAD – Pesquisa Nacional por amostra de domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Power of Purchase Parity
QSP – Quality Safety and Productivity Center
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
SST – Segurança e Saúde do Trabalho
TIB – Tecnologia Industrial Básica
WEF – World Economic Forum
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

PRESIDÊNCIA

Presidente: Armando de Queiroz Monteiro Neto

GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GABIN

Chefe de Gabinete: Cid Ferreira Lopes Filho

SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA - SUCORP

Superintendente: Antonio Carlos Brito Maciel

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SUPOG

Superintendente: Carlos Francisco Moniz Aragão

UNIDADE JURÍDICA - UJ

Coordenador: Hélio José Ferreira Rocha

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UNICOM

Coordenador: Edgar Lisboa

UNIDADE CORPORATIVA DE AUDITORIA - AUDIT

Coordenador: Vitor Manuel Ribeiro da Cruz Moura

DIRETORIA EXECUTIVA - DIREX

Diretor: José Augusto Coelho Fernandes

DIRETORIA DE OPERAÇÕES - DIOP

Diretor: Marco Antonio Reis Guarita

UNIDADE DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSES - GDI

Coordenadora: Elizabeth da Silva Marinho

UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - COAL

Coordenador: Carlos Alberto Macedo Cidade

UNIDADE DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - COMPI

Coordenador: Maurício Otávio Mendonça Jorge

UNIDADE DE COMÉRCIO EXTERIOR - COMEX

Coordenador: José Frederico Alvares

UNIDADE DE POLÍTICA ECONÔMICA - PEC

Coordenador: Flavio Pinheiro de Castelo Branco

UNIDADE DE RELAÇÕES DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO - RT

Coordenadora: Simone Saisse Lopes

UNIDADE DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS - NEGINT

Coordenadora: Soraya Saavedra Rosar

UNIDADE DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - PAD

Coordenador: Renato da Fonseca

COMITÊ DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Coordenador: Antonio Carlos Brito Maciel

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - SSC

Superintendente: Silvio Andriotti

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA CNI - UNICOM

Coordenação do Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão

INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão

GRÁFICA POSITIVA

Impressão

**Fórum Nacional da Indústria**

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Muito obrigado.

V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Passamos agora a palavra ao Exm^o Senador João Batista Motta, por dez minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa presenciou, há alguns meses, uma briga muito grande, sustentada pelos Senadores Gerson Camata, Magno Malta e eu, quando o Cade resolveu interferir na venda da Garoto, dois anos e meio depois de feita a operação, de uma maneira criminosa, errada, sem obedecer a qualquer preceito legal.

O Governo mostrou-se preocupado e prometeu ao Governador Paulo Hartung e a nós que tomaria

providências. Falou-se na solução do problema, trocaram-se diretores do Cade, mas o certo é que o Jornal Nacional de anteontem anunciou que a Garoto, por decisão do Cade, não poderá mais continuar nas mãos da Nestlé.

Nós, tanto o Senador Gerson Camata quanto eu, não estamos preocupados se a Garoto ficará na mão da Nestlé ou de quem quer que seja. O que queremos é que a empresa que comprar a Garoto mantenha a qualidade do produto, aumente a produção e gere mais empregos. Senão, Presidente Lula, V. Ex^a vai pagar caro no meu Estado quando da reeleição que V. Ex^a há de disputar! A população não o perdoará, de maneira alguma, por uma interferência burra, que o Cade jamais deveria ter feito. Vamos rezar para que dê tudo certo.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Concedo um aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a, sempre atento aos problemas do nosso Estado do Espírito Santo. Em aditamento e apoio ao pronunciamento de V. Ex^a, primeiramente, quero dizer que essa decisão do Cade é estapafúrdia, absurda e inédita na história do Brasil. Segundo, essa ação, essa interferência do Cade, prova a fraqueza desse organismo, a covardia, a pequenez. Há um projeto meu que extingue o Cade, que já se extinguiu nessas últimas ações no caso da Garoto. É machão contra um Estado pequeno como o Espírito Santo, mas suporta, aceita, engole todas as depravações de reunião de empresas de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Rio Grande do Sul. Os próprios conselheiros do Cade, por meio de uma decisão ilegal, além de imoral, aética, legalmente impedidos, acumulando cargos, prostituindo-se naquele órgão colegiado para exarar uma decisão dessas, querendo dizer ao País que são moralistas, que são intocáveis. Também estou com um decreto legislativo pronto, para o qual peço a assinatura de V. Ex^a, para anular a decisão do Cade, quando os próprios conselheiros do Cade dizem que ela é nula de origem, pela maneira como foi tomada. E como foi tomada? Dois anos e meio depois, quando a fábrica já estava toda nas mãos da Nestlé. A Nestlé tem a alma da Garoto. Há outra coisa que o Cade não poderia ter feito: a decisão do Cade não é para vender a Garoto, mas para fechar a fábrica da Garoto. As concorrentes devem ter se unido e ido para dentro do Cade ditar como deveria ser a venda. Isso é que é imoral, isso é que é aético, isso é que não pode sobreviver no Brasil, que tem um Governo que tenta moralizar o País, que tem uma Polícia Federal que está aí moralizando o País. E nós fraquejamos num ponto: não fizemos aqui a CPI do Cade, não quebramos o sigilo dos conselheiros, daqueles procuradores que andam lá dentro, para saber o que estava acontecendo nessa e nas outras decisões que o Cade tem tomado ultimamente. Veja V. Ex^a que, além da demora para tomar a decisão – dois anos e meio, três anos depois – hoje a Nestlé tem a alma da Garoto na mão. Se ela sai, sai com segredos industriais, de produção. A decisão do Cade diz o seguinte: venda fatiada, ao bel-prazer do comprador. O que significa que ele pode querer uma máquina e não querer uma patente, que ele pode querer um galpão e não querer uma outra máquina. Venda fatiada! Seria como ser V. Ex^a obrigado a me vender um carro e eu dizer que quero o pára-choque e não quero o motor, que quero o capô e não quero o banco traseiro. O carro se desvaloriza e perde valor na hora. É uma decisão estapafúrdia, imoral, aética. O Brasil de hoje não pode suportá-la. O Governo do Presidente Lula tem de intervir no Cade, tem de extinguir o Cade, tem de acabar com o Cade. O Brasil não pode sobreviver com um órgão

que devia ter vestais, mas que tem “marias-bonitas” e outras coisas piores da vida econômica brasileira.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Senador Gerson Camata, concordo em gênero, número e grau com as suas palavras e estou à disposição para assinar qualquer documento no sentido do que V. Ex^a está propondo. Agora, o que tem de ser dito aqui é que não podemos apenas condenar o Cade. O Governo Federal é conivente, o Governo Federal é culpado, porque, se o Governo Federal quisesse o contrário, o contrário teria acontecido. Há conivência do Governo Federal, há maldade, no caso, do Governo Federal.

Digo mais. O Presidente da República foi outro dia ao Espírito Santo, um dos Estados que mais contribuem com a balança deste País, e garantiu que em dois anos, portanto em seu mandato, ele ia voltar a Vitória para inaugurar o aeroporto. E estou aqui para afirmar: não vai inaugurar. Conversamos com o Presidente da Infraero, Carlos Wilson, que prometeu que vai resolver a situação. Houve uma reunião do Presidente Lula com Palocci e Carlos Wilson para arranjar a solução. A solução não foi dada. Não foi explicitada qual será a solução.

Fala-se que vão abrir o capital da Infraero, vender ações no mercado financeiro para que ela possa ter dinheiro para construir o aeroporto. Quando ela tinha esse dinheiro em caixa, o Governo foi lá e o retirou, porque é dono de 89% da Infraero; o Ministério da Fazenda cortou R\$138 milhões, que já existem em caixa, para que não fossem investidos este ano, com a finalidade de atender ao superávit primário.

Portanto, esse aeroporto não vai sair, porque, com a verba que têm, eles não vão parar as obras do aeroporto de Maceió, do Presidente Renan Calheiros, não vão parar as obras do aeroporto de Goiânia e tampouco as do aeroporto de São Paulo, por detrás do qual, evidentemente, está o Senador Mercadante, que não vai permitir que as obras do aeroporto de Congonhas sejam paralisadas. Eles não vão paralisar a segunda pista do aeroporto de Brasília, maior que a pista do aeroporto do Espírito Santo, porque por ali deverá decolar diariamente o “Aerolula” do Presidente. Não vão cortar verbas destinadas a essas obras. Cortarão, por certo, daquele pequeno, daquele prejudicado, que é sempre o nosso Espírito Santo, um Estado cujo Governador é o principal aliado do Presidente da República. É amigo e foi companheiro em todas as caminhadas de Sua Excelência. É uma injustiça o que está fazendo!

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Perfeitamente, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Nobre Senador Motta, quanto a isso, vou discordar de V. Ex^a, se me permite. Naquele primeiro debate, no dia

em que as verbas foram cortadas, eu disse aqui que, quando o Presidente desse o soco na mesa, as obras do aeroporto continuariam. E o Presidente deu o soco na mesa.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– No dia, o Senador Antonio Carlos Magalhães disse que ele somente ia quebrar a mão.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ele deu o soco e não quebrou a mão. Ele vai fazer com que a obra do aeroporto de Vitória vá para frente. Ele já garantiu que inaugura a estação principal de passageiros até junho do ano que vem, e tenho certeza de que o Presidente vai cumprir com a sua palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Vou rezar para isso, Senador Camata, mas duvido muito que isso aconteça, porque o senhor lembra que, num jantar do Presidente com a Bancada do PMDB, Sua Excelência chegou a confidenciar para todos que estavam ali que às vezes o Presidente mandava fazer e os burocratas se enrolavam na burocracia e não acontecia nada. Mesmo tendo a determinação do Presidente, mesmo tendo a vontade do Presidente, Senador Camata, não haverá tempo hábil se as medidas não forem tomadas com rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/

PL – ES) – Nobre Senador João Batista Motta, estou concedendo mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Muito obrigado.

Então, Senador Camata, eu queria que o Espírito Santo soubesse que houve um comprometimento, houve uma palavra do Presidente. O Espírito Santo não tem aeroporto, nosso aeroporto é o pior do País. Quantos aeroportos São Paulo tem? Quantos o Rio de Janeiro tem? Quantos outros Estados têm? Olhem que coisa maravilhosa o aeroporto de Recife! Agora, quanto ao aeroporto de Vitória, além de o projeto não ser compatível com o desenvolvimento do nosso Estado, não acredito que seja concluído nos dois anos que o Presidente Lula prometeu. Vou confiar na palavra do Presidente, vou continuar esperando, mas avisando ao povo do Espírito Santo: vamos ter cuidado, vamos ter cautela, vamos cobrar todos os dias, desta tribuna, que o Presidente da República cumpra com sua palavra, para que faça justiça com o nosso Estado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, escreveu hoje no **Correio Braziliense** um artigo da maior lucidez, do qual me permito ler alguns trechos e peço que seja transcrito aos Anais da Casa, a respeito do orçamento.

Diz ele:

“A política orçamentária é regida por modelos burocráticos completamente obsoletos, anarquia na definição das despesas e previsões fantasiosas de receitas. Há uma espécie de conluio não declarado entre os poderes Executivo e Legislativo para elaboração de uma peça de ficção, submetida posteriormente a um indispensável contingenciamento corretor, ao jogo da liberação das emendas parlamentares – instrumento eficaz para a barganha política, freqüentemente indecorosa, apesar de explicável à vista da despudorada anomia partidária brasileira –, e ao vale-tudo ministerial para fugir às amarras da austeridade fiscal.

A sociedade fecha os olhos para as discussões orçamentárias e a farra do gasto público. Não se discute eficiência da despesa. Todos são convenientemente coniventes com a instituição de programas de discutível eficácia (...) e iniciativas perdulárias de toda ordem. Entretanto, feita a despesa, vem aumento de carga tributária e conseqüente indignação geral”.

O Governo anuncia, agora, a ilusória fixação de um percentual de gasto em relação ao PIB. Segundo Everardo Maciel, “não é algo que se possa controlar. Fixar um teto para a carga tributária – como os 16% propostos – é de uma completa inutilidade”. Sugere que, se o Governo está sendo sincero, “basta estabelecer na Lei de Diretrizes Orçamentárias que não serão enviados projetos de lei ou editadas medidas provisórias que incluam aumento de alíquotas ou bases de cálculos de tributos e contribuições”. E acrescenta que, com isso, será dado um passo muito importante no sentido da austeridade orçamentária.

Sr. Presidente, a forma como o Orçamento é elaborado e executado é um instrumento eficientíssimo de o Governo conquistar votos parlamentares mediante barganhas indecorosas, como diz Everardo Maciel. Já está em tempo de esta Casa aprovar a Proposta de Emenda à Constituição do Senador Antonio Carlos Magalhães, que instituiu o Orçamento Impositivo. Com o Orçamento Imperativo não haverá mais contingenciamento. Cessa, portanto, uma fonte de barganha entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

A outra fonte de fisiologismo deste Congresso é, sem dúvida, a nomeação para cargos comissionados.

Tive ontem a ventura de assinar a Proposta de Emenda à Constituição do Senador Tião Viana, que reduz drasticamente os cargos comissionados em to-

dos os Poderes. Serão limitados a pouquíssimos, e preenchidos por funcionários de carreira. Quando essa fonte cessar, estará acabado também o fisiologismo do Parlamento brasileiro. Resta dar fim apenas à hemorragia das medidas provisórias. E cabe ao Congresso Nacional aprovar uma regulamentação dura, que só permita a edição de medidas provisórias relevantes e urgentes, não mais sendo possível nomeações para cargos comissionados.

E não basta combater o nepotismo, pois, ainda assim, haverá o chamado “nepotismo cruzado” — você emprega minha mulher que eu emprego tua filha. De qualquer maneira, mesmo que seja proibida a nomeação de parentes em qualquer poder, em qualquer grau da escala hierárquica, permanecerá o “nepetismo”, ou

empreguismo. Somente extinguindo cargos comissionados poderemos acabar com isso. E somente com um Orçamento Imperativo poderemos acabar com a barganha em torno da liberação de verbas. E, acabando com as medidas provisórias, o Congresso Nacional retomará seu poder de legislar.

Sr. Presidente, se eu ainda estiver no Senado Federal quando essas três medidas forem tomadas, só então poderei andar na rua de cabeça erguida, sentindo orgulho de ser Senador da República.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	28	Abril/05	Opinião	1º	25

Sen. J. P.

Ilusionismo fiscal

EVERARDO MACIEL

Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal

Desde algum tempo, ganha força na sociedade brasileira a convicção de que temos uma elevada carga tributária vis-à-vis os demais países emergentes e que isso tem sido um grande obstáculo à retomada de um crescimento sustentável, no médio e longo prazos.

A novidade agora é que, junto com esse entendimento, começa a prosperar uma preocupação especial com o tamanho do gasto público — verdadeira explicação para a trajetória ascendente da carga tributária.

A política orçamentária é regida por modelos burocráticos completamente obsoletos, anarquia na definição das despesas e previsões fantasiosas de receitas. Há uma espécie de conluio não declarado entre os poderes Executivo e Legislativo para elaboração de uma peça de ficção, submetida posteriormente a um indispensável contingenciamento correto, ao jogo da liberação das emendas parlamentares — instrumento eficaz para a barganha política, freqüentemente indecorosa, apesar de explicável à vista da despudorada anomia partidária brasileira —, e ao vale-tudo ministerial para fugir às amarras da austeridade fiscal.

A sociedade fecha os olhos para as discussões orçamentárias e a farra do gasto público. Não se discute eficiência da despesa. Todos são convenientemente coniventes com a instituição de pro-

gramas de discutível eficácia, novos concursos públicos e iniciativas perdulárias de toda ordem. Entretanto, feita a despesa, vem aumento de carga tributária e conseqüente indignação geral.

No contexto desse interminável duelo entre carga tributária e gasto público surgiram, dias atrás, idéias exóticas. Ao legislador brasileiro sempre agradou fixar percentuais para tudo, como se fosse uma panacéia para crônicos problemas nacionais. Por exemplo: 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda serão transferidos para o Fundo de Participação dos Municípios; ao menos 18% das receitas federais de impostos serão destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino; os juros anuais não poderão ser superiores a 12%, etc.

O governo federal resolveu brindar a sociedade brasileira com uma excentricidade em matéria fiscal. Propôs ao Congresso fixar na Lei de Diretrizes Orçamentárias percentuais, em relação ao PIB, para a carga tributária e para o gasto público federais.

A carga tributária é, como se sabe, mero quociente entre o que se arrecada e o PIB. Esse percentual depende de inúmeros fatores, tais como: crescimento da economia, mudanças na legislação tributária, eficiência da máquina arrecadadora, evasão fiscal, etc. Não é algo que se possa controlar. Fixar um teto para a carga tributária — como os 16% propostos — é de uma completa inutilidade.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Admita-se, apenas para argumentar, que, fixado esse teto, a carga tributária federal de 2006 tenha logrado ultrapassá-lo. Alguns pequenos questionamentos: a) quando se saberá com certeza que esse teto foi ultrapassado, na primeira estimativa do PIB ou na última revisão?; b) caso tenha ocorrido essa hipótese, a devolução do excedente dar-se-á por meio de incentivos fiscais, de redução de alíquotas ou de ressarcimento a contribuintes?; c) serão consideradas eventuais receitas atípicas?; d) a devolução dar-se-á em 2007 ou em exercícios subsequentes?; e) como compatibilizar essa devolução com a Lei de Responsabilidade Fiscal?, etc. Como se vê, de pronto, é algo pueril, sem o mais leve sinal de operacionalidade.

Admita-se, agora, que o governo federal não pretenda aumentar a carga tributária, agindo sobre seus próprios instrumentos de controle. Simples. Basta estabelecer na Lei de Diretrizes Orçamentárias que não serão enviados projetos de lei ou editadas medidas provisórias que incluam aumento de alíquotas ou bases de cálculos de tributos e contribuições. Feito isso, terá dado um passo firme para reduzir a pressão fiscal sobre os contribuintes. Poderá, ainda, torcer para que a arrecadação cresça e, assim, terá melhor equilíbrio fiscal e menor pressão fiscal.

Da mesma forma, deveria cuidar da despesa. Em lugar de fixar teto para o gasto público, deveria dizer quais gastos não poderão crescer em virtude de decisão governamental. Será mais eficaz e menos demagógico.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Defiro a transcrição solicitada por V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima segunda-feira, dia 2 de maio, a Bahia celebra, com enorme alegria, os 80 anos de vida de uma das mais importantes personalidades baianas: Mãe Stella.

Maria Stella de Azevedo Santos, Mãe Stella de Oxossi. Mãe Stella. Odé Kayodê, seu nome religioso, como se diz em iorubá, a principal língua africana dos rituais nos Candomblés de minha terra.

A religião dos orixás, praticada hoje pelos afrodescendentes, veio da Costa Ocidental da África com os escravos, desde os primórdios da colonização portuguesa, de forma dispersa, e, a partir do final do século XVIII, institucionaliza-se no famoso Terreiro do Alaketo, o mais antigo candomblé da Bahia. Deste momento em diante, os candomblés se constituem num foco de resistência cultural muito grande.

As comunidades-terreiros são quilombos, na verdade, protegidos, além do mais, pelo mistério, pelo segredo, pelo temor reverencial que a religião inspira.

As Grandes Mães de Santo foram as estrelas guias da luta do povo negro pela libertação e afirmação na sociedade global, reproduzindo no Brasil um matriarcado que já traziam da tradição africana.

Antes mesmo da Abolição, Mães de Santo negras alforriadas e produtivas economicamente, foram capazes de comprar ou arrendar terras nos arredores de Salvador e nelas implantar seus terreiros. Com a Abolição, esse processo se acelerou.

Em torno das ialorixás, de sua liderança religiosa e comunitária, foram se agrupando os negros, escravos fugidos, alforriados e outros que nos terreiros encontraram o alimento material e espiritual de sua afirmação como povo e como cultura. Tudo isso viu, muito bem, Ruth Landes, pesquisadora americana, em seu livro clássico sobre Salvador, **The City of Women** (Cidade das Mulheres) em que ela conta como as mães de santo haviam assumido papéis masculinos nas comunidades-terreiros e governavam como rainhas.

Foi assim no Terreiro do Alaketo, que tem hoje como rainha Olga Regis, Olga do Alaketo, Oyá Fumi, seu nome religioso. Foi assim também no Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, Ilê Yá Nassô Oká, fundado no início do século XIX por outra Grande Mãe, a Yá Nassô, que havia sido vendida para o Brasil após a queda do reino de Oyó, em guerra com árabes e negros muçulmanos.

Da Casa Branca sai o Terreiro do Gantois, implantado por Maria Júlia da Conceição Nazaré, que arrendou as terras de um belga nos arredores de Salvador, dando início a uma dinastia.

Hoje, o Gantois está no perímetro urbano, sua rainha é Mãe Carmem da Conceição Nazaré, outra Grande Mãe de Santo, sucedendo a Mãe Cleuza, filha da famosa Mãe Menininha do Gantois, Maria Escolástica da Conceição Nazaré, que reinou absoluta no mundo mágico da Bahia durante décadas, tendo morrido após os 90, quase 100 anos de idade. Mãe Menininha, outra grande figura da Bahia, foi sucessora de Mãe Pulcheria, responsável por tornar a casa tão famosa que os termos canzuá e ganzuá, corruptelas de Gantois, são usados como sinônimo de candomblé, como nos ensina Edson Carneiro, em seu famoso livro **Candomblés na Bahia**.

E foi assim também no Ilê Axé Opô Afonjá, candomblé de São Gonçalo, fundado pela Grande Mãe Eugênia Anna dos Santos, Mãe Aninha, Oba Biyi, em 1910.

Mãe Aninha era uma verdadeira estadista e fundou o Ilê Axé Opô Afonjá como uma réplica do reino Oyó, na Nigéria. Este terreiro atingiu um grau de nobreza, sendo, inclusive, a única casa no mundo que possui o corpo dos Doze Obas de Xangô, corpo mítico e místico de doze reis que se agruparam em torno da hegemonia de Xangô, rei supremo de todos os iorubas.

Foram Obas de Xangô: o escritor Jorge Amado, os pintores Carybé e Genaro de Carvalho. São Obas de Xangô: o cantor Dorival Caymmi, o Ministro Gilberto Gil, Luis Roberto Nascimento Silva, Antônio Olinto, Muniz Sodré, o escritor e poeta Ildásio Tavares, entre outros. Para mim é uma grande honra fazer parte desse grupo de pessoas do Opô Afonjá.

Após Mãe Aninha, Oba Biyi, Eugênia Anna dos Santos, a fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá, vieram Mãe Bada, Olufan, Deyi, por pouco tempo, e a renomada Mãe Senhora, Maria Bebiãna do Espírito Santo, Oxum Muiwá, tão grande que Vinícius de Moraes a saudou no “Samba da Benção” como a maior ialorixá do Brasil. Sucedeu-a Mãe Ondina, Mãezinha, Ondina Valéria Pimentel, que se projetou por sua clarividência e generosidade.

E agora, em toda sua majestade, reina no mundo religioso afro-brasileiro como sua ialorixá suprema, Maria Stella de Azevedo Santos, Mãe Stella de Oxossi, que, repito, no próximo dia 02 de maio estará completando 80 anos de vida e quase 70 anos de sacerdócio.

Maria Stella de Azevedo Santos pertence a uma tradicional família negra da Bahia, família de negros formados, professores, profissionais liberais, o que,

na época, infelizmente, era coisa rara no meu Estado. Foi iniciada no candomblé muito cedo, com 14 anos, por Mãe Senhora que logo dela se afeiçoou e por ela teve predileção. A confiança de Mãe Senhora em Maria Stella era tanta que começou a prepará-la para ser sua sucessora. No Axé Opô Afonjá a sucessão não é dinástica, ou seja, não é familiar.

Mãe Stella cedo foi escolhida para o posto de Kolobá, um importante posto na casa de Xangô e dividia suas funções sacerdotais com sua profissão de enfermeira, que exerceu até se aposentar. Mãe Stella teve uma educação primorosa no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, da famosa educadora Anfrísia Santiago, sendo sempre distinguida por esta grande mestra.

Pode-se dizer que Mãe Stella é a primeira das grandes Mães de Santo que tiveram um trânsito exitoso no terreiro, e, na sociedade global, como ialorixá, como enfermeira e como personalidade intelectual negra.

Ela é, sem dúvida, das primeiras a fazer a conexão do candomblé com a sociedade global, repito, fazendo-se inclusive respeitar pelo mundo leigo. Afirmou seus valores perante as demais religiões, escreveu livros, fez conferências, participou de congressos, encontros e seminários em todo Brasil e no exterior, representando, em todo seu saber, brilho e dignidade a cultura afrodescendente do Brasil, como uma verdadeira embaixadora cultural do nosso País.

Por todas essas razões, Mãe Stella merece nossa homenagem pelo transcurso de uma data tão significativa quanto seus 80 anos. E merece muito mais do que nossa homenagem, muito mais do que minhas modestas palavras: ela merece a admiração e o respeito desta Casa e de todo Brasil; o reconhecimento e a gratidão do povo brasileiro e, em especial, dos afrodescendentes que ela tão bem representa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com grande satisfação, o povo baiano prestará as devidas homenagens a Mãe Stella através da realização de vários eventos culturais, todos motivados pela passagem de seu aniversário, de hoje, dia 28, até segunda-feira, dia 02 de maio.

Dentro da programação de festividades, haverá, na sexta-feira, dia 29, às 18 horas, no Museu de Arte Moderna (MAM), da Bahia, a abertura da exposição Faraimará, que em iorubá significa “todos nós estamos nos abraçando”, em alusão ao papel agregador de Mãe Stella. A mostra, organizada pelo Diretor do Museu de Arte Moderna, Dr. Heitor Reis, reunirá obras de nomes como o pintor Carybé; o fotógrafo, sociólogo e antropólogo Pierre Verger; Mário Cravo; Mário Cravo Neto; Rubem Valentim; Mestre Didi e Tati Moreno.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano decretado como Ano da Promoção da Igualdade Racial,

e no momento em que tramita no Senado Federal o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim, aqui presente, e que tenho a honra de relatar na Comissão de Assuntos Sociais, vejo como uma feliz e caprichosa coincidência a comemoração dos 80 anos da vida de Mãe Stella.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) –

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, eu, quando aqui pedi o aparte, observava o seu discurso há cerca de dez minutos e não sabia que V. Ex^a ia tocar no Estatuto da Igualdade Racial. O aparte que eu pretendia fazer – e na mesma linha o farei ainda – fala da minha alegria ao ver a sua exposição e o conhecimento de V. Ex^a sobre as religiões de matriz africana. V. Ex^a faz um discurso de solidariedade, mas se mostra também um grande conhecedor da caminhada dos povos afro-brasileiros. V. Ex^a mostra que conhece a história da comunidade negra não somente no Brasil, mas também no mundo. Quando V. Ex^a, há um tempo, me disse que ia relatar o Estatuto da Igualdade Racial, eu de pronto fiquei satisfeito, por conhecer a forma grandiosa como V. Ex^a trata as questões raciais. Contudo, não sabia, confesso, que V. Ex^a é um estudioso desse tema. Fiquei sabendo agora, pelo pronunciamento que ora faz. Então o meu aparte é mais para homenageá-lo, porque V. Ex^a não é só o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, mas também fez um belo relatório de um outro projeto, que, se estivesse aprovado, não permitiria o pagamento de fiança e a libertação daquele jogador argentino que ofendeu o jogador Grafite. Por isso, o cumprimento que faço neste momento é rendendo a V. Ex^a as homenagens pelo trabalho que faz na Comissão de Assuntos Sociais e nas outras comissões, sempre com o viés de atender àqueles que mais precisam. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelas suas palavras. Eu reafirmo aqui o meu respeito por essa religião; reafirmo aqui a minha grande admiração por toda a cultura negra e pelos negros.

E é neste exato momento que faço essa homenagem a Mãe Stella, porque tenho certeza que sua história de vida representa, de forma inequívoca, uma luta pela afirmação da raça e da cultura negra no País e no mundo.

Em nome do povo da Bahia, que represento nesta Casa, saúdo e desejo muitos anos de sabedoria e felicidade a Mãe Stella.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Marco Maciel. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Francisco Pereira, quero, neste momento, cumprimentar não apenas os Srs. Senadores e as S^{ras} Senadoras – não é, nobre Senadora Heloísa Helena? –, mas também o Secretário Raimundo Carreiro, pela felicidade da escolha do Senador que, no momento, preside a Casa. Infelizmente, S. Ex^a está se despedindo de nós, e o Sr. Raimundo Carreiro, espontaneamente, o convidou para presidir nossos trabalhos. Isto é mais do que muito bonito, é gostoso, e mostra toda uma solidariedade para com este que esteve aqui conosco durante 4 ou 5 meses e que, hoje, fez o seu discurso de despedida. Então os meus cumprimentos ao Presidente em exercício na Casa, neste momento.

Sr. Presidente, S^{ras} Senadoras e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, fui recebido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Severino Cavalcanti. E quero aqui dar um depoimento. Eu solicitei essa audiência ao Deputado Severino Cavalcanti há dois ou três dias e fui recebido de pronto hoje, ao meio-dia. Por isso, no mínimo, eu gostaria de dizer duas coisas, de forma positiva, em relação ao Presidente da Câmara. A primeira delas é que o Deputado Severino Cavalcanti diz o que pensa, exatamente o que pensa. E isso é bom. É aquela questão de olho no olho. Senadora Heloísa Helena, acho que V. Ex^a já comentou algo semelhante ao que estou dizendo aqui. Mas vi hoje pela manhã. Estava lá toda a imprensa, e S. Ex^a disse exatamente o que estava pensando. Por exemplo, disse: “Não sei por que a Comissão Mista já aprovada pelo Congresso para debater uma política permanente para o salário mínimo até hoje não foi instalada”. S. Ex^a chamou o Mozart, que exerce as mesmas funções do nosso assessor da Mesa, o Carreiro, e disse: “Sejam oficiados os Líderes e sejam indicados os 11 Deputados, porque o Senado já indicou os seus, e que se instale a Comissão para debater de forma definitiva o salário mínimo”. Na mesma hora, fez comigo o que eu chamaria uma troca: “Por outro lado, o Senador Paim vai conversar com o seu Governo para que pare de editar tanta medida provisória porque não dá mais para trabalhar desse jeito”. Então eu queria dizer que, na linha da franqueza, tenho muito respeito pelo atual Presidente da Câmara. Claro que S. Ex^a pode discordar de mim, politicamente, como posso discordar dele. Isso é natural, ocorre aqui no plenário.

A segunda questão é que, na Câmara dos Deputados – e eu lhe disse que considere isso positivo –, acabou-se aquela história de alto e baixo cleros, como se houvesse Deputado melhor que o outro. Aqui, há Senador que chegou a esta Casa com 8 milhões de votos, outros, com 1 milhão, ou com 500 mil, e outros ainda pela suplência, mas todos foram eleitos e foi pelo voto que aqui chegaram. Estou dando o exemplo do Senado, mas serve também para a Câmara. Não existe alto nem baixo clero; os que estão aqui foram indicados pelo povo brasileiro dentro da legislação. E isso, o Deputado Severino Cavalcanti conseguiu mudar na Câmara, o que considero positivo.

Espero, efetivamente, que a Comissão seja instalada a partir desse procedimento e comece a funcionar para que tenhamos uma política definitiva para o salário mínimo.

Senador Francisco Pereira, hoje de manhã, por exemplo, fui à instalação da comissão mista do salário mínimo. Mas, Senador Pedro Simon, eu sabia que se tratava de uma política de faz-de-conta: eu ia, sabendo que a comissão não seria instalada. Alguns diziam: “Ah! Mas a comissão deveria ser instalada!” Então, o Governo faz de conta que acredita que a comissão vai ser instalada; alguns Senadores fazem de conta que também acreditam, mas sabem que ela não será instalada. Há quanto tempo não se instala uma comissão mista, uma, e não apenas essa, para debater questões importantes para o País? A matéria vai primeiro para a Câmara, chega aqui de forma atropelada, e temos que votar, senão a matéria cai. De fato, não dá para continuar com essa metodologia de discutirmos medida provisória.

Sr. Presidente, no dia de ontem, eu pretendia falar um pouco do trabalho doméstico; entretanto, não houve sessão. Ontem, 27 de abril, foi o Dia Nacional do Trabalhador Doméstico. Escrevi e vou comentar aqui que, quando nós estamos aqui, quando a classe média, a chamada classe média e média alta saem para trabalhar, têm a facilidade de terem em suas casas empregados domésticos. Enquanto nós estamos aqui, eles estão lá, muitas vezes cuidando dos nossos filhos, cuidando das nossas casas, preparando refeições. E até hoje não têm os seus direitos reconhecidos. Chego a dizer, aqui no meu pronunciamento, que infelizmente os empregados domésticos herdaram o estigma da escravidão. Se eles não têm os direitos mínimos dos outros trabalhadores é porque eles ainda estão sob o tacho de uma situação irregular. Por isso, Sr. Presidente, tenho aqui vários projetos que tratam do empregado doméstico.

Faço uma homenagem a uma ex-Senadora desta Casa, Benedita da Silva. Quando fomos Constituintes

– a Constituinte foi de 1986 a 1988 –, logo depois, em 1989, aprovamos na Câmara dos Deputados um projeto da então Deputada Benedita da Silva. Foi aprovado, veio para o Senado, houve algumas alterações, voltou para a Câmara dos Deputados e está em regime de urgência até hoje. Passaram-se mais de dez anos, e a matéria, em regime de urgência, não é votada. O que diz o projeto da Senadora Benedita? Diz simplesmente que é assegurado à empregada doméstica os mesmos direitos assegurados aos outros trabalhadores, excluindo uma ou outra questão específica da área da produção. O projeto não é aprovado. Mas vai além. A Senadora Benedita assegura ao empregador doméstico que ele possa deduzir do imposto de renda o investimento que faz no trabalho doméstico, para facilitar que a classe média efetivamente empregue, gerando então a possibilidade de trabalho para homens e mulheres neste País. Diria que de todos os projetos – além de mim, diversos Senadores e Deputados têm projetos nesse sentido – o mais completo é o da Senadora Benedita e não entendo como até hoje ele não foi aprovado.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senadora Heloísa Helena, concedo um aparte a V. Exª para se manifestar sobre o tema.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, quero solidarizar-me com o seu pronunciamento e agradecer a lembrança que V. Exª traz. Todos queríamos ter falado sobre este assunto ontem, mas, evidentemente, como houve uma motivação em razão da morte de um Deputado, foi suspensa a sessão. No entanto, não poderia deixar de me solidarizar com V. Exª. Sempre tive pessoas maravilhosas comigo em casa, ajudando-me a cuidar dos meus filhos, como tenho hoje em casa a Geisinha, que é uma pessoa maravilhosa. Sempre contei com o apoio de pessoas maravilhosas e sempre soubemos compartilhar relações de afeto e de carinho. Porém, sabemos todos nós que essa não é realidade da grande maioria das pessoas. Lembro-me de que, quando eu era pivete e minha mãe ia costurar na casa de algumas pessoas importantes de Maceió, não podíamos passar da porta da cozinha e dormíamos num quatinho atrás da casa. Imaginem o que ocorre com milhares de mulheres hoje! Embora existam homens que também são empregados domésticos, a grande maioria é mulher. Meninas, às vezes, mocinhas ou mulheres são usadas sexualmente pelos homens da casa como se esse fato fosse algo absolutamente natural, o que é duro, perverso e vergonhoso para a sociedade de forma geral. Portanto, solidarizo-me com V. Exª. Espero que a Câmara dos Deputados possa estabelecer os mecanismos neces-

sários para resolver esse problema. Quando estávamos aprovando a nossa PEC da atenção à criança na educação infantil, lembrava-me de que muitas mulheres estão nas casas de outras mulheres cuidando das crianças enquanto seus próprios filhos estão sozinhos em casa, abandonados porque não têm com quem deixá-los. Aproveito também para mandar um beijo para o Sindicato de Empregadas Domésticas de Jundiá e Região, do núcleo do P-SOL, que me mandou uma camiseta muito linda, que inclusive já vesti no Senado. Saúde e parabênz V. Exª pelo seu pronunciamento, abraçando todas as pessoas que foram parte da minha vida, são partes da vida de muitas outras também e que nos ajudam a desbravar caminhos no mundo. Há algumas pessoas dando sustentação, afeto e carinho em nossas casas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o aparte da Senadora Heloísa Helena, que deu um brilho especial contando um pouco da sua caminhada. S. Exª também fez aqui a sua homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras da área doméstica.

Sr. Presidente, espero que efetivamente consigamos a aprovação. Senadora Heloísa Helena, veja bem que me refiro ao projeto de uma ex-Senadora – não dos nossos projetos. Lembro-me de que eu ainda era Deputado e que o Relator foi o Deputado Domingos Leonelli, da Bahia. O projeto acabou sendo aprovado por unanimidade, foi remetido ao Senado Federal e recebeu uma emenda, tendo retornado à Câmara – onde está em regime de urgência – e não é aprovado. Lembro que o referido projeto se encontra em regime de urgência. Está lá até hoje e é fruto de 10 anos atrás.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que ontem, 27 de abril, foi o dia da liberdade da África. Com o *slogan* Apartheid Nunca Mais, aquele importante país homenageia a luta contra o preconceito e o racismo em todo o continente africano.

Em meu pronunciamento, Sr. Presidente, faço uma análise longa da caminhada da África; faço uma análise do dia em que foi criada a Comissão de Reconciliação; faço uma análise do dia em que foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte na África do Sul; faço uma análise da escalada do maior líder da África do Sul, Nelson Mandela, e depois, Sr. Presidente, comento o crescimento da África nesse período.

Sr. Presidente, como meu tempo está se esgotando, peço a V. Exª que considere como lido na íntegra esse discurso em que faço um histórico detalhado, como dizia aqui, da importante luta contra o preconceito, o racismo, em todo o mundo.

Aproveitando os meus últimos minutos, peço também a V. Exª que considere como lida, na íntegra, a

análise que faço da decisão anunciada de que, enfim, a carne brasileira já não é vetada pelo povo da Rússia.

Quero também dizer que considero importante a luta existente no Rio Grande do Sul em defesa da soja e do arroz...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS)todo o pronunciamento. Espero que rapidamente o Governo tome medidas nesse sentido. Entendo que tanto o Ministério da Agricultura como também o Ministério da Reforma Agrária estão se movimentando de forma positiva, porque, sem sombra de dúvidas, há uma concorrência desleal. Vou dar só um exemplo, para V. Ex^{as} terem uma idéia: uma máquina usada na agricultura e produzida no Brasil custa aqui, vamos dizer, R\$130.000,00; ela atravessa a fronteira com a Argentina e lá, devido ao Mercosul, custa R\$100.000,00. Isso acontece em virtude dos tributos. Temos de encontrar uma saída para que os produtores brasileiros não sejam prejudicados por causa do Mercosul.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento em que aborda a suspensão do embargo às importações da carne brasileira e a produtividade de soja e de arroz no RS.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em setembro do ano passado foi anunciado veto russo à carne brasileira, em virtude da descoberta de um foco de aftosa no Estado do Amazonas.

As notícias veiculadas na imprensa dão conta de que aos poucos a Rússia está liberando a entrada da carne de alguns estados brasileiros, como Santa Catarina por exemplo, principal estado brasileiro fornecedor de carne para a Rússia.

O Ministério da Agricultura da Rússia anunciou nesta segunda-feira que irá suspender parcialmente o embargo às importações de carne de vaca e de porco do Brasil.

Essa é uma notícia muito positiva pois, segundo relata o Instituto de Mercado Agrário da Rússia, antes da proibição ao Brasil, do total de importações russas de carne bovina, 35% eram do Brasil, assim como 74% da carne de porco e 26% de frango, também eram brasileiras.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior aponta números bastante otimistas para as exportações na terceira semana de abril, uma soma de US\$2,180 bilhões e importações na faixa de

US\$1,285 bilhão. As exportações brasileiras em abril deste ano já superam em 42% o resultado de abril do ano passado.

O Ministério registra que todas as categorias de produtos mostram crescimento nas vendas externas, ratificando as expectativas do Governo de que a venda dos produtos básicos voltaria a crescer principalmente em função dos embarques de soja e de minério de ferro.

Agora eu quero falar do meu, do nosso Rio Grande do Sul. É muito triste ter que trazer os dados que mostram que a produtividade de soja no Rio Grande do Sul, por conta da estiagem que assolou nosso estado nos três primeiros meses do ano, é a mais baixa desde 1970. A Emater-RS constata uma quebra de 72,15% relativamente ao que se esperava inicialmente para a safra.

Eram esperados 8,3 milhões de toneladas e a produção total alcançou 2,3 milhões. A Emater-RS mostra que as 6 milhões de toneladas não colhidas leva o Rio Grande do Sul a ter uma perda de R\$3,3 bilhões apenas no que se refere à soja.

O Estado precisará importar pelo menos 3 milhões de toneladas de soja para abastecer o mercado e garantir a exportação industrial.

É uma lástima, Sr^{as} e Srs. Senadores, a maior estiagem em 40 anos. Ela deixou marcas profundas. Os produtores do sul perderam renda que eles podem demorar até três anos para recompor.

É possível que eles venham a recuperar as perdas econômicas somente na safra 2007/2008, isto se não sofrerem as mazelas de outra estiagem.

Os pequenos produtores perderam quase toda a produção, o que aumenta o risco do êxodo rural. O Governo Federal e os Governos estaduais estão avaliando a liberação de recursos que viabilizem uma renda mínima para os pequenos agricultores.

Mas é possível que os produtores de soja se recuperem mais rapidamente que os de milho e de arroz. A estiagem trouxe prejuízos sérios para essas culturas, principalmente para o arroz que sofre com o excesso de oferta nacional e com a entrada de produtos estrangeiros.

O Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou ontem o lançamento de leilões de Prêmio de Risco de Opções Privadas para arroz colhido no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com isso, o governo pretende assegurar uma remuneração maior aos produtores de arroz, que vem sofrendo perdas com a queda dos preços nas ultimas safras.

Eu estive em uma reunião, liderada pelo Ministro Aldo Rebelo, onde estiveram presentes outros Senadores, Deputados e Líderes dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul e pude perceber que estamos avançando, que os primeiros passos foram dados.

Sr. Presidente, este é o nosso Brasil, de diferentes climas, em diferentes lugares e no mesmo lugar também, pois ironicamente hoje o Rio Grande do Sul sofre com a chuva abundante que obriga os produtores a passar os grãos por secadores antes de serem armazenados.

Mas eu lhes peço meus nobres colegas que, a despeito das intempéries climáticas, coloquemos mãos à obra, vamos nos unir e trabalhar pelo bem da nossa gente, pelo crescimento da nossa Nação, pois certamente é para isso que fomos eleitos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de abordar outro assunto a respeito do pronunciamento em que destaca duas comemorações importantes no dia 27 de abril, Dia do Trabalhador Doméstico e Dia da Liberdade, data nacional da África do Sul.

Grande é a honra e a responsabilidade que sinto ao conversar com a classe dos trabalhadores domésticos, sobre o transcurso do Dia 27 de abril, Dia do Trabalhador Doméstico.

Neste momento provavelmente eles estão em nossas casas, cuidando para que esteja limpa e organizada, cuidando da nossa alimentação, ou então dos nossos filhos, zelando pelo nosso conforto.

Apesar de terem herdado o estigma da escravidão e de ainda não terem seus direitos plenamente assegurados, eles são trabalhadores e é como tal que devemos reconhecê-los.

Eu gostaria de pedir a cada cidadão brasileiro que dispõe dos serviços desse profissional que por favor pense por um minuto, "Se nós podemos estar cumprindo os nossos afazeres, é porque eles estão cumprindo suas tarefas diárias, é porque de alguma forma eles cuidam para que tenhamos tranquilidade em nosso trabalho"

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os trabalhadores domésticos somam mais de 6 milhões de brasileiros e cerca de 4 milhões dentre estes, recebem apenas um salário mínimo mensal. E, apenas 25% deles têm carteira assinada.

Esses profissionais não estão nos fazendo um favor, eles não podem ter seus direitos negados sob a alegação de serem "quase da família"

Vários projetos têm sido discutidos no sentido de reconhecer e ampliar os direitos dos trabalhadores domésticos, buscando sua inserção na proteção legal e previdenciária.

Temos, dentre outros, o Projeto do Senador Marco Maciel que inclui no FGTS os trabalhadores domésticos e rurais; o Senador Osmar Dias sugere nova regulamentação para as concessões de férias.

Existe também o Projeto da ex-Senadora Benedita da Silva, aprovado no Senado, encaminhado com urgência para a Câmara dos Deputados há mais de dez anos e que até hoje não foi votado. Este Projeto, PLC 41/91, de proteção ao trabalhador doméstico, garante ao trabalhador doméstico a maioria dos direitos hoje assegurados ao trabalhador não doméstico.

Com os Projetos de Lei do Senado, de minha autoria, nºs 64/03 que limita sua jornada de trabalho em 40 horas semanais e 177/03, que prevê a dedução no Imposto de Renda do valor pago pela pessoa física a esses trabalhadores, tento contribuir para que as mudanças que se fazem tão necessárias, ocorram e produzam o real entendimento desta, como uma profissão.

Trabalhadores domésticos, essa luta vale a pena e a vitória de vocês será a vitória daqueles que lutam pelos direitos humanos!

Eu acredito que a caminhada da humanidade é no sentido de construir um mundo mais igualitário, com mais justiça social, é com estes passos que nós chegaremos lá.

A luta pela igualdade racial por exemplo, traz uma alegria que me invade e que certamente está sendo compartilhada com milhões de negros no mundo todo e de maneira especial na África do Sul.

O País viveu em abril de 1994, o marco do fim de uma das maiores vergonhas mundiais, o regime do apartheid. A eleição multirracial na África do Sul, quando os negros finalmente alcançaram o direito de votar, determinou como data nacional da África, 27 de abril, o Dia da Liberdade.

A tortura imposta pelo apartheid ao povo negro em sua Pátria mãe foi degradante.

Conforme dados veiculados na imprensa, o apartheid, que defendia a separação física entre brancos e negros, tratou de empurrar os negros para regiões paupérrimas, para guetos. Tratou também de proibir o casamento inter-racial e não permitia que negros fossem donos de empresas.

Os negros tentavam reagir, buscando o auxílio de igrejas, sindicatos, partidos políticos e também mediante a ajuda de alguns poucos brancos. As sanções econômicas externas que a África do Sul passou a enfrentar, também contribuíram para a derrubada do *apartheid*.

Momento inesquecível para a nação negra do mundo inteiro foi a libertação do grande líder Nelson

Mandela que iniciou o processo de devolução da cidadania a mais de 30 milhões de negros.

A criação da Comissão de Reconciliação e Verdade, em 1995, objetivou tentar indenizar as vítimas do regime segregacionista.

Com o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento foi iniciada a construção da nova África do Sul, dedicada a derribar as relações sociais do *apartheid* e formar uma sociedade sem preconceitos, estruturada na igualdade.

Novos programas e políticas foram criados no sentido de melhorar a qualidade de vida de todos.

O Programa de Ação do Governo veio definir uma nova estrutura de Governo, com o estado centralizado no povo. A constituição e as Leis foram reestruturadas; o combate à corrupção foi implantado; todas as pessoas necessitadas e qualificadas passaram a ser atendidas pelo benefício do reforço da renda do pobre, anteriormente concedido com base no fator racial; os serviços sociais expandiram-se e seu acesso na área de eletricidade, água, saneamento, educação, saúde melhoraram sensivelmente.

A economia cresceu, gerando mais empregos, o crescimento real per capita aumentou mais de 1% ao ano, as empresas estatais estão sendo reestruturadas, as oportunidades econômicas crescem, enfim, é o horizonte de um novo País.

Mas, não obstante os avanços, temos que enfrentar, com muita tristeza, a realidade de que o mundo ainda precisa assegurar direitos aos discriminados, a fim de que eles sejam respeitados em sua dignidade.

No Brasil o preconceito racial percorre os tempos. Lima Barreto, escritor brasileiro, nascido no Rio, filho de mestiços, crítico feroz da mediocridade arrogante da burguesia, preocupado com as injustiças sociais tentou descrever o panorama social da misabilidade dos subúrbios. Sua obra parece refletir, muitas vezes, sua própria experiência, principalmente a dos negros e mestiços, que sofriam na pele o preconceito racial.

Em um de seus contos, intitulado O PECADO, que vou tentar narrar de forma sucinta, ele diz que;

Num determinado dia São Pedro despertou risinho e de bom humor e foi à repartição celestial buscar ordens do Supremo e saber que almas chegariam na próxima leva. São Pedro entrou e o escriturário responsável por fazer a escrituração das almas, tirava uma lista explicativa dos ex-vivos e entregava para São Pedro. Diferentemente do que sempre fazia, São Pedro resolveu desta vez, ler a lista e um nome em especial lhe causou espanto e estranheza:

“P.L.C., filho de....., neto de....., bisneto de.....
– Carregador, quarenta e oito anos. Casado. Honesto. Caridoso. Pobre de espírito. Ignaro. Bom como São

Francisco de Assis. Virtuoso como São Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo”

São Pedro deduziu que era uma alma extraordinária e merecia assentar-se a direita do Eterno e porque não ia? Resolveu perguntar ao escrivão, dizendo que na certa ele havia se enganado. O escrivão foi procurar o registro e encontrou a página própria. Releu as linhas de registro, P.L.C., filho de....., etc, quando de súbito olhou na linha das observações e disse para São Pedro: “Esquecia-me.... Houve engano. É! Foi bom você falar. Essa alma é a de um negro. Vai para o purgatório.”

Sr. Presidente, já descrevi inúmeras vezes nesta Tribuna o triste quadro da discriminação racial no nosso País.

O Estatuto da Igualdade Racial, Projeto de minha autoria, busca mediante um conjunto de ações e medidas especiais contribuir para a derrubada dos fatores que fortalecem essa lamentável constatação e contribuir efetivamente para assegurar direitos fundamentais, direitos econômicos e sociais dos afro-brasileiros.

Eu espero que sua aprovação possa em breve se somar à alegria que sentimos hoje pela comemoração que nossos irmãos africanos festejam.

Creio que eles devem estar rememorando hoje os momentos inesquecíveis do despertar da dor, da injustiça, da humilhação, do segregacionismo.

Imenso é o orgulho que sinto de vocês, imenso é o orgulho que tenho da nossa raça, da firmeza e da obstinação em vencer anos e anos de exclusão.

Tenho certeza de que meu grito, somado ao grito de todos os afrobrasileiros é:

“VIVA O DIA DA LIBERDADE, VIVA A NAÇÃO AFRICANA, VIVA A RAÇA NEGRA!”

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Defiro o pedido de V. Ex^a, na forma do Regimento.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carrepa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável quando for oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra a nobre Senadora Lúcia Vânia, por cessão do Senador Romeu Tuma.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Fundação Getúlio Vargas lançou, em meados deste mês, o novo Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade, IPC-3 I.

O objetivo do índice é medir como os aumentos de preços nos últimos 11 anos têm afetado o orçamento dos idosos. Segundo o IPC – 3 I, a inflação na terceira idade foi 18% superior à inflação do conjunto da população calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor.

O trabalho da Fundação Getúlio Vargas é da maior importância, pois vem mostrar ao País a realidade dos nossos idosos.

Ao contrário de envelhecerem com a dignidade que merecem, podendo usufruir de uma vida mais tranquila depois de anos e anos de trabalho, vêm, de repente, seus parcos vencimentos serem consumidos pela inflação.

O índice agora claramente apresentado pela Fundação Getúlio Vargas comprova que são os idosos que carregam nas costas o peso maior da inflação, em itens tão essenciais nesse momento de suas vidas.

Segundo o coordenador do IPC Brasil, André Furtado Braz foram exatamente os produtos que pesam mais no orçamento das famílias onde se incluem os idosos que tiveram maiores reajustes. Ele cita os medicamentos e os planos de saúde, as frutas, as hortaliças, as despesas com água, luz, gás e telefone. E salienta: enquanto de agosto de 2004 a dezembro de 2004 os reajustes para toda a população foram em média de 176,51%, a alta de preços atingiu 226,14% para as famílias nas quais 50% das pessoas têm 60 anos ou mais.

Em matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, o chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Néri, explica que o aumento da inflação para essa parcela da população pode ter propiciado o surgimento de uma inflação de demanda.

Segundo o economista, produtos voltados para esse grupo tiveram reajustes maiores. Para se apropriar desse aumento, uma parte do ganho de renda da terceira idade foi retirada por meio de uma inflação maior. Ele acrescenta: cerca de 16% de toda a renda apropriada pela população vem de aposentadorias, percentual que vem crescendo a cada dia.

Hoje, existem no país 18 milhões de aposentados e pensionistas e 60% dos benefícios desses aposentados correspondem a um salário mínimo.

Um exemplo concreto do quanto as aposentadorias dos idosos se tornaram fundamentais na renda familiar é o que já foi mostrado pela imprensa em

programas de televisão e reportagem de jornais e revistas. No Nordeste, famílias inteiras sobrevivem das aposentadorias no valor de um salário mínimo, pagas aos avôs, referenciados pelos filhos e netos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1997, quando eu era Secretária Nacional de Assistência Social, no Governo do Presidente Fernando Henrique, foi implantada a Lei Orgânica da Assistência Social, que ficou conhecida como LOAS. Essa Lei trazia em seu bojo o atendimento aos portadores de necessidades especiais e aos idosos.

Implantamos a LOAS em todo o País, com uma programação de ações que visavam ao bem-estar como ser humano integral e capaz de continuar fazendo parte de nossa sociedade. Entre essas ações, estava o benefício da prestação continuada, a universidade aberta, o programa nacional de vida ativa, o centro de convivência de idosos e a qualificação e a requalificação profissional.

A LOAS era mais do que o benefício previdenciário. Era uma série de medidas para incentivar o idoso a sair de casa, a continuar a fazer parte da sociedade, a participar das atividades voluntárias, a estudar, a praticar esportes, enfim, a sair da solidão. Depois de tantos anos de trabalho, o idoso pode e deve usufruir da sua aposentadoria, ainda que pouca, da maneira que melhor lhe convier.

É por isso que as notícias a respeito do aumento da inflação sobre a renda do idoso nos causam tanto pesar. Gostaria que o lançamento do índice de preço ao consumidor da terceira idade colaborasse para mostrar ao Governo e à sociedade o quanto esse segmento está sendo prejudicado, o quanto o Governo precisa estar atento aos aumentos de medicamento e dos planos de saúde principalmente.

Reforçam-nos essa esperança as palavras do chefe de Políticas Sociais, da FGV, Marcelo Néri, ao afirmar que a criação do índice é uma tentativa dar “uma face humana à inflação, por meio da observação de segmentos específicos”, para que a população possa estar atenta ao que está acontecendo.

Esperamos, pois, que os nossos idosos deixem de ser apenas estatísticas para se tornarem pessoas integrais com direitos respeitados, como preconiza a Lei.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a, nobre Senador Augusto Botelho, terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy, por permuta com o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o próximo domingo é 1º de maio, Dia do Trabalho, uma data da maior importância para os trabalhadores ao redor do mundo, momento de reflexão e protesto por condições dignas de salário e emprego. Mas hoje, dia 28 de abril, embora despercebido por muitos, também significa uma data de grande relevância, pois, em 28 de abril de 1969, ocorreu uma explosão na mina de Farmington, West Virginia, nos Estados Unidos, quando então morreram 28 trabalhadores mineiros.

Primeiro no Canadá, em 1995, em seguida em outros países, por iniciativa de sindicatos, federações, confederações locais e internacionais, a data passou a ser lembrada pela classe trabalhadora como um dia de clamor por condições favoráveis e seguras de trabalho. Em 2000, essa data foi estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho como o Dia Internacional em Memória das Vítimas em Acidentes e Doenças do Trabalho. Em vários países do mundo, como Espanha, Canadá, Taiwan, Portugal, Peru, República Dominicana, a data já foi incorporada ao calendário nacional. No Brasil, um Projeto de Lei do Deputado Federal Professor Luizinho, do Partido dos Trabalhadores, tramita no Congresso desde 2000, propondo a sua incorporação ao calendário oficial brasileiro.

Hoje cedo, na abertura do primeiro turno de trabalho de diversos países e notadamente em indústrias brasileiras, com o marcante mote “relembrar os mortos é lutar pela vida”, manifestações sindicais lembraram esta data, que dá visibilidade a uma problemática trabalhista das mais graves, que, antes de ser uma responsabilidade do trabalhador, como se entende nas denominações oficiais de “ato inseguro” e “falha humana”, é tema de ordem política e social que deve ser permanentemente trazido ao debate nacional.

Todos sabem que o maior ativo de uma organização é a capacidade de trabalho de seus empregados. A saúde do trabalhador e a saúde ocupacional são pré-requisitos essenciais para a boa produtividade e são da máxima importância para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável. A saúde física, emocional e mental é a ferramenta essencial ao pleno exercício de qualquer profissão. O trabalhador submetido a condições de trabalho desfavoráveis arrisca a sua integridade física e a dos seus companheiros, além de prejudicar o bom funcionamento da engrenagem produtiva. O trabalhador vitimado no trabalho compromete a dignidade da família pela falta do seu sustento, além de onerar o Estado.

A Organização Mundial da Saúde indica que os maiores desafios para a saúde do trabalhador, atualmente e no futuro, são:

- 1 – os problemas da saúde ocupacional, associados às novas tecnologias de informação e automação;
- 2 – as novas substâncias químicas e irradiações físicas;
- 3 – as novas biotecnologias e as transferências de tecnologias perigosas;
- 4 – o envelhecimento da população trabalhadora e as condições especiais para os portadores de doenças crônicas e de deficiências físicas, aí incluindo migrantes e desempregados;
- 5 – os problemas relacionados com a crescente necessidade de mobilidade dos trabalhadores, que passam a residir cada vez mais distantes dos seus locais de trabalho;
- 6 – o surgimento de novas doenças ocupacionais das mais diversas origens.

A Organização Mundial da Saúde relata ainda que anualmente, no mundo, acontecem entre acidentes e doenças funcionais adquiridas mais de 250 milhões de ocorrências, que levam ao óbito cerca de 1,3 milhão de pessoas. Pode-se afirmar que as doenças e acidentes de trabalho são, etiologicalamente, as principais causadoras de mortes na população mundial, superando em muito as guerras, a violência urbana e as epidemias por doenças.

O trabalhador brasileiro mais humilde, por temor do desemprego, ou mesmo por ignorância, não exige seus direitos como deveria e se submete, muitas das vezes, a condições ultrajantes de trabalho – jornadas excessivas e ininterruptas, falta de equipamentos e procedimentos de segurança, atividades repetitivas e desgastantes, exposição a agentes fisicamente danosos para a saúde, como irradiações, ruídos, produtos químicos etc. Fatores de risco indiretos, como baixos salários e o temor do desemprego, que causam no trabalhador tensão emocional, também representam consideráveis causas de acidentes laborais. Mencione-se que no Brasil o progresso científico, que já faz pesquisas com células-tronco e nanotecnologia, ainda há práticas laborais que vão desde os absurdos coloniais do trabalho escravo, tão lamentado pelo Presidente Lula, ao próprio uso da tecnologia, que se manifesta nas Lesões por Esforços Repetitivos – LER, em trabalhadores que utilizam equipamentos de informática por períodos demasiadamente ininterruptos sem a prática de exercícios laborais.

Ainda hoje, na CBN, ouvi uma entrevista com Heródoto Barbeiro, em que ele falava que atualmente, no Brasil, cinco horas ou mais por dia é o tempo médio de uso microcomputadores e que isso causa diversas lesões como LER e outras e, ainda, problemas na vista.

No Brasil, a história mostra que as relações e as condições de trabalho pouco têm favorecido a preservação e a promoção de saúde. Cotidianamente, os trabalhadores são desrespeitados em seus limites físicos e psíquicos e, por conseguinte, os acidentes e as doenças laborais prosseguem, causando vítimas, incapacitando e mutilando milhares de homens e mulheres em plena idade produtiva. Dados indicam que, em Campinas, mais de 25% de mortes por causa externa entre os homens decorrem diretamente de acidentes de trabalho.

Há cerca de dois meses, recebi a mensagem eletrônica de uma servidora pública do Distrito Federal – Srt^a Edinéia Freitas –, que, portadora de artrite reumatóide desde a juventude, formou-se bacharel em Direito e foi aprovada em concurso público para Fiscal de Tributos do GDF. Durante um de seus plantões em um dos postos de fronteira do Distrito Federal, em razão da falta de infra-estrutura do posto para receber profissionais com deficiência física, sofreu um acidente de trabalho que a levou à aposentadoria precoce. O que a jovem Edinéia pedia na sua mensagem era poder ser atendida na Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, o que, com justo merecimento, já está acontecendo. Imaginem a infinidade de brasileiros que, vitimados por condições desfavoráveis de trabalho, passam por angústia semelhante em razão das doenças e acidentes de trabalho.

Os números oficiais são de difícil análise, considerando-se, em primeiro lugar, o fato de não incluírem os trabalhadores do setor público, os trabalhadores informais – que já são praticamente majoritários no mercado de trabalho –, a não notificação e subnotificação dos acidentes e doenças do trabalho. Em segundo lugar, a alta incidência de fraudes nas declarações de acidentes e doenças laborais, comprovadamente identificadas e que visam à obtenção indevida do seguro pago pelo INSS, mascaram os números apurados a partir das concessões de benefícios. Infelizmente, essas fraudes têm exigido do Governo Federal ações enérgicas de fiscalização na concessão de benefícios. Como consequência dessa postura mais cautelosa por parte do INSS, ocorrem dificuldades para os trabalhadores que fazem jus ao benefício e que deveriam recebê-lo em rito sumário.

Os acidentes e doenças do trabalho são fortes fatores de exclusão social, na medida em que causam mortes, invalidez parcial ou permanente, precipitando

aposentadorias precoces, com a redução ou perda de renda de milhares de trabalhadores, muitos dos quais acabam sobrevivendo no mercado informal e de pensões do Governo, provocando um alto custo social e financeiro ao País, da ordem de R\$23,6 bilhões ao ano, equivalente a 2,2% do Produto Interno Bruto brasileiro. Desse total, R\$5,9 bilhões são gastos com benefícios acidentários, aposentadorias especiais e reabilitação profissional. Outro dado alarmante é que os acidentes de trabalho e as doenças profissionais têm tido uma incidência crescente sobre a população mais jovem.

A saúde do trabalhador e um ambiente de trabalho saudável são preciosos bens individuais, comunitários e das nações. Promover a saúde ocupacional é uma importante estratégia de governo, não somente para garantir o bem-estar dos trabalhadores, mas também para contribuir positivamente para a produtividade, a motivação e a satisfação do trabalhador e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Desejo render homenagem às vítimas dos acidentes e doenças do trabalho, conclamando a todos para que juntos busquemos garantir aos trabalhadores brasileiros as condições justas e favoráveis de trabalho, citadas no art. XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Terminou meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. PL – ES)

– Estará terminando em dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Então, em homenagem aos Senadores baianos, eu gostaria agora de ler um ofício ao Ministro Gilberto Gil, sobre a Bahia, Sr. Presidente.

No dia 22 de abril, ao visitar a Aldeia de Barra Velha, no Município de Porto Seguro, vizinho ao de Prado, junto às Vilas de Corumbau e Caraíva, observei que uma bonita biblioteca e centro cultural, concebida com base em motivação indígena, de cor vermelha, construída há cerca de quatro anos, (*) está desativada há dois anos está desativada há dois anos em razão de incêndio ocorrido numa festa junina. Na ocasião, houve a queima do telhado, que era de material facilmente inflamável. Felizmente, conseguiu-se salvar os livros, em que pese muitos terem sido molhados na hora de se apagar o fogo. Também foi preservada, quase intacta, a estrutura do prédio. Os livros foram transferidos provisoriamente para a escola indígena Pataxó, que fica próxima à biblioteca.

Explicou-me o Cacique Arurau, da Aldeia de Barra Velha, que o Ministério da Cultura reservou, em 2004, R\$30 mil para a restauração da biblioteca e centro cultural. Todavia, foi observado que para fazer a reconstrução

completa seriam necessários R\$60 mil. Sendo assim, os R\$30 mil recebidos foram parcialmente utilizados na construção de novas salas de aula e de alojamento para os professores, o que também se fazia necessário, devolvendo-se parte daquela verba.

Tenho a convicção, Sr. Ministro, que se tiver a oportunidade de ver aquela bonita biblioteca e centro cultural desativados em meio à Aldeia de Barra Velha, onde vivem dois mil índios pataxós, incluindo 310 crianças até 5 anos, segundo o levantamento de 2004, V. Ex^a de pronto tomará as providências para a reconstrução e reativação da mesma.

Eu gostaria de também informar que enviarei cópia deste ofício aos Presidentes da Funai, da Funasa e ao Governador da Bahia, porque, segundo o Cacique Arurau, o maior problema da aldeia são as limitações no que concerne à assistência à saúde por parte da Funasa, apesar da presença do médico a cada semana. Todavia, quando alguém fica doente, há muita dificuldade em se obter a medicação prescrita.

Fiquei feliz em conhecer mais um lugar tão bonito da sua Bahia, a praia e a vila de Corumbau, onde há belas e agradáveis pousadas como a de Vila Naiá, Paralelo 17, onde fiquei, graças ao convite da Sr^a Renata Melão, a Fazenda São Francisco, a Jokotoca, a Vila Segóvia, a Casa das Minas, a Pousada Pontal, o Canal do Pampa, Pousada Corumbau. Ali na vila há um poeta nato, filho de pataxó e de cabocla, Honorato Deocleciano do Carmo, que tão bem soube retratar o seu lugar e o seu povo, as principais formas de geração de riqueza como a pesca e o artesanato. Por isso, envio-lhe uma cópia do seu Canto Corumbau, recém e provisoriamente editado, cuja transcrição, na íntegra, peço, dada sua beleza, tão simples mas dita

de forma tão especial por este poeta Honorato Deocleciano do Carmo.

Ao relatar aos Senadores do Estado da Bahia: Rodolpho Tourinho, César Borges e Antonio Carlos Magalhães, minha visita à Aldeia de Barra Velha e a constatação da necessidade da reconstrução da biblioteca e centro cultural, quero dizer que os três Senadores assinaram o ofício.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Permite-me um aparte? Fui citado e quero dar uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Vou conceder mais três minutos ao Senador Suplicy, para que V. Ex^a possa dar, em aparte, uma explicação pessoal.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Eu só quero agradecer ao Senador Suplicy, em nome da Bahia e em nome dos três Senadores baianos, o seu interesse, a sua atenção com o nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Fiquei muito feliz de ter os Senadores Rodolpho Tourinho, César Borges e Antonio Carlos Magalhães assinando este ofício ao Ministro Gilberto Gil, para que possa o Ministro da Cultura, o quanto antes, providenciar a reconstrução dessa bonita biblioteca e centro cultural de Barra Velha. E aqui presto homenagem também ao Canto Corumbau, de Honorato Deocleciano do Carmo, que peço seja transcrito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUP LIC Y EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

CANTO CORUMBAU



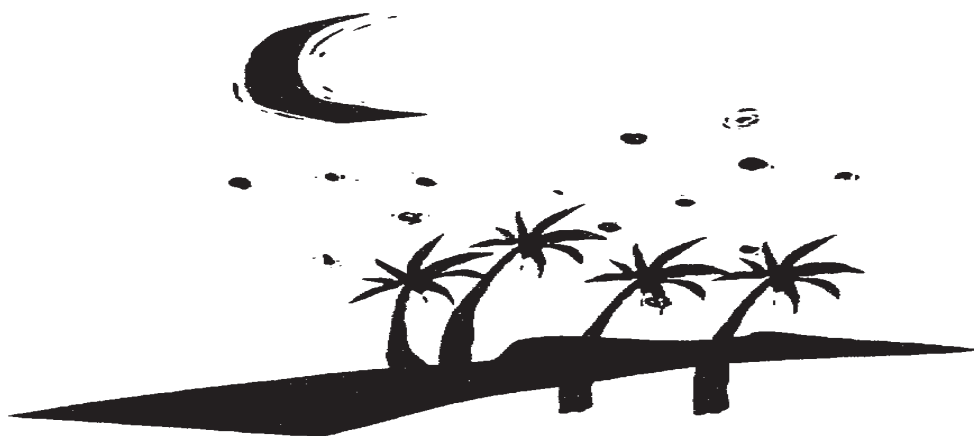
HONORATO DEOCLECIANO DO CARMO

CANTO CORUMBÁU

Poesia e Região

Lugar que se encanta





Uma língua de areia avança pelo mar desnudando o corpo: é a Ponta do Corumbau, indelével marca em quem a vê — e já de longe, lá longe, também se avista o farol, girando, farol antigo, daqueles de mar aberto, sinalizando perigos que se escondem nas paredes de corais sob o vasto mar.

Chão ancestral. Berço. Onde dorme o Monte Pascoal com seu terno perfil arredondado de morro gasto, gravado num arquivo remoto, fragmentos de memória sobre nós e nosso conturbado começo: aqui, lugar onde se fundiu o três-em-um da raça — branca, índia, negra — e dessa mistura única fez-se a impura e bela raça brasileira — ainda pulsa bem perto.

Na aldeia-mãe dos Patachós de Barra Velha vivem hoje perto de duas mil pessoas. Lá, os velhos conversam em tupi-guarani, os jovens seguem os rituais de seus antepassados — cantam e dançam nas festas e rituais coletivos — e quase todos produzem jóias vegetais para o sustento diário.

Tempos de paz e tempos sombrios permearam os dias daqueles que viveram e ainda vivem aqui. — Quem contará essa saga senão aquele que é o poeta para seu povo?



Baixo, magro, quieto, ele caminha firme, à frente; panturrilhas das pernas trabalhadas como as de um corredor profissional, mas ele é caboclo, pescador e poeta: Honorato Deocleciano do Carmo, 48 anos vividos na beira do rio Corumbau, onde nasceu em 1956, de pai índio e mãe cabocla, é quem assopra a brasa da memória de seu povo “para que não esqueçam, para que todos saibam a história deste lugar” — e então desfia seu canto corumbau em versos como quem vai tocando o barco na fluidez do rio.

Às vezes, Honorato se cansa: “Por que eu? Por que eu? Tem horas que eu fico estressado”, reclama o homem, nos intervalos, entre- versos. Mas, na calma, reconhece: “O melhor da vida é inventar poesia”.



Cultura do **CORUMBÁU**

poesias da região

Isto foi um grande sonho
Era o que eu mais queria:
escrever a história do meu lugar
em termos de poesia

Corumbau começou
na beira do rio em 1822
com uma população tradicional
Alguns índios Patachós
fazendo suas casinhas
encostado ao manguezal
Este era o desejo do povo
viver entre o mar e o rio
para facilitar a alimentação
Pegar peixe e camarão
siris, conchas e caranguejos

Engraçado os ranchos
todos parecidos com um só
Coberto com palha de marimbu
as paredes de xandó

Não existia depredação
os índios não tinham nem anzol
Olha agora
como os peixes sumiram
Antigamente os índios
matavam peixe com flexa
na beira do rio

Mas o tempo foi passando
gente de fora foi chegando
Com mais experiência
coqueiros foram plantando

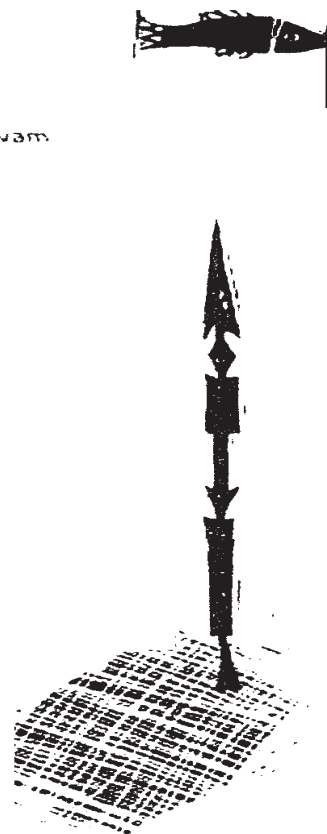
Viram que as casas de palha funcionavam
Os côcos
eles usavam nas moqueças de peixe
E os barracos
com palhas eles trançavam

Dava para ver
que as coisas
já se modificavam ...

Os índios já navegavam
mesmo sem ter ferpamentas
Com fogo
eles cavavam troncos
para fazer as canoas
As redes de tucum
com corda de imbirá
eles teciam

Remos eram varas
que eles navegavam
E trocavam
peixe por corda
remo por farinha
e outros objetos de que precisavam
Assim passava o tempo
sem ninguém perceber
Não sabiam no futuro
o que podia acontecer

Como em toda aldeia acontece
com gente que chega por lá
com o decorrer do tempo
começam a se misturar



Aqui em Corumbau
um lugar deserto
existia muito espaço
Começou então a exploração
com uma serraria de braço
Como não podia ser
o povo de fora veio fazer
casas de madeira

Como todos sabem
desmatar é grande depredação
Ninguém se importava
com este pedaço de chão
Ninguém sabia se era bom ou mau
por isso foram desmatando
a margem do rio

As terras eram dos índios
que pertenciam ao Estado
Começou a vir gente de todo lado
O primeiro comerciante
já estava bem equilibrado

Antigamente o Corumbau
era no Município de Porto Seguro
A vila já tinha muita gente
pensando no futuro
Então não queriam ver
seu lugar nos maltratos
Surgiu o segundo comerciante
E foi uma mulher
por nome de Maria de Honorato

Só existiu essa tragédia contada
Fora isso, era um lugar tranquilo
onde o povo morava

Os peixes dos pescadores
era ela quem comprava
e armazenava

Com muita gente da região
ela negociava
Vinham tropas do sertão
carregadas de mercadoria
e tudo ela comprava

É era o seu peixe
que eles compravam

É por muito tempo essa mulher trabalhou
na Vila do Corumbau
Tinha freguesia na Vila de Caraíva,
Porto Seguro
até no comércio do Monte Pascoal

Ela negociava
com os barqueiros vindo do norte
Cajalá e Camamu
Sem falar que na vila
se dava com todos os vizinhos
Ela comprava muita lousa (?)
pinga e muito vinho

Esta mulher tinha talento
Morreu, mas está viva na memória
daqueles que a conheceu

Ficou na história seus bons atos
Que Deus lhe proteja
aonde estiver
Maria de Honorato

Em 1964 o povo desta vila
ficou novamente preocupado

Vem a medição do Parque Nacional
reserva do Monte Pascoal
pegando do pé do Monte até o litoral
retirando todo o povo
da vila do antigo Corumbau
O povo ficou revoltado
mas não podia fazer nada:
o decreto foi
pelo próprio Presidente assinado:
Vocês terão que se mudar
para o outro lado da barra
aonde já é Município de Prado

Então esta gente que se sentia vítima
fez seu barraco ao redor do farol
e Corumbau foi crescendo

Um casal com sangue diferente
aconteceu depois
Por isso já não era mais
aquela raça pura que chegou aqui
na beira do rio Corumbau

— em 1822

Os índios Patachós foram iludidos
Vou pedir ao Supremo do Universo
que me ilumine para escrever estes versos
que contam o que aconteceu
na vida real com os inocentes
entre a aldeia e o rio Corumbau

Tudo se passou
so as malditas lembranças ficaram
Foram passando de pai para filho
até chegarem onde chegou

Vou escrever uma história
que aconteceu em 1951
até hoje me corta o coração
falar do povo meu

Os índios armados com flexas
E veio o plano maldito de dois bandidos
"nós estamos em grande grupo
em nós ninguém trisca
nos ficamos com o dinheiro
e os índios servem de isca"

Faltando espaço de meia hora

o comerciante foi avisado
mas o grupo já vinha no meio da estrada
Não deu tempo pra mais nada
O moço ficou apavorado
não podia correr e deixar a família
Pôs uma arma no bolso e ficou na porta
encostado

Quando os bandidos foram chegando
um chegou na frente
O homem atirou, mas o bandido se abaixou
ele era experiente
A bala atingiu um índio inocente

Os moradores da Vila
ficaram apavorados
Correram com suas famílias
cada qual para seu lado

Nesse tempo
o meio de comunicação
era uma linha de telégrafo
Tinha uma estação em Caraiva
distante quase três léguas

Em Corumbau trabalhava
um rapaz de Caraiva
Com precisão tomou a iniciativa
Correu para avisar
a Vila de Caraiva
Os bandidos espertos
mudaram então de sentido:
Monte num cavalo e pegue ele
senão estamos perdidos

O rapaz saiu correndo
com medo, muito assustado
Quando o cavaleiro se aproximava
ele corria para o outro lado
Até que chegou em Caraiva
sem ser pelo cavaleiro alcançado

Mas o pobre homem
ficou muito machucado
Com um tiro de espingarda no peito
e uma flechada do lado
uns trezentos metros foi arrastado
Mas escapou com vida
e pra cidade foi levado
O pensamento dos bandidos

foi novamente acionado
Mandaram cortar /
os fios do telégrafo

Cortaram os fios para o sul
para a cidade de Prado
mas para Porto Seguro
logo foi avisado

Desse dia em diante
começou o pesadelo
Os policiais fizeram justiça
e muita injustiça também
Cada dia que passava
eram mais tristes as notícias

Policiais despreparados
com sede de vingança
Maltrataram os índios
com muita ignorância
É o pior:
estupravam as índias
machucavam as crianças

Mas a luta continuava
de gente sem compaixão
Vendo sangue
dos primeiros brasileiros
deitado pelo chão

Esta cena tão cruel
de cortar o coração
muitos deles não aguentavam
caiam estirados no chão

Tudo isso se passou
nesta aldeia Corumbau
desprezada pelo tempo

Aldeia Patashô
não era registrada
Ai veio o exemplo
Para o índio não acreditar
em pessoas erradas

Os índios e o comerciante
ficaram muito machucados
Por culpa de dois bandidos
duas pessoas desalmadas
o povo da região
ficou muito tempo assombrado

Minerers e crianças
choravam de dor de
Cada dia que passava
as coisas ficavam pior

Sem ter onde dormir
por isso dormiam à toa
Enquanto na aldeia não existia
um pé de pessoa

Os índios se sentiam derrotados
vendo seus filhos sendo assassinados
Dentro de um cesto
sendo enterrados

Muitos pais morreram
com essa dor no peito cravada
Enquanto muita gente ainda acha
que os índios e que estavam errados

Veja só que polícia despreparada
É mal intencionada

Botavam selas nos pobres índios
e saiam montado

Quando não aguentavam mais
caiam no chão estirados
Nunca se viu tanta maldade
com esses inocentes,
cortados

sendo de esporas furados
por esses malditos soldados

Muitos deles escaparam
porque se esconderam nos brejos
quase morrendo afogado

Enquanto a polícia batia nos índios
os bandidos corriam
mas não puderam fugir
porque transporte não havia

A culpa condena
cada um sua culpa conduz
Os dois bandidos foram mortos a tiro
por um delegado
da Vila de Cumuruxatiba

por nome de Paulo Cruz
O povo da região
tinha se espalhado
Só faltou correr gente
pro Quilombo dos Palmares
Pouco a pouco foram retornando
pros seus lugares

Mas o comerciante se injunou
sumiu deste lugar
nunca mais ele voltou
Só as malditas lembranças
na sua mente ficou

Hoje os índios Patachós
já estão bem civilizados
mas nunca saiu da lembrança
esta triste história do passado

Quando os portugueses avistaram
a primeira terra do Brasil
tomaram muito vinho
fizeram um carnaval
pois sabiam que iam encontrar

Sei que os índios dormiam
nas suas ocas, em grande releso
Mas se os brancos
não tivessem vindo para cá
não haveria desmatamento

Os índios não desmatam
porque é dos rios e da floresta
que eles tiram seus alimentos

Sei que é um grande drama
papagaio rói o milho
e periquito leva a fama

Nós não somos feitos da água
nem do fogo, nem do ar
Somos feitos da terra
na terra vamos ter que morar
Moremos satisfeitos
morrendo no nosso lugar

As sementes que foram semeadas
com certeza não vão acabar
Isto que escrevi aqui
serve para qualquer pessoa
isso eu posso provar

Corumbau, poesia da região
autor: Honorato Decleciano do Carmo

Um projeto de Penata Bueno Mellão
edição de texto: Lucy Dias
arte: Ana Raquel

Corumbau, Bahia, outubro de 2004

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PT – ES) – Perfeitamente, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa o meu Ofício pedindo a retirada do Requerimento de Informações nº52, de 2005, que se motivou por denúncias jornalísticas a respeito do que pode ter sido, por parte de alguns Ministros, uma certa farra de diárias e passagens. Vários Ministros e Ministérios foram arrolados, bem como os seus secretários-executivos e assessores.

Eu estou aqui retirando este requerimento no que toca ao Ministro Luiz Fernando Furlan e ao seu Secretário-Executivo Márcio Fortes de Almeida, por uma razão muito simples. Primeiro, porque o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior se portou com uma transparência que fica cada dia mais rara neste Governo. O Dr. Márcio Fortes foi ao meu gabinete com uma carta explicando tim-tim por tim-tim as razões e as providências que foram tomadas, tais como devolução do dinheiro, depósito feito ou não, enfim. Ou seja, eu, lendo o que me escreveu o Dr. Márcio Fortes de Almeida, falando em seu nome e em do Ministro Furlan, vi que não tinha a menor razão de manter de pé o meu requerimento. Por isso, eu peço a inclusão, nos Anais, da carta do Dr. Márcio Fortes de Almeida, anuncio a retirada do requerimento e proclamo algo que como Líder de um partido de Oposição tenho a maior alegria de proclamar: se houver esse tipo de comportamento do Governo na direção da Oposição, o diálogo flui de maneira muito mais respeitosa. Uns dão desculpas, outros fingem que não ouviram. Este aqui não fingiu; ouviu, não deu desculpas, trouxe a justificativa e, portanto, eu quero parabenizar S. Ex^a e o Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por um gesto que a meu ver é sobretudo republicano.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Ofício nº 61/GM-MDIC

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Artur Virgílio
Senado Federal

Senhor Senador,

Dirijo-me a Vossa Excelência com relação ao Requerimento nº 52, de 2005, de sua autoria, tendo em vista notícia jornalística de 13 de fevereiro último, para prestar-lhe, antecipadamente, os esclarecimentos a seguir:

1. a emissão de bilhete aéreo, o cálculo e o pagamento das respectivas diárias para realização de missões no exterior se fazem com a necessária antecedência em relação ao início da viagem, concluindo a série de procedimentos legais para autorização;

2. os eventuais convites para hospedagem na residência dos Embaixadores são por eles feitos, na grande maioria das vezes, já às vésperas ou no mesmo dia da viagem, ou até na chegada ao exterior, inclusive quando já providenciada, pelo viajante, reserva em hotel local com garantia de pagamento de diária; ou seja, depois de completado o processo referido no item “1”;

3. nas situações como as descritas no item “2”, não terá havido irregularidade no momento mesmo do pagamento das diárias, pois ocorrido antes da formulação do convite.

Informo a Vossa Excelência que todos os reembolsos dos montantes a maior das diárias, em moeda estrangeira, a mim pagas, foram efetuados, inclusive com complementação relativa a diferenças cambiais, de modo a não haver indicação de qualquer prejuízo ao Erário. Sobre o assunto, tive o cuidado de determinar o envio de expediente à Comissão de Ética Pública.

Com relação ao titular desta Pasta, Ministro Luiz Fernando Furlan, no momento em viagem ao exterior, informo que também realizou a devolução dos valores a maior a ele correspondentes. Igualmente procedeu o Senhor Ministro em relação à Comissão de Ética Pública.

Coloco-me à disposição de Vossa Excelência para os demais esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente, – **Marcio Fortes de Almeida**, Ministro, interino, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira – Bloco/PL-ES) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, como já foi anunciado anteriormente, que falará para uma comunicação inadiável.

Em seguida o Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Para um comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Francisco Pereira, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pedi esta comunicação para ler aqui um texto do jornal **Folha de Boa Vista**, hoje publicado lá em Roraima, e que traduz o sentimento que é meu e do povo de Roraima. Também serve como um alerta para que o Governo atente para a atitude que está tomando ao fazer a demarcação da forma que está sendo feita, unilateralmente, desrespeitando o direito das pessoas que lá habitam, dos trabalhadores. Isso fará com que daqui um ano sejam expulsos todos os moradores da Vila do Mutum, do Olho D'água, do Soco e da Vila Pereira e os produtores de arroz, gerando a perda de aproximadamente 5 mil empregos no meu Estado, que é um Estado pobre. Repetindo que a maioria dos habitantes da Raposa Serra do Sol – os indígenas – é contrária a demarcação da forma que está sendo feita. É da coluna Parabólica da **Folha de Boa Vista**.

Bom dia.

Todo o discurso do Governo Federal (vocalizado principalmente pelos dirigentes da Funai), das Organizações Não-Governamentais e das instituições estrangeiras na fase que antecedeu à demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, foi baseado na tese de que a área contínua respondia a um clamor dos índios da região, e que apenas uma minora deles – segundo o discurso dessas instituições, manipulados por arroteiros – era contra. O mesmo argumento era utilizado em relação aos não índios, acusados de serem uma elite política envolvida em corrupção, e longe de representar a vontade da maioria da população de Roraima.

Embalado por tais convicções – e segundo um de seus ministros, para atender, entre outras coisas, aos reclamos da comunidade internacional –, o Presidente Lula da Silva, ignorando a posição do Congresso Nacional e do próprio Poder Judiciário, decidiu unilateralmente demarcar a reserva agredindo o bom senso, o interesse nacional, a vontade de milhares de índios e alvejando o futuro de Roraima.

Com base nessas convicções falsas, o Governo Federal montou um esquema policiaisco envolvendo menos de 100 agentes federais, que se imaginava suficiente para conter a “minoría” insatisfeita com a medida. A movimentação popular em Boa Vista, atraindo milhares de pessoas à Praça do Centro Cívico, o bloqueio de estradas e a aglomeração de milhares de índios na Maloca do Flexal – fazendo reféns agentes da Polícia Federal –, estão obrigando o Governo Federal a deslocar para Roraima um contingente do Exército estimado em 1.000 homens.

De toda essa movimentação, parece ir ficando cada dia mais claro que o Governo Lula da Silva avaliou mal a situação local e subestimou a capacidade de reação da população insatisfeita com a demarcação da Raposa/Serra do Sol de forma unilateral, ouvindo apenas a minoria dos índios. Em síntese, para persistir no erro, o Governo Federal está tentando sufocar o movimento legitimamente popular, que conta com a participação de milhares de índios e não índios.

Sem dúvida, diante da força bruta não será surpresa se o movimento for sufocado, mas ao usar soldados brasileiros – logo os militares, um dos últimos guardiões da nacionalidade – contra um movimento nitidamente nacionalista, o Governo Lula da Silva poderá estar lançando as sementes do ressentimento, que vai desaguar em luta fratricida com as consequências que todos sabemos.

É uma pena, em vez de estarmos escancarando as portas do território pátrio para a intervenção estrangeira poderíamos estar hoje conversando, e agindo no rumo do bem comum, com respeito aos direitos legítimos de índios e não índios. Bastaria para isso que tivesse prevalecido o bom senso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, proponho-me hoje a falar um pouco sobre política externa. Afinal de contas, tem sido montada uma máquina fabulosa de propaganda tentando dizer que seria competente a política externa do Presidente Lula.

Vamos ver então pormenores e esmiuçamentos disso que, com muito boa vontade, se pode chamar de política externa do atual Governo.

Em primeiro lugar, nasce uma Alca nas costas do Brasil, e o País, se quer contrariar os Estados Unidos, deve procurar a sério ingressar na Alca que está sendo montada nos acordos bilaterais dos Estados Unidos e todos os países da América do Sul, à revelia do Brasil.

Segundo, não avançou, em nenhum ponto, em nenhum milímetro nenhum acordo profundo entre Brasil e União Européia, e as contradições entre União Européia e Brasil, sobretudo por causa do protecionismo agrícola dos novos países que ingressaram na UE ultimamente, são muito maiores do que o contencioso entre Brasil e Estados Unidos no campo econômico.

Terceiro, o Mercosul se esfacelou; já não há Mercosul. A Argentina veta a presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Quarto, o Uruguai, candidato, por intermédio do Embaixador Rodrigues, à Organização Mundial de Comércio, não obteve o voto do Brasil. O Brasil fez críticas públicas ao Sr. Rodrigues, dizendo, de maneira leviana, que seria ele um representante dos países ricos contra os emergentes. E o Brasil não conseguiu tampouco o apoio do Uruguai. Ou seja, o Brasil, pura e simplesmente, foi desclassificado, por absoluta incompetência política, ao tentar a candidatura do competente e sério Embaixador Seixas Corrêa para a Direção Geral da OMC.

O povo brasileiro começa a perceber que há mais *marketing* e há pouco de seriedade e de consistência nessa política externa que está sendo praticada aí.

O mais é visita a ditadores, visitas permanentes a Cuba, que virou uma espécie de Disneylândia disso que a gente ainda pode chamar de esquerda brasileira. Virou uma Disneylândia. Vão a Cuba a toda hora; passam as suas férias em Cuba e na hora da votação de sanções a Cuba por agressões terríveis aos direitos humanos, fuzilamentos sumários inclusive, o Brasil se abstém, como se não tivesse nada a ver, como se fosse Pôncio Pilatos diante da execução sumária de seres humanos, que nem estavam querendo desestabilizar o regime de Castro; queriam, isto sim, fugir do regime de Castro na direção de um outro País.

Eu poderia, e posso, arrolar mais pontos no tempo de que disponho.

A aliança, que me parece emocional, com o Sr. Chávez. O Sr. Chávez deve ser visto como aliado brasileiro, sim, até porque, das grandes lideranças venezuelanas, ele é o único que tem efetivamente um certo apego ao Brasil. Dos grandes líderes venezuelanos, os demais todos são completamente pró-Esta-

dos Unidos e praticamente nenhum é pró-Brasil. Mas daí a essa relação sindical: “companheiro meu não pode ser desmoralizado”, essa coisa sindical, e não presidencial, que hoje une o Presidente Lula ao Presidente Chávez, que hoje está exorbitando, com uma milícia de 30 mil venezuelanos armados, a promover uma luta de classes canhestra e medíocre, que não avança na direção da consolidação da democracia na Venezuela, vai uma distância muito grande, entre uma necessidade e uma verdade.

Eu poderia dizer mais coisas ainda. O Presidente vai, sob aplausos gerais – as pessoas dizendo que ele fazia diplomacia presidencial muito bem, enquanto durou aquela mágica do operário que chegou à Presidência, só não se explica porque o operário, entre o fim do seu trabalho em fábricas e a sua ascensão à Presidência, não estudou, porque não se dedicou a entender os problemas brasileiros mais do que zanzar, viajando por aí sempre em busca de votos.

A verdade, Sr Presidente, é que dou apenas um exemplo. O Brasil faz só uma viagem ao Oriente Médio, uma viagem de negócios, segundo proclamavam os assessores da equipe presidencial. Muito bem, não visita, indo ao Oriente Médio, a Arábia Saudita nem Israel; logo, não fez negócios de monta com ninguém, essa é a verdade.

O Brasil insiste nessa coisa louca de ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU a qualquer preço. Anistia dívidas, assume posições contrárias à defesa dos direitos humanos, tudo isso se esquecendo de um detalhe só: depois dos tiros, do bombardeio unilateral do Presidente Bush contra o Iraque, acabou a ONU. A bandeira vanguardista, a bandeira progressista agora seria lutar pela restauração do esquema multilateral no cenário das nações e não entrar para o Conselho de Segurança, como membro permanente ou não, de uma ONU que não existe, que depende hoje do alvitre do Senhor Presidente dos Estados Unidos.

E mais ainda, a última, o Ministro, que considero um atrasado, o Sr. Samuel Pinheiro Guimarães; considero que não está no seu melhor momento o Sr. Celso Amorim, e considero grave, muito grave, que o Sr. Marco Aurélio Garcia fique exercitando essa sua sabedoria teórica, sem nenhuma experiência prática em matéria de política externa. E, mais ainda, ultimamente o Ministro José Dirceu virou chanceler plenipotenciário. Viaja pelo mundo inteiro, dando palpite sobre algo que ele não entende, que é política externa. E não sei se, na verdade, toda essa pantomima não vai resultar em prejuízo econômico de médio prazo para o Brasil. Porque, hoje em dia, na economia mundial de mercados globalizados, quem não tiver uma política externa

para valer, efetiva e que não seja marqueteira – não precisa se vestir de Rei Zulu coisa alguma na África. Traje de Presidente da República ou é o esporte normal ou é paletó e gravata. Esse é o traje de Presidente da República. O resto é fantasia.

O Presidente Lula precisa atentar para o fato de que seus sucessores poderão amargar graves problemas se não for encarado agora, para valer, com inteligência, com coragem, com seriedade, uma política externa realista, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lido o seguinte:

Ofício Nº 15, de 2005

Sr. Presidente,

Os Líderes abaixo assinados, de acordo com as normas regimentais pertinentes, e tendo em vista o que dispõe o inciso XIII do art. 103-B da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, vêm indicar, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal, o nome do Sr. Joaquim Falcão, **Curriculum Vitae** anexo.

Assinam: **Aloizio Mercadante – Arthur Virgílio – Delcídio Amaral – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Ney Suassuna – José Agripino – Sérgio Guerra.**

Curriculum Vitae

Nome: Joaquim Falcão

Data de Nascimento: 10 de setembro de 1943

RG nº: 1705250 (IFP/RJ)

CPF: 007344977-68

Filiação: Corinto de Arruda Falcão

Maria de Lourdes Saldanha de Arruda Falcão

Endereço Profissional: Fundação Getúlio Vargas

Praia de Botafogo, 190/13º andar – Botafogo

CEP: 22253-900

Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Fone: 21.2559-6065

E-mail: falcão@fgv.br

Formação Profissional

- Bacharel em Direito – 1966 (Prêmio de 1º lugar entre os formados)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

- Mestre em Direita – 1968

Harvard Law School.

- Mestre em Educação – 1977

Universidade de Genebra (Diploma em Planejamento Educacional).

- Doutor em Educação – 1981

Universidade de Genebra

- Pesquisador Visitante – 1999

Harvard Law School.

Atividades Atuais:

- Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

- Professor de Direito Constitucional da FGV Direito Rio.

- Membro do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

- Advogado no Rio de Janeiro – Carteira da OAB nº 16611.

- Consultor em Educação e Cultura.

- Colaborador regular dos jornais: **Folha de S.Paulo, Correio Braziliense, Jornal do Comércio** (PE) da Revista Conjuntura Econômica sobre os temas: Judiciário e Cultura.

- Membro do Conselho Editorial das seguintes revistas:

Cidadania e Justiça da Associação Nacional dos Magistrados.

Direito, Estado e Sociedade da Faculdade de Direito PUC RJ.

Plurima da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Revista Inteligência no Rio de Janeiro.

Revista Continente em Pernambuco.

- Conselheiro ou Membro das seguintes entidades:

Instituto dos Advogados do Brasil (RJ)/Instituto Hélio Beltrão (RJ)

Instituto Itaú Cultural (SP)/Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional (RJ)

Centro Cultural Yves Alves (Tiradentes, MG)/Faculdades Pitágoras (MG)

Publicações (Seleção):

• Livros em Direito e Política:

A Favor da Democracia – Editoras: Massangana / Bagaço, Pernambuco, 2004

Democracia, Direito e Terceiro Setor – Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004.

Mudança Social e Reforma Legal: Estudos para uma nova legislação do Terceiro Setor – Organizador com Carlos Cuenca, Ed. Conselho da Comunidade Solidária, Brasília, 1999.

Nordeste: Eleições – Organizador, Ed. Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1985.

Conflito de Direito de Propriedade: Invasões urbanas – Organizador, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1984.

Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho – Ed. Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1984.

Pesquisa Científica e Direito – Organizador, Ed. Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1983.

Sociologia e Direito – Organizador com Cláudio Souto, Ed. Pioneira, São Paulo, 1980.

• **Livros em Cultura:**

Dr. Roberto: 100 anos no esporte, na educação, na cultura, no jornalismo – Organizador com Arnaldo Niskier, Mauro Salles e Antonio Carlos Almeida Braga, Ed. Consultor, Rio de Janeiro, 2005.

O Imperador das Idéias – Gilberto Freyre em Questão – Organizador com Rosa Maria Barboza de Araújo, Ed. Topbooks, Rio de Janeiro, 2001.

E Triunfo? – A questão dos Bens Culturais no Brasil / Aloisio Magalhães – Organizador Ed. Nova Fronteira / Fundação Roberto Marinho – Rio de Janeiro 1997.

• **Artigos sobre Direito, Justiça e Judiciário (Seleção):**

Estratégia para a Reforma do Poder Judiciário – in Reforma do Poder Judiciário. Ministério da Justiça, Ed. Saraiva, 2005, no prelo.

Globalização e Judiciário: A internalização das Normas de Nomes de Domínio – in Conflitos

Sobre Nomes de Domínios e outras questões jurídicas da internet. organizadores: Ronaldo Lemos e Ivo Waisberg, Ed. FGV SP e Revista dos Tribunais Ltda, 2003, p. 15-36.

Direitos da Mulher Igualdade Formal e Igualdade Material – in o Cinquênário da Declarado Universal dos Direitos do Homem – Organizadores: Alberto do Amaral Junior, Cláudia Perrone Moisés, 1999, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

Meritíssimo Candidato – in Inteligência Rio de Janeiro, ano 1 nº 4, p. 83 a 89, 1998.

Juízes Candidatos – in Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros Cidadania e Justiça - Organizadores: Sérgio Cavalieri Filho e Jessé Torres Pereira Junior, 1998, Rio de Janeiro.

Acesso à Justiça: Diagnóstico e Tratamento – in Justiça Promessa e Realidade – Organização Associação dos Magistrados Brasileiros, 1996, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

A Crise da Justiça na Opinião (Divergente?) dos Profissionais e Usuários – in A Época. Reforma Constitucional uma publicação do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade de Direito da UFRJ, ano LXXXIX, nº 204, agosto de 1995.

O Desequilíbrio entre a Demanda da Sociedade Civil e a Oferta do Poder Judiciário – in São Paulo

em Perspectiva 1994, São Paulo, Revista da Fundação Seade, vol. 8, nº 2, p.26.

A Transformação dos Partidos e da Lei in Transformação 1993, Instituto de Ação Cultural (IDAC), Rio de Janeiro, Ed. Diferença, p. 65.

Democratización Y Servicios Legales en América Latina – in Derechos Humanos en América Latina. org. Hugo Frulisch, 1987, Santiago, Chile, e iii **Direito e Justiça – A Função Social do judiciário** – José Eduardo Faria (orgj, 1989, São Paulo, Ed. Atica.

Lawyers in Brasil – in Lawyers in Society organizador Richard Abel Philip Lewis, 1988, University of Califórnia Press.

Constituyente y Mobilización Social 1981, Montevideo, Revista del Centro Latino-Americano de Economía Humana nº 17.

Cultura Jurídica e Democracia: A Favor da Democratização do Judiciário – in Direito Cidadania e Participação. organizadores: Francisco Weffort e Bolívar Lamounier, 1981, São Paulo, T.A. Queiroz Editora.

Lawyers in Brazil: Ideais and Praxis 1979, International Journal of Sociology of Law 7, p. 355-375.

• **Artigos sobre Cultura e Educação;**

Um líder e seu projeto in Herança do Olhar : o Design de Aloísio Magalhães Senac -ArteViva, Rio de Janeiro, 2063.

A Comunidade como Patrimônio. in Arte em Toda a Parte. Prefeitura de Olinda, 2~ Edição, Olinda, 2002. **Patrimônio Imaterial : Um sistema Sustentável de proteção** in Tempo Brasileiro Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2001.

O Empresário e o Terceiro Setor – in Cidadania Participativa: Responsabilidade Social e Cultura num Brasil Democrático Rio de Janeiro, Ed. Texto & Arte, 1995, p. 65-77.

Política Cultural e Democracia: A Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -Estado e Cultura no Brasil. organizador Sérgio Micelli, 1984, São Paulo, Ed. Difel.

Política de Preservação e Democracia in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.20, Brasília, 1984.

Atividades Anteriores (Seleção):

• Professor e Diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1971 – 1972).

• Professor do Mestrado Integrado de Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (1977 – 1985).

- Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça (1985 – 1986).
- Membro da Comissão Constitucional Affonso Ari- nos.
- Trabalhou com Gilberto Freyre na Fundação Joaquim Nabuco, primeiro como diretor do Departamento de Ciência Política e depois como Superintendente de Documentação (1982– 1984).
- Trabalhou com o Ministro da Cultura, Celso Furtado, como Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (Patrimônio Cultural Brasileiro) (1986 – 1987)
- Trabalhou com Roberto Marinho como Secretário-Ge- ral da Fundação Roberto Marinho (1987 -2000).
- Professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (aposentado) – 2004.
- Membro de comissões de redação de Marcos Legais nas áreas de: Patrimônio Histórico Nacional (com Aloísio Magalhães), Nova Legislação Eleitoral (com Mm Carlos Mario Velloso), Patrimônio Imaterial (com Mm. Francisco Weffort e Unesco) e Re- gulação do Terceiro Setor (com Comunidade Solidária).
- Consultor e coordenador da área de direito no CNPq e na Capes, década de 70 / 80.

Medalhas (seleção):

- Ordem do Rio Branco.
 - Ordem do Mérito da República Portuguesa
 - Medalha de Mérito Judiciário, da Associação dos Magistrados do Brasil.
 - Ordem do Mérito Militar do Exército Nacional.
 - Medalha do Mérito Educativo do Governo Federal.
 - Medalha de Mérito Científico do Conselho Nacional de Pesquisas.
 - Medalha Pedro Ernesto da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.
- Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Dados Pessoais:

- Casado com Vivianne Falcão, tem três filhos: Manuel, João e Maria Eduarda Falcão
- Fala e entende fluentemente: Inglês, Francês e Espanhol

Abril 2005

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicado pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B, da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e para os efeitos do inciso II, do art. 5º, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, informo a

V. Exª, e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que: não sou cônjuge, companheiro, nem parente, em linha reta ou colateral, até o terceira grau, inclusive, de membro ou servidor do Senado Federal.

Brasília, **Joaquim de Arruda Falcão Neto**. ID 1705250 IFP/RJ.

Exmo Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicado pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B, da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e para os efeitos do Inciso III, do art. 5º, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaro a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, sob as penas da lei, que não sou sujeito passivo de cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, nem constam instaurados contra minha pessoa quaisquer procedimentos dessa natureza.

Brasília, **Joaquim de Arruda Falcão Neto**. ID 1705250 IFP/RJ.

Exmo Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicado pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B, da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e para os efeitos do Inciso IV, do art. 5º, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaro a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília, **Joaquim de Arruda Falcão Neto**. ID 1705250 IFP/RJ.

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicado pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B, da Emenda Constitucional nº 45, de 2004 e para os efeitos do Inciso V, do art. 5º, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaro a V.Exª e por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que renuncio ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer tribunal, durante o mandato e até dois anos após o seu término.

Brasília, **Joaquim de Arruda Falcão Neto**. ID 1705250 IFP/RJ.

Ilmo. Sr. Senador Renan Calheiros
D.D. Presidente do Senado Federal

Tendo sido indicado pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B, da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e para os efeitos do Inciso VI, do art. 5º, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaro a V.Exª, e por seu alto intermédio à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que renuncio ao direito de integrar lista para concorrer ao ingresso em qualquer tribunal durante o mandato e até dois anos após o seu término.

Brasília, **Joaquim de Arruda Falcão Neto**. ID 1705250 IFP/RJ.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O Sr. Francisco Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan CalheiroS. PMDB – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nos termos da Resolução nº 7, de 2005, que estabelece normas para apreciação das indicações para a composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público em face do que dispõe a Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

Sobre a mesa, projeto que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2005

Denomina “Aeroporto de Londrina – Governador José Richa” o Aeroporto de Londrina, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Aeroporto de Londrina – Governador José Bicha” o Aeroporto de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa tem por objetivo homenagear a figura de José Bicha, um dos mais ilustres homens públicos do Estado do Paraná. Nascido em São Fidélis (RJ) em 1934, foi, todavia, o Paraná a terra que adotou como sua aos cinco anos de idade, quando para ali se mudou com a família, e fincou raízes, desenvolvendo uma das mais brilhantes trajetórias políticas e

administrativas do Estado, com reconhecimento no plano nacional.

Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, o homenageado construiu, ao longo de cerca de quarenta anos de vida pública, uma extensa biografia, pautada por notáveis serviços prestados ao Município de Londrina, ao Estado do Paraná e ao Brasil.

Administrador público competente, líder político habilidoso e parlamentar atuante, José Bicha é motivo de orgulho dos paranaenses. Sua destacada e efetiva participação em momentos críticos da história política do País lhe rendeu o reconhecimento de toda a sociedade brasileira, em razão do que seu nome figura hoje no rol das grandes personalidades que o Paraná colocou em posição de destaque no cenário nacional.

José Richa começou sua vida pública e atividade política nos movimentos estudantis do início dos anos 1960, em cujo contexto logo se revelaria seu inegável talento e a inequívoca vocação para a política. Graças a esses e outros atributos, já em 1962 chegava à Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, exerceu dois mandatos consecutivos, ao final do que sagrou-se vitorioso nas eleições municipais de 1972 e retornou ao Paraná para assumir a prefeitura de Londrina.

Dali saiu para o exercício de mais um mandato parlamentar, dessa feita no Senado Federal. Após cumprir o mandato de Senador para o qual fora eleito em 1978, novamente retomou ao Paraná, agora para ocupar o mais alto cargo do Executivo estadual, que exerceu entre 1983 e 1986. José Richa teve, merecidamente, a honra de ser o primeiro governador eleito pelo povo para administrar o Paraná, após vinte anos de regime militar, sendo que, reconhecido por sua administração, foi novamente eleito Senador em 1987.

Como prefeito de Londrina e como governador do Paraná, José Richa mostrou competência, seriedade e espírito empreendedor. E, todavia, no campo político que o seu nome alcança a dimensão nacional reconhecida por todos os brasileiros.

Desde cedo, destacou-se no combate ao autoritarismo e na luta pela redemocratização do País, causas a que se dedicou com grande determinação, demonstrando extraordinária capacidade de articulação e notável habilidade nas negociações. Na defesa da liberdade de opinião e da participação da sociedade na condução dos destinos da nação, esteve ao lado de nomes importantes da história política do País, como Ulysses Guimarães, Mário Covas e Tancredo Neves. Político respeitadíssimo e influente no panorama político da época, foi um dos grandes líderes do Movimento Diretas Já, em 1984, mobilização que

teve papel decisivo no restabelecimento das eleições diretas para presidente.

É com orgulho, portanto, que propomos dar ao aeroporto de Londrina o nome de José Richa, de modo a perpetuar sua memória e expressar gratidão pelos seus feitos – não apenas em prol do Município e do Estado que ele administrou, mas também de toda a Nação –, em especial pela sua destacada participação no processo de redemocratização.

Esperamos, assim, contar com a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005. – Senador **Osmar Dias**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE 2005

Altera a Constituição Federal para dispor sobre os ex-Presidentes da República.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal para a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 82

§ 1º Cessada a investidura no cargo de Presidente da República, quem o tiver exercido em caráter definitivo e cumprido o seu mandato até o fim, bem como o que tenha a ele renunciado por razões de saúde, fará jus a subsídio mensal vitalício equivalente ao subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto no art. 37, XI.

§ 2º O subsídio de que trata o § 1º será estendido aos dependentes do ex-Presidente da República falecido, observadas as normas aplicáveis às pensões deixadas por servidor titular de cargo efetivo da União e o disposto no art. 37, XI.

§ 3º A representação judicial e extrajudicial dos ex-Presidentes da República de que trata o § 1º deste artigo em ações referentes a atos relacionados com o exercício do cargo será feita pela Advocacia-Geral da União.

§ 4º As normas de competência por prerrogativa de função aos Presidentes da República estendem-se aos ex-Presidentes da República de que trata o § 1º deste artigo. (NR)”

“Art. 89

.....

VIII – os ex-Presidentes da República a que se refere o art. 81, § 1º. (NR)

Art. 2º O disposto nesta Emenda Constitucional aplica-se aos atuais ex-Presidentes da República.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Temos, naqueles que exerceram o mais alto cargo do País, um gigantesco repositório de experiência política e administrativa. Esses homens e, em breve, mulheres, podem dar uma inestimável colaboração no debate das grandes questões nacionais, auxiliando na tomada das decisões importantes do País.

Tem sido cogitado atribuir a esses brasileiros uma cadeira vitalícia no Senado Federal. Isso, entretanto, não nos parece correto por ferir o princípio que, exatamente, levou a instituição da Câmara Alta do Congresso Nacional: a necessidade, em nome do equilíbrio federativo, de dar igualdade a todos os estados e ao Distrito Federal nesta Casa.

Assim, apresentamos a presente proposta de emenda à constituição, atribuindo aos ex-Presidentes da República, que exerceram o cargo em caráter definitivo e cumprido o seu mandato até o fim, bem como àqueles que tenham a ele renunciado por razões de saúde, assento no Conselho da República.

Trata-se, certamente, de opção que permite, sem qualquer ameaça à isonomia entre os entes federados, aproveitar a experiência daqueles que exerceram a Chefia do Estado.

Além disso, estamos a propor, também, que, em nome da garantia da dignidade que deve se exigir daqueles que personificaram a representação do Estado brasileiro, o retorno da pensão a ser paga aos ex-Presidentes República, em valor equivalente ao subsídio do Ministro do Supremo Federal, como existia anteriormente a Carta de 1988 e ainda é deferido as suas viúvas pela Lei nº 8.400, de 7 de janeiro de 1992.

Trata-se de permitir aqueles que ocuparam o mais elevado cargo do País manter a representação que a condição de ex-Presidente da República exige.

Para evitar qualquer abuso, determina-se a aplicação à matéria do teto remuneratório do serviço público

Finalmente, na mesma direção de garantir aos ex-Presidentes da República a dignidade do cargo, prevê-se que têm eles direito a serem representados judicialmente pela Advocacia-Geral da União nas ações referentes a atos relacionados com o exercício do cargo e que eles terão o mesmo privilégio de foro dos Presidentes da República.

Temos a certeza que essas alterações permitirão ao País dar o tratamento adequado que merecem os ex-Presidentes da República, sem ferir qualquer princípio constitucional.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos artigos 354 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a “Apurar Irregularidades Cometidas por Empresas de Seguros, Revendedores de Automóveis, Recuperadoras de Veículos e Oficinas de Desmanche de Automóveis em Relação aos Veículos Salvados, conforme Denúncia do Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”.

RELATÓRIO FINAL Nº 1, DE 2005-CN

Altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo, ainda, os artigos 126-A e 126-B.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumerado o seu parágrafo único, passando-o para § 1º, e acrescentados os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável ou desmontado, deverá requerer a baixa do registro no prazo de trinta dias, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

§ 1º A obrigação de que trata este artigo é do proprietário do veículo ou da companhia seguradora.

§ 2º Considera-se irrecuperável todo veículo que em razão de sinistro, intempéries ou desuso, tenha sofrido danos ou avarias na sua estrutura, capazes de inviabilizar a recuperação que atenda aos requisitos da segurança para a circulação nas vias públicas.

§ 3º O veículo acidentado, segurado ou não, será obrigatoriamente avaliado pelo agente do órgão fiscalizador, para constatar se é recuperável ou não, no momento da ocorrência do evento.

§ 4º Constatada por perícia técnica a irre recuperabilidade do veículo, proceder-se-á a

sua baixa automática no sistema nacional de controle de veículos automotores.

§ 5º Constatada por perícia técnica a recuperabilidade do veículo inicialmente classificado como irrecuperável, proceder-se-á a expedição de novo certificado de propriedade que conterà a expressão: “veículo recuperado”, após a reforma do veículo pelo proprietário ou pela seguradora, mediante nova perícia, que resultará na expedição do Certificado de Segurança Veicular.

§ 6º A baixa do veículo deverá ocorrer independentemente do pagamento de impostos, taxas e multas, que serão lançados de acordo com a ocorrência do fato gerador, observados os dados cadastrais pertinentes ao contribuinte.

§ 7º Na hipótese da ocorrência de grave exigir-se-á a liberação do ônus correspondente, no prazo de trinta dias, contados a partir da data do requerimento de baixa.

§ 8º O prazo previsto no art. 126, **caput**, conta-se da data do Boletim de Acidente de Trânsito – BOAT.

§ 9º Somente é permitida a comercialização, em separado, de peças de veículo baixado no sistema referido no § 4º, quando obedecida a regulamentação própria, a ser procedida pelo Poder Executivo, inclusive quanto às condições e procedimentos para seu recolhimento, depósito, controle e prensamento, quando for o caso.” (NR)

Art. 2º Acrescente-se, logo após ao art. 126, os artigos 126-A e 126-B, com a seguinte redação:

“Art. 126-A A baixa ao cadastro do veículo poderá ocorrer por iniciativa do órgão executivo de trânsito, quando o veículo estiver pendente de licenciamento por cinco anos, assegurando-se ao proprietário trinta dias de prazo para a regularização.

Art. 126-B O órgão de trânsito expedirá, logo após a baixa do veículo irrecuperável no sistema, certidão de baixa em caráter irrevogável e definitivo.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As alterações procedidas no art. 126, **caput**, da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997 e a inserção dos parágrafos constantes do Projeto são medidas que buscam melhor solução para os veículos obje-

to de sinistros. Ouvia-se os dirigentes dos órgãos de trânsito do País, sindicatos de recuperadoras de veículos e representantes das seguradoras. Não foi fácil a tarefa de encontrar o caminho ideal para tão tortuoso caminho.

Os dirigentes dos órgãos de trânsito, à unanimidade, postularam pela baixa definitiva e prensagem dos veículos sinistrados, indenizados integralmente pelas seguradoras.

No nosso sentir, o pagamento do veículo indenizado integralmente por si só não pode levá-lo a condição de irrecuperável. A relação do segurado com a empresa seguradora se reveste de condições comerciais inerentes ao negócio de seguros. Um veículo perfeitamente recuperável pode ser pago integralmente pela seguradora por razões de interesse do segurado. O segurado pagou o prêmio para não correr o risco de, na hipótese de uma colisão de grandes proporções, ter em mãos novamente um veículo recuperado. Ele quer um veículo novo e tem razões contratuais para isso. De outro lado, num País onde uma grande percentagem da sua frota é velha, seria um desperdício tremendo “pensar”, veículos seminovos, que poderiam ser recuperados.

Para a maior segurança de possíveis adquirentes dos veículos “recuperados”, determinou-se a inclusão no certificado de propriedade da expressão “veículo recuperado”. Essa inovação, que ao nosso ver é excelente, resguarda o novo proprietário do veículo sinistrado da possível conduta de má-fé do recuperador. De outro lado, o recuperador fica protegido de eventuais indenizações por vício redibitório. Não se poderá alegar desconhecimento da origem do veículo adquirido.

A obrigatoriedade da perícia, para a confirmação da recuperabilidade do veículo antes irrecuperável é uma medida importantíssima para equacionar os interesses das partes envolvidas e, ao mesmo tempo, resguardar o direito do consumidor, que ao comprar o veículo recuperado não será iludido na sua boa-fé.

Procurou-se minimizar a ação de grupos criminosos organizados que usam os documentos dos veículos sinistrados, para “legalizar” veículos objeto de furto e roubo. É um importante passo que se dá para conter a avalanche de furtos e roubos de veículos no País.

Uma vez que o Legislador deve levar em consideração, também, a dimensão dos aspectos econômicos e sociais impactados pela lei, não se pode deixar de considerar que hoje existem muitos empregados nos desmanches, além do que muitas peças, em perfeito estado, com alto valor agregado, podem ser reaproveitadas, inclusive com preocupações ecológicas e em face da escassez de recursos naturais. Isso tudo não obstante a necessidade de forte regulamentação e

fiscalização das oficinas que trabalham com veículos salvados, introduzindo-se, por via de regulamentação, a obrigatoriedade de procedimentos como a marcação de peças, a obrigatoriedade de emissão de nota fiscal de entrada, entre outros. Por isso, o projeto procura dar um disciplinamento conciliador e regulador entre a comercialização e a regular atividade do comércio de peças em separado.

Foram estabelecidos prazos para o cumprimento das inovações contidas no projeto. Não se fez a inser-

ção de norma de natureza penal no seu texto, uma vez que o ordenamento jurídico já contempla o estelionato, o furto, o roubo e a receptação.

É o que se pretende, com o presente Projeto de lei, que submetemos à aprovação dos ilustres pares, de quem se espera a acolhida e, se possível, o aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2005.

ASSINATURAS:

RFL - $3C_0 R_{00} \dots$

un separado

PP. RS

PFL - SP P. R. ...
PFL - PL D. R. ...

PFL-PI Date

DATE: 11/11/2011

- PSDR/GO

CARLOS WILSON

JAMES WILSON

[illegible]

FMDB & R. Bickarano

do veículo destinado à desmontagem, quando est

sucedarem ao proprietário.

.....

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PM)

– AL) – Com referência ao projeto que acaba de ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, informo que a mesma encontra-se em fase de análise jurídica e contábil, e deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, para aprovação dos acionistas.

lido, a Presidência esclarece ao Plenário que, por tratar de proposição de iniciativa da Comissão Mista

tramitará no Senado Federal como Casa iniciadora

obedecendo ao rito estabelecido nos arts. 142 e 1

Nesse sentido, o projeto será incluído em Ord

Nesse sentido, o projeto será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, para discussão em primeira

turno, quando poderão ser oferecidas emendas e

plenário.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável, ou definitivamente desmontado, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecida pelo Contran, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

Parágrafo único. A obrigação de que trata este artigo é da companhia seguradora ou do adquirente

do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem ao proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao projeto que acaba de ser lido, a Presidência esclarece ao Plenário que, por se tratar de proposição de iniciativa da Comissão Mista, tramitará no Senado Federal como Casa iniciadora, obedecendo ao rito estabelecido nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.

Nesse sentido, o projeto será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, para discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas em plenário.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 168/2005

Brasília, 26 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Amir Lando, passará a integrar a Vice-Liderança da Maioria, em vaga existente, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 129, de 2005 (nº 214/2005, na origem), de 19 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola;
- Nº 130, de 2005 (nº 224/2005, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia;
- Nº 131, de 2005 (nº 225/2005, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas; e
- Nº 132, de 2005 (nº 226/2005, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira

de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, aviso que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lido o seguinte:

AVISO DA MINSITRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

- Nº 79/2005, de 11 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.479, de 2004, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS

- Nº 336/2005, de 11 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.300, de 2004, do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Ideli Salvatti.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/27/2005

Brasília, 19 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada em 29 de março p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 309, 1.276, 1.282, 1.326, 1.327, 1.347,

1.372, 1.381, 1.392, 1.412, 1.428, 1.431, 1.480, 1.486 de 2004, 10, 29, 30, 45, 52, e 77 de 2005

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O **Ofício nº 27, de 2005**, da Comissão de Educação, que acaba de ser lido, comunica a aprovação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 30 e 52, de 2005**, dentre outros.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado em plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Até o presente momento, não chegou ao conhecimento desta Presidência entendimento das Lideranças para votação do Item 1 da pauta.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 232, de 2004), que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

Relator Revisor:

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor.

(Pendente de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

3

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

4

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 1999

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotam crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacio-*

nal em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

Parecer favorável sob nº 10, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Antero Paes de Barros enviou a V. Exª solicitação sobre a decisão da Mesa com relação ao ofício vindo do Sr. Procurador-Geral da República quanto à ação que está sendo apurada no Supremo Tribunal Federal sobre pedido que eu e o Senador Jefferson Péres ajuizamos. A informação que obtive é que V. Exª daria a resposta nesta sessão. Gostaria de saber de V. Exª se estou correto. V. Exª já tem essa resposta?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, o prazo para que a resposta seja dada se encerra exatamente amanhã, quando encaminharei a resposta ao Procurador-Geral da República. Amanhã mesmo, S. Exª receberá o ofício datado e assinado por mim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O prazo para V. Exª responder o ofício encerra-se amanhã, quando V. Exª estará enviando o ofício. Mas, V. Exª ficou de responder à questão de ordem levantada pelo Senador. Não seria possível responder agora? Ou temos que saber pelo jornal?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A questão de ordem será respondida, Senador Pedro Simon, sobretudo pela resposta – desculpe-me a redundância – que daremos ao Procurador-Geral da República, quem, na verdade, pediu a remessa dos documentos.

O Senador Antero Paes de Barros, ao levantar questão de ordem, apenas reiterou o que o Procurador-Geral da República havia pedido. De modo que, ao responder ao Procurador-Geral da República, concomitantemente estaremos respondendo ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se bem que poderia ser ao contrário: ao responder, na sessão, ao seu colega de Casa, o Senador Antero Paes de Barros, V. Exª estaria respondendo ao Procurador, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, quando tomei posse aqui – V. Exª se recorda –, fiz questão de dizer que

tínhamos de estabelecer os exatos limites de cada um. E lembrei que não dava para o Governo governar legislando, nem tampouco o Legislativo legislar governando. Não vamos solapar a competência do Ministério Público. Se eu tiver que dar uma resposta ao Ministério Público, tenho que dá-la, em primeiro lugar, ao Ministério Público. Dar a César o que é de César.

O Senador Antero Paes de Barros, na verdade, fez um discurso, defendeu, segundo o argumento que expôs aqui brilhantemente, a necessidade que S. Ex^a entendia das respostas. E eu estou dando a resposta no exato prazo que a legislação brasileira me confere.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo o meu pronunciamento hoje lendo um pensamento de um pastor protestante, um líder religioso alemão, nascido em janeiro de 1892, que viveu o holocausto em seu país, tendo sido prisioneiro num campo de concentração. As palavras dele são as seguintes:

Um dia vieram e levaram o meu vizinho que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia, vieram e levaram o meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram; já não havia mais ninguém para reclamar...

Sr. Presidente, começo exatamente com essas palavras para chamar a atenção da Nação para um problema localizado no meu Estado, mas, como dizia o pastor, espero que os brasileiros das outras regiões não pensem que é um problema apenas dos roraimenses, somente daqueles homens e mulheres da Amazônia que vivem ali.

Quero aqui fazer uma lembrança, porque esse assunto foi objeto de uma comissão externa do Senado, uma comissão oficial do Senado, que foi ao meu Estado para estudar a questão da demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol. E o Relator dessa comissão, Senador José Agripino, foi nada mais nada menos que o Senador Delcídio Amaral, que hoje é Líder do Bloco de Apoio ao Governo. Essa comissão foi composta por cinco Senadores: eu, que era seu Presidente, o Relator, o Senador Augusto Botelho, o Senador Jefferson Péres e Senador Romero Jucá.

Pois bem, estivemos lá, como estivemos também, por causa de conflitos, em Santa Catarina, no Mato Grosso do Sul, em Rondônia. Especificamente no caso de Roraima, apresentamos um relatório feito pela Consultoria Legislativa do Senado, com muita competência, baseado nos documentos e nos depoimentos que pudemos levantar, indicando para o Poder Executivo uma fórmula de demarcação daquela área que atenderia todos os que moram naquela região, todos os que moram em Roraima, todos os que moram na Amazônia e no Brasil.

A Câmara dos Deputados fez trabalho semelhante: formou uma comissão externa cujo relator, coincidentemente, foi uma pessoa do PT, o Deputado Lindberg Farias. E as conclusões da comissão da Câmara foram idênticas às da comissão do Senado Federal.

Levamos esse relatório ao Presidente da República e, paralelamente, entramos na Justiça com um pedido liminar numa ação popular que já estava sendo movida por três advogados de Roraima. Nessa ação popular, a Justiça federal constatou que todos os procedimentos que levaram ao laudo antropológico que fundamentou a portaria que delimitou aquela área, Raposa/Serra do Sol, eram fraudulentos, que todos estavam eivados de vícios. Constatou-se, inclusive, falsidade ideológica, com documentos assinados por terceiros, com motoristas nomeados como se fossem técnicos agrícolas e outro tipo de servidores nomeados como se fossem agrônomos. Enfim, os peritos chegaram à estupefata conclusão de que a coisa era uma fraude só. Mesmo assim, conseguimos que o juiz, antes de julgar, concedesse uma liminar para suspender a publicação de um decreto do Presidente que havia sido anunciado pelo Ministro da Justiça.

A Advocacia Geral da União, a AGU, e a Fundação Nacional do Índio, a Funai, recorreram dessa liminar do juiz; o TRF, aqui, através da Desembargadora Selene Maria de Almeida, manteve a liminar. Depois, foi ao STJ, que também a manteve. Enfim, foi ao STF, e a Ministra Ellen Gracie Northfleet manteve a liminar, mandando que não se demarcasse aquela área enquanto não se analisasse, pormenorizadamente, a questão levantada na ação popular que já havia sido objeto da análise dos peritos.

Muito bem. Nisso, o Procurador-Geral da República entra com um pedido no Supremo, argumentando que se tratava de um conflito federativo e que, portanto, a competência para o julgamento da ação popular não seria da primeira instância, mas do Supremo.

Isso se arrastou e, em seguida, a AGU entrou com um pedido – o Ministro havia acatado a argumentação de que era um conflito federativo – solicitando a suspensão das liminares. No momento em que o

Congresso e a Justiça estavam de recesso, ele casou as liminares da primeira instância e do TRF. Com isso, abriu-se um vazio para que pudesse haver a demarcação na marra.

Avisados disso, entrei com uma medida cautelar, pedindo que não houvesse a demarcação enquanto não se concluísse o julgamento do feito. A Ministra Ellen Gracie, de novo, concedeu uma liminar para impedir qualquer decreto, qualquer ato que pudesse resultar na demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol antes da análise do mérito.

Há poucos dias – se não estou enganado, no dia 14 –, o Ministro-Relator levou a matéria para ser discutida e para se decidir se a competência do julgamento da ação seria da primeira instância da Justiça federal ou do Supremo.

Quanto a essa parte preliminar, o Supremo acatou que era sua a competência. Em seguida, o Ministro disse que havia recebido uma comunicação do Ministro da Justiça. O Ministro-Relator do Supremo recebeu um comunicado do Ministro da Justiça dizendo que havia sido revogada a Portaria nº 820, que teria dado origem a toda aquela questão judicial, e que teria sido editada uma nova medida. O Ministro, baseando-se apenas em uma informação, disse, complementando o seu relatório, que teriam perdido objeto todas as ações, a ação popular e as adjacentes, pois que a Portaria nº 820 havia sido revogada. O Supremo acatou e decidiu pela perda de objeto.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a informação era mentirosa, porque a portaria não havia sido publicada. Somente no dia seguinte ao julgamento do Supremo é que a portaria foi publicada. Portanto, a portaria não existia legalmente. O Supremo foi induzido a cometer um erro e, ao cometer esse erro, deu ensejo a que o Ministro, no outro dia, publicasse a portaria e o Presidente assinasse o decreto demarcando a Reserva Raposa Serra do Sol, contrariando a tudo e a todos, a começar pelos índios que moram lá na reserva. A maioria dos índios que estão lá não quer essa demarcação – não são esses índios que estão aqui mobilizados por forças ocultas, índios de Estados diferentes, estou falando dos índios que moram lá na Reserva Raposa Serra do Sol.

É preciso dizer que, em Roraima, essa é a 35ª reserva que está sendo demarcada. Portanto não pense o resto dos brasileiros que estamos brigando por causa de uma reserva indígena ou que queremos ser malvados com os índios.

Teimaram os assessores do Presidente, à frente o Sr. Márcio Thomaz Bastos, que se julga, talvez, professor de Deus. Recusaram-se a aceitar a argumentação da maioria dos índios e da maioria dos habitantes

da região, que não são índios, e também a aceitar a recomendação das comissões externas do Senado e da Câmara dos Deputados. Houveram por bem demarcar dessa forma.

Hoje estamos em pé de guerra em Roraima, apesar do alerta quanto a essa possibilidade. Na comunidade indígena do Flexal, cerca de dois mil índios fizeram quatro policiais federais reféns porque não aceitam essa demarcação. E outras comunidades também estão rebeladas, como a do Contão e a dos Ingaricós.

Sr. Presidente, há mais. Estive lá esta semana para fazer uma visita *in loco*. O que está ocorrendo em Roraima, de fato, é uma intervenção federal –, não foi decretada pelas vias legais, mas há uma intervenção de fato.

Trouxe fotografias, eu fui lá. Tenho em mãos uma fotografia minha mostrando que, ao chegar de carro a uma barreira montada em uma rodovia estadual, fui abordado por uma policial federal e por uma policial rodoviária federal. Mesmo tendo me identificado – saí do carro e me identifiquei –, queriam saber aonde eu iria. Perguntei-lhes por que teria de dizer aonde iria se estamos em um regime democrático de Direito e por que o direito de ir e vir não estava mais sendo respeitado. A resposta foi que estavam em operação especial, ao que respondi que estavam em uma rodovia estadual a quilômetros de distância da reserva demarcada. Apesar disso, a delegada pediu a documentação do carro – tenho outra foto registrando o momento em que a documentação foi exigida.

Perguntei à delegada com base em que esse tipo de ação estava sendo feito. Disse-me ela que estava obedecendo a um plano estratégico.

Sr. Presidente, essa reserva, que fica na ponta do Estado de Roraima – esta parte vermelha –, está a quilômetros de distância de onde estão acontecendo essas barbaridades intimidatórias da população do meu Estado. Apenas esta área do mapa está marcada de vermelho porque foi demarcada recentemente. No entanto, todo o restante, em amarelo e em verde, são reservas indígenas.

Cinquenta por cento do meu Estado hoje são reservas indígenas. A população indígena do meu Estado é de apenas 8%, sendo que 80% moram nas cidades – na capital e nas sedes dos Municípios. Nessa própria reserva indígena, o Prefeito do Município de Normandia, eleito pelo PSB, é índio. A Prefeita de Uiramutã, que está no miolo da reserva, é neta de índio. O Vice-Prefeito de outro Município que fica mais ao norte, na cidade de Pacaraima, também é índio. Vários Vereadores são índios e têm curso superior. Tudo isso foi desconhecido.

Portanto, podemos perguntar: baseado em quê e a serviço de quê está sendo feito esse tipo de coisa no meu Estado?

Tenho o prazer de dizer que, graças à decisão deste Senado, foi constituída uma nova comissão temporária externa para ir a Roraima e levantar a real ação que está sendo feita nessa operação intitulada pela Polícia Federal – não sei se pela Polícia Federal, mas é o nome que esta vem usando – de *upataqon*, que, na linguagem macuxi, quer dizer “nossa terra”. Mas os índios de lá já a complementaram, batizando-a – não sou versado em macuxi, mas vou tentar ler – de *upataqon amarunpa-ba toya*, que, traduzido para a língua portuguesa, significa “roubaram a nossa terra”.

Portanto, essa é uma operação que não vi nem na época da ditadura militar. Não entendo a existência de uma barreira dentro da cidade de Boa Vista, que dista vários e vários quilômetros da reserva indígena. Há outra barreira na saída dessa rodovia estadual, que também dista vários quilômetros da reserva, e outra dentro da cidade de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. E lá já existem Polícia Federal e quartel do Exército.

O que está sendo feito em Roraima é uma operação de guerra psicológica e de intimidação dos cidadãos de bem daquele Estado. Não posso deixar de registrar, neste Senado, minha indignação, devidamente documentada e fotografada.

Não posso compreender que o Governo de um Presidente que veio do movimento social, do movimento sindical, que se notabilizou por fazer passeatas, greves, comícios, respalde essa ação que está inibindo a população de manifestar o seu inconformismo com a decisão. Ou será que a população de Roraima não pode dizer que não concorda?

Houve um comício em Boa Vista, em um fim de tarde, que reuniu cerca de 15 mil pessoas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Em seguida, Senador Arthur Virgílio.

Mas eu já soube que o Presidente Lula teria avaliado com seus assessores que Roraima só tem 250 mil eleitores e que, portanto, que se lixe a população. Só que cada habitante de Roraima tem pelo menos meia dúzia de amigos em outros Estados. Eu mesmo tenho, morando no Pará, minha mãe, duas irmãs, três sobrinhos. Pelo menos esses votos serão adicionados aos votos daquele contingente eleitoral de Roraima.

Não posso aceitar que sejamos afrontados dessa forma e que um Presidente da Funai valha mais hoje no País do que os Senadores e os Deputados Fede-

rais, do que o Governador, do que os índios, que não concordam com a decisão.

Isso realmente me lembra coisa não só do regime militar brasileiro, mas também do tempo de Stalin, na Rússia, em que se tiravam populações de um lugar para outro, de acordo com a conveniência.

Ouç o aparte do Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, veja V. Ex^a que esse tema é tão delicado e se arrasta há tanto tempo que a pressa pode ter sido uma pressa meio “colorida”, ou seja, aquela coisa do Collor de resolver tudo na marra, sem medir as conseqüências todas no seu entorno. O Senador Wirlande da Luz, o Senador Augusto Botelho e V. Ex^a têm tomado posições muito claras a respeito desse tema. E não estou aqui sequer para opinar sobre o mérito da posição que V. Ex^{as} adotam, mas apenas para registrar que o Governo que se vangloria tanto, que tanto se jacta de dialogar, dialogar, dialogar, inventou aquele tal Conselho de Desenvolvimento Social, que virou um convescote, com passagens para lá e passagem para acolá – convescote, para que fique claro para o nosso povo, é piquenique, para ir para o anglicismo –, e não conversou com ninguém, pelo que vejo. Eu dizia, ainda há pouco, para o Deputado Eduardo Paes, que estava nos visitando, que este Governo é tão complicado que, até quando supostamente toma uma atitude que parece beneficiar os índios, contraria-os. Ele conseguiu contrariar a sociedade envolvente e os índios. Se quiser um exemplo maior de desastre, aí está. Se fosse para chegar a isso, teria de haver uma conversa muito detida, de modo que as partes perdedoras entendessem, aceitassem e se curvassem, ou um acordo, ou um meio termo – sei lá o quê. O fato que me estarrece, Senador Mozarildo Cavalcanti – V. Ex^a tem razão em estar com a sua revolta à tona –, é que houve surpresa em Roraima e os índios, todos os dias, demonstram que não estão satisfeitos. Meu Deus, o Governo que sempre aspirou, pela demagogia, a conquistar popularidade unânime está, pela incompetência, atingindo a reprovação unânime. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sou eu que agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Com serenidade, V. Ex^a fala muito bem. A decisão aconteceu apesar de todas as informações contrárias. Havia informações, sobejamente, de todos os índios, dos Prefeitos – inclusive a Prefeita de Uiramutã é do PT e também não quer esse tipo de demarcação –, da Comissão oficial do Senado Federal e da Comissão oficial da Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que também havia informações dos setores militares que são nacionalistas.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Mozarildo Cavalcanti, veja V. Ex^a como age este Governo: por um lado, não cuida da saúde da população indígena, permitindo a lamentável morte de crianças por desnutrição e falta de cuidados médicos; por outro lado, pratica um ato altamente discutível, que não agradou, como V. Ex^a disse, a ninguém, e pode prejudicar a geração de emprego e renda no seu Estado. E tudo foi feito para, de certa forma, compensar pretensões de populações indígenas. Definitivamente, este Governo não sabe o que quer! E V. Ex^a, na ânsia de procurar estar presente na solução equilibrada do problema, teve sua autoridade, de certa forma, contestada. Manifesto a V. Ex^a a minha absoluta solidariedade à contestação de sua autoridade, que repilo à altura, e à solução que – creio – não atendeu a ninguém. A questão indígena merece um debate profundo e sensato, além da relação íntima das populações indígenas e seus interlocutores com a sociedade organizada, o Congresso brasileiro e o Poder Executivo, dentro de um clima de respeito, porque, na verdade, não existe respeito real na relação das populações indígenas com as autoridades. O que existe é um misto de erro com paternalismo. Às vezes, erra; às vezes, age com paternalismo. Dessa forma, não se vai chegar a lugar algum. Com essas palavras exprimo solidariedade a V. Ex^a, em face da postura que V. Ex^a se conduz nessa questão e em tantos assuntos relativos ao seu Estado. Lamento, porém, que V. Ex^a tenha deixado o nosso PFL. Se estivesse no nosso Partido, talvez estivesse sendo mais respeitado pelas autoridades que o admoestaram na rodovia de seu Estado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, pediria mais um tempinho para ouvir o Senador Augusto Botelho, que me pede um aparte também.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Augusto Botelho, pediria permissão apenas para, continuando o que disse aqui o Senador José Agripino, parafrasear o nordestino, que diz que ninguém se perde no caminho da volta. Muito obrigado.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero ressaltar que, com essa medida; 800 famílias serão atingidas, e eles acham que é pouca gente, mas, para nós, é muito. Essas 800 famílias terão que ser removidas das suas casas, da Vila do Socó, Mutum, Água Fria e Pereira, inclusive pessoas casadas com índios, homens e mulheres casados com indígenas, que já estão na segunda e

terceira gerações. Eles dirão que não expulsam ninguém, mentindo como fazem sempre em relação à política indigenista lá em Roraima. Mentem sempre. Dirão que não vão botar ninguém para fora. É mentira. Todos que vivem na Vila de Pacaraima já receberam ação de despejo, independentemente do que sejam: índio, comerciante, todos receberam ação de despejo. Há o caso histórico do Sr. Cabral, que é casado com uma indígena, tem bisneto índio, e foi posto para fora duas vezes; agora recebeu o segundo mandato para desocupar a área onde vive lá no Amajari; vendeu todo o seu gado para poder vir a Brasília se defender. Porque é assim: você se defende lá em Roraima, perde e eles recorrem para cá. Geralmente o povo não tem dinheiro para vir recorrer aqui e perde a questão. Acho que o Presidente Lula está desrespeitando o nosso Estado, está maltratando as nossas pessoas; e, no ano que vem, quando essas pessoas perderem os seis mil empregos que serão extintos quando quebrarem a principal atividade econômica do meu Estado, que é a cultura do arroz, terão que se lembrar quem são os responsáveis: Márcio Thomaz Bastos e Lula. Espero que não haja nenhuma morte nesses conflitos que estão se formando no meu Estado, porque S. Ex^{as} serão responsabilizados aqui nesta Casa pelo que acontecer com as pessoas, índios e não índios. Meu povo é pacífico, mas não agüenta ficar sendo pisado, escamoteado, desrespeitado como está sendo em Roraima. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, agradeço o aparte do Senador Augusto Botelho, bem como as palavras do Senador Heráclito Fortes.

Poderia ainda entrar em muitos detalhes sobre esse assunto, mas vou encerrar, pedindo aos brasileiros de outros Estados que encarem esse problema como um problema do Brasil. Essa é a 35^a reserva demarcada num Estado onde 50% da sua área é de reserva indígena, 42% estão sob o domínio do Incra, e sobra para o Estado 8% da sua área territorial.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Encerro, lendo novamente a mensagem desse pastor protestante, para que se lembrem que o problema não é apenas de Roraima:

Um dia vieram e levaram meu vizinho, que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho, que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia, vieram e levaram meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram; já não havia mais ninguém para reclamar.

Portanto que todos os brasileiros se sintam ro-
raimenses e pensem que essa causa é de todos os
brasileiros. Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Ca-
valcanti, o Sr. Renan Calheiro, Presidente,
deixa a cadeira da presidência, que é ocupa-
da pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-
Presidente.*

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros.
PSDB – MT.) – A Mesa informa que concedeu cinco
minutos a mais do que o tempo normal, em função da
relevância do assunto abordado pelo Senador Moza-
rildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agri-
pino, como Líder do PFL, por 20 minutos, para uma
comunicação de interesse partidário, nos termos do
art. 14, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder.
Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.
Senadores, Senadora Heloísa Helena, cumprimento-
a, inicialmente, pela aprovação da PEC de autoria de
V. Ex^a, para a qual modestamente o meu Partido deu
uma contribuição, que garante educação pré-escolar
às crianças do Brasil.

A iniciativa de V. Ex^a beneficiará um mundo de
crianças que terão a oportunidade de começar melhor
a sua vida. São iniciativas como a que V. Ex^a toma
que trazem efetiva contribuição para que este País se
torne mais democrático e que as instituições sejam
mais sólidas.

Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo talento, perti-
nácia e pela vitória de ontem.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Sabe V.
Ex^a o quanto, na posição de Líder, juntamente com o
Senador Arthur Virgílio, V. Ex^{as} foram essenciais para
a aprovação desta matéria e já tive a oportunidade
de agradecer da tribuna o papel importantíssimo que
exerceram. Espero e tenho certeza, pois V. Ex^a já me
disse isso, assim como o Senador Arthur Virgílio e vá-
rias lideranças desta Casa, como o Senador Cristovam
Buarque, a Senadora Patrícia Gomes e a Senadora Lú-
cia Vânia, que virão conosco à Câmara dos Deputados
para discutir a idéia de forma absolutamente sincera
e transparente. Afinal, aqueles que foram derrotados
aqui e acabaram, pelo rebuliço de suas bases, a Base
do Governo, votando favorável – V. Ex^a viu que a apro-
vação foi por unanimidade – agora estão fazendo todo

tipo de terrorismo, criando obstáculos diversos para
tentar impedir a aprovação dessa matéria na Câmara.
Então, estou confiante na autonomia da Câmara em
não se submeter de forma serviçal aos interesses de
uma ou outra liderança que, por vaidade ou o que quer
que seja, não queira aprovar essa matéria. Portanto,
agradeço o papel desempenhado por V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador
José Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço o
Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Se este
Governo não aprovar na Câmara a PEC de autoria da
Senadora Heloísa Helena, o apelido que daremos a
ele – o próprio Governo – será Governo Papão, aquele
que quer comer ou mesmo matar as criancinhas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador
Arthur Virgílio, papão lembra pão. E, na minha breve
palavra de hoje, vou me referir um pouco a pão e a
Maria Antonieta.

Antes de chegar à palavra referida pelo Senador
Arthur Virgílio, gostaria, inicialmente, de dizer a V. Ex^a,
Sr. Presidente, Senador Antero Paes de Barros, que, a
par de me regozijar com a vitória da PEC da Senadora
Heloísa Helena, que é uma PEC do Brasil, manifesto
minha mais profunda preocupação com ações de Go-
verno ocorridas esta semana.

Senador Arthur Virgílio, o Presidente Luiz Inácio
Lula da Silva proferiu esta semana duas pérolas. Re-
ferindo-se a juros, Sua Excelência fez duas afirmações
que me causam profunda inquietação, uma inquietação
cívica, sincera, real. Referindo-se a juros, Senador Mo-
zarildo Cavalcanti, Sua Excelência, o Presidente Luiz
Inácio Lula da Silva, disse: “Juros altos não atrapalham
o crescimento”. Disse mais referindo-se a juros altos,
dando um carão na classe média – isso está reporta-
do na imprensa inteira do Brasil faz dois dias –: “Você
precisa levantar o traseiro do banco ou da cadeira e
procurar sua alternativa de banco para barganhar um
juro melhor”.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a é um dedicado
às questões macro e microeconômicas e eu também
procuro sê-lo, modestamente, por dever de ofício, por
interesse. Preocupo-me, Senador Arthur Virgílio, Se-
nador Heráclito Fortes, V. Ex^{as} que já foram, ambos,
Prefeitos de capital, o Senador Arthur Virgílio de Ma-
naus e o Senador Heráclito Fortes de Teresina. Eu fui
Prefeito de Natal, como fui Governador, comandeí um
Executivo, como V. Ex^{as} comandaram e sabem, como
eu sei, Senador Antero, que um Prefeito ou um Go-
vernador comanda um grupo de secretários que têm
interesses divergentes.

Senador Eduardo Suplicy, o Secretário de Obras tem interesse em fazer o que puder e o que não puder, por realização pessoal ou profissional, porque essa é a função dele; e, para fazer, tem que gastar. O Secretário de Finanças ou da Fazenda tem o dever de arrecadar. Quanto mais, melhor. O Secretário da Fazenda é avaliado dia-a-dia pelo volume de arrecadação que ele opera. O de Obras, não. O de Ação Social, não. Mas o da Fazenda, o de Finanças é avaliado todos os dias. E eles são acordes? O Senador Heráclito Fortes sabe que não. Se o da Fazenda puder bloquear o Secretário de Transportes, bloqueia, porque a tarefa dele é arrecadar e guardar o dinheiro. E ele é afrontado pelo Secretário que gasta. Se você deixar este Secretário gastador livre para agir, ele gasta o que tem e o que não tem. A quem cabe a tarefa de harmonizar? Quem deve ser o maestro? O Prefeito, o Governador ou o Presidente da República.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a sabe, porque já foi Prefeito de Manaus – e bom Prefeito –, que, para ordenar uma equipe, precisa conhecer um pouco dos assuntos das diversas Pastas. Não precisa ser médico, mas tem que conhecer as carências da Saúde para poder dar o toque de equilíbrio na ação de saúde do município que governa. Não precisa ser um *expert* ou um professor para administrar a educação da cidade; não precisa ser um mestre-de-obras, com carimbo, para administrar as obras de que a cidade precisa; nem precisa ser um cobrador de impostos profissional, mas tem que ter o bom-senso, o equilíbrio, um conhecimento de causa mínimo para estabelecer o equilíbrio das relações entre os Secretários. É preciso ter conhecimento; é preciso saber das coisas, saber do que se está falando até para ser respeitado pela sua equipe. Do contrário, ela não o leva a sério.

O que me inquieta? A opinião dada por Sua Excelência, o Presidente da República, sobre a taxa de juros. Sua Excelência disse que as pessoas deveriam levantar o traseiro e procurar o banco a, b ou c na busca de uma taxa de juros melhor.

Será que Sua Excelência não sabe que o cidadão não tem essa alternativa! Que não vai adiantar nada ele levantar traseiro algum para procurar baixar em 0,1% ou em 0,2% a taxa de juros que ele paga, aliás, por empréstimo que é obrigado a tomar, porque a renda está baixa?

Será que o Presidente da República não sabe que para baixar os juros é preciso que alguém diminua a taxa Selic, e quem a aumenta ou a diminui é o Governo, e é Sua Excelência quem comanda o Governo?

Será que o Presidente da República não sabe que se baixam os juros diminuindo o compulsório dos bancos, e só quem pode fazê-lo é o Banco Central,

que recebe ordens, por não ser autônomo, do Presidente da República?

Será que Sua Excelência não sabe que se baixam juros se se baixa a carga tributária sobre as operações financeiras, que são cobradas pelo Governo que Sua Excelência comanda – quem comanda é Sua Excelência, sem precisar levantar ou baixar traseiro algum?

Parece que Sua Excelência não sabe nada disso!

Isso me preocupa, Senador Arthur Virgílio! Um comandante de governo tem a obrigação de saber coisas mínimas. Sou engenheiro, não sou economista, sou um mero Senador; porém, o dever do ofício me leva a uma consciência de coisas mínimas para estabelecer o equilíbrio de minha palavra.

V. Ex^a sabe o que me preocupa? É a palavra vã do Presidente. O Presidente da República, se não lê, deve ter informações acerca do monumental lucro do Banco do Brasil, que é de propriedade da República Federativa do Brasil, da qual Sua Excelência é o Presidente. Se Sua Excelência não sabe, alguém deve ter lhe dito do monumental lucro obtido pela Caixa Econômica Federal. Sua Excelência poderia, se quisesse ter autoridade para a sua palavra, chamar o Presidente do Banco do Brasil e dizer-lhe: “Vá baixar a taxa de juros do cartão de crédito do Banco do Brasil e dos empréstimos pessoais. Baixe-as, porque não é preciso tantos lucros para o Banco do Brasil!” Sua Excelência teria um pouco de autoridade para dizer ao cidadão que fosse procurar o banco a, b ou c! Mas, se nem no Banco do Brasil Sua Excelência sabe como baixar a taxa de juros e se Sua Excelência não se dispõe a mandar baixá-la – coisa que Sua Excelência poderia: mandar fazer, ou seja, baixar a taxa de juros do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do BASA e do BNB –, com que autoridade Sua Excelência vem falar em levantar ou baixar traseiro para o cidadão ir atrás de baixar, pela competição com o banco privado a, b ou c, a taxa de juros?

Sabe o que me preocupa nisso tudo, Senador Arthur Virgílio? É uma coisa que percebo e que a sociedade brasileira está percebendo: o Presidente Lula começa a ficar cada vez mais distante do povo, distante da realidade.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a ouviu falar em Maria Antonieta, a última Rainha da França? A que precedeu a Revolução Francesa e que terminou decapitada? Maria Antonieta era uma dondoca: Rainha da França. Emplumada – não sei se bonita, média ou feia, mas vaidosíssima –, cheia de pó-de-arroz, com pintas artificiais, perucas à vontade; Rainha da França, distante do povo. Num dado momento, chegou-lhe um conselheiro e disse-lhe: “Majestade, o povo está reclamando da falta de pão”. E aí vai a menção que

fiz quando o Senador Arthur Virgílio falou do papão, lembrei-me do pão. Sabe qual foi a reação de Maria Antonieta, Senador Arthur Virgílio, quando o conselheiro – conselheiro como V. Ex^a – disse a Sua Majestade que o povo estava reclamando da falta de pão? Ela, distante do povo que era, sem conhecimento de causa para governar, disse ao conselheiro: “Não têm pão? Por que não comem brioche?!” Brioche, Senador Arthur Virgílio, era, como é hoje, o pão dos ricos. Se o povo não tinha pão, que dirá brioche!

O Presidente Lula está receitando soluções absolutamente inconcebíveis por desconhecimento de causa e dos problemas reais vividos pelo cidadão comum. Sua Excelência não sabe quais são as alternativas que tem e a sua verbosidade começa a soltar soluções sem consequência. É isso o que me preocupa: estarmos sendo governados por um Presidente que começa a falar muito mais do que deve e dizer coisas que não têm nenhuma consequência e que trazem à sociedade a inquietação decorrente disso, ou seja, de estarmos sendo governados por uma pessoa despreparada em um momento de dificuldade.

O Presidente da República tinha que ter consciência da questão econômica para falar coisa com coisa, e não dar uma de Maria Antonieta, receitando em vez de pão, brioche. Negativo, Senador Heráclito Fortes! Não é por aí! Os juros estão altos? Tem de baixar o compulsório, a taxa Selic, a taxa de juros do Banco do Brasil, e não dizer “Vá, de esquina em esquina, levante o seu traseiro e busque uma taxa menor”. Não é por aí! Isso só faz piorar a situação, porque leva a quem pensa neste País a ter a consciência absoluta de que estamos sendo governados por um despreparado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro que sim. A V. Ex^a, ao Senador Arthur Virgílio, e ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está, no mínimo, sendo injusto com o seu Vice-Presidente da República. Façamos justiça ao Dr. José Alencar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – S. Ex^a, o Vice-Presidente, é um sensato cidadão que, há muito tempo, vem preconizando a baixa da taxa de juros.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Desde o primeiro dia de Governo, S. Ex^a bate de porta em porta atrás de uma solução para os juros. S. Ex^a tem sido exatamente um baluarte nessa questão; não tem sido ouvido – e é vizinho do Presidente. Então, não é questão de sentar traseiro ou de levantar traseiro, mas de se levantar e encarar essa questão com seriedade, atendendo mais aos anseios da população, aliás, expectativas criadas por ele próprio em campanha, e não

querer jogar na conta do povo o insucesso pela possibilidade de baixa de juros. Lamento a desatenção com o Vice-Presidente da República, porque, desde o dia em que assumiu, tem sido um defensor da queda de juros do País, que considera insuportável para o seu desenvolvimento. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com muito prazer, ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, V. Ex^a, com aguda percepção, traça um quadro da banalização da palavra do Presidente, que revela, afora a grosseira, um despreparo singular: confunde política monetária com nádegas. No fundo é isso. Não precisa nem estar em alguma escola de economia para se saber que nádegas são uma coisa e política monetária, outra. A confusão é explosiva, inadequada. Mas quero voltar à Maria Antonieta. Também as dondocas e os dândis da Monarquia brasileira bailavam na ilha fiscal quando às ruas saía, vitoriosamente, o movimento que proclamou a República. Ou seja, parece que o poder entorpece algumas pessoas, sobretudo as menos preparadas, menos adequadas ao seu exercício, inebriam-se com a bajulação dos elogiadores profissionais. Daí a alternância de poder ser uma grande coisa para a democracia e para o ser humano que exerce o poder, porque é muito bom levar um tranco de repente e, de vez em quando, o povo dizer que é preciso mudar sim, porque o povo vai conhecendo, com o tempo, todas as faces de todos os grupos que possam oferecer alguma solução para o País. V. Ex^a está de parabéns pelo discurso inteligente que faz. Na verdade, tenho uma notícia para dar a V. Ex^a. Acaba de sair, Senador José Agripino, uma notícia ruim: apesar de todo esse aumento de Selic, de todo esse aperto monetário, a inflação avança para 0,86%. Estava em 0,85%, em abril, o IGPM, Índice Geral de Preços de Mercado. É pouco o aumento, mas significa a maior taxa desde agosto de 2004, ou seja, isso é prenúncio, tamanha a ortodoxia do Copom, de que daqui a pouco vem mais aumento de taxa Selic. O Presidente Lula acha que não tem nenhuma importância aumentar Selic, que dá para crescer assim. E vem mais arrocho sob a forma de mais retenção de crédito. Antigamente, ele ia para cima dos bancos. Os bancos eram os culpados, os vilões do PT Oposição. O vilão do PT Governo, agora, é o traseiro do povo brasileiro. E haja paciência para suportarmos aquilo que, na condição de democratas, temos o dever de fazer, ou seja, suportar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Arthur Virgílio, eu já sabia desse dado, já sabia que a inflação quase que tinha dobrado de março para abril. E é a razão do meu pronunciamento, porque este Governo só sabe combater inflação com taxa de juros alta. Só tem esse remédio. E o que está acontecendo, nos últimos três, quatro meses, é emprego e atividade industrial em queda, por conta de juros altos. E, agora, com a inflação não debelada, em alta, tenho receio de que a equipe econômica, que é o que resta de competência neste Governo, entre em parafuso e não tenha um comandante à altura para indicar o norte a seguir. Essa é a razão do meu pronunciamento, porque eu estava sabendo que a inflação, medida em São Paulo, estava em processo de crescimento, quase dobrou. E, daqui para frente, os remédios ortodoxos adotados até agora não vão surtir efeito. E não temos um comandante à altura para adotar os remédios que possam produzir o que a sociedade espera e deseja.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, é importante que V. Ex^a faça essas considerações sobre um tema da maior relevância: a condução da política econômica. Em verdade, quando o Presidente Lula expressa seu sentimento de uma forma que as pessoas conseguem compreender com facilidade, a linguagem que o povo entende melhor, isso constitui uma das explicações pelas quais conquistou a preferência do povo para ser guindado à Presidência da República. Na realidade, o que Sua Excelência está propondo é que os cidadãos procurem averiguar se é possível, por meio da busca de alternativas, encontrar taxas de juros menores. Mas é claro que há responsabilidade também da parte de Sua Excelência, do Ministro da Fazenda Antonio Palocci, do Presidente do Banco Central, a respeito da condução dos juros. Avalio que seja importante pensarmos qual a maneira de, efetivamente, baixar os juros, inclusive com o propósito de combater a inflação, combinando o crescimento da atividade econômica e o nível de emprego. Não se trata de tarefa fácil, pois, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, também não se conseguiram taxas de crescimento melhores do que as que foram obtidas pelo Governo do Presidente Lula no ano passado, porque foi a maior taxa dos últimos dez anos, 5,2%. Então, superior àquela alcançada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas há a preocupação do Ministro Palocci de preparar a economia para maior crescimento. Informo a V. Ex^a que

pedi a palavra, que me foi dada pelo Líder Delcídio Amaral, para, dentro em breve, ir à tribuna e continuar o diálogo sobre o tema com V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, não tenho procuração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não me lembro de, em hora nenhuma, em minuto nenhum, em segundo nenhum, ele ter, em discurso nenhum, em lugar nenhum deste País, sugerido que alguém levantasse o traseiro e fosse de banco em banco tentar buscar taxas de juros menores. Hora nenhuma o Presidente Fernando Henrique Cardoso sugeriu que o cidadão comum procurasse a solução que ele não pôde dar, porque esse é um problema de Governo.

Enquanto o Governo for o maior tomador de recursos na rede financeira bancária do País, não vai sobrar dinheiro para que se pratique uma taxa de juros condizente com a retomada de crescimento. E o Presidente tem que fazer aconselhamento lúcido, coerente e consciente, de um homem que tenha sido eleito para resolver os problemas do povo e não para mandar que o povo procure resolver seus próprios problemas, sem ter os instrumentos para fazê-lo.

Sua Excelência não tem o direito de dizer ao cidadão que juro alto não é entrave ao crescimento econômico. O Presidente tinha a obrigação de saber que com juro alto não tem empresário nenhum – e ainda ontem eu fazia uma palestra para jovens empreendedores de São Paulo, o Estado de V. Ex^a, aqui em Brasília –, não tem empreendedor nenhum que tenha coragem de tomar dinheiro emprestado a essa taxa de juros para fazer investimento em nada, até porque Sua Excelência sabe que com essas taxas de juros os compradores são muito poucos. Ele não vai, portanto, fazer investimento, correr risco para produzir e não saber se vai conseguir vender. Juro alto é, sim, fator preponderante de trava a crescimento econômico.

Daí a minha preocupação, Sr. Presidente, com o despreparo demonstrado por Sua Excelência, o Presidente, que, nesta hora em que a inflação retoma, em vez de estar, com lucidez, discutindo soluções ou até tendo humildade para aprender, usa as cadeias de rádio e televisão nos comícios diários que faz para levar a palavra vã e o conselho perdido, entregando ao cidadão comum a solução de um problema que é dele. O que me preocupa é o despreparo de Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para governar o País, agora que, malgrado todos os esforços, aplicados todos os remédios, a inflação retoma no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Antes de o Senador Valdir Raupp usar a tribuna, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo comunicar que enderecei à Mesa um voto de lembrança pelos 91 anos de um adversário político do meu pai e adversário ideológico meu, de tudo que aprendi ao longo da minha vida por democracia e pelos direitos dos trabalhadores. Refiro-me ao mais talentoso Parlamentar que, talvez, já tenha registrado sua presença no Congresso Nacional, administrador inesquecível no seu Estado e o mais talentoso orador, o mais encantador tribuno de que já tive conhecimento.

Portanto, não acho justo que se deixe passar em branco os 91 anos de nascimento do Sr. Carlos Frederico Werneck de Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Está feito o registro de V. Ex^a.

Concedo a palavra, pelo prazo de 20 minutos, ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nobre Senador Pedro Simon está dizendo que não é obrigatório usar os 20 minutos. Com certeza, não os usarei; falarei, talvez, em menos de quinze minutos.

A passagem do 45º aniversário de Brasília, em 21 de abril, traz-nos à mente, de imediato, a figura de Juscelino Kubitschek. A transferência da Capital federal do Rio de Janeiro para os rincões então longínquos do Planalto Central talvez tenha sido a obra mais ousada e visionária de Juscelino durante seu mandato presidencial.

Se tivesse dedicado seus anos na Presidência da República única e tão-somente à construção da nova Capital, ainda assim JK seria para sempre lembrado como um dos grandes estadistas do País. A construção de Brasília, muito além do cumprimento do célebre compromisso assumido em Jataí, significou a integração definitiva do Centro-Oeste brasileiro ao Sul-Sudeste, mais desenvolvido.

Mas a visão de JK era ainda mais abrangente. Sua profunda compreensão do Brasil e de suas potencialidades reflete-se em sua obsessão pelo desenvolvimento do País, pela inserção do Brasil no grupo dos países industrializados e pelo fortalecimento da infra-estrutura de produção. Brasília, Furnas, Três Marias, a indústria automobilística e 18 mil quilômetros de estradas são evidências eloquentes e duradouras

do ímpeto desenvolvimentista de um Presidente que colocou o Brasil no mapa mundial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa, com a máxima urgência, de outro Juscelino. Precisamos de um estadista que chame para si a responsabilidade de integrar ao restante do País nossa última fronteira inexplorada: a Região Norte do Brasil.

Não precisamos de uma nova Brasília no Norte. Já há grandes e boas cidades na Região, como Manaus e Belém. Rio Branco, Macapá, Porto Velho, Boa Vista, Palmas, Cuiabá, capitais de menor porte, contam, em compensação, com imenso potencial de crescimento e com um povo disposto a trabalhar duro por um futuro melhor.

A Região Norte necessita, isto sim, de investimento maciço e urgente em infra-estrutura. Não precisamos de uma Brasília, mas de uma Furnas ou de uma Três Marias, de obras, afinal, que sirvam de estopim de um processo que, ao cabo, incluirá o Norte, em definitivo, no mapa do Brasil.

Sr. Presidente, sem o menor temor de soar repetitivo, quero discorrer, mais uma vez, sobre este projeto que, juntamente com o Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, revolucionará a infra-estrutura da Região Norte: o gasoduto Urucu–Porto Velho.

Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas reiteradas incursões por esse tema são evidência inequívoca da minha convicção no potencial do gasoduto para o desenvolvimento da nossa região.

Já mencionei, por diversas vezes, o potencial econômico do projeto, que substituirá uma forma cara de energia, a termelétrica a óleo *diesel*, por uma forma mais barata, o gás natural. Da mesma forma, nunca deixei de frisar os benefícios ecológicos do gasoduto, que evitará a queima diária de 1,5 milhão de litros de *diesel* na usina termelétrica de Porto Velho. O impacto social também será significativo, com a criação de milhares de empregos diretos e indiretos.

Sr. Presidente, a longa expectativa do início das obras do gasoduto é causa de angústia para todo o povo do meu Estado de Rondônia. A luta da Bancada rondoniense em favor da aprovação do projeto pelos órgãos ambientais foi pontuada, inclusive, por situações extremamente infelizes. Exemplo disso é o episódio que se passou em março, quando dois Deputados Federais e eu fomos desautorizados por um alto funcionário do Ministério do Meio Ambiente, que disse, nestes termos, que estávamos “malhando em ferro frio” no que dizia respeito ao nosso gasoduto.

Mas essas portas batidas em nossos rostos não nos desanimaram, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo porque o apoio que conquistamos, nas últimas semanas,

não vem do segundo escalão, mas dos graus mais elevados da hierarquia estatal.

No final de março, recebi ofício em que o Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, ex-Senador, renova seu apoio ao projeto e demonstra seu compromisso para a implantação do gasoduto. O Dr. Dutra, inclusive, compartilha conosco o espanto diante da demora na liberação da Licença de Instalação do Ibama, tendo em vista que todas as exigências feitas pelo órgão ambiental já foram cumpridas, há muito tempo, por parte dos empreendedores do projeto.

Por sua vez, a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, asseverou, no início de abril, que participará do lançamento das obras do gasoduto ainda neste primeiro semestre. A Ministra fez questão de frisar que o gasoduto Urucu–Porto Velho é obra prioritária do Governo Federal – essa afirmação S. Ex^a já fez mais de uma vez, inclusive na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, no ano passado –, contrariando, vejam V. Ex^{as}, aqueles que tiveram a audácia de dizer a um Senador e dois Deputados que lutar pelo gasoduto era o mesmo que “malhar em ferro frio”.

A Ministra esclareceu, ainda, que a última pendência a empenhar a liberação da Licença de Instalação diz respeito à desapropriação da chamada faixa de servidão – o espaço de terra sobre o gasoduto, que deve ser demarcado e devidamente sinalizado. Ultrapassado esse obstáculo, acerca do qual parece já existir um acordo entre a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a data para o lançamento das obras já poderá ser marcada.

Sr. Presidente, enfim, temos algum indício de que a obra vai sair do papel. Não é nada muito concreto, é verdade, mas temos a palavra de uma Ministra séria e competente, como é a Ministra Dilma Rousseff.

De fato, o Palácio do Planalto, ao que parece, finalmente se convenceu da importância desse gasoduto para Rondônia, para a Região Norte e para o País.

Sua implantação imediata trará, entre outros benefícios, a criação de emprego e renda, a adoção de formas menos poluentes de gerar energia e a oferta de combustível mais barato para a população.

Por outro lado, a procrastinação reiterada do início das obras acarreta prejuízos imensos, dos quais o maior exemplo é a reinjeção diária de 7,5 milhões de metros cúbicos de gás nos poços da bacia petrolífera de Urucu, um desperdício cuja causa única e exclusiva é a inexistência de um duto que dê vazão ao gás produzido.

Esse gás, Sr. Presidente, e a construção do duto que o levará até Porto Velho são peças fundamentais

na luta de Rondônia e do Norte do País pela inserção na economia nacional. Foi com ações dessa envergadura que Juscelino nos lançou à modernidade. Sua missão, porém, restará inconclusa enquanto a Região Norte permanecer apartada do restante do País, tanto geográfica quanto econômica e socialmente. Por isso, apelo a Sua Excelência o Senhor Presidente da República para que faça como Juscelino Kubitschek, que empreenda obras de grande vulto em todo o País.

Também somos parte do Brasil! Extinguir as desigualdades regionais é um dos objetivos nacionais consagrados em nossa Constituição Federal. Que o Governo Federal, portanto, aja de acordo com o disposto em nossa Lei Maior e invista com mais vigor e mais ousadia na infra-estrutura e no desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Cumpri, nobre Senador Pedro Simon, o que eu disse no início, que iria fazer o meu pronunciamento em menos de 15 minutos. Deixo, assim, mais tempo para os próximos oradores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra à nobre Senadora Idelli Salvatti, que disporá de vinte minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de agradecer ao Senador Delcídio Amaral por ter-me concedido o direito de falar como Líder; mas, como já falei hoje, a Mesa me informou que não poderei fazê-lo de novo, a não ser que sobre tempo ao final. Daí, inscrevo-me, Sr. Presidente, se tempo houver, para falar antes de acabar a sessão, sem que haja prejuízo a qualquer um dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – V. Ex^a está inscrito nas condições estabelecidas pelo Regimento Interno.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente. Cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores presentes nesta sessão de quinta-feira.

Em primeiro lugar, registro que esta semana ocorre a VI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. No dia de ontem, tivemos uma volumosa, significativa e representativa marcha dos trabalhadores em educação de todo o País, comandada – tenho muito prazer e orgulho em dizer – pela nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Digo assim porque minha vida sindical esteve fortemente ligada à organização dos trabalhadores em

educação. Tive a oportunidade de vivenciar a passagem das associações para sindicatos representativos do funcionalismo público, de forma muito especial dos trabalhadores em educação na rede pública de ensino em Santa Catarina. Ajudamos a construir e a consolidar essa Confederação, que é um orgulho para todos nós, pela defesa histórica que fez ao longo de toda a sua vida, e continua a fazer, da educação pública e gratuita de qualidade em nosso País.

A VI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, comandada pela CNTE, que realizou ontem a marcha aqui em Brasília, teve uma audiência com os Ministros José Dirceu, Tarso Genro e Aldo Rebelo, também na tarde de ontem, no Palácio, exatamente para tratar da sua pauta ao longo desta semana.

O primeiro item destaca que a Confederação vai tomar como tarefa central no próximo período todo o debate e a consolidação da proposta suscitada pelo Ministro Tarso Genro, à qual já tive, inclusive, oportunidade de me referir desta tribuna, atinente à conversão da dívida externa em investimentos em educação, que já está inclusive em andamento. A Argentina já conseguiu converter uma parcela da sua dívida junto a credores espanhóis em investimento na educação. Esse assunto vem-se consolidando, e nós todos, que somos defensores do investimento em educação, estamos bastante satisfeitos com o fato de a nossa Confederação estar adotando tal questão como eixo central de luta para o próximo período.

Esse foi um dos assuntos centrais tratados na reunião de ontem exatamente para que possa haver a construção de uma massa crítica junto à opinião pública brasileira, e também reforçando todo esse movimento, que é de caráter internacional.

Por parte do Ministro Tarso Genro, houve todo o interesse, inclusive de criar mecanismos de interligação entre o movimento social que está trabalhando essa idéia e os organismos governamentais na preparação de um evento da Unesco, que deve acontecer no mês de novembro, que vai tratar desta questão da conversão da dívida externa em investimentos na educação.

O segundo ponto da pauta da audiência foi aquilo que todos nós estamos aguardando com muita ansiedade, que é o envio ao Congresso Nacional do Projeto do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – Fundeb. Tanto o Ministro Tarso Genro quanto os Ministros José Dirceu e Aldo Rebelo colocaram de forma muito clara e tranqüila que o debate interno está em fase final. É claro que a questão central continua sendo aquilo

que todos nós sabemos, ou seja, os recursos, porque não adianta nada ter o Fundeb encaminhado ao Congresso se não houver a garantia do financiamento, até porque 95% dos responsáveis pela educação básica – Ensino Fundamental, Ensino Médio e a Educação Infantil – são os Estados e Municípios. Se não houver aporte significativo de recursos do Governo Federal, não tem como dar ampliação, dar sustentabilidade a tudo aquilo que se pretende fazer em termos de financiamento da educação básica.

Há um compromisso do Governo de enviar o projeto a tempo de ser votado ainda este ano. Estava presente na audiência o Deputado Paulo Delgado, que é Presidente da Comissão de Educação da Câmara, e que se comprometeu a dar toda a agilidade na tramitação, tão logo o projeto chegue. Já tive a oportunidade de conversar, hoje pela manhã, com o Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Hélio Costa, mineiro como Paulo Delgado, e propor, como fiz na audiência de ontem, a criação de um mecanismo de agilidade na tramitação tão logo o projeto chegue ao Congresso Nacional; e que efetivamente criemos uma maneira de esse projeto tramitar paralelamente nas duas Casas, de tal forma que, quando estivermos preparados, amadurecidos, com a negociação completa, não haja aquele procedimento de voltar tudo à estaca zero ao chegar no Senado, depois de um longo tempo de tramitação na Câmara. Porque, nesse caso, efetivamente, não teremos condições de aprová-lo ainda este ano. E, depois, vamos ter que usar aqueles expedientes de paralelas, oblíquas, perpendiculares, fatiadas, que acabam não sendo resolvidas, como estamos vivenciando a situação da reforma da previdência, que fatiamos aqui, fizemos a paralela, foi para a Câmara, ficou mais um ano lá, mexeram, e agora voltou para o Senado, onde estamos ainda sem poder aprovar todo o processo negocial da reforma da previdência.

Escuto, com muito prazer, a Senadora Ana Júlia.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senadora Ideli Salvatti, quero parabenizá-la por trazer esse tema, até porque qualquer país do mundo que queira se candidatar a ser desenvolvido de forma sustentável e a dar aos seus filhos e filhas a oportunidade de ter um futuro digno e decente tem que fazer um investimento maciço em educação. Mesmo não sendo professora, sempre atuei apoiando os sindicatos de trabalhadores na educação pública, como apóio o Sindicato de Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará, o Sintep, que é muito combativo, muito lutador. É muito importante a colocação de V. Exª no sentido de fazermos a discussão imediatamente, até porque

precisamos provar para a sociedade que podemos ser ágeis no processo legislativo normal, e não é necessário que um projeto de lei passe cinco, dez, catorze anos para ser aprovado. Ninguém gosta das medidas provisórias, mas, infelizmente, a própria sociedade – já cansei de ser procurada por categorias profissionais e por setores da sociedade por esse motivo – solicita que eu peça ao Governo para editar uma medida provisória. E eu peço, por favor, que não falem mais essa palavra comigo. Essa é uma fórmula bastante viável, que espero todos possamos tornar realidade. Cumprimento V. Ex^a por isso.

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – Hoje, brinquei com o Senador Hélio Costa, na Comissão de Educação, dizendo que devemos aproveitar a presença de um mineiro na Comissão de Educação da Câmara e de outro mineiro na Comissão de Educação do Senado para fazer uma mineirice – aquele jeitinho mineiro para tentar encontrar a fórmula para uma tramitação paralela, concomitante, ágil e rápida. Desse modo, efetivamente, conseguiremos aprovar o Fundeb ainda neste ano e implementado no ano que vem.

Sr. Presidente, peço seja registrado nos Anais do Senado o material que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação preparou para instrumentalizar todo o debate da marcha, os textos: “A verdadeira dívida é com a Educação” e “Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb)”.

Aproveito o pouco tempo de pronunciamento que me resta para falar de alguns assuntos. Tenho buscado me pautar por um pouco mais de moderação e calma, esforçando-me para ouvir bastante e falar menos. No entanto, em algumas coisas não conseguimos. Vamos ouvindo, ouvindo, ouvindo e temos de falar...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. Fora do microfone) – Não seria melhor que V. Ex^a falasse na segunda-feira?

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Senador Pedro Simon pede que eu espere pela segunda-feira...

Algumas coisas eu não posso deixar de falar. Mais uma vez, o Senador Arthur Virgílio assomou à tribuna e desceu a ripa, como lhe é costumeiro. Fala, fala e fala, passando, muitas vezes, no tom, na forma... Eu estava aqui por acaso e esperava uma brechinha para falar. S. Ex^a voltou a falar da viagem do Lula aos países árabes e dizia que não deu resultado. Lembro que só não o chamaram de santo, mas foi chamado de tudo quando visitou os países árabes. Indagavam sobre o resultado e o porquê da viagem.

Está, contudo, aqui na **Gazeta Mercantil** do dia 26: “Embraer fura mercado e vende 15 jatos a saudades”. São 15 jatos, ou US\$400 milhões, mais de R\$1 bilhão em uma venda de 15 aviões a jato pela nossa querida Embraer, reconhecida em sua tecnologia. Foram vendidos. Está noticiado. Foram US\$400 milhões. Outra matéria da **Gazeta Mercantil**: “Ministro iraquiano pede à Petrobras que volte.” A Petrobras saiu do Iraque em 1980. Por causa dessas aproximações, a Petrobras tem grande potencialidade de investimento no Iraque. Está havendo negociações novamente, resultado da viagem.

Na **ISTOÉ Dinheiro** desse final de semana, está aí a entrevista...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex.^a me permite um aparte?

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um pouquinho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É sobre a viagem.

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A entrevista de Amre Mussa à **ISTOÉ Dinheiro** desse final de semana falava inclusive da preparação do encontro de cúpula que vai acontecer agora nos dias 10 e 11 de maio – mais de trinta presidentes de países árabes e sul-americanos vão tratar exatamente de comércio, investimentos, trocas culturais. Está aqui...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex.^a me permite um aparte?

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minutinho, deixe-me terminar aqui porque...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É sobre a viagem, o sucesso da viagem.

A SR.^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, pois é.

“Será o encontro de cúpula entre os países de América e do mundo árabe que reunirá líderes de mais de trinta países”, e o Amre Mussa veio para fazer a preparação desse encontro.

Qual é a declaração?

“Vamos dobrar as compras do Brasil”, e as perspectivas de investimentos são imensas, inclusive porque os árabes estão cada vez mais receosos de deixar o volume significativo de investimentos que têm nos Estados Unidos. Existe toda uma perspectiva de que esses investimentos possam vir para a infra-estrutura principalmente na América Latina, no Brasil.

Vou conceder o aparte ao Senador Heráclito com toda a tranquilidade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex.^a estava falando das maravilhas dessa viagem e dos resultados dela. Gostaria de saber se o Governo preocupou-se em tratar da questão, que é uma pendência grave porque envolve uma grande empresa brasileira e o Banco do Brasil, daquela grande dívida do governo árabe para com a construtora Mendes Júnior e que deixa em situação delicada não só a credibilidade do Banco do Brasil, que foi avalista da operação, como levou a dificuldades uma empresa brasileira. V. Ex.^a que está com as informações do sucesso da viagem, poderia informar ao País o que foi tratado a respeito desse assunto?

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não teria essa resposta para lhe dar de pronto. Talvez a Senadora Ana Júlia Carepa, que levantou o microfone, tenha.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Quero dizer que hoje, na audiência pública, o Ministro do Turismo colocou o interesse, inclusive de vôos para o Brasil, exatamente desse local, os países árabes. Então, desse mundo árabe estão vindo muitas perspectivas, sim. Isso reforça a importância e o resultado positivo dessa viagem. Acho que essa é uma questão específica, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ana Júlia, é um pouco diferente. É uma companhia chamada Emirates, que exatamente quer transformar a região em um pólo de ligação com a América do Sul; quer fazer do Brasil esse pólo de ligação, o que é muito positivo. Queria que V. Ex.^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito, o meu tempo já se esgotou, e eu não tenho essa informação. Posso até tentar buscar, mas, veja bem, eu trouxe o assunto, que estava no meio dos meus papéis,...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu aguardaria.

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu trouxe o assunto porque ficamos escutando, escutando, escutando e temos de dar a resposta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é.

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, gostaria de ter um pouquinho mais de tempo, até para ainda falar da questão dos juros. Estamos aqui...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Esse caso a que me refiro está aqui no livro, Senadora.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito, deixe-me concluir a minha fala, por favor.

Então, temos de nos mexer mesmo. Tem que haver movimentação nesta questão até para fazermos um debate. Na segunda-feira, trouxe dados aqui para a tribuna. Estamos no oitavo aumento consecutivo da taxa Selic, mas, na ponta, os juros ao consumidor, por conta da entrada da conta-fácil, do Banco Popular, do crédito com desconto consignado em folha, a taxa de juros ao consumidor é a mais baixa dos últimos quatro anos. Há um paradoxo nessa situação, porque têm sido adotadas medidas nessa situação de concorrência, que não é fácil em um sistema financeiro como o nosso, em que prevalece o oligopólio, que é controlado, em que algumas instituições detêm a ampla maioria do controle.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É difícil fazer, mas têm sido tomadas medidas, sim, e eu gostaria de poder aqui discorrer sobre elas, mas não haverá tempo. Há projetos parados há muito tempo no Congresso Nacional, sem evoluir na sua tramitação, como aquele que permite ao trabalhador escolher o banco em que vai receber o depósito do seu salário, e isso vai acirrar a concorrência. Há um projeto muito importante, que objetiva a análise da concorrência no âmbito do sistema financeiro, de defesa da concorrência, e a competência de analisar os processos de aquisição e fusão de instituição no sistema financeiro nacional, o que está parado desde 2002. Vai analisar exatamente as questões de concorrência no sistema financeiro.

Efetivamente, todo esse debate dos juros, que acabou ficando em um patamar que não interessa à população brasileira, mas, sim, o que podemos fazer para que efetivamente, todos nas nossas responsabilidades respectivas...

(Interrupção do som.)

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...conseguimos para diminuir as taxas de juros.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA.SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb)

A CNTE apresentou a proposta de criação de um Fundo Nacional de Financiamento para a Educação Básica (Fundeb) ainda na época da tramitação da PEC nº 233/95, que determinava a subvinculação dos recursos da educação para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério (Fundef – EC nº 14/96). Considerando os princípios constitucionais de universalidade, gratuidade, padrão de qualidade e valorização do magistério, o financiamento deve (ria) ser aplicado na Educação Básica.

O Fundef (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), concebido para a erradicação das profundas desigualdades existentes nos estados e municípios, tornou-se instrumento para aumentar o abismo entre estes entes, pois sua implantação sem aportes adicionais e ausência de parâmetros definidos provocou a corrida pela municipalização do ensino fundamental, acirrou as desigualdades de acesso nos demais níveis (educação infantil e ensino médio) e modalidades da educação básica. Promoveu ainda uma enorme instabilidade nos entes federados pela transitoriedade do fundo. Já a valorização dos trabalhadores em educação caracterizou-se unicamente pela Formação e a Carreira em abonos e subtração de direitos.

O valor mínimo nacional do custo-aluno-ano, prerrogativa da União, sempre foi fixado abaixo dos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 9.424/96, para reduzir a complementação do fundo aos estados e municípios.

O Fundef representou o rompimento do Acordo Nacional firmado pelo MEC com representantes como UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), CNTE e outras entidades, que previa a valorização da educação básica, com a criação de um PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional) e do esforço concentrado para erradicar o analfabetismo e ampliar as matrículas da educação básica. Hoje, retrata a exclusão de milhares de crianças, jovens e adultos da escola e queda vertiginosa na qualidade do ensino público.

Portanto, a educação pública precisa ter a atenção qualificada com políticas de curto prazo, para que se reverta em mecanismos de desenvolvimento sócio-cultural e econômico do País. Dentre estas, a CNTE defende o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), com aumento de aportes para garantir a fixação do custo-aluno-qualidade, de acordo com as reais necessidades e especificidades da educação básica e a criação do PSPN.

Mas a implantação deste Fundo depende de um pacto federativo

que possa garantir a sustentabilidade e o aumento dos recursos vinculados à educação, bem como de uma ampla mobilização da sociedade e das entidades que defendem uma escola pública gratuita e de qualidade para todos.

Diretrizes Fundamentais do Fundeb defendidas pela CNTE

1 - Abrangência

Redes públicas de educação básica, com perspectiva da universalização incluindo as modalidades: EJA, Educação Indígena, do Campo e Especial;

2 – Financiamento da Educação Básica

- a. previsão de maior aporte da União;*
- b. aumento gradativo do atual percentual do PIB até atingir 10%;*
- c. conversão dos recursos da dívida externa;*
- d. derrubada dos vetos do PNE;*
- e. revinculação integral dos recursos da educação retidos pela DRU (Desvinculação das Receitas da União);*
- f. extensão dos recursos do salário-educação para todo o nível básico;*
- g. incidência do percentual vinculado a educação sobre as contribuições sociais;*
- h. 80% dos recursos destinados ao pagamento dos trabalhadores em educação;*
- i. investimento Mínimo por Aluno (IMA) diferenciado por nível e modalidade, com progressivo alcance ao Custo Aluno Qualidade (CAQ);*
- j. garantia de uma política de reajuste anual para o IMA e PSPN;*
- k. definição de política para pagamento de aposentadorias e pensões com base nos princípios da integralidade e da paridade e por meio de rubrica própria.*

3 - Carreira

a) implantação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para todos os níveis de ensino do Ensino em jornada de trabalho integral, com exceção da fundamental, que é projeto de lei em tramitação;

b) complementação da União dos recursos dos Fundos sempre que em cada Estado e Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

c) destinação obrigatória de pelo menos 80% dos recursos dos Fundos para o pagamento dos professores da educação básica em efetivo exercício, com exceção das peculiaridades regionais;

d) criação de Conselho de Contribuintes para Conselhos, criados decorativamente;

Propostas de Emendas Constitucionais

Em setembro de 2004, o MEC elaborou um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), que atendia em grande parte o Fundeb defendido pela CNTE. No entanto, o referido projeto foi objeto de extenso processo de negociação, porém, restrito ao MEC, ao CONSED e à UNDIME. Todas as demais entidades que discutem educação no País, dentre as quais a CNTE, foram excluídas do processo.

O resultado foi uma profunda diferenciação entre algumas propostas, representadas no quadro ao lado. Sem contar que há possibilidade de um terceiro projeto ser enviado ao Congresso.

A atual proposta de Fundeb possui uma frágil base de financiamento, pois:

... não há uma previsão de como os estados, o Distrito Federal e o MEC vão obter os recursos necessários para a implementação da proposta, a não ser que se volte a discutir a questão, propriamente dita, da conta do passivo da União para com o Fundeb.

... não há uma previsão de como os estados, o Distrito Federal e o MEC vão obter os recursos necessários para a implementação da proposta, a não ser que se volte a discutir a questão, propriamente dita, da conta do passivo da União para com o Fundeb.

... não há uma previsão de como os estados, o Distrito Federal e o MEC vão obter os recursos necessários para a implementação da proposta, a não ser que se volte a discutir a questão, propriamente dita, da conta do passivo da União para com o Fundeb.

... não há uma previsão de como os estados, o Distrito Federal e o MEC vão obter os recursos necessários para a implementação da proposta, a não ser que se volte a discutir a questão, propriamente dita, da conta do passivo da União para com o Fundeb.

Diante das dúvidas sobre qual projeto de Fundeb irá vigorar, entendemos que o novo Fundo deva garantir necessariamente um Custo-Aluno superior ao praticado atualmente pelo Fundef — embora não seja esse o parâmetro de qualidade para o Fundeb — caso contrário teremos implicações direta e negativa nos salários e nas condições de trabalho dos educadores assim como na melhoria da qualidade e na universalização do atendimento em todos os níveis e modalidades.

O aspecto restritivo nas decisões da PEC entre MEC, CONSED e UNDIME estimulou a disputa pelo ajuste fiscal dos entes federados, em detrimento à qualidade do projeto, razão pela qual a CNTE deverá atuar incisivamente, junto aos

parlamentares, por ocasião de sua tramitação no Congresso, para reverter pontos que consideramos cruciais.

Atividade

— Discussão no local de trabalho com a comunidade escolar

PEC 01 — setembro	PEC 02 — dezembro
ABRANGÊNCIA	
Os níveis da educação básica - infantil, fundamental e médio e as modalidades: EJA, Indígena, Campo e Especial	Infantil, fundamental e médio, e as modalidades. Porém não há consenso entre o CONSED e UNDIME sobre a inclusão da educação infantil.
FINANCIAMENTO	
<p>a) 25% dos recursos estaduais e municipais, excluídos os impostos próprios municipais.</p> <p>b) A União complementar os recursos dos Fundos sempre que em cada Estado e Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.</p>	<p>a) 20% dos recursos estaduais e municipais excluídos os impostos próprios municipais.</p> <p>b) A complementação da União terá como base os recursos de todos os fundos e será de 5% no primeiro ano, 6,5% no segundo ano, 8% no terceiro ano, e 10% a partir do quarto ano da promulgação da emenda</p>
c) Contribuição social do Salário-Educação	
SUBVINCULAÇÃO PARA PAGAMENTO	
Uma proporção não inferior a 80% dos recursos será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica.	Uma proporção não inferior a 60% dos recursos será destinada ao pagamento dos professores da educação básica em efetivo exercício no magistério.
A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, respeitadas as diferenças e ponderações entre as etapas e modalidades, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do investimento mínimo por aluno.	

A verdadeira dívida é com a Educação

Em novembro de 2004, a CNTE aprovou a Campanha pela Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação e, no dia 14 de janeiro de 2005, durante o XXIX Congresso Nacional da entidade, promoveu um ato público, na Praça dos Três Poderes, para pressionar o Governo a assumir essa agenda. Ilegítima e impagável, a dívida externa é responsável por uma sangria de recursos que penaliza a população brasileira e impede investimentos na área social. Segundo o Banco Central, o país “deve” 545 bilhões! Somente em 2004, foram retirados, do orçamento da União, mais de 70 bilhões para o pagamento de juros, serviços e amortizações da dívida pública.

Para a CNTE, educação de qualidade depende de financiamento. E como se financia a educação? Os recursos constitucionais (mínimo de 25% para estados e municípios e 18% para a União) são uma garantia elementar, sem a qual, certamente, muitos gestores reduziram gastos e investimentos. O percentual do PIB, que o Plano Nacional de Educação fixava em 7% (com veto no Governo FHC não derrubado no Governo Lula) está muito longe do que se aplica hoje: 4,5 %. Além disso, há retenção de recursos, como no caso da Desvinculação de Recursos da União, que desonera em 20% os valores vinculados.

A grande pergunta que fazemos é a seguinte: é mais importante perpetuar uma política que transfere para os ricos o resultado do trabalho coletivo de milhões de brasileiros ou utilizar esses recursos para combater o analfabetismo, assegurar escolaridade básica, ampliar a oferta de educação superior pública? Que endereços teriam esses recursos? Entre outros, o custo-aluno-qualidade (hoje são menos de dois reais por dia para cada aluno na média nacional!), salários dignos para os trabalhadores em educação (o Brasil tem uma das piores médias entre países de economia semelhante), superação do analfabetismo, investimento em formação profissional, em pesquisa, em produção pedagógica e científica.

A segunda pergunta cabe ao Governo responder: se há condições técnicas, admitidas por setores governamentais, haverá disposição política para essa pauta? A não renovação do acordo com o FMI é um indicador positivo em termos de perspectivas futuras. Porém, essa medida não atinge a remessa de recursos tão necessários para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A terceira questão diz respeito à nossa própria capacidade de introduzir,

com força, esse tema na sociedade. Nós, que não temos a condição de disputar opinião por meio da mídia, precisamos dos recursos que nos são próprios. Nossa atividade profissional tem uma imensa capilaridade. Estamos em mais de cinquenta mil escolas nos estados e municípios. Somos formadores de opinião em nosso meio. Temos aliados de classe e na comunidade escolar. O que precisamos é estar convencidos de que o investimento de recursos da dívida externa em educação, além de responder a desafios macro-estruturais, se refletirá nos salários e nas condições de trabalho tão duramente atacadas nas últimas décadas.

A CNTE está lançando, nesta Semana Nacional, um abaixo-assinado que deve transformar-se num instrumento de reflexão e de mobilização. Diversas importantes organizações sociais já aderiram à proposta. Nossos Sindicatos buscarão novos aliados nos estados e municípios. Queremos aferir periodicamente o resultado dessa iniciativa para irmos acumulando força e legitimidade nesta luta. Com o respaldo da população brasileira, teremos a condição de pressionar o Governo Lula para que tome uma atitude corajosa perante os organismos financeiros internacionais. Afinal, a verdadeira dívida – que este e os anteriores governos contraíram – foi com a educação.

Mercantilização da educação e os acordos de livre comércio: AGCS, Alca, Nafta

A intenção dos países desenvolvidos, capitaneados pelos Estados Unidos, é mercantilizar a educação, ou seja, deslocá-la da esfera do direito para a de produto – “quem tem dinheiro tem acesso”. Desejam formular um sistema educacional baseado no mercado com fins lucrativos. Esse debate ocorre por dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), através do Acordo Geral de Comércio e Serviços – AGCS (identificado por sua sigla em inglês “Gats”), que compõe o regime de investimento e comércio da OMC e que foi incorporado aos acordos de comércio regionais, no caso das Américas, o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca).

A OMC tem sede em Genebra (Suíça) e é composta por 135 países. Suas decisões dependem de consenso. A sociedade civil não participa destas, que são da alçada dos ministros que se reúnem de dois em dois anos. Seu objetivo principal é liberalizar o comércio mundial, reduzindo barreiras

tarifárias e restringindo o uso das barreiras não-tarifárias. Para impedir que os países periféricos se protejam, a OMC age como polícia, punindo as políticas de desenvolvimento que não se alinham com os interesses dos ricos. A OMC acredita que o comércio pode tudo. Expandindo-se o mercado, em todas as instâncias da vida das pessoas, o resultado seria o crescimento da economia mundial. É nesse ambiente de contradições, até porque os fatos mostram que este pensamento não acontece na prática, que a educação está sendo colocada em debate no livre comércio.

No projeto da Alca, imposto pelos Estados Unidos, uma possível e perigosa consequência seria a apropriação dos resultados do debate atualmente travado na OMC sobre o setor de "serviços", dando a possibilidade de o acordo comercial operar sob a égide da legislação deste organismo mundial que controla e regula os interesses comerciais. Isto possibilitaria um verdadeiro desmantelamento da previdência social, das escolas e do sistema público de saúde, ou seja, das políticas públicas que são estabelecidas como direito da população, mas que, em contrapartida, interferem na possibilidade de lucro do capital.

Já o exemplo do Nafta (Acordo de Livre Comércio entre os países da América do Norte – EUA, Canadá e México) aponta, claramente, para o avanço da mercantilização do setor educacional. A indústria da educação comercial vê os orçamentos da educação pública como uma ampla fonte de renda em potencial e tem colocado o sistema público em concorrência direta – porém desleal – com o regime privado, sobretudo no que diz respeito à captação de alunos (haja vista que várias escolas públicas cobram taxas de manutenção), à oferta de serviços comerciais produzidos em agências educacionais, à cessão de espaços para anúncios corporativos nos estabelecimentos de ensino e ao financiamento de projetos de infra-estrutura em parceria com instituições privadas de diversos setores.

Resultados dos processos de mercantilização

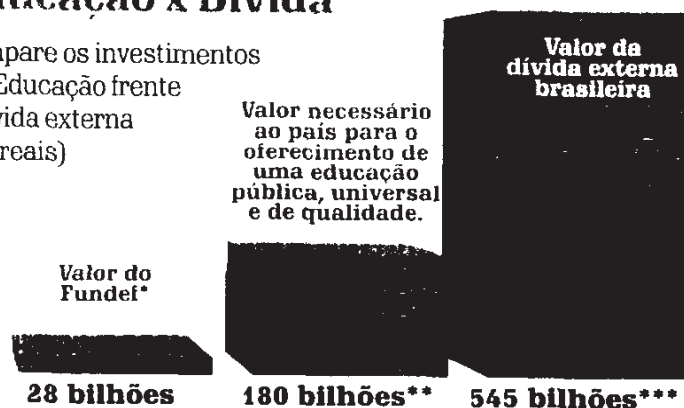
Os resultados experimentados pela classe trabalhadora acerca dos Acordos de Livre Comércio não são favoráveis. Dentre eles podemos destacar

- Aumento da precarização dos postos de trabalho;
- Alto índice de demissão, especialmente nas indústrias que empregavam mulheres;
- A quebra de pequenas e médias empresas levou milhares de trabalhadores(as) e minorias raciais/étnicas a saírem do mercado formal e ingressarem no setor informal;
- Violação e flexibilização das leis trabalhistas;
- Mulheres e diversas etnias/raças são vistas como mão-de-obra mais barata e alocadas em postos de trabalho extremamente vulneráveis, com baixa remuneração, sem garantias sociais;
- Privatizações de bens e serviços públicos essenciais;
- Aumento da pobreza feminina e racial/étnica.

Devemos buscar a unidade e o fortalecimento da classe trabalhadora, em especial dos(as) trabalhadores(as) em educação, para organizarmos a luta para que a OMC e seus acordos mundiais de livre comércio sejam transparentes e abram espaços de participação, onde os movimentos sociais e sindicais garantam cláusulas que eliminem as diferenças de tratamento nas questões de gênero e raça/etnia; que resguardecem os direitos trabalhistas; que protejam os(as) pequenos(as) agricultores(as) e à agricultura familiar; que valorizem e qualifiquem os(as) trabalhadores(as) imigrantes; que contemplem as convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e que rejeitem a mercantilização dos serviços públicos.

Educação x Dívida

Compare os investimentos em Educação frente à dívida externa (em reais)



Atividades

- Panfletagens
- Coleta de assinaturas para a Campanha de Conversão da Dívida
- Ações nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores(as)
- Abordagem aos parlamentares nos aeroportos

*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

**Equivalente a 10% do Produto Interno Bruto, conforme proposta do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira.

***Equivalente a US\$ 202,1 bilhões (Fonte: Banco Central)

O SR PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

O SR PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, por permuta com o Senador Aelton Freitas. Em seguida, falará o Senador Pedro Simon.

O Senador Jonas Pinheiro disporá de até 20 minutos.

O SR PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – A Presidência lembra ao Senador Jonas Pinheiro que a sessão termina às 18 horas e 30 minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, evidentemente vamos observar o tempo a nós destinado para que não deixemos de ouvir o Senador Pedro Simon. Esta Casa não pode deixar de ouvi-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, neste instante queria aqui registrar um momento histórico. Ontem foi feita uma audiência pública na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional da qual participaram, além da Comissão de Agricultura da Câmara e da Comissão de Agricultura do Senado Federal, o Fórum dos Secretários de Agricultura do Brasil, dos Estados brasileiros, comandado pelo Deputado e Secretário Duarte Nogueira, de São Paulo, e também órgãos de classe, como OCB, a CNA e a Contag. Foi uma ampla reunião com a participação de centenas de outros líderes do agronegócio.

Esse encontro teve como objetivo analisar a atual situação do agronegócio brasileiro, num contexto de queda no preço das *commodities* nos mercados nacional e internacional, e encontrar meios para ajudá-lo, já que, após anos bons, atravessa um ano precário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, também tratamos do orçamento para o Ministério da Agricultura. O orçamento do Ministério da Agricultura é irrisório, especialmente em um ano em que é preciso haver um fluxo maior de recursos, sobretudo para a defesa sanitária animal e vegetal. Além da sigatoka negra e de tantos outros males que afetam os nossos produtos agrícolas, estamos com uma nova doença que é uma epidemia no Brasil, a chamada ferrugem da soja. Afligem os produtores também doenças animais, principalmente a brucelose e a aftosa. O mundo está preocupado com a gripe aviária e tantas outras doenças, e o Brasil, no Ministério da Agricultura, está desprovido de recursos para enfrentar esses problemas.

Pois bem. Imediatamente após essa reunião na Câmara dos Deputados, que durou cinco horas, a liderança desse movimento foi convidada pelo Ministro

Palocci para uma reunião no Palácio do Planalto. Fomos a essa reunião e nela pudemos detalhar o documento elaborado com base no que havia sido discutido na Câmara.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo menos dois assuntos importantes evoluíram nesse encontro.

Há um problema com o mercado americano de carne. Em razão de o Brasil não fazer seu dever de casa, pode ser vetada a entrada de carne brasileira nos Estados Unidos. Ora, se isso acontecer no mercado americano, evidentemente teremos esse problema nos mercados europeu, chinês, japonês etc.

Essa ameaça à pecuária brasileira é decorrência de o Ministério da Agricultura não ter capacidade técnica em quantidade, principalmente em quantidade, para atender as necessidades de fiscalização junto aos frigoríficos e junto a outras empresas, fiscalização que tem de ser feita por meio de órgão oficial – só o Ministério da Agricultura pode fazer isso.

Pois bem, diante da escassez de profissionais para fazer essa fiscalização, ontem o Governo Federal resolveu contratar de cem a cento e vinte profissionais para preencher essa lacuna e realizar a fiscalização obrigatória em nossos frigoríficos.

Além desse problema, um outro foi encaminhado.

O Governo havia contingenciado R\$98 milhões do Ministério da Agricultura destinados à defesa sanitária, seja animal ou vegetal. Ontem, graças às negociações com o Ministro Palocci, foi contornado um problema para o qual seguidamente o Ministro da Agricultura já havia chamado a atenção. O Ministro Palocci chegou à conclusão de que, saiam de onde for, venham de onde vierem, os recursos para a defesa sanitária animal e vegetal contingenciados serão liberados para o Ministério da Agricultura.

Vamos avançar um pouco, Senador Antero Paes de Barros, que preside esta sessão e é representante do Estado de Mato Grosso, um Estado altamente vulnerável aos problemas que estamos abordando desta tribuna.

Ficam pendentes ainda as negociações de outros assuntos levantados, principalmente como vamos negociar a dívida dos produtores, que este ano não têm condições de honrar seus compromissos. Não é por má vontade do produtor, é porque os fatores negativos da produção este ano levaram o produtor a uma situação muito difícil.

A produção foi iniciada com o dólar entre R\$3,10 e R\$3,20, e hoje está sendo vendida com o dólar a R\$2,50. Não há como suportar isso. Há também o problema das doenças, o problema da seca, o problema do custo de produção, o problema dos juros. Isso tudo

fez com que o produtor este ano não tivesse condições de honrar seus compromissos financeiros.

Quanto aos empréstimos tomados junto ao Governo, empréstimos com recursos oficiais, não teríamos grandes problemas. Mas como vamos resolver o endividamento junto às empresas privadas, já que, este ano, 82% dos financiamentos da agricultura no Brasil foram feitos com recursos particulares, seja das empresas de fertilizantes, agrotóxicos, máquinas ou equipamentos agrícolas?

O Governo pediu o prazo de uma semana para reunir os ministros envolvidos nessa área e tentar encontrar uma solução para o problema, principalmente para o sul do País, o Rio Grande do Sul do eminente Ministro e Senador Pedro Simon, além do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul ou de uma parte de Mato Grosso que também sofreu o efeito da seca e da ferrugem. É realmente necessário que façamos algo para acudir o agronegócio.

Sr. Presidente, conforme o prometido, vou respeitar o tempo regimental para permitir que o nosso eminente Senador Pedro Simon feche a sessão de hoje. Peço à Mesa que dê como lido esse documento que, em bom momento, foi ontem formulado com base no encontro que tivemos entre as duas comissões de agricultura, do Senado e da Câmara.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JONAS PINHEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE:

**MANIFESTO DE APOIO À RECOMPOSIÇÃO
DO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO
MAPA E AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

À Sua Excelência, o Senhor Antônio Palocci
Ministro de Estado da Fazenda.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR da Câmara dos Deputados, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Agricultura – FNSA, juntamente com as lideranças do Agronegócio Brasileiro, representada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA e pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, em reunião conjunta realizada no dia de hoje (27-4-2005), no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com início às 10:00 horas,

destinada ao debater sobre redução de recursos orçamentários vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, bem como sobre a situação dos débitos rurais e as medidas a serem implementadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para execução e cobrança das operações transferidas à União por força da Medida Provisória 2.196-3 de 2001, pelo presente, apresenta as seguintes considerações e solicitações:

1. Considerando que em relação às dotações orçamentárias de 2004, já contingenciadas em prejuízos de ações desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, os recursos para execução orçamentária no exercício de 2005, definidos em Decreto nº 5.379, de 2005, foram reduzidos em 2,07%, comparando com as disponibilidades do exercício de 2004;
2. Considerando que os recursos incompressíveis, destinados a despesas correntes de custeios, benefícios e gestão administrativo, apesar de aumento de 70,56%, passando de R\$327,362 milhões de reais para R\$558,335 milhões de reais, os recursos destinados a investimentos em ações de defesa agropecuária, inovação tecnológica, capacitação e outras, reduziram de forma significativa, da necessidade de R\$341,369 milhões, ficando limitado a R\$68,165 milhões representando redução de 80,03% das dotações orçamentárias aprovadas pelo Nacional;
3. Considerando que em relação as Emendas Parlamentares destinadas à programas desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, destinadas à melhoria das condições de vida das comunidades rurais em todo o País, de um valor aprovado de R\$267,359 milhões de reais, o contingenciamento foi de 100%, ou seja, não há limite para atendimento desses recursos;
4. Considerando que os recursos contingenciados, poderão comprometer as ações de defesa vegetal e animal, voltadas à manutenção de Áreas Livres de Aftosa, medidas profiláticas e de controle de zoonoses como as encefalopatias espongiformes transmissíveis com destaque para a encefalopatia espongiforme bobina (vaca louca), Gripe Aviária, Brucelose e outras que podem afetar o rebanho brasileiro;
5. Considerando que os recursos contingenciados, poderão comprometer também, as ações do MAPA voltadas à Defesa Vegetal, no tocante ao Sigatoka Negra, mosca da carambola, ferrugem da soja, mosca das frutas, bicudo do algodoeiro, Cochonilha do Carmin e os Planos de Análises

de Riscos de Pragas Quarentenárias, além de outras enfermidades que afetam outras culturas, como a da maçã, etc;

6. Considerando que as ações desenvolvidas pelo MAPA, em todas as suas áreas, são realizadas em conjunto, envolvendo o desenvolvimento de tecnologia de informação, capacitação de seus técnicos e funcionários para dar cumprimento às exigências internacionais de controle de doenças, pragas e zoonoses;
7. Considerando que o contingenciamento de recursos alcançam também os programas de fundamental importância para o Agronegócio brasileiro, como o zoneamento agroclimático e a política de subvenção ao seguro rural, aprovado pelo Congresso Nacional;
8. Considerando que o atual quadro de inadimplência em todos os programas de alongamento e renegociação de dívidas aprovados por esta casa, bem como o baixo alcance das medidas de renegociação em decorrência das complexidade e da falta de informação e acesso às medidas elaboradas por parte dos produtores;
9. Considerando que as ações de Defesa Agropecuária podem comprometer todo o esforço do Governo Federal e os constantes superávits comerciais, que ao longo destes anos, demonstraram a competência do Agronegócio brasileiro em termos de exportações, mesmo com as recentes barreiras impostas ao setor de carnes e alguns produtos agropecuários;
10. Considerando que os recursos escassos, certamente irão comprometer as políticas e ações de desenvolvimento, relacionadas ao fomento, a organização e profissionalização dos produtores, contribuindo assim, com a manutenção do atual estado de vulnerabilidade dos sistemas de produção.

Ao debaterem toda esta problemática, os Signatários desta Reunião de Audiência Pública conjunta, requerem de Vossa Excelência as seguintes medidas:

- Recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos aprovados pelo Congresso Nacional, com ênfase para os recursos comprimíveis, que são voltados às ações conjuntas de defesa agropecuária, de desenvolvimento tecnológico na área de informática, zoneamento agroclimático, desenvolvimento rural, seguro rural e outras que são necessárias e imprescindíveis ao trabalho integrado que o MAPA vem desenvolvendo;
- recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos aprovados pelo Congresso Nacional, com ênfase para as emendas parlamentares que geram emprego, desenvolvimento e melhores condições de vida para as comunidades rurais nos inúmeros municípios brasileiros;
- que os Órgãos do Poder Executivo, em especial, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, tenham maior atenção com os débitos rurais, buscando junto com o Congresso Nacional e com as entidades de classe aqui representadas, os mecanismos para corrigir e aperfeiçoar os mecanismos de alongamento e renegociação de dívidas, para que milhares de produtores possam continuar contribuindo com o desenvolvimento do Brasil, gerando emprego e renda e melhores condições de vida para as comunidades rurais e urbanas em todas as regiões brasileiras;
- que os Órgãos do Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Ministério da Justiça – MJ e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, desenvolvam análises e estudos voltados à investigação do custo dos insumos no Brasil e a criação de um grupo de trabalho conjunto, para buscar mecanismos legais e operacionais a serem implementados para maior controle de redução de custos, de forma que todas as medidas de redução de tributos, estejam voltados em benefício do produtor rural brasileiro;
- que os Órgãos do Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Ministério da Justiça – MJ e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, possam elaborar e apresentar uma proposta que vise o combate, com eficiência, o processo de “cartelização” que foi instalado no Agronegócio Brasileiro, em especial no setor de insumos, defensivos e frigoríficos;
- que os Órgãos do Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, desenvolvam análises e estudos voltados à apresentação de uma proposta de solução aos produtores rurais, suas cooperativas e associações, através de suas entidades de classe, em relação aos débitos com “fornecedores” de insumos, seguindo como sugestão, a criação de um programa com recursos do BNDES, com montante inicial de

R\$2 bilhões e juros limitados a 8,75% ao ano, prazo compatível com cada atividade, voltadas ao saneamento do setor agropecuário;

- que os Órgãos do Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde, priorizem as ações do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxico – CTA, no tocante a edição de normas complementares para que o setor de Agrotóxicos possa operar com desenvoltura e continuar contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, especialmente em relação ao Registro Especial Temporário – RET, Reavaliação de Produtos, Registro de Componentes, Registro por Equivalência, Adequação de Rótulos e Bulas, Agilização dos Registros para Exportação (REX);
- que os Órgãos do Poder Executivo, em especial aqueles com a responsabilidade de tratar das questões das terras indígenas e de reservas ambientais, utilizem procedimentos demarcatórios não arbitrários e que o Congresso Nacional seja ouvido, principalmente nas questões relativas a áreas na região amazônica; que na regulamentação fundiária a Constituição Brasileira seja respeitada; que as terras públicas federais do estado de Roraima sejam parcialmente transferidas, em montantes adequados, para o governo do estado, de tal modo que a soberania estadual no processo de desenvolvimento econômico e social possa ser exercida pelos cidadãos daquele estado;
- que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, priorize a nomeação e posse dos Fiscais Federais aprovados em Concurso Público, profissionais estes que estarão desenvolvendo ações voltadas às questões de fiscalização dos frigoríficos.

Atenciosamente, – Deputado **Ronaldo Caiado**, Presidente da Capadr – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente da CRA – **Duarte Nogueira**, Presidente do FNSA – **Antônio Ernesto Werna de Salvo**, Presidente da CNA – **Márcio Lopes de Freitas**, Presidente da OCB.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, pelo prazo de vinte minutos.

Antes porém, não havendo objeção do Plenário, prorrogo a sessão até às 18 horas e 40 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lerei o pronunciamento, o que não é do

meu feitio, mas considero importante fazê-lo dado o momento que estamos vivendo, pois não quero fugir à linha que tracei.

Toda vez que dedico algumas horas à leitura do noticiário, sinto-me um pouco amargurado, contrariado, deprimido mesmo, pelo tanto de problemas que encontramos nas páginas dos jornais brasileiros.

Dia desses, depois de uma dessas penosas leituras, vi-me, em silêncio, quase que conversando com Deus. Eu Lhe confessei que somente a minha fé inabalável continua a manter a minha crença na existência do homem. Pelo menos do ser humano criado à Sua imagem e semelhança. É que as notícias do dia-a-dia são o retrato mais que perfeito da distância, cada vez maior, entre o projeto divino da criação do universo e o que restou da humanidade depois da evolução dos tempos.

Sempre acreditei na teoria da Criação, segundo a qual o homem é o último e mais perfeito ato do Criador. Mas hoje sinto que esse homem mais parece ser o resultado de uma outra teoria, que eu poderia chamar de teoria da involução da espécie. É que o homem se distanciou do projeto com que foi criado. O homem se distanciou da vontade Daquela que o criou.

Dia desses, numa dessas minhas reflexões costumeiras, também depois de percorrer o noticiário do dia, eu me perguntei como poderia, mesmo na minha pequenez, contribuir na reaproximação do homem com o seu projeto de criação, se é que isso ainda é possível.

Procurei, no meu redor, fatos que me inspirassem nessa vontade de transformar o mundo, para que ele se veja livre das mazelas que teimam em deixar, em nossas salas, a cor do sangue, o cheiro da pólvora e o gosto da morte.

Ainda hoje, bilhões de pessoas passam fome por todo o Planeta, apesar de os grandes celeiros continuarem abarrotados de alimentos. Passam os dias e persiste o drama das crianças sem teto, que vivem nas ruas, caminantes sem destino em cidades arrasadas pelo ódio e pela ganância.

No Brasil, de certa forma, vivemos hoje uma guerra não declarada, confirmada na violência que ronda nossas esquinas, ruas e avenidas. Acumulam-se as vítimas de balas perdidas e de balas com endereço certo. Como diz aquela música, todos podemos dizer todos os dias: está lá mais um corpo estendido no chão. Estou falando de uma guerra que ceifou a vida dos meninos da Candelária, dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, e da Irmã Dorothy, a missionária da Amazônia.

Confesso, sinceramente, que, ao folhear os diferentes cadernos que retratam o dia-a-dia deste início do terceiro milênio, pouco ou nada encontro de inspiração para, concretamente, transformar este mundo. Restam-me os meus sonhos. E eles não são poucos.

E, apesar de tudo, sinto que eles são factíveis. Deus, na sua infinita bondade, traçou-me um caminho. Esse caminho foi pavimentado pela fé e sedimentado na atuação política. Fé e política: sem eles, eu vegetaria numa vida sem sentido, sem sonhos e sem utopia.

Tanto na fé como na política, acho que a serpente da tentação, nos nossos dias, é a relativização de Deus e dos mais belos projetos de uma sociedade mais justa, que são reduzidos a essas mesmas concepções políticas e religiosas.

Nunca se matou tanto em nome de Deus. Tanto o Presidente do país mais poderoso do universo, que procura demonstrar ter uma espécie de “telefone vermelho” com Deus, como o terrorista mais procurado, além dos homens-bomba do Iraque e da Palestina, que se explodem em nome de Alá, todos eles, inabaláveis em sua fé, matam e morrem “em nome de Deus”.

Sinto que, na área da ciência política, faltam estudos mais aprofundados sobre as correlações entre o pensamento de governantes dos dias atuais e as idéias que moveram os exércitos de Stalin, ou abriram as válvulas de gás de Hitler.

Alguns homens consideram-se quase deuses. Outros confundem Deus com uma concepção que fazem Dele. Os homens institucionalizam as religiões e as tornam inimigas entre si. Ao se tornarem deuses, os homens passam a falar sozinhos e a não se entenderem. Talvez sem perceber, o mundo constrói hoje uma nova Torre de Babel. “Vamos fazer tijolos e cozê-los no fogo... Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até o céu...”

É assim também na política: quando se cristalizam objetivos de luta com posições partidárias fanatizadas. Colhe-se confusão das línguas, em benefício dos interesses miúdos, que vicejam à sombra.

Tanto na fé religiosa, como na política, é impossível domesticar o absoluto. Deus está além das concepções que Dele somos capazes de fazer. O relativo não é um absoluto reduzido a pequenas proporções. Por outro lado, o risco de absolutização do relativo é perdemos o rumo, atarracados em nossas posições pessoais, perdendo de vista o imenso horizonte da utopia. Sem esse horizonte, fazemos apenas política de resultados, sob a pecha do “bem da Pátria e da Humanidade” e, pior, “em nome de Deus”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as novas gerações, principalmente depois do regime militar, não conseguiram ainda superar essa armadilha. A morte, sem substituição, das grandes lideranças nacionais e o fim das utopias levou os jovens à relativização dos seus sonhos: arquitetam projetos de vida que não ultrapassam desejos de consumo, alimentados pela mídia. Essa mesma mídia que substituiu o que era, antes, o esteio da formação ética e humanística dos meninos de então: a família, a escola e a igreja.

O círculo que unia pais, mães, professores e educadores, promovido pelo amor, deu lugar ao semicírculo, silencioso e apático, de frente para a televisão,

patrocinado pelo dinheiro. Ainda sobre a juventude de outrora, mesmo os antigos militantes, a quem muito devemos a democratização do País, hoje se contentam com miudezas, presos à lógica da política de resultados. Vivem no varejo, imaginando-se imperecíveis no que pensam e no pretendem fazer.

Enquanto isso, vicejam outros sonhos, agora embalados e exacerbados por um *marketing* cada vez mais eficiente dessa juventude sem perspectivas e sem diálogo, além da linguagem da violência. E a grande maioria daqueles que se julgam acima do bem e do mal não se digna a assumir a sua responsabilidade e se protegem em torres de marfim. Como na Idade Média, constroem fortificações que se propõem salvadoras de suas próprias peles, mas que, cada vez mais, se parecem com prisões que sufocam.

Haverá ainda horizonte neste mundo de perda de valores básicos? Claro que sim. Se não, o que seria dos nossos sonhos, da nossa utopia? Ao contrário das religiões absolutizantes, não vejo, no horizonte, soluções apocalípticas. Estamos por demais presos ao varejo para imaginar que um “tsunami” político irá nos arrastar para sempre. A expectativa de cinematográficos espetáculos apocalípticos escamoteia o conhecimento dos efeitos de nossas pequenas omissões do dia-a-dia.

A esperança é fundamental. Mas ela somente se tornará realidade para aqueles que saírem da floresta e tomarem a estrada. Só se vê o horizonte da estrada. Do caminho, que é travessia. Não importa a pequenez dos nossos passos, se conseguirmos olhar à frente. Lá estará, sempre, o absoluto. Esse absoluto não pode estar aprisionado em nossas palavras e projetos, por melhores que sejam nossas intenções. Não há esperança sem utopia.

O que fazer, então, numa época que já foi chamada de “era da incerteza”? Como mudar o rumo dos acontecimentos quando já se vaticinou o “fim da história”? Pois bem, neste liminar de novo século e milênio, as incertezas persistem e o noticiário parece demonstrar a idéia de que a história não tem fim. Guerras, fome, miséria, dor. Entretanto, esses fatos e acontecimentos já permitem destacar qual será a essência do contraditório e marcará a era que se inicia. Embora os mesmos conflitos de interesse, os mesmos movimentos libertários e as mesmas crises de toda ordem, a natureza do contraditório mudou. O processo que está em curso não mais opõe nações ou ideologia. O que está em causa é um lento, mas indiscutível e inexorável, processo do conflito de valores.

Ao longo de milênios, a humanidade construiu uma base comum ética que poderíamos qualificar como uma conquista da civilização, do espírito humano. Foram, progressivamente, incorporados valores que se tornaram universais, algum tipo de compromisso comum com o aperfeiçoamento de um estado de coisas e de relacionamento entre os seres humanos que ainda se supunha a idéia da solidariedade.

Temos um destino comum e não é possível a sobrevivência de uns às expensas do sofrimento e do avassalamento de outros. O patrimônio comum da humanidade, seja ele intelectual ou material, não pode ser objeto de apropriação, nem deve ser colocado a serviço exclusivo e singular de uns poucos. Existem direitos humanos fundamentais que não podem ser violados e devem constituir o parâmetro básico para a estruturação e o funcionamento da sociedade.

Para a construção desse sistema de valores, é evidente a contribuição das diferentes religiões que dominam o cenário do planeta: cristãos, judeus, islâmicos, budistas e tantas outras que reconhecem a essência do valor da pessoa humana. É em torno desse dado básico que, supõe-se, devam as relações sociais ser, agora, organizadas e estruturadas.

Há, entretanto, um dado básico que coloca em questão todo esse patrimônio cultural da humanidade. As forças emergentes – ou que pretendem tornar-se como tais – aquelas mesmas que vislumbram o fim do processo histórico – caminham em sentido exatamente oposto a toda essa construção milenar.

A exacerbação do individual, o pretensão direito a uma certa concepção de liberdade, a busca da satisfação e do enriquecimento material pessoal acabam por contrastar frontalmente os valores que tínhamos como definitivamente incorporados.

Por isso, não é lícito falar em fim da história, pelo menos no sentido que querem dar à frase. Estamos, sim, no limiar de uma nova era, onde um novo tipo de conflito estará a opor pessoas, nações e povos.

Creio ser legítimo afirmar que um embate se avizinha. De um lado, está o patrimônio cultural e de civilização acumulado ao longo de milênios e que preza nomeadamente, o valor humano – seja porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, seja porque o destino da humanidade é incompatível com um estado de busca incessante da riqueza pessoal. De outro lado, estão as forças que julgam legítimo prevalecer o direito do mais forte, daqueles que devem herdar e serem os beneficiários dos bens acumulados ou que vierem a ser produzidos.

O século que se inicia, de certo modo, pode ser visto como um tempo de grandes desafios. Desafios que envolvem a involução histórica da humanidade a um estágio de descompromisso com o semelhante **versus** uma evolução no sentido do aperfeiçoamento e aprofundamento de valores que marcam a civilização até aqui construída.

O desenvolvimento das técnicas nos campos da informática, robótica e comunicação tem sido colocado a serviço do aceleração da acumulação e concentração da riqueza no plano universal, acentuando o fosso que separa os ricos dos pobres. Isso significa que os avanços científicos acabam por resultar num incremento da exclusão social.

Paralelamente a esse fenômeno, as forças planetárias emergentes se empenham em restringir, cada vez

mais, os poderes inerentes à soberania estatal. Com isso, enfraquecem o potencial de ação do Poder Público na promoção do interesse coletivo. O novo papel que se desenha para o Estado é o de um agente mantenedor da ordem, por meio da repressão, e promotores de medidas que transferem poder político e econômico para os grandes conglomerados empresariais.

Institucionaliza-se, pouco a pouco, uma ordem internacional, sobretudo no campo econômico, que impede a criação de medidas de defesa do interesse interno coletivo das nações, principalmente as menos desenvolvidas.

A desregulamentação do setor financeiro coloca os Estados à mercê de um frenético movimento especulativo mundial, tornando impossível qualquer medida política que preserve a verdadeira função do setor, que é a intermediação dos haveres e sua alocação prioritária em setores que promovam o desenvolvimento equilibrado.

O avanço sistemático sobre o patrimônio público, por meio das privatizações a qualquer preço, e a transferência da riqueza coletiva, enfraquece o Poder Público, transforma-o refém de forças que obedecem unicamente à lógica do lucro e à acumulação do capital.

A mídia como um todo perde, progressivamente, a sua função informativa, para passar a exercer o papel legitimador dos interesses globalizados.

O mesmo fenômeno alcança o meio intelectual e acadêmico, com o esvaziamento da universidade pública e a incapacidade do Estado de levar a termo uma política de pesquisa tecnológica e científica capaz de atender ao interesse comum.

Esse estado de coisas vai, sistematicamente, minando as convicções e os padrões éticos de comportamento social, passando a imperar uma situação onde a lei do mais forte e a defesa do interesse pessoal são o único padrão a ser observado. Com isso, tem-se aberto o caminho para práticas de corrupção generalizada e impune.

Como não poderia deixar de ser, o sistema emergente, cada vez mais, precisa recorrer à força militar e policial para preservar os interesses. Parcela crescente da riqueza acaba sendo destinada à sofisticação dos instrumentos de guerra e de destruição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas essas preocupações permitem deduzir que o século que se inicia está marcado por um novo tipo de embate e de conflito de interesses. As forças emergentes pretendendo implementar uma situação única onde a única ação legítima é aquela voltada para o enriquecimento pessoal de uns poucos. Do lado de fora, uma sociedade civil desestruturada e desorganizada, que vê a sua qualidade de vida sendo progressivamente minada e se sente incapaz de reagir, até mesmo por não possuir a exata consciência do processo em curso.

O que fazer afinal?

Tamanho tem sido o avanço das forças emergentes, tal é a sua penetração em todos os campos da vida do ser humano, que os homens parecem ter perdido a capacidade de entender o processo a que estão sendo submetidos.

Portanto, o primeiro passo da reação seria a participação ativa num processo de disseminação de tomada de consciência do que está efetivamente a ocorrer. Sem isso, não haverá a menor possibilidade de organizar resistência em defesa dos valores superiores que devem guiar os passos da humanidade.

Essa é a grande oportunidade de construirmos um novo tempo, alicerçado nos mais nobres valores da fraternidade, da cidadania e da soberania. Fé e política não se resumem a catedrais e gabinetes. A pretensão eleitos por Deus e a pretensiosos, mesmo que eleitos pelo povo. Não se deve orar de frente para os altares e de costas para o povo. Nem realizar a política de gabinete, longe do povo e de costas para Deus.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, por intermédio de sua Comissão Episcopal para o Laicato, veio a criar o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, que funcionará aqui em Brasília.

A criação do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara tem como seu objetivo primordial contribuir para a formação de liderança inseridas na política. O que se quer é que, a partir daqui, as lideranças cristãs tenham uma mais profunda formação em teologia, doutrina social e conhecimento bíblico. No fundo, o que se pretende é que essas lideranças tenham papel de protagonismo na construção de uma nova sociedade, mais justa, democrática, solidária e plural.

Não pode haver objetivo mais nobre. Sempre achei que era preciso unir mais atuação política e o pensamento cristão, levando em conta os valores do Evangelho e a doutrina social da Igreja. Essa reflexão é fundamental para que, depois, coloquemos esse aprendizado em prática. Na política, são tantos e tão graves os assuntos a que nos dedicamos, que a nossa tendência é nos concentrarmos apenas no mais imediato, no mais concreto, no material.

Recordo que o grande líder cristão que foi Dom Hélder Câmara pregava não desejar “que a Igreja fique, apenas, no uso das palavras. O dividir o pão, do rito religioso, não deve ser apenas um discurso, mas uma realidade”.

Como disse também o Papa João Paulo II, “não pode haver, na sua existência, duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada ‘espiritual’, com seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida ‘secular’, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do engajamento político e da cultura”. Portanto, fé e política são elementos que se atraem.

A razão para a instituição deste Centro pode ser encontrada, quem sabe, no capítulo bíblico que trata da Torre de Babel. Os seus passos, entretanto, como

contraponto, podem estar num dos capítulos do livro “Atos dos Apóstolos”: “Quando ouviram o barulho, todos se reuniram e ficaram confusos, pois cada um ouvia, na sua própria língua, os discípulos falarem. Espantados e surpresos, diziam: esses homens que estão falando, não são todos galileus? Como é que cada um de nós os ouve em sua própria língua materna? Entre nós há partos, medos e elamitas; gente da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frigia e da Panfília, do Egito e da região vizinha de Cirene; alguns de nós vieram de Roma, outros são judeus ou pagãos convertidos; também há cretenses e árabes. E cada um de nós em sua própria língua os ouve anunciar as maravilhas de Deus”. Em contraponto a Babel, onde pequenos “absolutos” não conseguiam se comunicar porque falavam uma língua que era só deles, o Cenáculo dos Atos nos apresenta homens de fé que não se acreditam donos da verdade e, por isso, sabem se postar diante do Absoluto que os ultrapassa e os fazem falar a mesma língua. Mister se faz voltarmos a aprender e a ensinar esse antigo idioma.

Louvados sejam todos os participantes desse novo Centro. Haverá, certamente, aqueles que, de fora, caçoarão e dirão: “Eles estão embriagados com vinho doce”. Não se importem: doravante, as ações praticadas nesta nobre missão também serão atos de apóstolos.

Essa iniciativa da CNBB vem ao encontro do que defendi ao longo deste pronunciamento. Temos de, cada vez mais, refletir profundamente sobre a encruzilhada em que nos encontramos. De um lado, a espiritualidade, a solidariedade, o amor e a colaboração. De outro, a ganância, o ódio, a indiferença e a insensibilidade. Temos de trazer essa discussão para a arena política do nosso País. É isso que penso.

Venho, em grande hora, de um grande movimento, de um grande debate. Vamos nos reunir todos, independentemente de idéias, de religião, do partido político. Aqueles que crêem numa sociedade humana, de formação real, aqueles que são contra o absolutismo, aqueles que defendem a verdade estão convocados para fazer deste milênio um milênio de paz, de ordem, de respeito, de carinho, em que as misérias diminuam e o bem social termine por vencer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar, por cinco minutos, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Prorrogo a sessão por cinco minutos, para que V. Ex^a possa fazer uso da palavra, como Líder, após o que encerraremos a sessão.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje foi um dia particularmente importante no Senado Federal. A realização da audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, com a presença do Ministro da Saúde, Humberto Costa, deve ser considerada, no mínimo, um momento fundamental para a democracia.

A Oposição teve a oportunidade de questionar sobre inúmeros aspectos e problemas da área de saúde no Brasil, tendo sido respondidas integralmente todas as questões. É nosso entendimento que as justificativas para as ações do Governo Federal, em particular no Estado do Rio de Janeiro, ficaram devidamente esclarecidas.

Da mesma maneira, Senador Cristovam Buarque, como também sofremos uma intervenção na Santa Casa de Campo Grande, onde houve uma coordenação absoluta entre o Governo Federal, o Governo Estadual e o Município – acreditamos que é fruto até do julgamento do STF –, teremos lucidez e tranquilidade para fazer essa aproximação, para que a população do Rio de Janeiro não sofra, principalmente num segmento de fundamental importância, que é a saúde.

Hoje também foi um dia importante, porque tivemos uma audiência pública e debatemos a crise da aviação civil brasileira, que, apesar dos números satisfatórios ao longo deste ano e do ano passado, apresenta um passivo preocupante.

Debatemos bastante sobre a matéria referente à Agência Nacional de Aviação Civil, da qual sou o Relator. Essa agência será um instrumento fundamental para trazer maior credibilidade e confiabilidade ao mercado e para, conseqüentemente, conforme suas atribuições, manter a qualidade alcançada pela aviação comercial brasileira, hoje respeitada no mundo inteiro, não só nas questões de segurança das aeronaves, mas também no que diz respeito ao serviço de proteção ao voo, à supervisão feita pela Aeronáutica e ao controle de voo. Tudo isso a coloca como um dos melhores operadores do mundo nesse tipo de atividade. Portanto, fizemos uma avaliação muito pragmática e importante no que se refere à homologação de aeronaves, principalmente na defesa da aviação nacional.

Gostaria, Sr. Presidente, de destacar um outro assunto importante: a distribuição de renda. O debate relacionado ao aumento do número de pessoas que recebem salário mínimo traz algumas preocupações, mas merece uma análise bastante acurada. É verdade que temos problemas na distribuição de renda, e as preocupações do Governo Federal nessa área se revelam numa forte atuação de programas como o Bolsa-Família, mas também na geração de emprego.

Há uma inequívoca ligação entre educação e emprego, entre nível escolar e renda percebida. Se ainda temos muitos problemas nas faixas mais baixas, não se pode desconsiderar que houve melhora da renda nas faixas intermediárias, que sobe há sete

meses seguidos. Por exemplo, na faixa de 8 a 10 anos de escolaridade, a expansão foi de 1,2%.

Portanto, ao discutirmos a questão do emprego e da renda, cumpre considerar a dinâmica econômica e as variações no nível de emprego no País, nas diversas regiões metropolitanas, mas não podemos desconsiderar – como informa a **Folha Online** em sua edição de 27/04/2005 – que, mesmo com taxas de juros elevadas (e é necessário que no momento adequado voltem a declinar), o volume de recursos destinado às operações de crédito cresceu mais de 21% em 12 meses e supera os R\$500 bilhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E mais, informa a **Folha Online**:

O maior crescimento ocorreu no crédito consignado – desconto em folha de pagamento –, que aumentou 9,8%. O crédito pessoal – que engloba operações do consignado – apresentou um crescimento de 6%. O volume de recursos das operações de empréstimo para a aquisição de veículos tiveram um incremento de 2,4%; e o cheque especial, de 3,9%; e

As operações de crédito consignado para aposentados já somam R\$5 bilhões, o equivalente a 2 milhões de operações. As operações totais de crédito consignado somavam R\$15,421 bilhões em março.

Sr. Presidente, ainda há o microcrédito e outras operações que têm sido efetivamente viabilizadas pelo Governo. Não tenho dúvida nenhuma de que, quando o Presidente Lula falou sobre os juros no decorrer desta semana, com certeza, Sua Excelência pensava nos empréstimos consignados, no microcrédito, em todas as ferramentas que o Governo Federal tem disponibilizado para atrair as pessoas que necessitam de linhas de financiamento a juros menores do que os praticados, especialmente em muitas agências bancárias.

Portanto, Sr. Presidente, o que esperamos ver concretizada é a manutenção da estabilidade econômica obtida nos dois primeiros anos do nosso Governo, para que possamos, em 2005 e 2006, alcançar o desejável estágio de crescimento sustentado, em que, com maior nível de produção e emprego, aí sim, estaremos atuando fortemente na questão da distribuição de renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Os Srs. Senadores Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, Valmir Amaral e as Sr^{as} Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Ana Júlia Carepa enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 27 de abril, Brasília foi palco

para uma grande manifestação nacional a favor da educação pública brasileira. Como parte da VI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, milhares de manifestantes estiveram aqui, na Capital Federal, participando de uma marcha nacional demandando que o dinheiro usado para o pagamento da dívida externa seja destinado à Educação. A manifestação foi promovida e organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A proposta de conversão está fundamentada na necessidade urgente de garantir o investimento no desenvolvimento das políticas sociais, contribuindo para a estabilidade econômica e política e para o progresso científico e social do país.

O uso destes recursos no financiamento da educação pública é uma alternativa para garantirmos a qualidade do ensino e o acesso de uma parcela significativa da sociedade à escolaridade básica.

Hoje, a educação pública é financiada por recursos garantidos pela Constituição Federal, na proporção de, no mínimo, 25% para Estados e Municípios, e 18% para a União. A Constituição também prevê a vinculação dos impostos da União para o setor. Atualmente, 18% dos recursos oriundos da arrecadação são aplicados na Educação. No entanto, há retenção de recursos que, no caso da Desvinculação de Recursos da União, desonera em 20% os valores vinculados.

O Fundef, que é destinado ao financiamento do ensino fundamental, dispõe hoje de R\$28 bilhões anuais, enquanto que, no ano de 2004, foram destinados R\$70 bilhões para o pagamento de juros aos organismos internacionais.

São nestes valores que encontramos a grande discrepância entre o que deve ou não ser priorizado pelo país. Não se vê sentido em continuar ignorando as necessidades sociais da nação em detrimento do pagamento de uma dívida que pode ser considerada, no mínimo, ilegítima, já que o povo brasileiro não teve, em momento algum, o direito de opinar sobre a necessidade de se contrair empréstimos que geram uma dívida que hoje chega a R\$545 bilhões.

Para conquistarmos uma educação pública de qualidade em todos os níveis e acessível a todos os cidadãos, o Brasil necessita de investimentos na ordem de R\$180 bilhões, ou seja, um aumento extraordinário sob o valor destinado atualmente.

Há também que se reforçar a luta pela valorização dos profissionais da educação e pela superação do Fundef com a implementação do Fundeb, que engloba toda a Educação Básica.

São os grandes desafios que o Brasil precisa enfrentar no campo da Educação e que, sendo superados, nos permitirão uma educação de qualidade, garantindo o acesso e a permanência nas escolas.

Ampliar o acesso à educação significa reduzir a pobreza, promovendo a cidadania e o crescimento crítico da sociedade. Certamente, a medida de conversão do dinheiro usado para o pagamento da dívida externa

para o financiamento da educação será um grande passo no sentido de uma sociedade mais igualitária.

Devemos também batalhar pela manutenção do diálogo e dos debates em torno da qualidade da educação pública no Brasil. Neste aspecto, gostaria de destacar o empenho da Associação Brasileira de Educação (ABE), responsável pela promoção das Conferências Nacionais de Educação – atividades que, ao longo dos anos, funcionam como um elo entre o governo federal, os governos estaduais e representantes da sociedade.

Em seus estudos e discussões, a ABE tem identificado as grandes necessidades da educação no Brasil. Como primeiro desafio, tem destacado a importância de termos um ensino adaptado às necessidades e características locais e regionais. Tem apontado também a urgência em destinar-se às universidades aparelhos de verdadeira criação científica, o que virá a exigir, para maior desembaraço de movimentos, autonomia administrativa e didática e regime de livre concorrência.

Gostaria de convocar a todos para esta discussão que não deve acontecer somente nesta semana, mas deve permanecer viva em nossas mentes para que, juntos, possamos chegar a um consenso sobre o melhor rumo a ser tomado a favor de um país mais desenvolvido e justo para seus cidadãos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo intitulado “Mal na Foto”, publicado no Jornal **Valor Econômico**, edição de 28 do corrente, de autoria da economista Eliana Cardoso.

O artigo destaca que o presidente Lula não tem se saído bem nas suas afirmações.

Cita entre outras a questão da retirada do Brasil da Alca, notícia prontamente desmentida pelo seu ministro, depois veio a questão dos juros tentando transferir para a população a decisão sobre os mesmos.

Todos aprendemos que juros menores dependem de menor gasto público, da diminuição da informalidade, este resultado da alta dos juros, da redução das alíquotas dos tributos e da adequação do depósito compulsório dos bancos às necessidades estruturais da economia.

Ora como diz a articulista, “Lula, seu partido e aliados esqueceram que existe um país a governar e começaram a campanha eleitoral de 2006” e conclui “Ficará melhor na foto quem mostrar coerência e dedicação às reformas que interessam ao país”.

O artigo que passo a ler para que fique integrado este pronunciamento é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
Valor	28	Abril/05	Brasil	A	2

Mal na foto

aul Bellow, romancista americano de gênio e prêmio Nobel de literatura, morreu neste mês de abril. Era um dândi preocupado com a própria aparência e a esse tema dedicou o ensaio "Graven Images".

Uma "graven image" é uma estátua, uma imagem gravada. Mas a palavra "graven" (do verbo "to grave", que significa esculpir) também lembra o substantivo inglês "grave", que significa sepultura. No ensaio de 1997, Saul Bellow comenta sua própria decadência física, que os fotógrafos captaram sem piedade.

O ensaio começa com uma referência a Harry Truman, que dizia: "Como presidente dos EUA, sou seu cidadão mais poderoso" e, com um sorriso, completava que seus fotógrafos tinham ainda mais poder, pois podiam lhe ordenar como cruzar as pernas, segurar uma carta, folhear um livro. Truman acatava a ordem. Sabia que o julgamento do povo sobre seu chefe dependia em boa medida da foto no jornal.

O presidente Lula tem saído mal nas fotos. Cada vez que abre a boca grava uma imagem negativa e cava a própria sepultura. Na semana passada declarou que o Brasil tirou a Alca da agenda. Seu ministro desmentiu. Em 25/4 acusou a colunista e seu leitor de não "levantar o traseiro" e nos transferiu a responsabilidade pelos juros altos nos bancos. Errou feio.

As medidas para conseguir a façanha de baixar os juros cabem ao presidente e seu governo: redução dos gastos públicos e da informalidade para permitir um corte na Selic, redução dos impostos (inclusive da alíquota da CPMF), redução do crédito direcionado e redução do compulsório.

A acusação do presidente é vulgar. É tão equivocada quanto algumas respostas que apareceram na imprensa ontem, como a sugestão ao Banco do Brasil para que ofereça crédito a taxas de juros mais baixas que as do mercado. Quem o sugere tem memória curta, pois esqueceu as experiências de recapitalização do BB à custa do contribuinte.

Ooba-oba a respeito do crédito consignado também é injustificável. O empréstimo com desconto em folha de pagamento reduz os juros porque reduz o risco de inadimplência. Mas se o trabalhador não calcula direito a implicação das prestações futuras no seu orçamento, pode ficar sem comer ao receber o salário líquido das prestações que contratou.

**Lula esqueceu
que existe
um país
a governar**

Os políticos não estão preocupados com o prato de comida do trabalhador, mas os bancos calculam a possibilidade de uma desaceleração da economia e perdem interesse no crédito consignado. Pois o crédito consignado não evita

a inadimplência do trabalhador que perde o emprego. Em março ela subiu com força nas financeiras.

Ontem, mais uma vez, o presidente saiu mal na foto: "As pessoas falam que o aumento da taxa Selic vai diminuir o consumo, mas a verdade nua e crua é que a quantidade de dinheiro que está sendo jogada no mercado não estava prevista". Lula já avisou o Meirelles? A intenção declarada do BC é opor-se à festa prometida pelo presidente.

Tanta coisa por fazer e nosso algoz a deitar laiação e deixar de lado a reforma tributária. Para as empresas, os impostos se tornaram tão pesados e complexos que a atividade produtiva parece menos lucrativa que sair à caça de um incentivo fiscal aqui, uma renúncia ali, um arranjo acolá.

Para o governo, "quanto mais complicado o sistema tributário se torna, mais fácil complicá-lo ainda mais, num processo acelerado de insanidade galopante" ("The Economist", 16/4). Quando a loucura chega ao limite, uma simplificação radical se impõe.

O Brasil chegou nesse limite. Antes de nós, a Irlanda combinou juros altos com impostos altos para brigar com uma relação dívida/PIB produzida por uma política fiscal ativista e crescimento medíocre. A partir de 1986, o governo se viu impedido de continuar a aumentar os impostos, começou a cortar gastos e aboliu o protecionismo. O milagre veio entre 1996 e 2000, com 9,7% de crescimento ao ano graças à contínua redução do Estado e da reforma tributária que cortou o Imposto de Renda das empresas pela metade e transformou a Irlanda num fim para o investimento direto.

No Brasil, a complexidade do sistema tributário não se encontra no Imposto de Renda, simplificado durante a gestão FHC. Ainda assim, dá inveja um sistema mais radical sem permissão de deduções de qualquer tipo e com alíquota única (mas isenção para rendas abaixo de um piso) já em uso na Estônia, Letônia, Lituânia, Rússia, Sérvia, Ucrânia, Eslováquia, Geórgia e Romênia.

Quem gosta de Imposto de Renda complicado argumenta que o sistema de alíquota única contraria a exigência de que os mais ricos paguem proporcionalmente mais do que os menos ricos. Desde que o imposto não recaia sobre as rendas situadas abaixo daquela que corresponde, por exemplo, à renda média da sociedade, o princípio de progressividade é preservado. Principalmente porque nos sistemas com alíquotas progressivas e deduções, os ricos e seus advogados pagam proporcionalmente menos do que as classes médias, usando incentivos e oportunidades para evadir o imposto, muitas vezes de forma legal.

Mas as distorções mais graves de nosso sistema não estão no Imposto de Renda, mas na profusão de alíquotas, impostos e contribuições que se sobrepõem e se misturam com concessões e renúncias ditadas pelo ativismo fiscal. A simplificação desse sistema reduziria brutalmente os custos administrativos e a evasão fiscal do sistema vigente.

Lula, seu partido e aliados esqueceram que existe um país a governar e começaram a campanha eleitoral de 2006. A oposição torce para que o presidente fale de improviso todos os dias. Mas deveria lembrar que também precisa propor uma agenda menos contraditória que a do governo e escolher um candidato capaz de conquistar a confiança e a simpatia dos eleitores. Ficará melhor na foto quem mostrar coerência e dedicação às reformas que interessam ao país.

Eliana Cardoso é economista e escreve às quintas-feiras
E-mail: eliana.a.cardoso@terra.com.br

"Mal na foto."

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo com duas frases. Uma e outra retratam o Brasil de hoje. Ambas verdadeiras. Ambas merecedoras da atenção deste Plenário.

A primeira, do editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo** e diz: “Eis o melancólico retrato de uma administração cujo titular se acha no direito de passar um sabão no povo com acabrunhantes asneiras produzidas pelo narcisístico deleite com o som da própria voz, combinado com o precário domínio da maioria dos assuntos sobre os quais argumenta com desenvolta “quase-lógica” – como já rotularam os seus claudicantes pensamentos”.

A segunda do ilustre Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti: o governo está provocando um ‘virtual fechamento’ do Congresso. O perigo de um retrocesso existe.

Sobre esse perigo, de um passo a ré na democracia brasileira, basta olhar para o cenário que passou a cercar os périplos políticos de Lula, Brasil adentro, como os de ontem ao Pará, com seus passos seguidos freneticamente por câmeras da Presidência, pagas com o dinheiro do povo, e por um observador atento, o *propagateur* Duda Mendonça, também pago com o dinheiro dos brasileiros.

O cenário de ontem, em terras paraenses, lembra os costumes de Heinrich Himmler, sob , que, em 1934, se transformou no cabeça das polícias nazistas e do *Gestapo prussian*.

Lembra também Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler. Ele entendia que o uso maciço do rádio e de eventos ao ar livre, pagos – lá como aqui – com dinheiro público, era suficiente para contaminar o povo alemão com a ideologia nazista. Não é à-toa que se atribui a Goebbels a afirmação de que “qualquer mentira repetida a exaustão acaba por se tornar uma verdade”.

Retrocessos começam assim. Primeiro, aparece um inconseqüente, diz asneiras a seu bel prazer e pensa que o povo o acha engraçado. O que o povo quer achar em Lula, e não encontra, é um governante que governa.

Não me preocupo propriamente com a contaminação que chulices, hoje do agrado do Presidente, possam provocar. Preocupa-me, como ao povo brasileiro, a inação de um Governo sem programa.

Parvoíces infelizmente pululam em certas encenações que conspurcam e agridem o circo ou os programas de auditório, da mesma forma como os destemperos verbais do Presidente envilecem o povo do Brasil. Não são manifestações normais. Refogem

da normalidade. Algo do tipo extra-pauta. A pauta da grosseria e do contra-senso.

Que fique apenas para os roedores o auto-comprazimento com pretensos versos de apelo popular, na verdade, pura parvoçada.

Não me preocupo com chulices. Elas podem até coexistir. Mas a enérgica e pronta reação do povo mostra que o povo pede mais nível ao chefe de Estado.

Que não se faça pouco do povo nem se lhe subestime a capacidade de discernir à altura na hora de separar o joio do trigo, não deixando que a coisa daninha siga corrompendo as boas. Estamos na hora zero do basta!

Por isso, comecei este pronunciamento com a análise de um respeitável jornal brasileiro a propósito das batatadas proferidas pelo presidente Lula nas centenas de improvisos ao longo de seus 849 dias no Planalto. O inteiro teor do editorial de **O Estado de S. Paulo** de hoje está anexado a este pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado da República. Assim, o historiador do amanhã terá elementos para aferir o Brasil de um tempo em que alguns o imaginavam propriedade particular do PT.

Na falta de um programa, o Governo do Presidente Lula adota métodos do Estado Novo que vigorou no Brasil dos anos 30/40, inspira-se nas técnicas de Goebbels e, com propaganda maciça, tenta proclamar que faz o que não faz: governar.

Com a propaganda na cabeça e o dinheiro do povo no bolso, contam os jornais de hoje, Duda começou a orientar as filmagens do Presidente na rota do Biodiesel.

Mais uma vez, o Governo Lula se coloca como reinventor da roda e proclama duas inverdades, pensando que o povo brasileiro é um grande tolinho.

1ª inverdade – O Biodiesel não foi inventado no Governo Lula. A roda, sim. O Biodiesel vem de Governos anteriores. Nem é de Fernando Henrique Cardoso. A diferença é que Fernando Henrique Cardoso deu meios à continuidade das pesquisas sobre essa alternativa energética.

Se os petistas tivessem a cabeça no lugar certo, haveria de se lembrar que, durante o Governo Fernando Henrique, ônibus experimentais rodavam com Biodiesel em Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e aqui em Brasília.

No Governo Fernando Henrique tiveram curso as pesquisas sobre o biodiesel, uma área que, aqui neste Plenário, tem um profundo conhecedor, o Senador Alberto Silva.

No Governo Fernando Henrique, o Biodiesel foi tratado com seriedade e apreço às pesquisas, que

agora, graças a esse esforço anterior, podem começar a dar os primeiros frutos.

No Governo Fernando Henrique, o Biodiesel não foi *expropriado* para fins de propaganda político-eleitoral.

Pode-se até compreender que, agora, o Governo petista teria que mudar os rumos da normalidade e se lançar como reinventor da roda. Afinal, Governo que não tem realizações para mostrar, agarra-se à primeira coisa que dobra a esquina, vindo de um bairro mais sério.

2ª inverte – Claro que o Biodiesel é interessante, mas nem de longe vai resolver o problema energético de um mundo amedrontado pela elevação dos preços do petróleo.

O Biodiesel, repito, é importante. Mas não é a universal panacéia ou o remédio para todos os males.

Se esse Governo que aí está fosse mais humilde; se esse Governo que aí está não fosse autoritário nem discricionário, eu até me arriscaria a dar-lhe um conselho, indagando: Será que a roda reinventada roda?

Enfim, o Governo petista do Presidente Lula agora só anda com câmeras e holofotes em seu encalço. É uma marcha batida desesperada, seguindo seus passos como fieis escudeiros fantasiados de Joseph Goebbels.

Se já não bastasse criar a logomarca dos produtos brasileiros de exportação com o timbre vermelho do PT conspurcando o verde e amarelo da Bandeira Pátria, Lula pululou e acaba de lançar mais um dístico para figurar ao lado da logomarca da exportação: *We love Brasil*. Assim mesmo, em inglês!

Só faltam duas coisas. Como lembra Gustavo Bicalho Ferreira da Silva, em mensagem eletrônica que me enviou esta manhã, a primeira dessas absurdidades seria trocar o S no Brasil pelo Z de um Brasil que eles imaginam PT de alto a baixo.

A segunda, para combinar com a logomarca avermelhada, seria mexer na Bandeira Nacional, substituindo o Ordem e Progresso por algo como *PT FOR EVER*. Assim mesmo, em inglês!

Enfim, como é da preferência de Lula pulular por aí, ele já passa a correr atrás de carona até em carrinho de pipoca.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quinta-feira, 28 de Abril de 2005

Duda e câmeras, a cada passo do presidente

FOCO: Os passos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Moju, no Pará, foram seguidos por câmeras da Presidência e um observador atento, o publicitário Duda Mendonça. Segundo o secretário de Imprensa, André Singer, Duda estava presente porque o projeto de biodiesel deverá ser “estrela” em uma próxima campanha. O secretário de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, também acompanhou toda a movimentação. Na segunda-feira, o Estado revelou que Lula aposta na ofensiva publicitária para reverter a agenda de desgastes do governo.

Quinta-feira, 28 de abril de 2005

Grosseria e contra-senso

Este espaço decerto seria insuficiente para reproduzir todas as batatadas proferidas pelo presidente Lula nas centenas de improvisos ao longo de seus 849 dias no Planalto. Mas, por acabrunhantes que sejam as asneiras produzidas pelo narcisístico deleite com o som da própria voz, combinado com o precário domínio da maioria dos assuntos sobre os quais argumenta com desenvolta “quase-lógica” – como já rotularam os seus claudicantes pensamentos -, até a última segunda-feira as reações ao seu discurso de cada dia não iam muito além da zombaria e da troça, ou, no máximo, da irritação apoquentada com a falta de “desconfiômetro”.

Agora, foi diferente porque, além da inteligência das parcelas mais atentas da sociedade, foi atingido o amor-próprio dos brasileiros. Esse limite crucial o presidente ultrapassou ao culpar implicitamente o “comodismo” do povo pelas altas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito nos empréstimos pessoais. Adicionando insulto à injúria, ou melhor, ofensa à ignorância, Lula disse que quem se queixa do custo do dinheiro “é incapaz de levantar o traseiro de uma cadeira e ir ao banco ou ao computador fazer a transferência da sua conta para um banco mais barato”. Deu no que deu. Desde que assumiu a Presidência e talvez mesmo antes ele não havia recebido, de um único jorro, tantas e tão indignadas críticas.

Elas não partiram apenas das oposições, dos empresários em guerra com a política monetária e dos comentaristas atônitos com a grosseria e a ignorância daquele que sempre se pavoneou de conhecer, ao contrário dos burocratas “trancados em seus gabinetes”, o áspero cotidiano da maioria dos concidadãos. Pois foram estes mesmos que reagiram com especial dureza:

somente os três principais jornais do País publicaram ontem nada menos de 30 cartas de protesto – as do Estado, selecionadas entre centenas que recebemos exatamente no mesmo tom. E muitos, entre os quais eleitores confessos de Lula, voltaram contra ele, em contundentes analogias, a sua infelicíssima metáfora anatômica. Nada mais merecido.

Ninguém poderia esperar que, além do desrespeito, o alheamento de Lula o levasse a propor o equivalente ao bolo que Maria Antonieta achava que o povo faminto devia comer à falta de pão. Primeiro, os bancos não cobram juros tão díspares a ponto de compensar a correntistas que têm mais o que fazer a insana trabalhadeira de pesquisar o “mais barato” para então fechar uma conta e abrir outra. Segundo, não se fecham nem se abrem contas pela internet. Terceiro, boa parte dos “acomodados” nem sequer tem computador.

Já seria de pasmar se isso fosse tudo. Mas no dia seguinte Lula voltou à carga, com a proverbial emenda pior do que o soneto. Sustentou que os juros fixados pelo BC não têm impedido a expansão do consumo. Ora, se assim é, esse é o argumento irresponsável contra a alta da Selic que visa exatamente a conter o consumo para conter a alta de preços. Lula disse ainda que “o varejo está crescendo” graças ao crédito consignado, a taxas menores. Na realidade, pesquisas citadas na imprensa sugerem que os tomadores usam esse dinheiro antes para pagar dívidas mais caras do que para consumir.

Enquanto Lula dá vazão à sua incontinência verbal, o governo exhibe sua preocupante inconsistência. O vice José Alencar e o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan – este, depois de afirmar que “infelizmente, o governo ainda não aprendeu a trabalhar em equipe” -, conclamaram a sociedade a “fazer pressão” e “a se levantar e tomar uma atitude” contra as taxas fixadas pelo Copom. O ministro chegou a invocar uma estrondosa derrota do seu colega da Fazenda, Antonio Palocci – a queda da MP 232, a dos impostos -, como prova de que a mobilização social funciona. Em outra frente, o assessor para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, não conseguiu disfarçar, nas suas declarações públicas a propósito da viagem de 15 horas do ministro José Dirceu a Caracas, o seu despeito pelo fato de não ter sido ele próprio o emissário escolhido por Lula para tentar arrefecer o antiamericanismo de Hugo Chávez.

Eis o melancólico retrato de uma administração cujo titular se acha no direito de passar um sabão no povo – de resto sem pé nem cabeça – como se fosse o seu preceptor, e cujos colaboradores deixam claro

que, com amigos assim, o presidente não precisa de inimigos.

São Paulo – O ministro do Emprego e Trabalho, Ricardo Berzoini, disse ontem, no programa Diálogo Brasil, da “TV Cultura”, que, por enquanto, as altas taxas de juros não estão prejudicando o mercado de trabalho. Mas, por tempo prolongado, podem “arrefecer a atividade econômica e prejudicar o mercado de trabalho

Quinta-feira, 28 de abril de 2005

Cai ritmo de expansão da indústria

Sondagem da FGV mostra piora em indicadores como de demanda e estoques, mas perspectivas continuam otimistas

Adriana Chiarini

A indústria pôs o pé no freio e desacelerou o ritmo de crescimento. É o que indica a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o trimestre iniciado em abril. As previsões são otimistas, mas menos do que no mesmo período do ano passado. “Os empresários estão descobrindo que a economia brasileira continua medíocre”, disse o economista da FGV Samuel Pessoa, para quem não há condições, no País, de um crescimento sustentado muito maior do que 3% ao ano.

A análise do coordenador do núcleo da FGV, responsável pela pesquisa, Aloísio Campelo, é de que há uma suave desaceleração da indústria. “Não é um pouso forçado. É leve”, disse. A sondagem mostra sinais contraditórios. “Parece que a gente vive uma situação esquizofrênica”, observou Pessoa.

O quadro que aparece das respostas das 990 empresas entrevistadas – responsáveis por um faturamento anual de R\$374 bilhões – é de que, em relação ao trimestre iniciado em janeiro, houve piora em importantes indicadores. A situação dos negócios, que 92% haviam classificado como boa ou normal e apenas 8% como fraca na pesquisa anterior, foi definida agora como boa ou normal por 81%, enquanto mais do que dobrou a percepção de que o momento é fraco: 19%.

O nível de demanda também é considerado fraco para 15% das empresas; o índice anterior era de 13%. Por fim, o nível de estoques teve o pior resultado desde 2003: 2% das empresas o consideram insuficiente e 10%, excessivo. A diferença de 8 pontos percentuais entre os dois extremos – que dá a dimensão da real situação empresarial – é a maior dos últimos sete trimestres e indica, segundo avaliação da FGV, desaceleração da taxa de crescimento econômico.

No trimestre anterior, esta diferença era de 5 pontos e chegou a ser zerada em outubro de 2004, quando exatamente 5% consideravam os estoques excessivos e outros 5%, insuficientes, enquanto 70% diziam estar normal e 16% não tinham estoques.

Em contrapartida, quando indagadas sobre as perspectivas para o futuro, as empresas consultadas ainda revelam projeções otimistas. O percentual das que prevêem aumentar a produção nos próximos meses passou de 28% em janeiro para 58%, nível superior até ao de abril de 2004, quando a indústria estava a todo vapor. A parcela das que prevêem contratar funcionários aumentou de 20% para 29%. Mas também aumentou a proporção das que pretendem aumentar preços: de 35% em janeiro para 43% este mês, apesar de o Banco Central (BC) ter continuado a elevar o juro básico.

A utilização da capacidade instalada voltou para os níveis de julho do ano passado, de 84,4%, diminuindo em relação a outubro (85,1%) e janeiro (84,6%), com dessazonalização (tratamento estatístico para eliminar efeitos de variações específicas a determinadas épocas do ano). Mas sem esse ajuste, o uso da capacidade instalada foi de 84,2%, o maior nível para o mês de abril desde 1995, indicando que a desaceleração se dá com um nível de atividade ainda alto.

De 21 setores industriais pesquisados, só 4 usam a capacidade acima dos seus níveis históricos: metalurgia, mecânica, têxtil e madeira. “A única maneira como que eu consigo casar tudo isso é que a rentabilidade não deve estar muito alta”, disse Pessoa. A pesquisa não aborda a rentabilidade.

Segundo ele, o grande limitador ao crescimento da economia brasileira é a situação fiscal. Para Pessoa, as despesas do setor público precisam diminuir para que a carga tributária também seja reduzida, dando espaço para o aumento do potencial de crescimento sustentado. Para Campelo, a desaceleração no primeiro trimestre foi maior do que os industriais esperavam. A sondagem teve respostas coletadas entre 28 de março e a última segunda-feira.

Analistas discutem o impacto da freada

Para Pastore, crescimento no ano não passa de 3,5%, abaixo dos 4% projetados pelo governo

Patrícia Campos Mello
Colaborou **Rita Tavares**

Depois de alguns meses de indicadores contraditórios, economistas agora enxergam sinais claros de desaquecimento na economia. Perda de dinamismo na indústria, queda nas importações de ma-

térias-primas, baixa na confiança dos empresários e aumento do desemprego apontam para uma tendência de desaceleração da atividade. “A economia está perdendo o fôlego”, diz Celso Toledo, economista-chefe da MCM Consultores Associados. “Os indicadores estão confirmando essa tendência de desaceleração.”

Para Toledo, a economia está desacelerando por causa de um processo de acomodação natural e também como consequência da política monetária apertada. Mas a atividade está refletindo aumentos de juros feitos ainda no ano passado. As últimas elevações da Selic, atualmente em 19,5%, ainda não afetaram a economia. E é aí que mora o problema.

“Há um perigo de a economia se desaquecer mais do que o desejado”, diz Toledo. “O aperto monetário pode ter passado do ponto.” Toledo projeta um crescimento do PIB de 3,2% neste ano, diante de 5,2% no ano passado.

O ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore afirma, em relatório para clientes, que os indicadores econômicos não delineiam um quadro econômico bonito para 2005. Segundo ele, o comportamento da produção industrial indica que o crescimento do PIB não vai passar de 3,5% em 2005, abaixo da projeção média do mercado de 3,67% e da do governo Lula, de 4%. E, segundo Pastore, mesmo para atingir esse desempenho, o crescimento nos próximos três trimestres requer juros reais menores.

Monica Baer, economista da MB Associados, preocupa-se com as fracas vendas do varejo e a queda na importação de bens intermediários. “Ainda não sentimos o efeito total da alta de juros, há risco de desacelerar demais”, diz Monica. Ela ainda espera a divulgação dos indicadores de produção industrial do IBGE, que saem na sexta-feira que vem, para analisar se a tendência de queda é bastante clara. E ela aponta para o reajuste do salário mínimo, em maio, como fator de estímulo à atividade.

Já Bráulio Borges, economista da LCA Consultores, não vê sinais claros de desaceleração. “Acho que a economia estava em franco desaquecimento no final do ano passado, mas agora voltou a crescer, ainda que em ritmo bastante fraco”, diz Borges.

Ele projeta que a produção industrial no primeiro trimestre deve ter crescimento zero, e voltar a acelerar no segundo trimestre. Ele também aposta no aumento do salário mínimo como fator de dinamismo. Borges estima um crescimento, de 0,1% nas vendas do varejo do trimestre. As vendas do comércio cresceram 1% no último trimestre de 2004, em relação ao trimestre anterior. “Acho que estamos com um crescimento mais equilibrado”, acredita o economista.

27 de abril de 2005

Severino afirma que Executivo provoca 'virtual fechamento' do Congresso

Em reunião com líderes dos partidos nesta quarta-feira, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, fez novos ataques ao excesso de medidas provisórias pelo Executivo. Mostrando irritação com o trancamento da pauta, ele disparou que o governo está provocando um 'virtual fechamento' do Congresso.

Falta muito pouco para se igualar aos sombrios tempos do regime militar, quando, em razão de decreto-lei, que era aprovado na maioria das vezes por decurso de prazo, estimulava-se a ausência dos senhores parlamentares. Trata-se de um virtual fechamento do Congresso Nacional – declarou o presidente da Câmara.

Severino também endossou as críticas à política de juros do Banco Central, dizendo que vai propor a instalação de uma comissão para analisar a limitação da atuação do Comitê de Política Monetária (Copom). Ele propõe que as decisões sobre os juros básicos da economia deixem de ser tomadas apenas pelo Copom.

No âmbito interno quero criar uma comissão para estudar o assunto e propor soluções, inclusive se possível for, retirar do Copom a competência de isoladamente conceder o aumento da taxa de juros. Do jeito que está não dá para continuar -, disse. Ainda atacando o governo, Severino disse que a equipe econômica impõe 'draconianamente impostos à sociedade brasileira'. A proposta, submetida aos líderes, também prevê o comparecimento do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para explicar a política monetária do BC.

Do jeito que está não pode continuar – pontuou Severino.

Alencar concorda com proposta de Severino

O vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, afirmou ser favorável à proposta do presidente da Câmara de tirar do Copom a exclusividade na decisão sobre a taxa básica de juros (Selic). Severino pretende criar uma comissão para analisar o assunto.

Além disso, Severino propôs, através de um projeto de lei, que o presidente do Banco Central fosse obrigado a ir ao Congresso para explicar as decisões Copom, principalmente os aumentos da taxa básica de juros.

Alencar defendeu uma maior representatividade no Comitê, com a participação, por exemplo, de representantes do setor produtivo.

Não podemos permitir que não seja posto como objetivo principal o desenvolvimento e o enriquecimento

nacional. As taxas de juros altas são instrumentos que inibem o investimento e o consumo – disse.

O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT –SP), questionou a eficácia da iniciativa.

Minha dúvida diz respeito à própria Constituição, porque se é para trazer o presidente do Banco Central e depois o Congresso não vir a ter nenhum poder para corrigir, qual seria exatamente a função da vinda do presidente do Banco Central – afirmou Chinaglia.

Ele disse ainda que uma possível reformulação do Copom é muito complexa para ser feita através de um projeto de lei.

Época Online, com informações de **O Globo** e Agência Brasil

Contingente passou de 11,1% do total de empregados, em 2002, para 16,7% em março deste ano, aponta estudo do IBGE

Cresce parcela dos que ganham até 1 mínimo

Pedro Soares da Sucursal Do Rio

A crise do mercado de trabalho metropolitano dos últimos anos empurrou uma fatia maior de trabalhadores para a classe de rendimento dos que ganham até um salário mínimo (hoje R\$ 260). Esse contingente representava 11,1% do total de empregados em março de 2002. No mesmo mês de 2005, o percentual saltou para 16,7%.

A deterioração foi gradual. Em 2003, 14,4% dos empregados nas seis maiores regiões metropolitanas do país recebiam até um salário. Em 2004, já eram 16,2%, segundo estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base em dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego). Entre as mulheres, o percentual das que ganham até o valor do salário de referência é ainda maior -23,3% em março de 2005, contra 11,7% de homens. Também numa faixa de renda baixa -de 1 a 2 salários mínimos– estão outros 34% dos trabalhadores das seis maiores regiões metropolitanas do país. Eram 26,4% em março de 2002.

O trabalho revela ainda que as pessoas com menor nível de escolaridade continuam a perder rendimento neste ano. Houve queda de 1,8% entre os que estudaram menos de um ano na comparação com março de 2004.

A melhora da renda, que sobe há sete meses seguidos, está concentrada nas faixas intermediárias. Na de 8 a 10 anos de escolaridade, a expansão foi de 1,2%. Os que freqüentaram a escola mais de 11 anos também perderam rendimento (-1,5%). A renda de quem estudou menos de um ano é de R\$361,90. Já os com mais de 11 anos de banco escolar recebem,

em média, R\$1.382. Em março, 50,2% dos empregados tinham ensino médio concluído. O percentual era de 44,5% em 2002.

Para especialistas, a queda da renda desde 2003 e o crescimento do emprego informal foram os principais motivos para elevar o contingente dos que ganham até um salário mínimo.

A queda da renda teve como estopim a crise cambial pré-eleições de 2002, com a conseqüente alta de juros e freada do crescimento.

O recuo do rendimento também obrigou mais pessoas de uma mesma família a trabalhar nem sempre com a remuneração desejada, o que ampliou o trabalho informal. Em geral, essas vagas foram preenchidas pelas mulheres e pelos filhos.

Para Fábio Romão, da LCA, houve um “forte ingresso de pessoas no mercado informal” e também o retorno de muita gente que estava sem trabalhar. Muitas delas só conseguiram empregos sem carteira e de baixa remuneração, o que fez crescer o número dos sem a proteção do mínimo.

Sobre a queda da renda de quem ganha menos, ele diz que está relacionada ao tipo de emprego que as pessoas conseguiram: informais e sem garantia de reajuste anual que recomponha e supere a inflação. Já quem tem mais anos de estudo costuma ter carteira assinada e a garantia de dissídios e reajustes anuais. Segundo Romão, a proliferação das contratações de prestadores de serviços -muitas vezes ex-empregados das próprias empresas que abrem uma firma— fez cair o rendimento dessa faixa.

Esse mecanismo tem como objetivo reduzir custos trabalhistas. Como pessoa jurídica o empregado paga menos imposto, mas geralmente abre mão de uma parcela do salário.

Regiões

Em São Paulo, o percentual dos que recebem até um mínimo é menor do que a média: 11,5%. No Rio, fica próximo à média: 15,8%. Recife e Salvador têm o maior número de pessoas com renda igual ou abaixo da referência: 35,1% e 35,4%, respectivamente.

Sr. Presidente eu gostaria de abordar ainda outro assunto.

Estive ontem em Belém e percebi se não um mal-estar ao menos uma certa desconfortabilidade com a viagem que Lula fará ao Estado do Pará nessa quarta-feira.

O Pará não me pareceu motivado nem vi regozijo pela anunciada presença do Presidente em sua Capital.

Ele vai lá para quê? Para uma solenidade que tinha tudo para ser restrita, como deve ser o começar

de novo de uma obra, no caso uma eclusa na represa de Tucuruí.

Esse começar de novo, por sinal, nada tem a ver com o Governo Lula, que não contribuiu nem um pouco para isso. As obras serão retomadas graças a verba de bancada – a do Pará – no Orçamento da União.

O quê na verdade “deve” o Pará ao Governo Lula é o corte de R\$ 500 milhões de transferências federais para o Estado. Isso obrigou o Governador Simão Jatene a uma difícil reprogramação, ele que faz um Governo organizado, nada parecido com a improvisação do Governo Lula. Jatene dá prosseguimento à obra de Almir Gabriel e consolida um novo parâmetro de gestão, rompendo com passados obscuros e abrindo as portas do futuro.

Na falta de obras do Governo Federal, Lula agora começa a pegar carona em realizações da iniciativa privada, como ocorreu numa viagem anterior ao Pará. Foi na reinauguração da Amafrut. Esta empresa, que estava em situação pré-falimentar, foi levantada com a ajuda de incentivos estaduais e com a criação de uma cooperativa. Nada a ver com o Governo Lula.

Agora, Lula vai lá para “inaugurar” outra empresa privada, a Agropalma. Só falta colocar uma placa com o nome do Governo petista!

O mais chocante é que, depois que os holofotes do assassinato da missionária Dorothy Stang se apagaram, nenhum Ministro nem outra autoridade do Governo voltaram ao Pará. Era solidariedade fraca. Talvez até puro fingimento.

O final de semana prolongado parece não ter sido suficiente para o Governo petista do Presidente Lula se aquietar. O tempo passa, o tempo voa e tudo para os petistas continua numa boa.

Os dias parados apenas serviram para ampliar o descontrole e a falta de visão que infelizmente vêm sendo usados na falta de um programa de Governo.

Ao Governo petista continua faltando gestão eficiente. Não tem nem gestão nem eficiência, que não existem nem fazem parte da cartilha do Presidente Lula.

Está muito claro que a cartilha petista é outra. Assim foi na reuniãozinha salva-PT, na quarta-feira no Palácio do Planalto.

Nenhum dos petistas presentes teve o cuidado de lembrar que, para uma orquestra desafinada, o tom teria que ser um só: começar a governar!

Em vez disso, e pela voz do maestro Lula, a conclusão chega a ser risível se não fosse um desastre para o País. O Presidente acha que a ineficiência está na propaganda, não no Governo.

Na introdução dessa sinfonia não inacabada, mas ainda não iniciada, Lula declarou-se preocupado

com o que ele chamou de efeito Marta. Ou seja, Marta Suplicy foi derrotada por Serra por não divulgar a tempo suas realizações no campo social, como Prefeitura de São Paulo.

É verdade. Ela deveria ter mostrado, pela TV e por todos os meios possíveis de comunicação, o muito que fez no campo social, como, por exemplo, as taxas de IPTU e as tantas outras, a ponto de o paulistano passar a chamar de Martaxa, a tia, como ela é chamada pela cúpula petista.

O Presidente Lula pode não saber, mas os marqueteiros sabem e muito bem que realizações jamais precisam ser apregoadas. O povo as vê. Mas precisam existir. Principalmente em São Paulo, nossa maior cidade. Os paulistanos são bons avaliadores.

Se Lula ainda desconhece, alguém precisa dizer-lhe que os brasileiros preferem obras e realizações e sabem, no duro dia-a-dia, que obras não começam com P de propaganda. Obras começam com O e realizações com R.

E mais:

Boa gestão e obras públicas planejadas são indispensáveis para a retomada do crescimento. Para garantir a inclusão social.

Até aqui, se a economia do Brasil apresenta alguns índices favoráveis, isso se deve, exclusivamente, à iniciativa e aos esforços dos empresários nacionais. O Governo Lula o que faz é apenas atrapalhar.

A máquina pública é hoje estrelada de petistas, pouco importando se são ou não competentes. A estrelinha do PT é o único documento de acesso à gestão pública.

Ademais, como lembra o dirigente da FIESP, Paulo Skaf, o Presidente Lula está preocupado apenas com o tsunami social de outras nações pobres, quando deveria concentrar-se mais no epicentro dos problemas brasileiros. Remover os empecilhos tributários, cambiais, trabalhistas, fiscais e dos juros altos, que impede o resgate da dívida social brasileira por meio da dignidade dos salários, da geração de renda e sua distribuição mais justa.

Nosso tsumani é aqui. Que alguém diga logo isso ao Presidente Lula! E com um acréscimo: propaganda nenhuma é capaz de encobrir estragos. Isso é tão claro quanto uma interposição linear!

Os estragos, no Brasil, são visíveis. E como decorrem de erros do Governo Lula, não sensibilizam. Seguem indiferentes.

Que se diga desde logo: este é um Governo sem obras. E se elas existissem, não seria necessário mostrá-las com a propaganda custosa dos marqueteiros do Planalto. Elas, sozinhas, apareceriam.

Na falta de realizações, veio uma ordem.

Uma ordem do Presidente Lula. Parece incrível!

Na reuniãozinha de quarta-feira.

Que ordem foi essa?

Mais propaganda, maciça, pelo rádio, pela tevê, o tempo todo.

O resultado da reuniãozinha está no **Estadão** de ontem:

Lula vai apostar na propaganda para tentar reverter agenda negativa. Em reunião com ministros, o presidente mostrou preocupação com “efeito Marta” e pediu maior publicidade de programas da área social.

Como se percebe, o frenesi do Governo Lula é total e o arrebatamento ainda maior. Quem conta isso é ainda o jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição desta segunda-feira:

“Quem é o PSDB para dizer que o nosso governo é ineficiente?”, pergunta o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. ‘O que nós temos de realizações nestes 27 meses, e que vamos fazer até o fim do governo, é para dar orgulho ao Brasil.’

Que realizações são essas que não aparecem?

Orgulho? Orgulho de quê?

Só faltou o ex-todo-poderoso crescer a sua fala destrambelhada: Quem é esse *PSDB*...? E ir por aí afora.

Bem traduzido, todo esse ilusionismo cheira a ação de sandeu; é uma indelmentável necessidade.

Por ela, a Nação já sabe que o culpado do malogro de Lula é o PSDB! Nem de longe é a ineficiência deles, a despeito da mais do que visível e crescente saraivada de equívocos, tolices e das costumeiras crueldades contra o povo. A culpa é do PSDB!

Está redescoberta a pólvora e foi reinventada a roda, pelo menos no entender do ex-todo-poderoso. Agora, o Governo petista vai deslanchar em propaganda, naturalmente!

No ano passado, o gasto com propaganda do Governo Lula foi 40,5% maior do que no ano anterior. E o resultado foi queda na popularidade de Lula e seu Governo. Agora, certamente eles pensam em quadruplicar essas verbas. Por conta do povo.

A propósito, e para não dizer que o PSDB tem má vontade, é hora de dar uma ajuda aos marqueteiros de Lula. Ofereço-lhes o *Decálogo de Realizações Petistas*. Aí vai:

1. Abril 2003 – Programa Fome Zero. O malogro do século. Consumiu milhões dos cofres públicos e não decolou,
2. Julho 2003 – Escândalo do DNIT (Anderson Adauto e Sérgio Pimentel);

3. Ministro Berzoini põe os velhinhos em filas desumanas. Suspensão do pagamento aos nonagenários;
4. O Governo anuncia que gastará US\$ 56,7 milhões para comprar o AeroLula, um avião de luxo para os périplos presidenciais;
5. Fevereiro de 2004 – Caso Waldomiro Diniz – CPI dos Bingos. No Gabinete do Ministro Dirceu;
6. Março de 2004 – Governo Lula barra CPI de Santo André – Morte de Celso Daniel e mais seis envolvidos no caso;
7. Julho de 2004 – Meirelles-Candiota, Banco Central;
8. Agosto de 2004 – Proposta de criação da nazistóide ANCINAV;
9. Agosto de 2004 – Pretendida criação do não menos nazi-fascista Conselho Federal de Jornalismo;
10. Fevereiro de 2005 – Derrota do candidato do Planalto à Presidência da Câmara dos Deputados;
11. Fevereiro de 2005 – Assessor culpa Ministro por falta de medicamentos contra a AIDS;
12. Fevereiro de 2005 – Governo anuncia envio de analistas da ABIN a Cuba, para absorver técnicas da polícia secreta cubana;
13. 2005 – Indiozinhos morrem de fome no Mato Grosso do Sul e o Governo Lula diz que isso é normal (Está dentro das estatísticas...);
14. Lançamento do Programa Primeiro Emprego. Também não decolou;
15. Aparelhamento do Incra;
16. Aparelhamento do Executivo Federal, bem como das Agências Reguladoras;
17. Programa do Microcrédito, assegurando aos bancos o desconto em folha dos tomadores de empréstimos, que se vão endividando;
18. A intervenção federal no Rio de Janeiro. Um desrespeito ao povo carioca e fluminense. Com ela e seus visíveis propósitos eleitorais, o Governo colheu a mais notória e acachapante derrota no Supremo Tribunal Federal. Por unanimidade, o STF considerou inconstitucional o autoritarismo do Governo.
19. Por último, a pérola maior deste Governo: O Ministro da Saúde tentou definir quem deve morrer e quem deve ter tratamento nas UTIs.

Como se viu, este é o único decálogo com mais de 10 itens. E com razão: ninguém errou tanto como este Governo, que nada faz e supõe que a propaganda o reabilita.

Para tentar a reabilitação – pelo que ficou decidido na reuniãozinha do Palácio do Planalto – o Presidente Lula, que tem à disposição o Aerolula de US\$57

milhões, vai pegar carona em qualquer inauguração Brasil adentro.

Não será de estranhar se o Presidente decidir ir a Belém uma vez mais para inaugurar o “Círio de Nazaré”, com a idéia de que estará inaugurando mais uma obra do Governo Petista. Um desrespeito ao povo do Pará!

Pelo jeito, daqui para frente, onde tiver um ajuntamento de gente, lá vem Governo petista! E se não fosse proibido, eles até cravariam uma placa: *obra do Governo petista*.

Nesse ritmo, o Presidente Lula daqui a pouco vai pegar carona até em carrinho de pipoca.

Sr. Presidente, a segunda parte deste pronunciamento está anexada a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

1. Novamente, trago a este Plenário a *Voz do Povo*, que é a *Voz de Deus*. É voz importante que se vai tornando dia a dia mais dura contra as disfunções do Governo petista do Presidente Lula. Disfunção, etimologicamente falando, é a função que se efetua de maneira anormal.
2. Anormal é o que não é normal; que está fora da norma ou padrão; anormal, anormal, anômalo. A escolha do adjetivo é livre. Qualquer um cai bem para definir o Governo que aí está, errando e errando. Só errando..
3. Normal é a livre manifestação do povo. Tenho recebido diariamente centenas de e-mails, espontâneos e revoltados.
4. Na semana passada, mostrei aqui o noticiário online sobre a triste cena da grosseira repressão a uma ordeira manifestação de Senhoras esposas de militares. Elas pediam o pagamento do prometido reajuste salarial. Como dizem os jornais de hoje, os militares pedem dinheiro (salário para sobrevivência), Lula ofereceu carinho.

Resta saber se supermercado vende alimentos para pagar com carinho.

Vamos à Voz do Povo

Primeiro e-mail da Voz do Povo:

Tenente-Coronel **Paulo Roberto Corrêa de Barros**

O Governo precisa cumprir a promessa. Os militares pediram 33% para recuperar perdas. O Gover-

no contrapôs, oferecendo 10% de imediato e 23% em janeiro de 2005.

2º e-mail:

Cabo Marinheiro **José Carlos**

Um militar faminto, sem salário digno, sem saúde, é um prisioneiro, um condenado. A família militar, cansada de ser tripudiada e no limite de sua paciência, exige seus direitos.

3º e-mail

Grupo Guararapes

O que mais o militar odeia, como de resto todo cidadão, é ser enganado, particularmente com mentiras. O Governo prometeu os 23% e não paga. Não há dinheiro? Como? Sabe-se que já chegam a 40 mil os empregados pelo atual governo. São funcionários de confiança do PT, com salário médio de R\$5 mil.

Passo agora à Voz da Imprensa, que é também a Voz do Povo

5. Eis um apanhado de recentes notícias, nada boas para o Governo Petista: Protesto de Mulheres é abafado em Brasília

IGP-10 surpreende e vai a 1,17% em abril, o dobro do índice registrado em março;

3. Juro real no Brasil é quase 10 vezes maior que o de 40 países;
4. Criação de vagas cai 16% no ano. (Cadê os 10 milhões de empregos?);
5. Governo já prevê crescimento menor. Estará caindo na real?.
6. Área Social

Se aos militares, que pediram o cumprimento de uma promessa salarial, o Presidente prometeu carinho, vejam, Senhoras e Senhores Senadores, com o que o Governo petista, pela voz do Ministro da Justiça, acenou para as populações indígenas ontem, no *Dia do Índio*:

GOVERNO PEDE PERDÃO PELAS MORTES DE INDÍGENAS

Pensei que fosse pela morte dos indiozinhos do Mato Grosso do Sul. Não, não é. Foi aquele perdão vazio, “pelas mortes de índios ao longo da história.” Ah! a morte dos indiozinhos “está dentro das estatísticas”, como havia dito o Ministro Humberto Costa.

O Governo petista não tem que pagar dívida nenhuma com os índios. Tem é de parar de matar indiozinhos de fome!

Os militares pediram salário; Lula ofereceu carinho

Os índios pedem saúde; o Governo Lula pede perdão.

MAIS:

PT EMPERRA PROJETO SOCIAL E HELOÍSA HELENA CHORA

A notícia: “Retrato da contradição dos atuais tempos políticos, o Plenário do Senado viu ontem a Senadora Heloísa Helena, aos prantos, praticamente implorar para que os governistas desistissem de protelar a votação de uma proposta de emenda constitucional, tornando obrigatória a instalação de creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos.”

A Senadora pediu o que as criancinhas têm direito.

O Governo, dessa vez, não respondeu com aquela interjeição Ora, ora...

Foi além. Usou antiga expressão popular, certamente muito conhecida no Brasil todo:

Ora tibe!

Bem traduzido, significa: Que maçada!; não me amole!

Crueldade petista

Uma MP cruel.

Ao demonstrar intenção de corrigir alguns dos muitos excessos contidos na Medida Provisória 242, que torna mais rigorosas as regras para a concessão de benefícios previdenciários, o governo Lula demonstra ter entendido algumas lições deixadas pela humilhante derrota que sofreu no episódio da MP 232, a do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Uma das lições é que a sociedade não aceita mais passivamente arcar com o custo dos erros e da ineficiência do governo.

A MP 242 foi uma das primeiras iniciativas do ministro da Previdência, Romero Jucá, que assumiu o cargo em março. Sua edição teve como justificativa o combate às fraudes para a obtenção de auxílio-doença, que se intensificaram nos últimos anos.

O crescimento das despesas com esse tipo de benefício foi, de fato, espantoso. Os pagamentos mais do que triplicaram entre 2001 e 2004, saltando de R\$2,5 bilhões para R\$9 bilhões. Não se constatou nesse período o surgimento de nenhum fato técnico que justificasse tal aumento. A conclusão do ministro foi que, na maioria dos casos, o aumento de despesas se deveu a fraudes.

É muito provável que ele tenha razão. A resposta do governo, entretanto, não foi a adoção de medidas práticas para conter os atos ilegais, entre as quais o maior rigor na análise técnica dos pedidos ou o refor-

ço da fiscalização. Foi, isto sim, a edição da MP 242, que não se destina a atacar frontalmente as fraudes, mas sim a dificultar enormemente a concessão desses benefícios e reduzir seus valores.

Tal expediente impõe prejuízos financeiros e desgaste às pessoas de bem, que integram a lista de contribuintes do sistema previdenciário e que, por alguma razão, têm necessidade de recorrer aos benefícios a que legitimamente têm direito. Mas não necessariamente impedirá o surgimento de novas modalidades de fraudes.

Não está em discussão, é óbvio, a necessidade de combater os fraudadores. Esse combate deve ser feito sempre, e da maneira mais eficaz possível. Todo contribuinte honesto exige que isso seja feito. Mas não é assim que o governo vem agindo no caso da Previdência. Faltam peritos, faltam fiscais e a terceirização de serviços, como o de avaliação médica dos pedidos de auxílio-doença, tornou muito mais frouxos os critérios de concessão desses benefícios.

Louvável a preocupação do governo com a contenção do déficit do sistema previdenciário. Esta, na verdade, é a grande ameaça à preservação da política fiscal rigorosa do governo Lula que, até agora, tem garantido a estabilidade e o crescimento da economia. Mas não é com a transferência de responsabilidades e deveres do governo para os ombros da sociedade e dos contribuintes que se realiza o combate efetivo ao rombo da Previdência e de outros setores do Estado brasileiro.

A calamidade do sistema público de saúde – sustentado pelo dinheiro do contribuinte e que, por isso, deveria prestar-lhe serviços qualitativa e quantitativamente proporcionais ao enorme volume de recursos que tem à sua disposição – empurra cada vez mais brasileiros para a busca de auxílios previstos no regime previdenciário, como observou o sociólogo e economista José Pastore, em artigo publicado no Estado há algumas semanas.

Nada se faz para combater a informalidade, que se transformou no maior ralo dos recursos da Previdência Social. De uma população economicamente ativa estimada em quase 80 milhões de brasileiros, cerca de 47,5 milhões, ou 60%, trabalhavam no mercado informal no ano passado. Sem registro em carteira, não gozavam de nenhuma proteção legal, mas também não recolhiam nenhuma forma de imposto ou de contribuição, como a do sistema previdenciário. Isso sem

contar a grande quantidade de trabalhadores registrados com salários inferiores aos efetivamente recebidos, justamente para pagar menos tributos.

Aí está a grande fonte do déficit da Previdência. Tentar combater esse déficit impondo mais dificuldades a contribuintes que já enfrentam problemas de saúde é, além de um ato de crueldade social, um método ineficaz, fiscal e financeiramente, e burro, politicamente. Parece que o governo quer corrigir essa burrice, ou pelo menos parte dela.

Lula vai apostar na propaganda para tentar reverter agenda negativa. Em reunião com ministros, presidente mostrou preocupação com “efeito Marta” e pediu maior publicidade de programas da área social Vera Rosa.

Com a base aliada em frangalhos e sem uma agenda de peso no Congresso, o governo traçou uma estratégia para sair do vácuo político dos próximos meses: jogar todas as fichas na publicidade dos programas sociais. Em reunião com oito ministros, há cinco dias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu-lhes que dêem mais visibilidade às iniciativas. Quer que cada um divulgue o que vem sendo feito, pois está convencido de que o governo se comunica mal e será cada vez mais desafiado pela oposição, de olho em 2006.

Um ministro que participou da conversa disse ao Estado que Lula está preocupado com o “efeito Marta”. Traduzindo: avalia que Marta Suplicy (PT) só perdeu o comando da Prefeitura de São Paulo para José Serra (PSDB) por não divulgar a tempo suas “realizações” no campo social. Candidato à reeleição no ano que vem, o presidente orientou os ministros a transformarem suas viagens pelo País em “agenda positiva” para o governo. “Dêem entrevistas para as rádios locais. Façam dos nossos programas, expliquem o que estamos fazendo”, pediu Lula.

A safra dos que sairão a campo será inaugurada pelo ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias. Administrador do Bolsa-Família – guarda-chuva que abriga quatro programas de transferência de renda -, Patrus começará a enviar cartas, nesta semana, para 5.533 prefeituras.

Vai lembrar que todas têm prazo até 30 de junho para apresentar ao ministério relatórios bem detalhados. As informações solicitadas, como número de famílias atendidas pelo Bolsa-Família e evolução da frequência escolar das crianças, têm o objetivo de impedir fraudes na concessão do benefício.

NA TELEVISÃO

O mutirão do governo para espantar o vácuo político incluirá uma nova leva de comerciais na TV sobre os efeitos práticos do crescimento econômico e dos programas da administração Lula na vida das pessoas.

Para efeito de propaganda, a Secretaria de Comunicação do Governo (Secom) definiu este período como “trimestre da inclusão social”.

Até mesmo a versão final do documento aprovado há duas semanas pelo Campo Majoritário do PT – grupo que abriga as alas moderadas do partido – dará maior ênfase nessa área. Batizado de “Bases de um projeto para o Brasil”, o roteiro é o primeiro passo para a mudança do ideário político do PT, em dezembro. Teve boa repercussão externa por defender com todas as letras o equilíbrio fiscal. No Planalto, porém, alguns torceram o nariz para o pouco espaço dado aos programas sociais.

Escrito pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Glauco Arbix, e pelo professor da Fundação-Escola de Sociologia e Política, Aldo Fornazieri – ligado ao presidente do PT, José Genoíno, e considerado mais liberal que o próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci –, o texto receberá emendas. Nada que altere o seu conteúdo, mas a idéia é reforçar o capítulo que trata das políticas sociais.

Apesar de todo esse pacote, os ministros não param de reclamar da tesourada imposta pela Fazenda no orçamento. Queixam-se de que, com o bloqueio de recursos, não dá para tocar todos os programas. Números divulgados pelo Ministério do Planejamento indicam que R\$ 4 bilhões serão cortados neste ano das políticas sociais – incluindo aí a reforma agrária.

“Se o esforço para combater o déficit da Previdência for bem-sucedido, poderemos aumentar os investimentos sociais”, afirma o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. O problema é que, nesse capítulo, a situação é ainda mais complicada. O novo ministro da Previdência, Romero Jucá (PMDB), enfrenta um turbilhão de denúncias de irregularidades no uso do dinheiro público. Resultado: desde que foi nomeado, há um mês, não consegue sair da areia movediça.

MOSTRAR SERVIÇO

Na disputa de resultados com os tucanos, os petistas farão de tudo para mostrar serviço até março, quando ocupantes de cargos públicos que pretendem

se candidatar às eleições devem deixar seus postos. “Quem é o PSDB para dizer que o nosso governo é ineficiente?”, pergunta o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. “O que nós temos de realizações nestes 27 meses, e que vamos fazer até o fim do governo, é para dar orgulho ao Brasil.”

Com a ajuda de parlamentares do PT, o Planalto identificou tentativas da oposição, e até dos aliados, para “desconstruir” o partido e o governo com o carimbo da ineficiência. “O PT não pode ser o depositário de todos os males”, diz o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Câmara. “O que estão tentando fazer com o governo do presidente Lula é o mesmo que fizeram com a administração da prefeita Marta. Mas nós vamos desmistificar isso”, garantiu.

Por isso tudo e por isso mesmo, a última notícia:

Popularidade do Presidente cai seis pontos em três meses

Só falta agora eles virem indagar:

Caiu por quê?

Por todas essas notícias, muitas delas a mim enviadas pela Voz do Povo. O mesmo povo que deve ter opinado na pesquisa CNT/Sensus.

Termino com duas outras notícias, da área da corrupção ou, ao menos, da falta de responsabilidade fiscal:

União deu a Marta verba de Serra

Para que ela pudesse “fechar” suas contas de 2004. Dane-se o povo de São Paulo! Dane-se a nova gestão. Vale o favoritismo político.

A outra:

Marta deixou de repassar R\$110 milhões do Pasep

E fica por isso? Nada lhe acontece? A Administração Marta não era a última do PT?

Em anexo, as notícias aqui mencionadas.

Por ora, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Fórum defende redução de cargos de confiança”, de autoria de Letícia Lins, publicado no jornal **O Globo** do último dia 16 de abril.

Durante o I Fórum Estadual de Combate à Corrupção, representantes do Ministério Público, da Justiça, das Organizações Não-Governamentais e do Governo Federal — o Ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, chegaram à conclusão de que a corrupção só desaparecerá quando for reduzida a quantidade de cargos de confiança. Isto, porque os cargos de confiança normalmente são preenchidos com critérios políticos e por apadrinhamento.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fórum defende redução de cargos de confiança

Representantes da Justiça, do MP, do governo e de ONGs dizem que é preciso cortar postos preenchidos com critério político

Leticia Lins

• RECIFE. Representantes do Ministério Público, da Justiça, de organizações não-governamentais e do governo federal — o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires — reunidos no I Fórum Estadual de Combate à Corrupção, chegaram ontem à conclusão de que a corrupção só desaparecerá quando for reduzida a quantidade de cargos de confiança, normalmente preenchidos com critérios políticos e por apadrinhamento. Sem is-

so, mesmo que sejam aprovadas em plenário as emendas em tramitação na Câmara para proibir a contratação de parentes até segundo grau no poder público, elas dificilmente acabarão com o nepotismo no Brasil.

O encontro aconteceu ontem em Recife, como reunião preparatória do IV Fórum Global, que ocorrerá em Brasília em junho.

— O nepotismo não surge por excesso de zelo dos deputados com os seus parentes. É um problema de Estado devido à liberdade excessiva que

os governantes têm de nomear para os cargos de confiança. Por que motivo são nomeadas tantas pessoas, milhares? — perguntou o diretor executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo.

“O nepotismo é deformação do Estado brasileiro”

Abramo foi irônico ao prever as circunstâncias em que o nepotismo poderia diminuir:

— No dia que o ministro puder nomear só 30, ele vai deixar de nomear a mulher e o papagaio para pôr na sua lista de au-

xiliares quem for essencial para o serviço dele — disse.

Presente ao encontro, Waldir Pires concordou:

— A proposta é viável. O nepotismo é uma deformação do Estado brasileiro, que já foi mais bem organizado. Não se pode nomear DAS para tudo, mas infelizmente essa foi a estrutura que essa gente neoliberal implantou. Antes as chefias eram feitas por funcionários efetivos que se preparavam para isso com competência. Hoje desce tudo de para-quedas.

Mas ao ser abordado sobre a importância do preenchimento

dos cargos de confiança para acomodações políticas, o ministro foi mais ameno:

— Creio que vamos ter que fazer essa reformulação gradativamente, para que o Estado cumpra sua tarefa com serviço público eficiente e concursado.

Abramo cobrou do presidente nacional do PT, José Genoino, que ressuscite um projeto de lei da época em que era oposição no qual propunha “redução violenta” do poder do governo de nomear:

— Eu pergunto ao petista: por que isso era importante e hoje não é mais?

O procurador-chefe do Ministério Público de Pernambuco, Francisco Sales, endossou as críticas ao número excessivo de cargos comissionados:

— Felizmente, em alguns setores isso não ocorre, como no Supremo Tribunal Federal, na Procuradoria da República e no Ministério Público. No Ministério Público de Pernambuco a lei já veda o excesso. Mas há dez funções gratificadas não privativas de servidores públicos. Então vem gente de fora com apadrinhamento para ser designado para cargos comissionados. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar a matéria intitulada “Caos, sem discordância”, publicada na seção “Notas & Informações” da **Folha de S. Paulo** do dia 16 de abril do corrente.

O Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) invadiu a sede do Ministério da Fazenda desrespeitando as autoridades, como tem sido freqüente nas operações chamadas “movimentos sociais”. O primeiro lugar procurado foi o gabinete de trabalho do Ministro Antonio Palocci, que não foi encontrado para

atender as reivindicações sobre melhoras para a reforma agrária e anistia para débitos de assentados.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que a matéria seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA
O ESTADO DE S. PAULO	16	Abril/05	Notas & Informações	A	3

Caos, sem discordância

O espetáculo da invasão da sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, por um estrepitoso bando de militantes do autodenominado Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) – não importando se foram 1.200 invasores, como disseram os líderes do movimento, ou 500, como calculou a polícia – pode não ter sido inédito, porque manifestações de acintoso desrespeito às autoridades, dessa espécie, têm sido freqüentes nas operações dos chamados “movimentos sociais”. Mas sem dúvida pelo sentido simbólico – o da ocupação do Ministério e do gabinete de trabalho do ministro mais importante do governo –, pela forma como os invasores preencheram todos os espaços do prédio, colorindo os ambientes com seus bonés vermelhos, com os quais chegaram a brincar com o retrato do presidente da República, imitando a colocação, que fizera Lula, do boné do “rival” MST, e, enfim, pela absoluta tranqüilidade com que permaneceram 6 horas nessa ocupação, acrescidas de mais 2 horas de negociação para sair do prédio, tal manifestação representou a mais explícita e deslavada demonstração de desmoralização da autoridade pública, que se poderia imaginar em nosso país – espetáculo deprimente, estampado, como não poderia deixar de estar, nas primeiras páginas dos jornais e em todos os telejornais, com a péssima repercussão internacional que, certamente, há de provocar.

O alvo principal dos invasores, logo atingido, foi o gabinete do ministro Antonio Palocci, no 5.º andar do edifício – que por sorte estava ausente do local –, a pretexto de reivindicarem a liberação de verbas “cortadas” para a reforma agrária e de pleitearem a anistia para débitos de assentados. No 4.º andar, onde fica o gabinete do secretário-executivo do Ministério, Bernard Appy, os funcionários conseguiram reagir de maneira mais organizada, montando barricadas para impedir a entrada dos invasores. Mas estes deixaram todo o prédio imundo, com papéis jogados, garrafas vazias e restos de comida espalhados por todos os cantos. E só saíram depois de terem obtido a promessa formal de audiências com o presidente Lula, com o ministro da Fazenda (que acabavam de ter chamado de “ladrão”) e com o minis-

tro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

É claro que quanto à audiência com o ministro Rossetto – único que mereceu rasgados elogios dos invasores do prédio governamental – os manifestantes não precisariam de esforço algum para marcá-la, visto que ele tem se adiantado em desmedidas pressões para obter mais recursos para a reforma agrária – com o que tem provocado divergências e impasses na equipe ministerial, confrontando-se tanto com o ministro Palocci quanto com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ao tentarem impor (e a todos os produtores rurais brasileiros) uma imediata mudança de critério de avaliação dos índices de produtividade no campo, tendo em vista aumentar o estoque de áreas disponíveis para a reforma agrária.

A propósito dessa atualização de índices da qual o ministro Rossetto não abre mão – mesmo que o ministro Rodrigues se mostre com a melhor boa vontade para negociação – é bom lembrar que a ampliação dos índices de “improdutividade” se destina a trocar os empresários rurais mais produtivos do mundo por assentamentos dos sem-terra, que neles poderão permanecer indefinidamente sem se preocupar com índices de produtividade. Trata-se de fazer com as mais produtivas fazendas do mundo o que foi feito com a Fazenda Itamaraty, do grande produtor Olacyr de Moraes, retalhada entre os lavradores do Movimento dos Sem-Terra (MST). De fazenda modelo, com altos índices de produtividade, transformou-se em um fracassado projeto cooperativo, de baixíssima produtividade.

Na página do jornal vizinha à que exibia o deprimente espetáculo da invasão do Ministério da Fazenda aparecia seu titular, o ministro Antonio Palocci, participando de um seminário em que dizia, com toda razão, que o “agro é o melhor negócio brasileiro” e que “somos, talvez, uma das últimas fronteiras agrícolas do mundo”. Em outra matéria da página, o Ministério de Rossetto fincava pé nos novos índices. Numa terceira, o ministro Roberto Rodrigues se esforçava para tapar o sol com peneira, dizendo que não há discordância no governo. De fato, o quadro estampado nos jornais de ontem, mais do que de discordância, era de caos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSD – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “A turma da idéia única”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** do último dia 20 de abril.

Durante a eleição, o PT prometeu criar 10 milhões de empregos, disse que ia ampliar a reforma agrária, resolveu implantar o sistema de cotas para negros nas universidades e anunciou o programa Fome Zero. Contudo, todas as suas metas foram desmoralizadas. Não restando mais ilusões nos arquivos do PT, eles se agarram à única idéia que os inspiram que é a reeleição do Lula.

O governo petista não dispõe de um projeto de modernização para o Brasil, quer apenas se instalar na Presidência por mais quatro anos para que possa garantir, pelo menos por esse período, o emprego dos 30.000 petistas nomeados para cargos de confiança no serviço público.

Por fim, Senhor Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

A turma da idéia única

O PT trouxe para o governo quatro idéias. Prometeu criar 10 milhões de empregos. Disse que ia ampliar a reforma agrária. Resolveu implantar o sistema de cotas para negros na universidade. E anunciou o seu programa Fome Zero. As quatro metas foram desmoralizadas e, agora, não há mais ilusões disponíveis nos arquivos do PT. A única idéia que une e inspira o petismo hoje é a reeleição de Lula. Instalado na Presidência por mais quatro anos, Lula será a garantia de que todos os 30 000 petistas nomeados para cargos de confiança continuarão infiltrados no serviço público, ganhando seu salário mensal sem nenhuma ameaça externa.

O governo petista não dispõe de um projeto de modernização do Brasil. Não reconhece a importância de criar um ambiente favorável aos negócios no país. Em vez de ficar pensando na implantação de cotas raciais no ensino, o PT deveria estar preocupado em preparar as futuras gerações para um mundo no qual a tecnologia terá papel dominante. O PT também não se empenha em desmontar os entraves à contratação de trabalhadores que estão inscritos nas leis trabalhistas há mais de meio século. No campo da Justiça, o partido de Lula continua perplexo diante da necessidade de torná-la mais ágil. No Brasil, um processo leva vinte anos para ser julgado. A insegurança jurídica espanta os investidores.

O PT não se atreve a retomar a reforma da Constituição de 1988. Essa Constituição montou um Estado que tem excesso de responsabilidades e recursos insuficientes para enfrentá-las. Porque gasta mais do que arrecada, o Estado mantém em funcionamento uma extorsiva carga tributária, indeco-

rosa para países com o nível de desenvolvimento do Brasil.

Por tudo isso, o Brasil tem um desempenho econômico irregular. O crescimento sólido, sustentável, não ocorrerá no horizonte visível. O que poderemos ver, com alguma sorte, serão espasmos de crescimento. Essa fragilidade produz aqui as maiores taxas de juros reais do planeta. Um país com todos esses entraves estruturais não tem condições de crescer de forma contínua.

Na primeira semana de janeiro, prevê nesta coluna que o ano de 2005 seria

“Para os brasileiros, acostumados à estagnação, crescer a uma taxa de 3,7% pode parecer um grande feito. Para um país emergente, é pífio. A Índia cresceu 7,3% no ano passado, a Rússia, 7,1%, a Turquia, 8,1%, e a China, 9,5%”

mediocre para a economia brasileira, com um crescimento do PIB ao redor de 3,7%. Era um momento em que representantes do governo abriam champanhe para comemorar os 5,2% de expansão do PIB em 2004 e para prometer outro recorde no desempenho de 2005. Na semana passada, o FMI reviu sua previsão do crescimento do PIB brasileiro — para 3,7%. Agora, na companhia do FMI, não vou rever por enquanto minha previsão de 3,7%.

Para os brasileiros, que se acostumaram à estagnação econômica por duas décadas e meia, crescer a uma taxa de 3,7% pode parecer um grande feito. Para um país emergente, é pífio. A Índia cresceu 7,3% no ano passado, a Rússia, 7,1%, a Turquia, 8,1%, e a China, 9,5%. Em 2004, o Brasil foi impulsionado pelo crescimento mundial. O cenário piorou. O mundo está crescendo menos. Nesse ambiente, o PT continua tratando com desdém os fatores que produzem desenvolvimento sustentado. Para o partido de Lula, o único assunto que conta é a reeleição.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, celebramos, hoje, a passagem de mais um Dia da Educação, que se comemora em 28 de abril de cada ano.

A data é propícia para o debate acerca desse tema tão importante, e que forma a base sobre a qual toda nação que busca o desenvolvimento deve assentar sua estrutura.

Dada a vastidão do assunto e suas inúmeras possíveis abordagens, pretendo ser seletivo, bem como objetivo, e ater-me à questão da educação a distância (EAD), uma modalidade educacional não tão recente quanto muitos pensam, visto que seus primórdios datam de 1829, no mundo, e de 1923, no Brasil, mas que ainda é alvo de muito preconceito e má compreensão.

Sim, é preciso lembrar que a EAD é uma modalidade que já conta com muitos anos de existência. São quase dois séculos. Seu pressuposto é uma interação virtual, mas não necessariamente mediada pela eletrônica, no qual professor e alunos não compartilham o mesmo tempo e espaço.

A experiência brasileira com a EAD, até o advento das telecomunicações e da informática, enfatizou os cursos por correspondência, utilizados na educação não-formal e no atendimento das necessidades de informação e atualização. A clientela beneficiada tem sido bastante diversificada. Mas, em sua maioria, é composta de adultos, com nível de escolarização variado.

Falemos de alguns exemplos significativos de EAD no Brasil.

O Movimento Educacional Brasileiro, Senhor Presidente, um sistema de ensino a distância não-formal, que se baseava na ação pedagógica conscientizadora, problematizadora e globalizadora, utilizava o trabalho de monitores e o rádio como suporte de veiculação de suas mensagens. Entre 1962 e 1964, com 25 emissoras radiofônicas, ele atingiu quase meio milhão de camponeses, distribuídos em 14 Estados.

A TVE do Maranhão desenvolveu estudos de 5a a 8a série, tanto para o ensino regular quanto para o supletivo, com programas televisivos, materiais impressos e orientadores de aprendizagem. Em 1995 tinha atendido mais de 40 mil alunos em cerca de mil e cem telessalas de 33 municípios daquele Estado.

Eu também não poderia deixar de mencionar a iniciativa da Fundação Roberto Marinho, conhecida por todos nós, como o Telecurso 2o Grau e o Supletivo do 1o Grau, que se utiliza de canal aberto e material

impresso, disponível em bancas de revistas de todo o País. Já o Telecurso 2000 é uma parceria daquela fundação com a Fiesp, Senai e Sesi/SP, e oferece cursos profissionalizantes, num total de 1.140 programas televisivos.

Devemos ter clareza de que os meios utilizados na EAD não têm valor educativo em si, por mais avançados que sejam em termos de tecnologia. O significado pedagógico do meio – seja ele caderno de texto ou videoconferência – só será definido a partir de uma determinada proposta pedagógica. Por vezes, uma proposta desprovida de conteúdo e metodologia se esconde atrás de uma bela interface tecnológica, resultando em uma experiência educacional pobre.

Mas, como no caso dos exemplos que citei, isso não significa que a educação a distância seja desprovida de virtude. Muito pelo contrário. A experiência de outros países, Sr. Presidente, tem demonstrado a grande valia dessa modalidade no processo de democratização do ensino.

Aliás, é justamente nesse aspecto – a democratização do ensino – que se encontra a razão de ser dessa metodologia.

A *Open University*, por exemplo, criada no final dos anos 60, no Reino Unido, tornou-se modelo de ensino superior. Essa instituição de ensino a distância visava à democratização da educação, de modo a tornar possível a ampliação do ensino superior não só para um maior número de estudantes, mas, também, para aqueles que não possuíam os requisitos necessários para o acesso a esse nível escolar. O termo *open* significava uma quebra de barreiras de acesso à graduação: requisitos de qualificações prévias, ou locais e tempos determinados para a frequência às aulas.

Sr. Presidente, as dificuldades de locomoção das grandes cidades, o isolamento de certas regiões do País, enfim, tudo que estorva o encontro de alunos e professores pode ser superado por uma boa proposta pedagógica de EAD.

Obviamente, não se espera que a educação a distância substitua o ensino presencial. Não se pode negar, muito menos querer abolir, a riqueza de um encontro bem planejado e conduzido entre alunos e seu mestre. O ensino presencial, tal qual conhecemos hoje, tem lugar inamovível no cenário educacional.

O que se busca, com a modalidade de educação a distância, não é substituir o ensino tradicional, mas fornecer uma outra opção, mais flexível ao estudante,

de quem, em contrapartida, será exigida muita autonomia, dedicação e organização.

Outro mito que frustra essa modalidade não-presencial, Sr. Presidente, é o de que o aluno estaria isolado no processo educacional.

Pois a verdade é que a EAD não prescinde da interação, seja entre o tutor e seus alunos, seja desses últimos entre si. As modernas e mais recentes tecnologias fornecem uma plataforma onde esses encontros virtuais podem acontecer com muita riqueza. De fato, num depoimento de um aluno de EAD a seu mestre, ele lhe disse que, no fórum eletrônico do curso, pela primeira vez em sua experiência educacional, ele se sentia à vontade para se manifestar, pois sabia que seria ouvido por todos. Isso mostra que a EAD tem facetas que não são abrangidas pelo ensino presencial, embora, como já disse, não seja objetivo daquela substituir este.

Sr. Presidente, enquanto muitos países avançam a passos largos na EAD, o Brasil tira pouco proveito desse recurso importante e muito útil para o desenvolvimento educacional da Nação.

É bem certo que temos uma boa experiência, em EAD, no nível fundamental e médio e também quando se trata de educação profissional, mas é grande o atraso em relação ao nível superior.

Existe muito preconceito até mesmo entre aqueles que deveriam ser os promotores dessa modalidade de educação, os pedagogos. É que muitos professores, acuados pelo medo do novo, temem perder espaço e prestígio para uma metodologia que entrega ao aluno boa parte da responsabilidade por seu aprendizado.

No entanto, a educação a distância definitivamente se estabeleceu no cenário educacional mundial e dele não mais sairá. Trata-se de um movimento irreversível e extremamente benéfico a toda a sociedade. É questão de tempo até que o Brasil perceba seu papel e sua importância. As novas gerações, em especial, não terão objeções a essa modalidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de 2005, os 25 países da América Latina e do Caribe comemoram o Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha.

Não se trata apenas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, de mais uma data para prestar uma justa homenagem às mulheres. Na verdade, o principal objetivo dessa iniciativa, proposta

pelo Parlamento Latino-Americano – o Parlatino –, é propiciar uma maior integração entre esses países no que diz respeito à batalha por melhores condições de vida para todas, nós, mulheres.

Precisamos aproveitar este momento para promover um amplo debate sobre as dificuldades e as conquistas das mulheres em toda a América Latina e o Caribe.

Felizmente, a busca por essa integração tem sido uma preocupação mundial. Em outubro de 2004, tive a oportunidade de participar, em Roma, ao lado da senadora Lúcia Vânia e da deputada Iara Bernardi, da 1ª Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pela Proteção da Infância e da Adolescência.

O encontro reuniu cerca de 200 deputadas e senadoras de mais de 100 países, que discutiram, por dois dias, as principais questões ligadas à infância e à adolescência.

Além de ter sido um espaço para a troca de experiências de parlamentares do mundo inteiro, a Conferência gerou resultados práticos. No final dos debates, aprovamos a criação de uma rede mundial de mulheres parlamentares, cuja missão é fazer um incansável monitoramento do cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989. Para coordenar esse trabalho, foi instituído um comitê formado por sete parlamentares de todos os continentes, o qual faço parte com a responsabilidade de articular as ações nas Américas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são inúmeros os exemplos de mulheres, célebres ou anônimas, que não se cansam de lutar contra as injustiças sociais perpetradas nos quatro cantos do planeta. Mulheres como Graça Machel, aguerrida batalhadora pelo bem-estar das crianças da África, como a Princesa Diana, que exerceu com maestria e doçura o papel de anjo da guarda de milhares de meninos e meninas, ou como Jerônima Mesquita, Bertha Lutz e tantas outras pioneiras na luta pela garantia dos direitos femininos no nosso País.

Não há dúvidas de que, nos últimos anos, essa causa ganhou mais força. Em 2004, por exemplo, quando vivenciamos o Ano da Mulher Brasileira, obtivemos significativas vitórias na busca por mais qualidade de vida para todas nós.

Conseguimos, graças ao excelente trabalho da Comissão Especial do Senado e do fundamental apoio do Executivo e das organizações não-governamentais, dar maior visibilidade às conquistas femininas, sem

deixar de evidenciar os graves problemas que, em pleno século XXI, ainda ameaçam a vida de tantas brasileiras. E é em decorrência do sucesso desse esforço que, agora, em 2005, ampliamos a homenagem para toda a América Latina e o Caribe.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana, em 30 de abril, comemoramos o Dia Nacional da Mulher – data que também é uma especial ocasião para aprofundarmos a reflexão sobre a urgência de construirmos um País melhor para todos, independentemente de gênero, raça, etnia, classe social ou religião.

Aproveito esta homenagem às mulheres brasileiras para falar de algumas questões que ainda são motivo de grande preocupação.

Uma delas é a violência. Segundo estudo da Fundação Perseu Abramo, uma em cada cinco brasileiras declara ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem. Dados das Nações Unidas mostram que o País deixa de aumentar em 10% o seu PIB em decorrência desse problema. O mais grave é que, em quase todos os casos, mais da metade das mulheres não pede auxílio.

A violência, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em todas as suas manifestações, vem comprometendo de forma ainda mais cruel a integridade de milhões de crianças e adolescentes.

Além da falta de segurança nas ruas, meninos e meninas são vítimas de uma das piores formas de violação dos direitos humanos: a violência sexual.

Trata-se de um fenômeno complexo, que ultrapassa os limites culturais e de classe social e se alimenta do silêncio das vítimas, de seus familiares e da própria comunidade.

Estima-se que a cada oito minutos uma criança brasileira sofre abuso sexual. E o que é mais preocupante: em cerca de 90% dos casos, o agressor é alguém que convive com ela, como o pai biológico, o padrasto, tios, avôs, irmãos ou vizinhos. É lamentável que o machismo, o medo e a impunidade ainda dêem as cartas quando o assunto é a violência contra mulheres e crianças.

A boa notícia é que já conseguimos importantes vitórias nessa área, com o trabalho que fizemos na CPMI da Exploração Sexual e com a aprovação, por unanimidade, pelo Senado Federal, de um conjunto de projetos que alteram o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente para que seja possível

punir, com mais rigor, os responsáveis por crimes tão bárbaros.

No entanto, ainda precisamos avançar mais. Temos a obrigação de lutar para melhorar as nossas políticas públicas, para aprimorar os mecanismos de repressão aos criminosos e para garantir maior aporte de recursos aos programas destinados às mulheres, às crianças e aos adolescentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também merece a nossa atenção a gravidez na adolescência. Dados da Unesco e do Ministério da Saúde mostram que a gestação precoce e as dificuldades dela decorrentes já respondem pela terceira causa de morte entre as jovens do Brasil, perdendo apenas para homicídios e acidentes. E mais: 25% das meninas entre 15 e 17 anos que deixam a escola o fazem por causa da gravidez, indicando que a maternidade antecipada é a principal causa de evasão escolar de adolescentes. Segundo a Unesco, das meninas de 15 a 17 que não estudam, 31% residem no Nordeste.

Essa questão não pode mais ser ignorada. E a solução para evitar tantas gestações antecipadas não passa apenas pela realização de campanhas educativas voltadas para a juventude. Pesquisas revelam que, a despeito de conhecerem métodos contraceptivos, muitas adolescentes acabam engravidando.

Portanto, a nossa abordagem precisa levar em conta aspectos sociais, econômicos e culturais. Para muitas adolescentes, a gravidez é encarada como uma forma de ascensão social. Isso deixa claro que a juventude dessas comunidades tem um cotidiano de falta de perspectivas. Essas meninas e também os meninos precisam ter acesso, é claro, às informações sobre saúde sexual e reprodutiva. Mas também merecem frequentar uma escola moderna e de qualidade, ter acesso à internet, a cursos de línguas, à prática de esportes, à diversão, à arte e à cultura. Outro fator relevante é o fortalecimento da valorização da educação e da cidadania. Não basta transferir renda para as famílias pobres por meio de programas como o Bolsa-Família. É fundamental também transmitir às pessoas a mensagem de que a educação é o verdadeiro caminho para a superação da pobreza e da exclusão social.

Outro problema sério é a mortalidade materna. O Plano de Ação Presidente Amigo da Criança, lançado pelo presidente Lula em dezembro de 2003, colocou como um de seus compromissos a redução em 25% da mortalidade materna nas capitais, passando de 74,5 por 100 mil em 2001 para 55,9 em 2007.

Mas, segundo um relatório produzido por 26 organizações da sociedade civil sobre o andamento do plano, dificilmente o País alcançará essa meta.

Para transformar essa realidade, é necessário, sobretudo, melhorar a qualidade do atendimento no pré-natal, no parto e no pós-parto, reduzindo também o número de cesarianas. A missão é árdua. Segundo o documento das ONGs, ao longo da segunda metade dos anos 90, a cobertura do pré-natal diminuiu de forma consistente.

Não é possível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assistirmos passivamente à morte de milhares de brasileiras, vítimas de problemas evitáveis.

Está na hora de o Brasil assumir uma postura firme no combate a questões como a violência doméstica, a mortalidade materna, a gravidez na adolescência, dentre tantas outras. E o enfrentamento de tais desafios não pode ser encarado apenas como “coisa de mulher”. A busca por um País mais justo para todos deve ser uma bandeira de todos: mulheres e homens, mães e pais, trabalhadoras e trabalhadores, políticas e políticos.

Era o que eu tinha a dizer!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa que chegou ao meu gabinete a informação de que a Viação Aérea Rio-Grandense S.A. – Varig, estaria considerando a possibilidade de encerrar as suas operações na cidade de Santarém, oeste do Pará. Como senadora daquele estado, sinto-me na obrigação de alertar para as implicações desta decisão que, se efetivada, provocará enormes consequências negativas não só para os moradores daquela cidade, mas para toda a região oeste do Pará.

Santarém é a terceira maior cidade do Estado e o maior pólo econômico do oeste paraense. Essa região, localizada no coração da floresta amazônica, representa 58% da área total do Pará, o que significa um território maior do que a França ou da Espanha. Vale mencionar que essa área convive há longa data com propostas de emancipação, para constituir o pretense estado de Tapajós. Embora não seja o objetivo entrar no mérito dessa questão, trata-se de uma região que tem sido negligenciada pelos sucessivos governos na destinação de recursos e políticas de desenvolvimento adequadas.

A despeito disso, o seu potencial turístico, especialmente de Santarém, conhecida como “Pérola do

Tapajós”, é uma riqueza que pode e deve ser explorada. Afinal, a cidade de Santarém ocupa uma posição privilegiada: exatamente na junção de dois lindos e grandes rios, o Amazonas e o Tapajós. Em frente da cidade, é possível testemunhar um dos maiores espetáculos da natureza: o encontro das águas verde-esmeraldas do Tapajós com as águas ocre-argila do Amazonas, as quais correm juntas por muitos quilômetros sem se misturarem.

Por causa das águas claras do Tapajós, o município tem uma grande extensão de praias exóticas e primitivas que mais parecem mar, com areias brancas e finíssimas, algumas de fácil acesso, outras completamente isoladas. Uma das mais conhecidas é Alterdo-Chão, conhecida como “Caribe Amazônico”. Além de suas belezas naturais, Santarém também atrai turistas pela beleza de seus prédios históricos e monumentos, muitos deles herança da colonização portuguesa na região.

Por tudo isso é que Santarém, distante 850 quilômetros de Belém, é uma das mais fortes potências turísticas do Estado do Pará. A própria Varig contribuiu para o aproveitamento desse potencial – podemos citar aqui a construção do Tropical Hotel, até agora um dos maiores hotéis da região amazônica, com 250 empregos diretos. Hoje, com apenas um voo e outro compartilhado, a empresa transporta 1.800 a 2.500 passageiros por mês de um total de 6.000 passageiros e 45 toneladas de cargas.

Sem poder contar com o transporte aéreo, aumenta-se a distância entre essa região e o restante do país, tão marcante é a escassez de estradas transitáveis. Afinal, a falta de estradas asfaltadas na região faz com que o transporte por terra seja uma alternativa praticamente inexistente. A outra opção, o barco, não obstante a beleza da travessia, é uma viagem demorada, podendo-se levar até três dias rumo a Belém.

Por isso é que venho à tribuna para falar desse assunto. Afinal, a continuidade das operações da Varig em Santarém é fundamental para o turismo da região. Sendo o turismo uma indústria limpa, capaz de gerar inúmeros empregos e com enorme potencial de geração de renda, particularmente em uma região tão carente de infra-estrutura, mas ao mesmo tempo tão rica de recursos naturais, estimulá-lo é importante não só para Santarém, mas para o estado do Pará. Vou mais além, para o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros.

PSDB – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros.

PSDB – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA nº 248, ADOTADA EM 20 DE ABRIL DE 2005, E PUBLICOU EM 22 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”:

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO	016, 028 e 029
Deputado ÁLVARO DIAS	019
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	018
Deputado CLÁUDIO MAGRÃO	017 e 023
Deputado EDUARDO CUNHA	010,
Deputado EDUARDO PAES	005, 006, 020 e 027
Senador HÉLIO COSTA	021
Senador JOSÉ JORGE	007
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	004 e 024
Deputado PAUDERNEY AVELINO	012
Deputado PAULO AFONSO	009
Senador PAULO PAIM	001, 002 e 003
Deputado RAUL JUNGSMANN	013, 014 e 015
Deputado RODRIGO MAIA	008
Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN	022
Deputada VANESSA GRAZZIOTIN	026
Deputado WALTER BARELLI	025
Deputado WLADIMIR COSTA	011

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 029.

EMENDA Nº
(à Medida Provisória nº 248/2005)

MPV - 248
00001

Inclua no artigo 1º da Medida Provisória nº 248 de 20 de abril de 2005, o seguinte parágrafo primeiro renumerando o parágrafo único lá constante:

“Art. 1º.....

§ 1º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no *caput*, e art. 1º desta lei.”

§ 2º Em virtude do disposto no *caput*, a valor diário do salário mínimo corresponderá à R\$ 10,00 (dez reais) e o seu valor diário à R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos).

JUSTIFICAÇÃO

O salário mínimo completou 64 anos em julho de 2004. Sua trajetória, ao longo desse período, foi bastante conturbada, repleta de altos e baixos, em especial nos últimos 22 anos. Ademais, passou a representar variável crucial na condução da política econômica do Governo. Mas algo não mudou durante todos esses anos: sua importância para o bem-estar dos trabalhadores brasileiros, aposentados e pensionistas, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país.

É de notório conhecimento que somente nos último 05 (cinco anos) os aposentados e pensionistas já acumularam um perda de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) nos seus benefícios e em cálculos simples constataremos que, em permanecendo a política atual de reajuste dos benefícios de aposentadorias e pensões, em curtos 10 anos todos estarão recebendo tão somente 01 (um) salário mínimo a título de benefícios.

Por este foco não devemos criar impasse que prejudique os aposentados e pensionistas e os trabalhadores ativos que percebem menores remunerações? O simples rompimento da vinculação entre salário mínimo e previdência social iria contra o interesse de milhões de idosos e pensionistas, na medida em que poderia implicar na defasagem do valor real dos benefícios ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, sendo a previdência um seguro social de caráter contributivo, o benefício deve ser proporcional ao aporte de contribuições recolhidas pelo segurado. Assim, a concessão de aumento real para os benefícios só poderia ocorrer se precedida de elevação real de suas contribuições pretéritas. Como isso não ocorre, fica evidente a incorreção da atual sistemática.

Sala das Comissões,


Senador **PAULO PAIM**

MPV - 248

EMENDA Nº . 00002
(à Medida Provisória nº 248/2005)

O art. 1º da Medida Provisória nº 248 de 20 de abril de 2005 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. A partir de 1º de maio de 2005, o valor do salário mínimo observará critérios de reajuste que preservem o seu valor real, sendo-lhe também garantido a concessão de aumento adicional”.

§ 1º O aumento adicional estipulado no *caput* corresponderá ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior.

§ 2º Em caso de variação nula ou negativa do PIB, não será concedido o aumento adicional.

§ 3º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no *caput*, e art. 1º desta lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O salário mínimo completou 64 anos em julho de 2004. Sua trajetória, ao longo desse período, foi bastante conturbada, repleta de altos e baixos, em especial nos últimos 22 anos. Ademais, passou a representar variável crucial na condução da política econômica do Governo. Mas algo não mudou durante todos esses anos: sua importância para o bem-estar dos trabalhadores brasileiros, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país.

É inegável o baixo valor atual do salário mínimo. Mas todos os anos a discussão é a mesma: aumento do salário mínimo versus equilíbrio fiscal. Ou seja, o salário mínimo, ao constituir o piso dos benefícios do INSS, representa hoje variável-chave para ocorrência ou não de equilíbrio do sistema previdenciário. Isso, porque quase 70% dos benefícios previdenciários equivalem ao salário mínimo. Resultado: a correção do piso nacional de salários fica sempre muito aquém do desejado.

Com efeito, a política de salário mínimo, em anos recentes, tem sido refém de uma contradição crucial. Por um lado, a estratégia de conferir ganhos reais ao poder de compra do salário mínimo, com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza, implica aumento do déficit público. Por outro, a estratégia de apenas preservar o valor real, com vistas a não prejudicar o controle das finanças do Estado, implica prescindir de uma política ativa de salário mínimo como instrumento de redistribuição de renda e redução da pobreza.

Como sair do impasse sem prejudicar os aposentados e pensionistas e os trabalhadores ativos que percebem menores remunerações? O simples rompimento da vinculação entre salário mínimo e previdência social iria contra o interesse de milhões de idosos e pensionistas, na medida em que poderia implicar na defasagem do valor real dos benefícios ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, sendo a previdência um seguro social de caráter contributivo, o benefício deve ser proporcional ao aporte de contribuições recolhidas pelo segurado. Assim, a concessão de aumento real para os benefícios só poderia ocorrer se precedida de elevação real de suas contribuições pretéritas. Como isso não ocorre, fica evidente a incorreção da atual sistemática.

Ademais, além da garantia de correção anual, é objeto de uma política de aumentos reais gradativos correspondentes ao dobro da variação real do PIB verificada no ano anterior. Além disso, é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do país.

Sala das Comissões,



Senador **PAULO PAIM**

EMENDA Nº .
(à Medida Provisória nº 248/2005)

MPV - 248
00003

Inclua-se novo artigo na Medida Provisória nº 248 de 20 de abril de 2005, renumerando os demais artigos:

“Art. 1º

Art.2º - Fica criado uma Comissão Mista, composta de 11 Deputados e 11 Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, renovável por igual período, estudar, debater e, propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo, ouvindo-se, para tanto, Governadores de Estado, Prefeitos, os Ministros da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e da Previdência Social, representantes dos trabalhadores e empregadores, rurais e urbanos e demais outros especialistas e autoridades ligados ao tema e requisitando-se todas as cópias de todas as proposições em tramitação em ambas as Casas, para consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição ou em um único projeto de lei, conforme o caso, com vista a propiciar celeridade do processo legislativo tanto na Câmara como no Senado.

Art. 3º

JUSTIFICATIVA

No momento em que buscamos valores condizentes e dignos para o salário mínimo e vemos o Governo Federal criar um fórum para debater uma política permanente de reajuste do salário mínimo, entendemos que LEGISLATIVO não pode ficar alheio e esta discussão.

Entendo que o Legislativo, legítimo representante das várias camadas de trabalhadores deste país, e, sobretudo de aposentados e pensionistas, tem o dever e obrigação moral e estar integrado e este tema.

Por esta razão a emenda é pertinente e cabível para que venha a ser apoiada por todos os membros desta comissão e também do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,


Senador **PAULO PAIM**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 248

00004

2 DATA 27/4/2005	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 248, de 20 de abril de 2.005
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR	5 N. PRONTUÁRIO 454
6 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
0	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

A MP 248/05, O art. 1º da MP 248/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art... A partir de 1º de maio de 2005, o salário mínimo será de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).

§ 1º O valor previsto no caput será reajustado a cada ano a título de aumento real em percentual acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC para que assegure até 1º de janeiro de 2.007, a duplicação do valor real do salário mínimo vigente em 1º de maio de 2003.

§ 2º Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) e o seu valor horário a R\$ 1,54 (um real e cinquenta e quatro centavos).

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a facilitar o cumprimento da promessa de campanha do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, de duplicar o valor real do salário mínimo, que assegurou a duplicação do seu valor real.

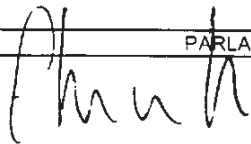
A presente sugestão advém de proposta da direção da Social Democracia Sindical encampada pela Central Única dos Trabalhadores/PR, preocupada com o baixo índice de reajuste concedido ao salário mínimo, entidades pilares do sindicalismo brasileiro, que compreendem a necessidade dos trabalhadores brasileiros.

ASSINA

 Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 248
00005

data 28/04/2005	proposição Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005			
autor DEPUTADO EDUARDO PAES	nº do prontuário 307			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Dê-se ao art. 1.º da Medida Provisória n.º 248, de 20 de abril de 2005, a seguinte redação:</p> <p><i>“Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste, e de noventa e três inteiros noventa e três centésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$ 536,28 (quinhentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos.).</i></p> <p><i>Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 17,87 (dezesete reais e oitenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos).”</i></p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O reajuste do salário mínimo tem sido dado em função das disponibilidades financeiras que o Governo Federal tem alcançado em relação à arrecadação das receitas da União.</p> <p>Esta emenda foi elaborada com base na promessa de campanha eleitoral do Presidente Lula de dobrar o poder de compra do salário mínimo até o final do seu mandato em 2006, em relação ao salário de 2002.</p> <p>Neste sentido, o salário mínimo deverá atingir o valor de R\$536,28, ou seja superior à proposta, ora em discussão, pela presente MP 248.</p> <p>Sem quaisquer dúvidas, os reajustes se tornam viáveis, caso o governo redirecione sua política para o segmento da sociedade menos favorecido, mudando suas prioridades, tais como: transposição do Rio São Francisco, aumento da carga tributária, gastos com cartão corporativo, e outras ações nepetistas.</p>				
PARLAMENTAR				
				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV - 248
00006**

data 28/04/2005	proposição Medida Provisória nº 248 , de 20 de abril de 2005
autor DEPUTADO EDUARDO PAES	nº do prontuário 307

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 1.º da Medida Provisória n.º 248, de 20 de abril de 2005, a seguinte redação e acrescente o art. 2º renumerando-se os demais:

“Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste, e de trinta e nove por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$ 384,29 (trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos.).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,81 (doze reais e oitenta e um centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos).

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2006, o salário mínimo será reajustado em trinta e nove inteiros e nove centésimos por cento, a título de aumento real, acrescido do índice de inflação verificado no período. “

JUSTIFICAÇÃO

O reajuste do salário mínimo tem sido dado em função das disponibilidades financeiras que o Governo Federal tem alcançado em relação à arrecadação das receitas da União.

Esta emenda foi elaborada com base na promessa de campanha

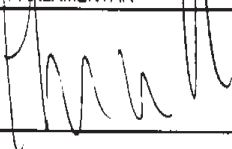
eleitoral do Presidente Lula de dobrar o poder de compra do salário mínimo até o final do seu mandato em 2006, em relação ao salário de 2002.

Neste sentido, constata-se que até 2006, o salário mínimo deverá ser de R\$ 558,59, ou seja superior à proposta, ora em discussão, pela presente MP 248 e a previsão constante da LDO para 2006. Assim,

Com vistas à viabilização da respectiva promessa de campanha, estamos propondo que o salário mínimo seja ajustado em duas parcelas, ou seja, uma a partir de maio de 2005 no valor de R\$ 384,29 e outra em maio de 2006 no valor de R\$ 558,59 ajustado pela variação de inflação registrada.

Sem quaisquer dúvidas, os reajustes se tornam viáveis, caso o governo redirecione sua política para o segmento da sociedade menos favorecido, mudando suas prioridades, tais como: transposição do Rio São Francisco, aumento da carga tributária, gastos com cartão corporativo, e outras ações nepetistas.

PARLAMENTAR



MPV - 248

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

data 26.04.2005	proposição Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005
--------------------	--

autor Senador José Jorge	nº do prontuário
------------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o texto do artigo primeiro da Medida Provisória n.º 248, de 20 de abril de 2005, para:

Art. 1º – A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste, e vinte e dois inteiros e novecentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).

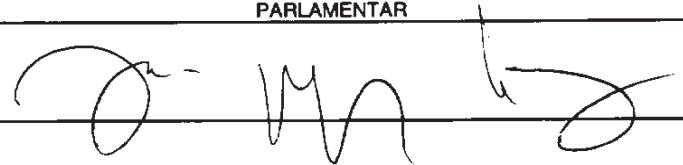
Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 11,34 (onze reais e trinta e quatro centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,54 (um real e cinquenta e quatro centavos).

JUSTIFICAÇÃO

O Presidente da República prometeu durante a sua campanha presidencial dobrar o salário mínimo até o final do mandato em 31 de dezembro de 2006.

Esta emenda tem a pretensão de facilitar o atingimento da meta presidencial, evitando que se concentre no último ano de governo, todo o reajuste do salário mínimo prometido pelo Presidente da República.

PARLAMENTAR



MPV - 248

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 248/05
------	--

autor Deputado Rodrigo Maia	Nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	-------------------	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 1º da MP 248/05 a seguinte redação:

“Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, o valor do salário mínimo será de R\$ 312,00 (trezentos e doze reais), representando um aumento real de doze por cento sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

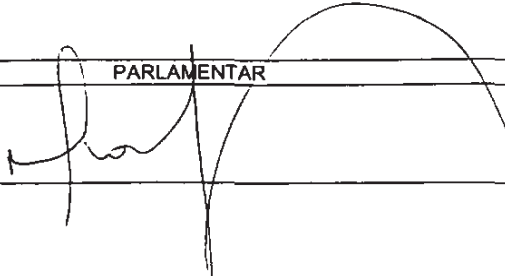
Parágrafo único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 10,40 (dez reais e quarenta centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,41 (um real e quarenta e um centavos).”

JUSTIFICATIVA

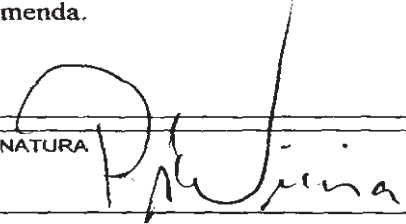
O atual governo não tem cumprido a promessa de recuperar o valor real do salário mínimo, em linha com o comportamento do produto e da inflação, de forma a implementar um perfil distributivo mais digno para o trabalhador.

A presente emenda procura estabelecer um parâmetro de correção do salário mínimo, realista e não panfletário, como aquele prometido em campanha pelo atual governo. É realista manter a correção do salário pelo IPCA, visto ser este a referência para a política monetária. Em paralelo, é realista traçar uma estratégia de apoio para a desconcentração de renda, com base no índice de transferência de 6% ao ano, ou seja, o que equivaleria dobrar o valor real do salário em 12 anos. O realismo está no prazo de consecução desta distribuição, não em quatro anos, como a irresponsabilidade política do atual governo apresentou, mas em doze, absolutamente compatível com uma taxa de crescimento do PIB ao redor de quatro por cento ao ano.

PARLAMENTAR



MPV - 248**00009**

DATA 28/04/2005	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248			
AUTOR Deputado PAULO AFONSO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p style="text-align: center;">TEXTO</p> <p>Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº. 248 a seguinte redação: "Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste, e de trinta e sete inteiros e quarenta e dois centésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais). Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,67(doze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$1,73 (um real e setenta e três centavos)" (NR)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente emenda modifica o art. 1º da MP 248, com o objetivo de fixar novo valor para o salário mínimo, em 1º de maio de 2005, que assegure que seu poder de compra, após o aumento de maio de 2006, atinja a meta fixada durante a campanha eleitoral do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que é a de dobrar o seu valor real durante o mandato.</p> <p>Para que tal condição seja alcançada, será necessária, tomando-se por base o poder aquisitivo médio nos doze meses entre datas-base, a concessão de um percentual total de 87,7% nas duas próximas datas-base do salário mínimo, a título de aumento real. Ao se dividir esse aumento real total em duas etapas aproximadamente iguais, chega-se a um percentual de 37,42% em 1º de maio de 2005 que, aplicado cumulativamente sobre o reajuste de 6,355%, gera o valor proposto de R\$ 380,00.</p> <p>O valor apresentado está muito aquém do necessário para uma vida digna, capaz de satisfazer as necessidades básicas da população. Assim, a proposta visa garantir um maior poder aquisitivo para a maioria dos trabalhadores, aposentados e pensionistas que recebem esse benefício. Cumpre ressaltar, ainda, que esse valor proposto trará diversos benefícios, decorrentes do aquecimento econômico, gerado por uma maior circulação de recursos, com reflexos positivos sobre o consumo médio da população brasileira e sua qualidade de vida.</p> <p>Por fim, consciente da necessidade da busca constante de uma maior justiça social em nosso país, apresentamos a presente emenda.</p> <p style="text-align: right;"></p>				
28 / 04 / 2005		ASSINATURA		

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 248

00010

Data
20/04/2005proposição
Medida Provisória nº 248/2005autor
Deputado EDUARDO CUNHAnº de prontuário
3001 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo Global

Página 01/01

Artigo 1º

Parágrafo
Único

Inciso

alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º e o Parágrafo único da Medida Provisória n.º 248, de 20 de abril de 2005 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste e de **quinze inteiros e setecentos e vinte e três centésimos por cento**, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta Reais), o salário mínimo será de R\$ 320,00 (trezentos e vinte Reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a **R\$ 10,66 (dez reais e sessenta e seis centavos)** e o seu valor horário a **R\$ 1,46 (um Real e quarenta e seis centavos)**.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira anseia pela adoção de uma política salarial que atenda as necessidades básicas de sobrevivência da população brasileira.

Não é possível que assistamos passivos a execução de reajuste que não atendem as reais necessidades da população brasileira.

Desta forma, e ante a necessidade de resgatar o poder de compra real do valor do salário mínimo sugerimos um reajuste melhor, haja vista mostrar-se como medida de justiça social e igualdade de consideração.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 248

00011

Data
22/04/2005proposição
Medida Provisória nº 248/2005autor
Deputado WLADIMIR COSTA

nº de prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página 01/01

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O Art.1º e o parágrafo único da Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após o reajuste de vinte e seis inteiros e sessenta e sete por cento sobre o valor de R\$ 260,00(duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$ 380,00(trezentos e oitenta reais).

Parágrafo Único Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,67(doze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário de R\$ 1,59(um real e cinquenta e nove centavos).

JUSTIFICAÇÃO

É necessário que adotemos uma política salarial efetiva a fim de haja uma recuperação efetiva da população brasileira quanto ao poder de compra real do salário mínimo, pelo que requeremos um aumento maior para o salário mínimo.

PARLAMENTAR

MPV - 248**00012****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 248/05
------	--

autor Deputado PONTES DE ALBUQUERQUE	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	-------------------	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 1º da MP 248/05 a seguinte redação:

“Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, o valor do salário mínimo será de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), representando um aumento real de vinte e nove por cento sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).


Parágrafo único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,00 (doze reais) e o seu valor horário a R\$ 1,63 (um real e sessenta e três centavos).”

JUSTIFICATIVA

Durante a campanha eleitoral, o atual governo firmou compromisso de dobrar, até 2006, o poder de compra do salário mínimo, então vigente em 2002, de R\$ 200,00.

Este compromisso eleitoral permaneceu nas urnas. A presente emenda visa a recuperar a responsabilidade cívica do governo e a restituição da dignidade política do povo brasileiro.

Com este propósito, o valor do salário mínimo deve corresponder a um crescimento real de 18,9% ao ano, taxa equivalente à promessa política do atual governo, em sua campanha, atualizado pela taxa de inflação do IPCA. De se destacar que, apesar de o governo empregar o conceito de custo de reposição do salário mínimo, o que implica a indexação pelo INPC, entendemos que a referência deva ser feita com o IPCA, isto porque trata-se de uma questão distributiva, mais do que mera reposição da manutenção do trabalhador, fora o fato de ser o IPCA o indicador de referência da política monetária, importante no entrave da geração de oportunidades de emprego e renda, no atual governo.

PARLAMENTAR

MPV - 248

00013

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248 de 2005


EMENDA MODIFICATIVA

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.

Dê-se nova redação ao art. 1º da Medida Provisória:

Art. A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste, e de quinze inteiros, setecentos e vinte e três milésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

Sala das Sessões, 27 de abril de 2005



Dep. RAUL JUNGMMANN
PPS/PE


MPV - 248**00014****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248 de 2005****EMENDA MODIFICATIVA**

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.

Dê-se nova redação ao art. 1º da Medida Provisória:

Art. A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste, e de vinte e dois inteiros, novecentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).

Sala das Sessões, 27 de abril de 2005



Dep. RAUL JUNGMAN
PPS/PE

MPV - 248

00015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248 de 2005

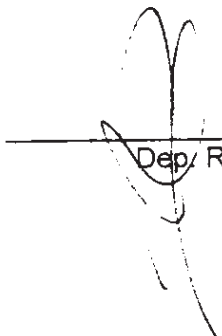
EMENDA MODIFICATIVA

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.

Dê-se nova redação ao art. 1º da Medida Provisória:

Art. A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento, a título de reajuste, e de trinta inteiros, cento e oitenta e oito milésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

Sala das Sessões, 27 de abril de 2005


Dep. RAUL JUNGSMANN
PPS/PE

MPV - 248

00016

MPV nº 248, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Acrescentem-se dois parágrafos ao art. 1º da Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005, com a seguinte redação:

"Art. 1º
§ 1º Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 10,00 (dez reais) e o seu valor horário a R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos);
§ 2º A partir de 1º de setembro de 2005, inclusive, e a cada quadrimestre, o salário mínimo em vigor será reajustado em **dois inteiros e oitenta e três centésimos por cento**, a título de aumento real, acrescido do Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período.
§ 3º Fica facultado ao Poder Executivo propor reajustes superiores ao determinado no parágrafo anterior."

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, propor uma reposição gradual do poder aquisitivo do salário mínimo mediante a adoção de critério de reajuste quadrimestral, de forma que possa amenizar o impacto sobre as contas da Previdência, dos municípios brasileiros e da iniciativa privada.

A metodologia proposta conserva o valor do salário mínimo definido pelo Governo Federal, por acreditarmos que o reajuste de 15,38% foi substancial, e distribui em reajustes quadrimestrais o percentual de 8,49% concedido nesta Medida Provisória em forma de ganho real, significando um aumento de 2,83% a cada quatro meses, a título de aumento real, acrescido da inflação acumulada no período anterior. Asseguramos ainda a possibilidade do Governo Federal de propor reajustes superiores ao determinado nesta emenda. Estamos não apenas mantendo o índice de reajuste concedido agora, como também distribuindo o impacto financeiro dos próximos aumentos sobre as contas dos entes federados e da iniciativa privada ao longo do ano.

Emenda nº**MPV nº 248, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Estimamos que com essa metodologia chegaremos em 2010 a um salário mínimo superior a R\$ 620,00, que representaria nesse ano aproximadamente 40% do valor do salário calculado pelo DIEESE, que será, em média, de R\$ 1.574,56. Esse montante representa, a preços de 2010, o valor do salário mínimo "capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família (dois adultos e duas crianças) com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo...", conforme determina a **Constituição Federal em seu art. 7º, IV**. A preços de março de 2005, o valor seria de R\$ 1.477,49. O salário definido nesta Medida Provisória representa apenas 20% desse valor. Portanto, **a nossa proposta significa dobrar o poder de compra real do salário mínimo nos próximos cinco anos.**

Além de ser Inconstitucional, sabemos que a atual política de reposição anual do salário mínimo é incapaz de recuperar o poder de compra do trabalhador a níveis existentes na década de 60, onde, a preços atualizados, o salário mínimo era de R\$ 756,09. Na verdade, podemos afirmar que não há no Governo Federal política de recuperação do salário mínimo a longo prazo. Por isso, a relevância e a urgência dessa proposta.

Os próprios estudos desenvolvidos pelos técnicos do DIEESE argumentam sobre a necessidade de reajustar o salário mínimo mediante adoção de aumentos graduais ao longo do ano. Segundo esses técnicos, "uma proposta desta ordem, além de permitir os ajustes das demais políticas macroeconômicas e sinalizar decisivamente para todos os agentes econômicos, deixariam de ter efeitos inflacionários significativos". Ressalta-se, ainda, que a implementação de políticas permanentes de elevação do valor real do salário mínimo atendem a dois princípios fundamentais:

Emenda nº

S

MPV nº 248, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

• **Como instrumento de redistribuição de renda**, o aumento do salário mínimo significaria um crescimento da renda de parte das famílias de baixo poder aquisitivo, com impacto direto sobre o nível de atividade econômica, o que ativaria a economia através dos efeitos decorrentes do aumento do consumo;

• **Como instrumento de referência salarial**, o salário mínimo visa minimizar, pela ação governamental, a tendência de o mercado de trabalho capitalista reduzir o valor dos salários na renda nacional, fixando um piso salarial capaz de garantir aos trabalhadores, especialmente os menos qualificados, e suas famílias, condições básicas de sobrevivência.

Segundo o IBGE, em 2003, 31,7 milhões de trabalhadores formais e informais ganhavam até um salário mínimo. Com relação à Previdência, conforme dados divulgados pelo Boletim Estatístico da Previdência em 2003, 14,9 milhões de beneficiários previdenciários ganhavam até um salário mínimo. Os municípios brasileiros possuíam, em 2003, 290 mil servidores que recebiam até um salário mínimo. Portanto, o salário mínimo significa **fonte de renda exclusiva para 46.890 milhões de provedores de família no Brasil**.

Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a perda de receita será compensada pelo "aumento da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia, confirmada pela Exposição de Motivos anexa à Medida Provisória nº 248, de 2005, e pela receita adicional de R\$ 18,5 bilhões da COFINS, entre 2003 e 2004 (de R\$ 58,1 bilhões para R\$ 76,6 bilhões).

Além dessas fontes de recursos, resulta-se que uma eventual redução de 0,38% do superávit primário em vigor, de 4,25%, equivaleria a uma receita adicional de aproximadamente R\$ 6 bilhões, montante que poderia viabilizar a recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo

Emenda nº**MPV nº 248, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Cálculos preliminares indicam que a renúncia fiscal da União não ultrapassaria os R\$ 4 bilhões.

As fontes citadas acima comprovam que o financiamento do reajuste do salário mínimo é possível e que depende exclusivamente de vontade política. A dúvida é saber se o Governo Federal irá implementar uma política permanente de redistribuição de renda ou, como dizia o economista Celso Furtado, continuará propondo atitudes irracionais: *"Forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia, a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade"*.

Sala da Comissão, 28 de abril de 2005


Dep. ANDRÉ FIGUEIREDO
PDT/CE

MPV - 248**00017****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248 de 2005****EMENDA MODIFICATIVA**

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.

Inclua-se, onde couber, o seguinte art. à Medida Provisória:

Art.... A partir de 1º de julho de 2005, inclusive, o salário dos trabalhadores em geral, os proventos de aposentadoria e pensões serão reajustados nas respectivas datas-base, no mínimo pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – série r (IPC-r), verificada desde a última data-base das respectivas categorias, ou o seu substituto eventual.

§1º A partir de 1º de julho de 2005, inclusive, será assegurado o salário dos trabalhadores em geral, os proventos de aposentadoria e pensões nas respectivas datas-base, percentual de aumento real equivalente à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, verificada no ano anterior, se positiva.

§2º Os salários, remunerações dos servidores públicos civis e os soldos dos militares da Administração Federal direta, fundacional e autárquica, proventos de aposentadoria e pensões serão reajustados conforme o disposto nos caput e §1º deste artigo, obedecido o limite estabelecido em lei para os gastos com esses servidores.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2005


Dep. CLAUDIO MAGRÃO
PPS/SP

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil inclui como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. Dentre os objetivos constitucionais ainda está estabelecido a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. É notório que o trabalho dignifica o homem, mas somente através de remuneração condigna, proporcional ao mérito e valor, haverá respeitabilidade a essa atividade inerente a natureza humana. O eterno impasse da política de fixação do salário mínimo no Brasil tem sido harmonizar os objetivos constitucionais com os limites da capacidade econômica e das metas possíveis para o pleno desenvolvimento do Estado.

Com a emenda ora apresentada, estamos propondo um mecanismo capaz de viabilizar uma política salarial mais justa para todos os trabalhadores deste país, adequada às condições exigidas pelas normas de responsabilidade fiscal na gestão pública.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Emenda.

MPV - 248

00018

DATA

28-05-2005

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248/2005

AUTOR

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

Nº PRONTUÁRIO

337

TIPO

1

☐ SUPRESSIVA

2

☐ SUBSTITUTIVA

3

☒ MODIFICATIVA

4

☐ ADITIVA

9

☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

01/03

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 248, DE 2005**EMENDA MODIFICATIVA**

Em conformidade com a Resolução n.º 01, de 2002 - CN, a qual "Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o Art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências", inclua-se onde couber o Projeto de Lei n.º 4.770, de 2005, na Medida Provisória n.º 248, que "Dispõe sobre o Valor do Salário Mínimo a partir de 1.º de maio de 2005, e dá outras providências".

**PROJETO DE LEI Nº 4.770, DE 2005
(Do Sr. ARNALDO FARIA DE SÁ)**

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e das aposentadorias e pensões do regime próprio dos servidores públicos federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, os benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social e as aposentadorias e pensões do regime próprio dos servidores públicos federais serão reajustados em 15,38% (quinze inteiros e trinta e oito centésimos por cento), não podendo resultar em valor inferior ao correspondente ao número de salários mínimos que possuíam na data de sua concessão.

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo

DATA 28-05-2005		PROPOSIÇÃO	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248/2005			
AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		Nº PRONTUÁRIO 337	
TIPO			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA
9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 02/03	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO			

ART. 2º ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição em tela defende o reajustamento de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social e das aposentadorias e pensões do regime próprio dos servidores públicos federais com base em percentual idêntico a ser aplicado ao valor do salário mínimo.

A definição do valor do salário mínimo de R\$ 300,00, a vigorar a partir de 1º de maio de 2005, irá resultar em reajuste automático de 15,38% para o piso dos benefícios previdenciários, bem como para os valores dos benefícios assistenciais. No entanto, os demais benefícios, seguindo o índice do IBGE, serão reajustados com base em percentual que não deverá ultrapassar os 6%.

Por anos consecutivos, o reajuste dos benefícios tem sido diferenciado do comportamento do salário mínimo, o que tem provocado grande defasagem entre os valores atuais e os que correspondiam na data de seu início, tomando-se como referência o piso das remunerações como critério de atualização. A recuperação desses valores tem constituído uma das principais reivindicações do movimento dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

(CONT)

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo

DATA 28-05-2005		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248/2005		
AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		Nº PRONTUÁRIO 337		
TIPO				
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 03/03	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

Sensível, portanto, à luta incansável dos milhares de aposentados e pensionistas de nosso País, o Projeto de Lei em destaque defende percentual de reajustamento idêntico ao que será concedido ao salário mínimo, em 1º de maio de 2005, a todos os aposentados e pensionistas, inclusive aos servidores públicos aposentados e aos pensionistas da União. Cumpre-nos frisar que a inclusão dos inativos e pensionistas federais na regra de reajustamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social é prevista na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, no art. 15, que assim preceitua:

"Art. 15. Os proventos de aposentadoria e as pensões de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei serão reajustados na mesma data em que se der o reajuste de benefícios do regime geral de previdência social".

Finalmente, importa salientar que o reajustamento defendido nos termos da presente proposição sintoniza-se, perfeitamente, com as disposições constitucionais em vigor, visto basear-se em percentual específico, não implicando qualquer vinculação futura dos valores dos benefícios ao comportamento do salário mínimo. Em face da inquestionável relevância social desse nosso Projeto de Lei, esperamos contar com a sensibilidade e apoio dos ilustres membros desta Casa para garantirmos a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2005.

ARNALDO FARIA DE SÁ
DEPUTADO FEDERAL - SÃO PAULO

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo

MPV - 248**00019****MPV nº 248, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado Álvaro Dias

Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 1º da Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005, com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 10,00 (dez reais) e o seu valor horário a R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos);

§ 2º Em 1º de novembro de 2005 o salário mínimo em vigor será reajustado em **doze inteiros e setecentos e oitenta e dois milésimos por cento**, acrescido do INPC acumulado no período;

§ 3º Em 1º de maio de 2006 o salário mínimo em vigor será reajustado em **vinte inteiros e trezentos e noventa e dois milésimos por cento**, acrescido do INPC acumulado no período;

§ 4º Em 1º de novembro de 2006 o salário mínimo em vigor será reajustado em **vinte e três inteiros e seiscentos e oitenta e dois milésimos por cento**, acrescido do INPC acumulado no período."

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, dobrar o valor real do salário mínimo até o ano de 2006, cumprindo assim um compromisso do Presidente Lula, que na campanha eleitoral, prometeu dobrar o valor real do salário mínimo até o fim de seu mandato.

Em 01 de janeiro de 2003, quando o Presidente da República tomou posse, o salário mínimo valia R\$ 200,00. Para cumprir o compromisso, o Governo Federal deveria conceder reajustes anuais repondo as perdas decorrentes da inflação, mais 25% de ganhos reais, a cada ano, o que não está sendo feito.

Emenda nº**MPV nº 248, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado Álvaro Dias

Como a proposta de reajuste constante nesta Medida Provisória eleva o salário mínimo dos R\$ 260,00 para R\$ 300,00, chegamos à conclusão que o Governo Federal não carece apenas de política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, como também não deverá cumprir o compromisso assumido com os trabalhadores e com o povo brasileiro.

Diante disso, cabe a este Parlamento propor uma metodologia de reajuste capaz de alcançar a meta anunciada e atender os milhares de trabalhadores que ganham até um salário mínimo. Assim, estamos propondo a aplicação de três reajustes semestrais para o salário mínimo, contados a partir de 01 de maio de 2005, em percentuais de 12,782%, primeiramente, depois 20,392% e, finalmente, 23,682%, acrescidos do INPC acumulado no período.

Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a perda de arrecadação será compensada pelo "aumento da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia, confirmada pela Exposição de Motivos anexa à Medida Provisória nº 248, de 2005, e pela receita adicional de R\$ 18,5 bilhões da COFINS, entre 2003 e 2004 (de R\$ 58,1 bilhões para R\$ 76,6 bilhões).

Sala da Comissão, 28 de abril de 2005


Dep. Álvaro Dias
PDT/RN

MPV - 248**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00020**data
28/04/2005proposição
Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005autor
DEPUTADO EDUARDO PAESnº do prontuário
3071 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Art.

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte art.2.º, renumerando-se o atual art. 2.º para 3.º da presente Medida Provisória, com a seguinte redação:

"Art. 2º O Poder Executivo, até 30 de setembro de 2005, remeterá projeto de lei ao Congresso Nacional revendo o valor do salário mínimo para vigorar a partir de 1.º de novembro de 2005, levando em consideração os índices de inflação e o excesso de arrecadação."

JUSTIFICAÇÃO

A reestimativa de receita para o presente exercício evidencia um excesso de arrecadação que deverá ser aplicado ao longo do ano. Dessa forma, a recomposição do valor do salário mínimo, pelo menos, em função da manutenção do seu poder real só seria possível depois de uma reavaliação dessas receitas e da constatação da real arrecadação, o que, a nosso ver, poderá ser feito até 1.º de novembro de 2005, garantindo, assim, ainda neste ano, a recomposição do salário mínimo.

A arrecadação acumulada de receitas federais no período de janeiro a março de 2005, em relação ao mesmo período de 2004, nos apontam um ganho real de 6,43%. Assim, mantida nos próximos meses a tendência de ganhos reais de arrecadação, teremos um potencial excesso que poderá ser dirigido para o atendimento de despesas provenientes da revisão do valor do salário mínimo ora proposta.

PARLAMENTAR

MPV - 248**00021**

EMENDA Nº
(à Medida Provisória nº 248 de 20 de abril de 2005)

Inclua-se o art 2º na Medida Provisória nº 248 de 20 de abril de 2005, com a seguinte redação:

Art. 2º - Os valores da quota do salário-família, determinados no art. 2º da Lei 10.888, de 2004, por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade será, a partir de 1º de maio de 2005, corrigido nos mesmos percentuais a título de reajuste e de aumento real do salário mínimo, conforme estabelecido no art. 1º. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Apesar da denominação, não se trata de salário, mas de benefício de caráter previdenciário, com natureza de subsídio ou suplemento.

De acordo com a Medida Provisória nº 182, de 29 de abril de 2004, o valor do salário-família passou a ser de R\$ 20,00 por filho de até 14 anos incompletos ou inválido, para quem ganha até R\$ 390,00. Para o trabalhador que recebe de R\$ 390,01 até R\$ 586,19, o valor do salário-família passou a ser de R\$ 14,09.

Observa-se que, agora, a Medida Provisória nº 248/2005 é omissa quanto a questão do salário-família e é urgente que se corrija essa lacuna.

Com os encargos que pesam sobre o trabalhador de baixa renda nos dias que correm, é evidente que o salário-família nem de longe atende aos seus próprios pressupostos básicos.

Na verdade, o seu fundamento é de natureza social e econômica, correspondendo a uma das fortes expressões da Justiça Social, visto que representa amplo instrumento de redistribuição de riqueza, capaz de proporcionar maior poder aquisitivo aos que possuem menor renda.

Por tais razões é que apresento esta Emenda.

Sala das Sessões,



Senador HÉLIO COSTA.

MPV - 248**00022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, DE 2005**

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se à Medida Provisória nº. 248 o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual:

"Art. 2º Os benefícios de prestação continuada da Previdência Social e os benefícios concedidos com base na Lei Orgânica da Assistência Social, cujas datas de concessão são anteriores a 1º de maio de 2004, serão reajustados, em 1º de maio de 2005, segundo as seguintes regras:

I - pelo percentual de quinze inteiros e trinta e oito centésimos por cento, para os benefícios até R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais);

II – pelo percentual de dez inteiros e vinte e oito centésimos por cento, para os benefícios a partir de R\$ 780,01 (setecentos e oitenta reais e um centavo)

Parágrafo único. Os benefícios de que trata o caput, cuja data de concessão seja posterior a 1º de maio de 2004, serão reajustados, em 1º de maio de 2005, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do IBGE, verificada desde o mês imediatamente posterior à data de concessão até abril de 2005, acrescida cumulativamente:

I - do percentual de oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento, a título de aumento real, para os benefícios até R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais);

II – do percentual de três inteiros e sete décimos por cento, a título de aumento real, para os benefícios a partir de R\$ 780,01 (setecentos e oitenta reais e um centavo)".

JUSTIFICAÇÃO

Quando um segurado do INSS se aposenta, o valor do seu rendimento mensal inicial é sempre inferior ao seu último salário na empresa, em função de diversos redutores previstos na legislação. Além da redução do ganho mensal na condição de aposentado, deve se levar em conta que, ao desligar-se da empresa, o segurado perde alguns benefícios trabalhistas, tais como plano de saúde extensivo aos seus dependentes, seguro de vida, cesta básica, vale transporte, etc.

É inegável, também, que, apesar dos esforços desenvolvidos, o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não está consolidado o suficiente para prestar ao aposentado e a sua família o mesmo atendimento médico que a maioria das empresas oferece aos seus empregados através dos planos de saúde. Se contratar um plano de saúde para se livrar das enormes filas dos hospitais conveniados ao SUS e da lista de espera para a realização de exames muitas vezes urgentes, a maioria dos aposentados terá que despende de 20 a 30% dos seus vencimentos, isto sem falarmos nos remédios que porventura tenha necessidade de comprar.

Também devem ser considerados na fixação do índice de correção das aposentadorias os aumentos das tarifas públicas. Há um grande descompasso. Enquanto os benefícios são corrigidos pelo INPC calculado pelo IBGE, os aumentos das tarifas dos serviços essenciais são baseados no IGP-M. Desnecessário se torna dizer que a cada ano o poder de compra do aposentado é diminuído pela elevação abusiva dos gastos com os serviços essenciais. Mesmo reconhecendo que a maioria das cidades brasileiras oferece transporte urbano gratuito aos idosos com mais de 65 anos, essa gratuidade não compensa todas as perdas existentes.

Diante do acima exposto, fica claro que na apuração do índice de correção dos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo existem outros fatores, além do índice apurado pelo INPC do IBGE, que devem ser levados em consideração para atenuar a perda do poder aquisitivo dos salários.

Nesse contexto, apresentamos emenda que concede o mesmo percentual de aumento do salário mínimo aos benefícios de prestação continuada cujos valores não excediam três salários mínimos em abril de 2005. Para os benefícios de valor mais elevado, o percentual de aumento real além do INPC foi dado pela variação real do PIB per capita.

Sala das Sessões, em de abril de 2005.


Deputado Tarcísio Zimmermann

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 248

00023

Data
27/04/2005**Proposição**
Medida Provisória n.º 248/05**Autor**
Dep. Cláudio Magrão**nº do prontuário**1 ☐ Supressiva 2. ☒ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Este Projeto de Lei visa instituir a Política Nacional de Recuperação do Salário Mínimo, estabelecendo aumentos anuais visando recuperar seu poder de compra no longo prazo.

Art. 2º A partir de 2005, o valor mensal do salário mínimo será fixado anualmente, em 1º de maio, de acordo com a seguinte regra:

I – sobre o valor vigente no mês anterior, aplicar-se-á, a título de reajuste, percentual equivalente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

II – sobre o valor calculado com base no inciso anterior, será acrescido percentual, a título de aumento real, com base na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do ano anterior, observado o disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. O salário mínimo diário corresponde a 1/30 (um trinta avos) e o salário mínimo horário corresponde a 1/220 (um duzentos e vinte avos) do salário mínimo mensal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A cada ano, no mês de abril, discute-se o salário mínimo de forma irresponsável e oportunista. Em momento algum é apresentada qualquer solução de recuperação viável do salário mínimo, que afeta milhões de trabalhadores brasileiros.

Estamos falando de 14 milhões de trabalhadores nos setores formal e informal, ou 19% da População Economicamente Ativa; e de 12 milhões de aposentados. Temos que contar, ainda, os trabalhadores que recebem um salário mais alto, mas para quem o valor do salário mínimo é um numerário: recebem dois, três ou cinco “salários”, por exemplo.

Estamos falando de recuperação de renda e redução da pobreza para toda essa parcela da população. De remover um dos principais entraves à retomada do crescimento econômico, estimulando a demanda e, com isso, estimulando a produção e o emprego.

Sugerimos que, para recuperar o valor real do piso salarial do país, é preciso inserir a política do salário mínimo dentro de uma proposta global de distribuição de renda. Assim sendo, é necessário se discutir hoje uma proposta que viabilize a recuperação do salário mínimo ao longo das próximas décadas.

É necessário transformar a questão do salário mínimo em um tema presente sistematicamente na agenda econômica e social do Governo, do Congresso e da sociedade brasileira, e não apenas tema esporádico, limitado aos meses de março e abril de cada ano. Ademais, é preciso que a política de valorização estabeleça certa previsibilidade sobre a evolução futura do salário mínimo, seja para que o Governo tenha alguma estratégia para o enfrentamento de seus impactos sobre o orçamento público, seja para que o Setor Privado avalie suas implicações sobre seu nível de custo.

A presente emenda estabelece, a partir de 2005, correções do salário mínimo que acompanhem a inflação do ano anterior e, além disso, contenham um aumento real que acompanhe pelo menos os aumentos de produtividade da mão de obra – medida pela taxa de aumento do PIB. Assim, quanto melhores forem as perspectivas de crescimento do produto e da produtividade nacionais, de estabilidade inflacionária, e de arrecadação, maior será o aumento real do salário mínimo.

Defendemos ser razoável garantir que o salário mínimo acompanhe os aumentos estimados do produto e da produtividade para o ano. Esse critério é compatível com todos os pressupostos da teoria econômica clássica. Ademais, ele não tem, ainda segundo essa mesma teoria, efeito inflacionário ou sobre o nível de empregos. E, por fim, ele é incontestavelmente justo socialmente.

Diante do elevado alcance social da proposta e da simplicidade da solução que apresenta a um importante desafio econômico, temos a certeza de contarmos com o apoio dos ilustres Deputados e Deputadas à aprovação deste projeto de lei.


Dep. CLÁUDIO MAGRÃO
PPS/SP

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
MPV - 248	
00024	

2	DATA
27/4/05	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 248, de 20 de abril de 2.005	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	------------------------------------	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

A MP 248/05, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art... Os valores a que se referem o art. 1º e seu parágrafo único serão aumentados a cada período de nove meses, mediante a aplicação de percentuais, a título de reajuste e de aumento real, que assegurem, até 1º de janeiro de 2.007, a duplicação do valor real do salário mínimo vigente em 1º de maio de 2003.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a facilitar o cumprimento da promessa de campanha do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, de duplicar o valor real do salário mínimo.

A partir de 2007, o salário mínimo será continuar a ser reajustado nos termos do disposto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.


ASSINA
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 248

00025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005			
autor Dep. WALTER BARELLI	nº do promotor			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se novo artigo a MP n.º 248, de 2005, conforme se segue:

"Art. - O salário mínimo a ser fixado em 2006, será reajustado levando-se em consideração a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, do período de maio de 2005 a abril de 2006, acrescida do dobro da variação do PIB per capita, entre 2005 e 2004"

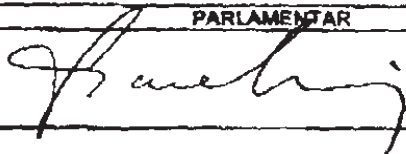
JUSTIFICAÇÃO

O presidente Lula, durante sua campanha eleitoral em 2002, prometeu dobrar o poder de compra do salário mínimo durante os seus quatro anos de mandato.

Os aumentos reais concedidos nestes três anos de governo demonstram que seriam necessários no próximo ano, cerca de 65 %, para que a promessa fosse cumprida. Com base nisso e com a finalidade de buscar um reajuste mais justo para o salário mínimo, proponho emenda para que na correção de 2006, seja levada em consideração a inflação do período, acrescida do dobro da variação per capita do PIB, no ano de 2005.

Como foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego, por decreto presidencial de 20 de abril de 2005, uma comissão tripartite, visando estabelecer regras para o fortalecimento do salário mínimo, esta emenda já estabelece qual deve ser o aumento do salário mínimo em 2006, ponto de partida para uma verdadeira política de fortalecimento dessa remuneração.

PARLAMENTAR



MPV - 248**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00026**

data 28/04/2005	proposição Medida Provisória nº 248/05			
autor Dep. Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM	nº do prontuário			
1. Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se a MP 248 artigo com a seguinte redação:

“Art. ... A partir do ano de 2006, inclusive, os valores relativos ao salário mínimo serão reajustados no dia 1º do mês de maio, no mínimo pela variação do Produto Interno Bruto - PIB apurado no ano anterior, ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, caso esse seja superior, acrescido, se positivo, do índice de aumento da produtividade média do trabalho total, também do ano anterior, todos calculados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”.

Justificativa

A ampliação do aumento real do salário mínimo concedido pela MP 248 é imperativa para iniciarmos um processo de devolver a dignidade e poder de consumo para os trabalhadores.

O Brasil não se desenvolverá econômica ou socialmente se não adotar medidas arrojadas para fazer crescer o seu mercado interno, pois principalmente a partir de 2001 os setores da economia voltados para a exportação apresentaram crescimento significativo.

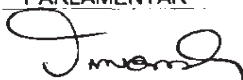
O aumento do salário mínimo é totalmente utilizado na ampliação do consumo em especial de alimentos e de outras necessidades primárias, que não demandam importados, não piora as contas externas. Utilizar recursos públicos para ampliar o salário mínimo é demonstrar compromisso com o desenvolvimento do mercado interno, com a distribuição de renda e principalmente com a qualidade de vida das pessoas, exatamente os trabalhadores mais pobres.

Para estabelecermos um processo de recuperação do salário mínimo, esta emenda pretende que doravante ele seja reajustado, no mínimo, pela variação nominal do PIB, que inclui tanto o aumento dos preços médios quanto a variação real, ou pelo INPC, se superior, com o nítido sentido de assegurar plenamente o poder de compra do salário mínimo. Ao maior desses índices deverá ser acrescido, se positivo, o aumento da produtividade média do trabalho total, para garantir que os ganhos de produtividade não sejam apropriados exclusivamente pelo capital.

A opção pelo INPC deve-se à consideração de que esse índice é o mais apropriado para avaliar o consumo das famílias com renda de até oito salários mínimos. Quanto ao índice de aumento da produtividade média do trabalho total, trata-se de uma série calculada pelo IBGE que se encontra interrompida desde 1999. No entanto, consideramos ser fundamental o restabelecimento de uma série que permita avaliarmos a produtividade do trabalho no país.

PARLAMENTAR

Dep. Vanessa Grazziotin –
PCdoB/AM



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 248

00027

data
28/04/2005proposição
Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005autor
DEPUTADO EDUARDO PAESnº do prontuário
3071 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Art.

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, a presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

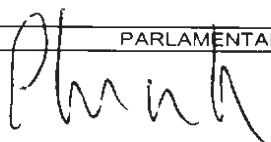
"Art. Fica instituído um abono a ser acrescido ao salário mínimo, excepcionalmente no mês de maio de 2.005, em valor equivalente à diferença entre o valor fixado e o vigente até abril deste ano."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa minimizar o prejuízo que os trabalhadores e os beneficiários do RGPS tiveram em decorrência da mudança de reajuste do salário mínimo de 1º de abril para 1º de maio de 2004.

O espírito social deve prevalecer na administração pública principalmente quando se trata de trabalhadores assalariados e os aposentados e pensionistas que percebem valores equivalentes ao salário mínimo.

PARLAMENTAR



MPV - 248**00028****MPV nº 248, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Acrescentem-se os seguintes dispositivos aos arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que passa a fazer parte integrante da Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005, renumerando-se os demais:

"Art. 4º

VII - à quantia de até 01 (um) salário mínimo paga a um único empregado doméstico;

Art. 8º

II -

h) à quantia de até 12 (doze) salários mínimos paga a um único empregado doméstico."

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, permitir ao contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física a possibilidade de deduzir a quantia de até um salário mínimo paga a um único empregado doméstico.

Desta forma, estamos propondo a equalização tributária parcial do Imposto de Renda (IR) incidente sobre os custos com pessoal da Pessoa Física e da Jurídica. A empresa, quando declara o lucro que terá a incidência do IR, deduz os custos relativos ao pagamento da mão-de-obra. Já o contribuinte individual é impedido de deduzir do IR devido uma parcela da quantia paga a pelo menos um empregado doméstico.

Todavia, a presente proposta não visa apenas reduzir o ônus tributário incidente sobre o contribuinte pessoa física, mas principalmente estimular a geração de empregos nas áreas de serviços domésticos, nas

Emenda nº

S

MPV nº 248, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

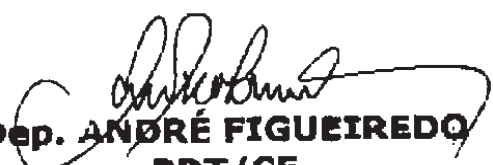
AUTOR: Deputado André Figueiredo

quais se integram cozinheiras, faxineiras, caselros, jardineiros, motoristas etc. São milhões de brasileiros que poderão ser absorvidos pelo mercado de trabalho.

A geração de mais empregos domésticos ampliará ainda as taxas de formalização de emprego no País, aumentando o número de trabalhadores com carteira assinada e assegurando-lhes direitos trabalhistas garantidos pela CLT, além, é claro, de aumentar substancialmente a receita da Previdência. A medida não é, portanto, a concessão de um privilégio e sim a adoção de políticas concretas de estímulo ao aumento de oferta de trabalho para um grande contingente da população.

Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a perda de receita será compensada pelo "aumento da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia, confirmada pela Exposição de Motivos anexa à Medida Provisória nº 248, de 2005, e pela receita adicional de R\$ 18,5 bilhões da COFINS, entre 2003 e 2004 (de R\$ 58,1 bilhões para R\$ 76,6 bilhões).

Sala da Comissão, 28 de abril de 2005



Dep. ANDRÉ FIGUEIREDO
PDT/CE

MPV - 248

S

00029

MPV nº 248, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Acrescentem-se, com a seguinte redação, os artigos 65 e 66 à Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, passando a mesma a fazer parte integrante da Medida Provisória nº 248:

Art.

"Art. 65 O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, **inclusive o doméstico**, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66."

Art. 66 O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até **16 (dezesseis)** anos de idade ou **portador de deficiência** de qualquer idade é de:

I - R\$ 23,08 (vinte e três reais e oito centavos), para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

II - R\$ 16,28 (dezesseis reais e vinte e oito centavos), para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) e igual ou inferior a R\$ 676,37 (seiscentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos).

Parágrafo Único. Os valores das cotas e dos limites da remuneração mensal do salário-família previstos nos incisos I e II serão reajustados pelo mesmo índice de atualização do salário mínimo."

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, adequar alguns critérios utilizados para definir os beneficiários do salário-família às mudanças

Emenda nº**S****MPV nº 248, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

incorporadas pela legislação nos últimos anos, bem como atualizar os valores das cotas e dos limites da remuneração mensal do salário-família pelo índice de atualização do salário mínimo, vinculando os próximos reajustes ao mesmo indexador.

Ao limitar em 14 anos o direito de receber o salário-família, a legislação ignora a Emenda Constitucional nº 20, que passou a permitir o trabalho do menor tão somente a partir dos 16 anos. Além disso, nas condições atuais do mercado de trabalho do Brasil, os jovens brasileiros permanecem por mais tempo dependentes de seus pais. Assim, estamos ampliando para até 16 anos o direito de ser beneficiário da cota do salário-família.

A outra medida de adequação é corrigir na legislação do salário-família o termo usado para definir portador de deficiência. A expressão "inválido" não condiz com a evolução do tratamento médico concedido a esse público. Asseguramos, ainda nesta emenda, o direito dos empregados domésticos de receberem os benefícios do salário-família. Formados por cozinheiras, faxineiras, caseiros, jardineiros, motoristas etc., os empregados domésticos foram excluídos do direito de receber esse benefício da Previdência social. São milhões de brasileiros que ganham no máximo dois salários mínimos.

E, finalmente, estamos reajustando em 15,38% os valores das cotas e dos limites da remuneração mensal do salário-família pelo mesmo índice de atualização do salário mínimo. Na discussão do novo valor para o salário mínimo em 2004, o Governo Federal propôs a atualização dos valores do salário-família, mas, na edição da presente Medida Provisória, o assunto não foi discutido.

Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a perda de receita será compensada pelo "aumento da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia,

Emenda nº

§

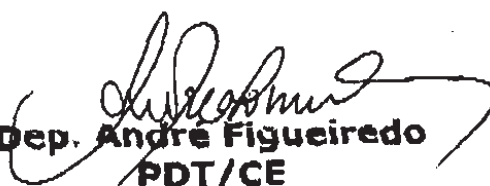
MPV nº 248, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

confirmada pela Exposição de Motivos anexa à Medida Provisória nº 248, de 2005, e pela receita adicional de R\$ 18,5 bilhões da COFINS, entre 2003 e 2004 (de R\$ 58,1 bilhões para R\$ 76,6 bilhões).

Sala da Comissão, 28 de abril de 2005


Dep. André Figueiredo
PDT/CE

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e oito do mês de abril de dois mil e cinco, quinta-feira, às dez horas, no Plenário nº 06, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 248**, adotada em 20 de abril de 2005, e publicou em 22 do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências”, com a presença dos Senadores César Borges, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Hélio Costa e do Deputado Eduardo Paes, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2005.



SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

[Handwritten signature]

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 008 , DE

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 16 da Resolução nº 9, de 1997 e o art. 8º da Resolução nº 56, de 2002, **RESOLVE**:

Art. 1º. O presente Ato modifica a estrutura administrativa e altera o quadro de pessoal do Senado Federal.

Art. 2º. Ficam instituídas, como Órgãos de Assessoramento Especial da Presidência do Senado Federal, a Secretaria de Relações Internacionais e a Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais.

Art. 3º. Passam a integrar a estrutura da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal Senado, a Coordenação do Jornal Eletrônico e a Coordenação do Jornal Semanal, respectivamente.

Art. 4º. A atual Subsecretaria de Relações Públicas passa a denominar-se Secretaria de Relações Públicas, e terá como órgãos: Gabinete, Coordenação de Comunicação Institucional e Coordenação de Eventos.

Parágrafo único. A Coordenação de Comunicação Institucional compõe-se de: Serviço de Administração, Serviço de Cooperação Institucional e Serviço de Pesquisa e Planejamento. A Coordenação de Eventos compõe-se de: Serviço de Administração e Serviço de Recepção e Contatos.

Art. 5º. A atual Subsecretaria de Pesquisa e Opinião passa a denominar-se Secretaria de Pesquisa e Opinião, e terá como órgãos: Gabinete, Serviço de Apoio Administrativo, Coordenação Data-Senado e Coordenação de Análise de Notícias.

Parágrafo único. A Coordenação Data-Senado compõe-se de: Serviço de Pesquisa de Opinião e Serviço de Análise de Informação. A Coordenação de Análise de Notícias compõe-se de: Serviço de Relacionamento Público, Serviço de Portal de Voz, Serviço de Gerenciamento de Sistemas e Serviço de Suporte Operacional.

Art. 6º. As estruturas das Secretarias: TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado e Agência Senado ficam acrescidas de um Gabinete.

Art. 7º. Ficam mantidos os demais órgãos e unidades que compõem a estrutura da Secretaria Especial de Comunicação Social, que não foram alterados por este Ato.

Parágrafo único – As funções comissionadas em nível de direção dos órgãos da estrutura da Secretaria Especial de Comunicação Social podem ser preenchidas por servidores ocupantes de Cargos em Comissão, na forma da Resolução nº 09, de 1997.

Art. 8º. A atual Subsecretaria Especial do Programa InterLegis passa a denominar-se Secretaria Especial do InterLegis e terá como órgãos: Gabinete; Subsecretaria de Assessoramento Técnico; Subsecretaria de Administração; Subsecretaria de Formação da Comunidade e Inserção Digital; e Subsecretaria de Capacitação da Comunidade.

Parágrafo único. A Subsecretaria de Assessoramento Técnico instituída no *caput* compõe-se de: Gabinete e Serviço de Planejamento e Projetos Especiais; a Subsecretaria de Administração compõe-se de: Gabinete, Serviço de Administração e Serviço Financeiro; a Subsecretaria de Formação da Comunidade e Inserção Digital compõe-se de: Gabinete, Serviço de Intercâmbio, Portal e Formação de Redes, e Serviço de Assistência Tecnológica e Inserção Digital; e a Subsecretaria de Capacitação da Comunidade compõe-se de: Gabinete, Serviço de Apoio à Capacitação Legislativa e Serviço de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Sistemas.

Art. 9º. A Secretaria Especial do InterLegis passa a integrar a estrutura do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Art. 10. A atual Seção de Impressão Offset em Máquinas Rotativas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações fica transformada em Serviço de Impressão Offset em Máquinas Rotativas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Art. 11. A Secretaria de Recursos Humanos adaptará o Quadro de Pessoal do Senado Federal, na parte referente a funções comissionadas, em estrita consonância com as modificações de estrutura efetuadas por este Ato, observando também as seguintes disposições:

I - a função comissionada de Diretor da atual Subsecretaria Especial do Programa InterLegis, de nível FC-08, é transformada em função comissionada de Diretor da Secretaria Especial do InterLegis, de nível FC-09;

II - fica criada uma função de Diretor-Adjunto da Secretaria Especial do InterLegis, de nível FC-08;

III - a função comissionada de Diretor-Adjunto da Secretaria Especial de Comunicação Social, de nível FC-08, é transformada em função comissionada de Diretor de Jornalismo, de nível FC-09, sendo-lhe atribuídas as competências instituídas pelo art. 326 da Resolução nº 9, de 1997;

IV - ficam criadas as funções de Diretor da Secretaria de Relações Internacionais e de Diretor da Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais, de nível FC-09;

V - ficam criadas, para cada turno de atividade, funções comissionadas de Chefes de Serviço de Impressão Offset em Máquinas Rotativas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações; e

VI - os efeitos do artigo 3º do Ato da Comissão Diretora nº 13, de 1998, estendem-se às Secretarias instituídas ou modificadas por este Ato, no limite ali previsto por Secretaria.

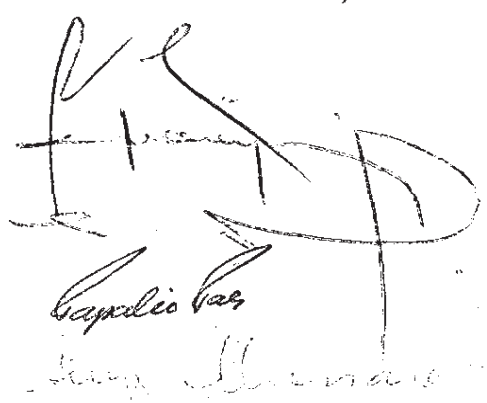
Art. 12. As atribuições das funções comissionadas instituídas ou alteradas por este Ato são as previstas no Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2000, e as não previstas serão definidas por Ato do Diretor-Geral.

Art. 13. As despesas decorrentes das alterações de que trata o presente Ato serão compensadas com a redução do quantitativo de cargos e funções do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em valor correspondente.

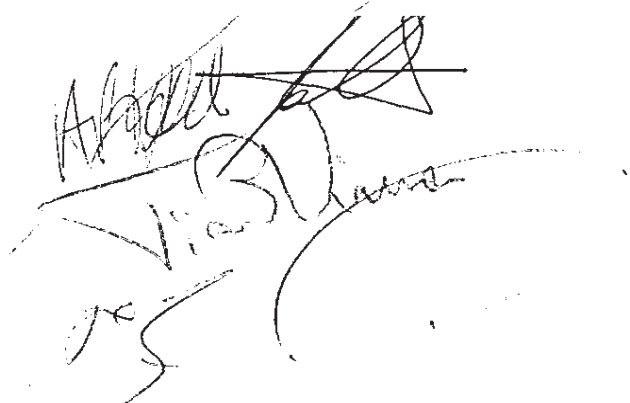
Art. 14. A Comissão Diretora encaminhará ao Plenário proposta de Resolução convalidando as alterações de que trata este Ato.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Parágrafo Único do art. 17 do Ato nº 28, de 1993, da Comissão Diretora.

Sala da Comissão Diretora, em 27 de abril de 2005.



Handwritten signature of Carlos Vas.



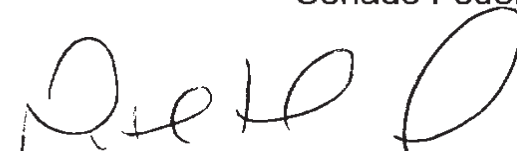
Handwritten signature of Vitor.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 057 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE: reconduzir a Comissão Especial instituída pela Portaria nº 147/04-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, com prazo até 31 de maio deste ano, para apresentação do Relatório Final.

Senado Federal, 27 de abril 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 058 , DE 2005

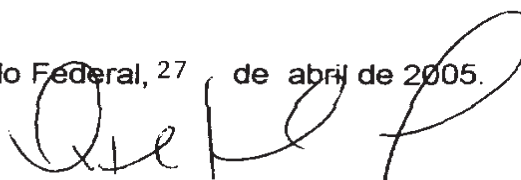
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Cássio Murilo Rocha, matrícula 52209, para integrar como membro Comissão Especial instituída pela Portaria nº 001, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de elaborar estudos e projeto de reestruturação do Serviço de Transportes no que diz respeito à área de recursos humanos, bem como suas instalações físicas.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de abril.

Senado Federal, 27 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**(*)ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1725, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005635/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor **ONOFRE DECO DA SILVA**, matrícula 46970, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Consultor Técnico, Símbolo FC-7, da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, a partir de 11 de abril de 2005.

Senado Federal, 13 de abril de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído
com incorreções.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1883 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000531/05-7,

RESOLVE designar o servidor **CARLOS EDUARDO DA SILVA LOPES**, matrícula 102791, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Patrimônio, a partir de 31 de março de 2005.

Senado Federal, 27 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1884, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006325/05-0,

RESOLVE designar o servidor ALBERTO DE CASTRO TEIXEIRA, matrícula 49211, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Administração da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, a partir de 15 de abril de 2005.

Senado Federal, 27 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1885, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006251/05-6,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO HENRIQUE FERREIRA NUNES, matrícula 51539, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 14 de abril de 2005.

Senado Federal, 27 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1886, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006326/05-6,

RESOLVE dispensar a servidora CATARINA LOBATO VIEIRA, matrícula 40141, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 15 de abril de 2005.

Senado Federal, 27 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1887, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006124/05-4,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA ABADIA ALVES CARDOSO, matrícula 45928, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Osmar Dias, a partir de 13 de abril de 2005.

Senado Federal, 27 de abril de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1888 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005624/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ BATISTA CARVALHO LIPARIZI**, matrícula 15250, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Papaléo Paes, a partir de 05 de abril de 2005.

Senado Federal, 27 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1889 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.696/05-8,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NEIRIBERTO VIEIRA DE SOUZA**, matrícula n.º 183195, do cargo, em comissão, de Motorista do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1890 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 006.681/05-0 e 006.682/05-7,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ BONIFÁCIO DE GOIS JÚNIOR**, matrícula n.º 174091, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1891 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.681/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALDÁRIA MARTINA MEDEIROS M. BATISTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1892, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.682/05-7,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES TEIXEIRA**, matrícula n.º 173025, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1893, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.612/05-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENATO BERTHOGLIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.



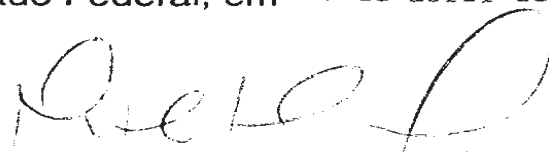
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1894 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 002825/05-8 e 006633/05-6,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 921, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3186, de 03/03/2005, que nomeou **ALEXANDRE UBALDO MONTEIRO BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.

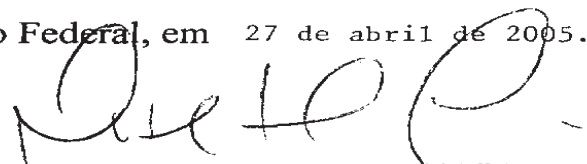

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1895 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006633/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE UBALDO MONTEIRO BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.

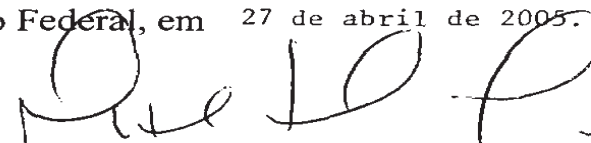

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1896 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO CARMO CABRAL MARQUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.

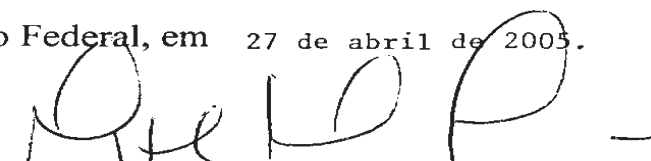

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1897 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DA CONCEIÇÃO RAPOSO ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 27 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1898 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006721/05-2**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **PATRICIA APARECIDA CAMARGO MONFRE**, matrícula n.º 167426, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 28 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1899 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006720/05-6**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **ANGELA MAIRINK DE SOUZA**, matrícula n.º 168420, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 28 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1900 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006713/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JULIANO DEL CASTILO SILVA**, matrícula n.º 167440, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 28 de abril de 2005.


P/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1901 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006713/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LETICIA SOARES BARROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 28 de abril de 2005.


P/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1902 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006732/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO DOMICIANO DANTAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 28 de abril de 2005.


P/AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1903 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006697/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WAGNER DE ALBUQUERQUE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 28 de abril de 2005.


P/AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1904 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007715/99-4 e anexos:

RESOLVE, fundamentado na determinação judicial, nos termos do Ofício n.º 43/05, de 21 de fevereiro de 2005, reiterado pelo Ofício n.º 169/05, de 11 de março de 2005, do Juízo de Direito da Primeira Vara de Família de Brasília/DF, cancelar a reserva inominada de 50% (cinquenta por cento), feita nos termos do Ato do Diretor-Geral n.º 145/2002, e reverter a respectiva cota para **THELMA ALVES DA SILVA**, na condição de companheira, nos termos do artigo 217, inciso I, alínea "c", da Lei n.º 8.112/90, no percentual de 50% (cinquenta por cento) da pensão vitalícia, mantendo a pensão temporária de **LUIS ANDRÉ LOPES TORQUATO**, na condição de filho inválido, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor **LUIZ TORQUATO DE FIGUEIREDO**, matrícula 23994-ERGON, a partir de 21/02/2005.

Senado Federal, 28 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 322 PÁGINAS